Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Luciana Costa Fernandes

ENTRE VIVOS E MORTOS:

Uma etnografia documental sobre a atuação da magistratura em quinze operações policiais nas favelas da zona norte do Rio de Janeiro

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Nina Bernardes

Rio de Janeiro
Dezembro de 2022

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Luciana Costa Fernandes

ENTRE VIVOS E MORTOS:

Uma etnografia documental sobre a atuação da magistratura em quinze operações policiais nas favelas da zona norte do Rio de Janeiro

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Dra. Marcia Nina Bernardes
Orientadora
Departamento de Direito – PUC-Rio

Profa. Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires
Departamento de Direito – PUC-Rio

Profa. Dra. Victória-Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki
Departamento de Direito – PUC-Rio

Profa. Dra. Marilia Montenegro Pessoa de Mello
Departamento de Direito - UNICAP

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata
Departamento de Sociologia – UFF

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Luciana Costa Fernandes

Professora do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD - UERJ - 2018), na linha de "Direito Penal"; e Bacharel em Direito pela mesma universidade (UERJ - 2014).

Ficha Catalográfica

FERNANDES, Luciana Costa

ENTRE VIVOS E MORTOS: Uma etnografia documental sobre a atuação da magistratura em quinze operações policiais nas favelas da zona norte do Rio de Janeiro / Luciana Costa Fernandes ; Orientadora: Marcia NIna Bernardes. – 2022.

1v. 264 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Política de drogas. 3. Operações policiais 4. Magistratura; 5. Políticas da inimizade; 6. Branquitude. I. BERNARDES, Marcia Nina. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito.

CDD: 340

À minha amada mãe,

Transgressão
(aula de micropolítica, Dona Martha, 01.09.1987)

Houve uma guerra no Rio
Pra quem não soube um delírio
Produto de alucinação
Houve uma ação contra o morro
Armada e genocida
Que regeu aquelas colinas
De sangue de baixo acima
Ação de “Código Penal”
De impotência social
De esbirros e malfeitores
Arrogante e prepotente
Que atirou toda a gente
Num terror irrespondível
Houve gritos e choros
Que a cidade surda
Rapidamente esqueceu
E foi no Corcovado
No quilombo onde já aconteceu
Em algum tempo da história
Que na memória feneceu
Jamais foi contado
Pois lá era a mesma gente
E o país urgentemente
Apagou da mente
A verdade que passou
Mas não é passado é presente
Pra que repetição?
É necessário que abafes
O ruído das sirenes
Que perturbam o ambiente
Dividindo os homens
Entre bons e maus
Entre nós e eles
Entre vivos e mortos.

Beatriz Nascimento

Agradecimentos

Faço as tessituras desta tese honrando a educação e o amor de minha avó Ruth e minha mãe, Nadia; a caminhada partilhada com minha irmã, Carla, e o florescer de minha sobrinha, Clara - é por elas e com elas que sigo por mais essa travessia. Ao meu pai, Tito, e meu cunhado, Pedro, por serem minhas constelações; e demais familiares, que assentam as bases que me trazem até aqui.

Às minhas amigas e amigos queridas/os, que não listarei para não correr o risco do esquecimento, por encantarem este e tantos percursos, com presença e ternura. Mas dentre os quais destaco as amadas/os professoras/es Bruna Portela, Glenda Vicenzi, Lucas Matos, Renata Davis, Twig Lopes e Vinicius Romão, que experienciaram vivamente alguma das linhas desse trabalho e estão em corpo-palavra nesta tese.

À minha orientadora, Marcia Nina, pelas trocas e pela confiança, por ter estado comigo em meio às tantas rasuras que construíram o percurso da pesquisa e persistentemente encorajado a costura deste texto. Às professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio, PPGD-UERJ, PPGAS do Museu Nacional e PPGSA - UFRJ, por cada uma das lições dão voz aos possíveis usos políticos da academia. Às amadas/os colegas de turma pelas partilhas resilientes dentro e fora de sala. À Carmen, Anderson e demais funcionários por todo cuidado e afeto.

Às/os amigas/os e colegas pesquisadoras/es do IPEA, que me ensinaram tanto ao longo da pesquisa nacional “Ações Criminais por Tráfico de Drogas”. Não só os dados, mas também nossa história é fragmento e matéria viva desta tese.

Às/os colegas professoras/es do Instituto Multidisciplinar e à todas/os alunas/os, com quem construo a memória das corporalidades libertárias em uma universidade federal, e a esperança em um ensino emancipatório e resistente desde a baixada fluminense.

Aos/às professores/as que compõem a banca, que são grandes referências para mim e por quem sempre guardarei a afetuosa lembrança da generosidade da leitura e das trocas. À PUC-Rio.

À todas as pessoas que são, em memória e vida, resistência nas arenas políticas dos territórios de favelas e a todas que estão, persistentemente, rebelando-se contra este e outros projetos de governança racial no Rio de Janeiro.

Resumo

Fernandes, Luciana Costa; Bernardes, Marcia Nina. **ENTRE VIVOS E MORTOS: Uma etnografia documental sobre a atuação da magistratura em operações policiais nas favelas da zona norte do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2022. 261p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Há mais de três décadas, as operações policiais direcionam o uso de recursos pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, encontrando na política de drogas uma das suas maiores agendas. Angariando os recursos do léxico neoliberal da punição e do autoritarismo mundialmente emergentes, intensificam a relação entre exclusão territorial e violência, pela via da criminalização e da matança, que são regra na gestão pública em territórios de favelas. Orgânica às políticas urbanas em grandes centros, essa relação tem renovado a doxa das colonialidades, fixando as fronteiras raciais das precariedades através da matriz da espetacularização, da brutalidade e da descartabilidade antinegras. No complexo organograma de agências que têm tornado as operações policiais não só possíveis, como também centrais para o projeto que concluem, o judiciário e, especialmente, juízes/as têm assumido papel de cada vez maior protagonismo. Por isso, nesta tese, pesquiso o papel da magistratura nas operações policiais em favelas da zona norte do Rio de Janeiro, a partir de quinze ações penais envolvendo os crimes da Lei de drogas (Lei 11.343/2006), que anunciaram este contexto, foram sentenciadas no primeiro semestre de 2019 e tramitaram na comarca da capital do TJRJ. Considero essas operações como instrumentos da gestão urbano racializada na cidade do Rio, que adere aos termos das atuais políticas de inimizade (MBEMBE, 2020), bem como explicita o conteúdo da soberania branca que essas elites mantém pela via da atividade judicial cotidiana. No primeiro capítulo, recupero a genealogia da magistratura a partir do marco dos estudos decoloniais e afrodiaspóricos em uma revisão bibliográfica. Depois, me utilizando da etnografia documental, analiso os dados empíricos para estudar o modo como discursividades produziram narrativas sobre territórios de favelas (capítulo 02) e sujeitos (capítulo 03). Discursos esses que desvelam a relação entre a governabilidade das operações e o pacto narcísico da branquitude, que têm possibilitado, à magistratura, ser uma das principais agências responsáveis pela soberania necropolítica em nosso território.

Palavras-Chave

Política de drogas; operações policiais; magistratura; políticas da inimizade; branquitude.

Abstract

Fernandes, Luciana Costa; Bernardes, Marcia Nina(Advisor). **Between living and dead: A documentary ethnography on the role of the judiciary in fifteen police operations in the favelas of the north zone of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2022. 261p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

For more than three decades, police operations have directed the use of resources by the Government of the state of Rio de Janeiro, having drug policy as one of its biggest agents. Raising the resources of the neoliberal lexicon of punishment and authoritarianism emerging worldwide, they intensify the relationship between territorial exclusion and violence, through criminalization and killing, which are the rule in favela territories. Organic to urban policies in large centers, this relationship binomial has been renewing, here, the doxa of colonialities, fixing the racial boundaries of precariousness through the matrix of spectacularization, brutality and anti-black disposability that the project rearticulates. In the complex organizational chart of agencies that have made police operations not only possible, but also central to the project they complete, the judiciary and, especially, judges have assumed an increasingly prominent role. Therefore, in this thesis, I research the role of the judiciary in police operations in favelas in the north zone of Rio de Janeiro, based on fifteen criminal cases involving crimes under the Drug Law (11.343/2006) which announced this context, were sentenced in the first half of 2019 and processed in the judicial district of the capital of TJRJ. I consider this policy as an instrument of racialized urban management in the city of Rio, which adheres to the terms of the current policies of enmity (MBEMBE, 2020), as well as explains the content of white sovereignty that these elites maintain through everyday judicial activity. In the first chapter, I recover the genealogy of this bureaucracy, from the framework of decolonial and afrodiasporic studies in a bibliographic review. Then, I bring the empirical data, which I mobilize through documental ethnography, to study the way in which discursivities produced narratives about favela territories (chapter 02) and subjects (chapter 03). These discourses reveal the relationship between the governability of operations and the narcissistic pact of whiteness, which have made it possible for the judiciary to be one of the main agencies responsible for the management of necropolitical sovereignty in our territory.

Keywords

Drug policy; police operations; magistracy; enmity policies; whiteness.

Resumen

Fernandes, Luciana Costa; Bernardes, Marcia Nina(director de tesis). **ENTRE VIDAS Y MUERTOS: Etnografía documental sobre el papel del poder judicial en las operaciones policiales en las favelas de la Zona Norte de Río de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2022. 261p. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Durante más de tres décadas, los operativos policiales han dirigido el uso de recursos por parte del Gobierno del estado de Río de Janeiro, encontrando en la política de drogas uno de sus mayores agentes. Aprovechando los recursos del léxico neoliberal de castigo y autoritarismo emergente a nivel mundial, intensifican la relación entre la exclusión territorial y la violencia, a través de la criminalización y el asesinato, que son la regla en los territorios de las favelas. Orgánica a las políticas urbanas en los grandes centros, esta relación ha renovado, aquí, la doxa de las colonialidades, fijando las fronteras raciales de la precariedad através de la matriz de espectacularización, brutalidad y desechabilidad antinegra que rearticula el proyecto. En el complejo organigrama de las agencias que han hecho que las operaciones policiales no solo sean posibles, sino también fundamentales para el proyecto que llevan a cabo, el poder judicial y, especialmente, los jueces han asumido un papel cada vez más destacado. Por lo tanto, en esta tesis, investigo el papel del poder judicial en los operativos policiales en las favelas del norte de Río de Janeiro, a partir de quince casos penales que involucran delitos tipificados en la Ley de Drogas (11.343/2006), que anunció este contexto, fueron sentenciado en el primer semestre de 2019 y procesado en el distrito de la capital de TJRJ. Considero esta política como un instrumento de gestión urbana racializada en la ciudad de Río, que se adhiere a los términos de las actuales políticas de enemistad (MBEMBE, 2020), además de explicar el contenido de la soberanía blanca que estas élites mantienen através de la actividad judicial cotidiana. En el primer capítulo recupero la genealogía de esta burocracia, desde el marco de los estudios decoloniales y afrodiaspóricos en una revisión bibliográfica. Luego, utilizando la etnografía documental, analizo los datos empíricos para estudiar la forma en que las discursividades produjeron narrativas sobre los territorios de las favelas (capítulo 02) y los sujetos (capítulo 03). Estos discursos revelan la relación entre la gobernabilidad de las operaciones y el pacto narcisista de blanquitud, que han posibilitado que el poder judicial sea uno de los principales órganos encargados de la gestión de la soberanía necropolítica en nuestro territorio.

Palabras clave

Política de Drogas; operaciones policiales; magistratura; políticas de enemistad; blancura.

Sumário

1. Introdução 14

2. EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS, FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BUROCRACIAS DE ESTADO EM PAÍSES LADINOAMEFRICANOS E O CASO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO RIO DE JANEIRO 30
2.1 Grupo modernidade/colonialidade, pós-colonialismo africano e possíveis leituras da formação de elites e burocracias de Estado no Brasil 33
2.1.1 Racismo e colonialismo no pensamento de Aimé Cesaire e Frantz Fanon 36
2.1.2 Elites letradas brancas e a intrusão colonial na América Latina 50
2.1.3 O caso brasileiro: leituras sobre a intrusão colonial e a organização do poder instituído a partir do pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez 57
2.2 Constituição do judiciário brasileiro e a colonialidade do poder 70
2.3 Formação jurídica, colonialidade do saber e colonialismo jurídico no Brasil 78
2.4 Sistema penal, colonialidade do ser e a localização da magistratura brasileira 85

3. TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO ESPACIAL RACIAL DAS OPERAÇÕES ENVOLVENDO O TRÁFICO NAS FAVELAS DA ZONA NORTE DO RIO 99
3.1 “Território usado” no pensamento miltoniano e o uso prático-discursivo 100
3.2 Favelas cariocas como “territórios negros” e razão negra do controle e da criminalização 103
3.3 Guerra contra as drogas no Rio e a guerra contra as favelas da zona norte 111
3.4 Controle espacial racializado, políticas de inimizade e o caso das Facções criminosas nas favelas da zona norte carioca 114
3.4.1 Denúncias e as narrativas sobre comandos 117
3.4.2 Facções criminosas, performances político judiciárias e a sentença do caso 02 121
3.4.3 Inscrições nas drogas e a metalinguagem das facções 125
3.4.4 Que facções? Judiciário e a cortina de fumaça sobre as milícias cariocas 128
3.5 Domicílios e sentidos de lar em territórios de favelas 133
3.5.1 Domicílio, consentimento e governabilidade nas operações 137
3.5.2 “Atitude suspeita” e a gramática da espoliação das casas-territórios no campo 143
3.5.3 Casa de Tereza e a tal “lei de invasão de domicílio, lá no morro, não vale nada” 145
3.6 Bocas de fumo e as dimensões da “corporeidade” antinegra no campo 150
3.7 Militarização e os retratos construídos das favelas a partir do estudo do caso 04 157
3.8 Qualidade e quantidade das drogas apreendidas: geopolítica da cocaína e as cartografias das favelas 161

4. BRANQUITUDE, SISTEMA PENAL E O AGIR PRÁTICO-DISCURSIVO DA MAGISTRATURA NAS OPERAÇÕES EM TERRITÓRIOS DE FAVELA DA ZONA NORTE CARIOCA 166

4.1 Estudos sobre a branquitude no brasil, branquitude como chave analítica e o pacto narcísico 169

4.2. Teoria das vozes, colonialismo jurídico e branquitude nos autos judiciais 176
4.3. “Operações policiais”, governança racial e a magistratura: branquitude, necropolítica e o alterocídio em duas decisões sobre prisões 196
4.4 Hermenêutica jurídica da branquitude e o caso das operações policiais em favelas da zona norte do Rio 205
4.4.1 Hermenêutica jurídica da branquitude e os casos de relatos de agressão policial no campo 208
4.4.2 Indiferença ao sofrimento e a sistemática jurídica de obliterações a partir do caso 13 216
4.4.3 Agressões policiais no flagrante e a retórica jurídica da ordem pública como sustentáculo da violência antinegra 220
4.5 Pacto narcísico da branquitude, dimensões da morte e o agir judicial em meio à guerra às drogas no contexto estudado: apontamentos sobre o caso 11 225
4.6 Justiça antinegra e narrativas sobre os corpos: fotografias nos autos e o caso da divisão de evidências digitais 232

CONCLUSÃO 240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 245

Lista de Tabelas

Tabela 01 - quantidade e qualidade das drogas conforme os casos

Lista de Figuras

Figura 01 - Exame de Corpo de Delito do caso 15
Figura 02 - folha 01 da petição do caso 10
Figura 03 - folha 02 da petição do caso 10
Figura 04 - folha 03 da petição do caso 10
Figura 05 - folha 04 da petição do caso 10
Figura 06 - folha 05 da petição do caso 10
Figura 07 - folha 06 da petição do caso 10

1. Introdução

2022, que é quando escrevo esta tese, foi o ano da reeleição, em outubro, do então governador Cláudio Castro e assim também da vitória da principal agenda que levou o antigo juiz à nova gestão na chefia do executivo do estado do Rio de Janeiro: o projeto político das operações policiais em territórios de favelas. Tendo exercido o primeiro mandato como vice-governador em 2018, período marcado pelo esgarçamento do discurso bélico e autoritário "contra o crime", e depois assumido o cargo de governador em 2021[1], foi responsável pela maior chacina da história do município e segunda maior do estado, que aconteceu em meio à pandemia do vírus da COVID-19. Especialmente no último ano, Castro conjunrou, como nunca antes de forma tão explícita, os padrões mórbidos de governança espacial[2], tendo a sua recente investidura anunciado a adesão massiva[3] aos capitais que mantêm pelo estado os esquemas de segurança pública calcados na geografia da morte contra corpos e territorialidades negras.

Há mais de três décadas, as operações policiais direcionam o uso de recursos pelo Governo do estado do Rio de Janeiro com base no discurso do "combate à criminalidade" (HIRATA; GRILLO; DIRK, 2020), que tem na política de drogas uma das suas maiores agendas. Aproveitando o fato de ter se tornado, a nível mundial, a principal geopolítica antinegra (ALEXANDER, 2017), e que a "perseguição ao varejo" tem, na espacialidade, representação material e simbólica, essas operações vem se tornando paradigmáticas às

[1] Claudio Castro, político, advogado e cantor de música gospel, era vice de Wilson Witzel (PSC) e assumiu o posto após o processo de *impeachment* e prisão do então governador, em abril de 2021, que decorreu de indícios de desvios de recursos da saúde pública. Antes de integrar o Executivo, Witzel foi do exército e deixou as forças armadas como segundo-tenente. Em 2001, tornou-se juiz estadual no TJRJ, cargo que deixou para concorrer como governador em 2018, pelo PSC, assumindo vinculação à figura de Jair Bolsonaro. Eleito, chegou à escatologia de defender que policial deveria "atirar na cabecinha", reunindo de forma caricata algumas das condições da relação entre política e judiciário que exploro.

[2] Mobilizo ao longo da tese o conceito de "governança" trabalhado por Mbembe (2020), que está imbricada ao conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018) e especificamente de "governança racial" no contexto brasileiro, tal como proposto por Adilson Moreira: ""a ação policial é uma ação estatal informada por interesses do grupo racial dominante em reproduzir formas de controle destinadas a manter um sistema de privilégios raciais que sustenta a hegemonia branca no nosso país. Creio que esse conceito de governança racial é relevante porque exemplifica como a raça informa diversas instâncias da vida social e da atuação das instituições sociais. Observamos o surgimento de uma nova forma de governança racial nas últimas décadas, sendo que ela utiliza dois mecanismos para manter a exclusão social: o genocídio da juventude negra e o encarceramento da população negra."(MOREIRA, 2019, p. 98).

[3] O governador foi eleito com um percentual de 58,67%, que totalizaram quase 5 milhões de votos, tendo vencido em 91 das 92 cidades do Rio. JORNAL NACIONAL, Cláudio Castro vence em 91 das 92 cidades do estado do Rio, com 58,67% dos votos. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/03/claudio-castro-vence-em-91-das-92-cidades-do-estado-do-rio-com-5867percent-dos-votos.ghtml>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

dinâmicas de terror que sobem os morros e reeescrevem, continuamente, os termos geografia da soberania necropolítica estatal.

Angariando os recursos do léxico neoliberal da punição e do autoritarismo mundialmente emergentes, que no Brasil ganha forma com a expansão do bolsonarismo e seus atributos essenciais e regionais - em linhas rasas, do discurso moral conservador, aplicação da agenda da desagregação social e, especialmente, culto da violência e da policialização/milicialização, que no caso do Rio tem corpo nas milícias (FONTES, 2019) - essas incursões intensificam a relação entre exclusão territorial e violência, pela via da criminalização e da matança, que são regra em territórios de favelas. Orgânico às políticas urbanas em grandes centros, a relação tem renovado, por aqui, a doxa das colonialidades, fixando as fronteiras raciais das precariedades através da matriz da espetacularização, da brutalidade e da descartabilidade antinegras[4] que o projeto articula.

No complexo organograma de agências que têm tornado as operações policiais não só possíveis, como também centrais para as políticas de governabilidades na cidade, o judiciário tem assumido papel de cada vez maior protagonismo. Do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de nº 635[5] ao volume massivo de ações penais envolvendo os crimes da Lei 11.343/2006 - que têm ou não o contexto das operações anunciado, mas de alguma forma mobilizam os capitais discursivos que estas demandam - juízes e juízas vêm dando forma às incursões a partir, também, da definição de categorias como “tráfico de drogas”, “traficantes”, “facções criminosas”, “favelas”, “áreas perigosas”, “violência”. E da gestão processual destes casos, moduladores sem os quais os instrumentos

[4] Nesta tese, mobilizo a categoria da antinegritude, que trabalho melhor no primeiro capítulo. Mas deixo a nota de que mantenho também a categoria do “racismo”, como uma chave, sobretudo quando referente ao pensamento de alguém que mobiliza este repertório. Faço um esforço analítico de, nos trechos que são leituras próprias, recorrer à “antinegritude” como uma lente, assim me alinhando à reflexão de João Vargas, autor que é quem trago como principal referencial neste ponto: “Assim, ao passo que, da perspectiva do racismo, a discriminação racial é algo que pode ser eliminado ou pelo menos combatido, da perspectiva da antinegritude, essa proposição fica mais complicada. Isso porque, nessa perspectiva, trata-se não apenas de eliminar um conjunto de práticas sociais e institucionais (o racismo), mas de questionar fundamentalmente a própria noção de Humanidade e sua dependência na exclusão daquelas consideradas não pessoas. A antinegritude é constitutiva da Humanidade. Ser humano é não ser negro.” (VARGAS, 2020, p. 18).

[5] A ADPF 635 foi protocolada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), em novembro de 2019, em conjunto com uma série de instituições e organizações da sociedade civil - como a Educafro: Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coletivo Papo Reto, Justiça Global, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, Movimento Negro Unificado, Movimento Mães de Manguinhos, Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fala Akari e a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - em defesa da vida e contra as recorrentes operaçoes policiais em favelas durante a pandemia. Culminou na decisão do ministro Edson Fachin, em 5 de junho de 2020, que depois foi acompanhada pelos demais, determinando que “não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do Covid-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais”.

políticos do controle territorial e da distribuição calculada da morte e da punição, que estes casos mobilizam, não subsistiriam.

Tendo isto em vista, decidi[6] pesquisar o papel da magistratura nas operações policiais em favelas da zona norte do Rio de Janeiro, a partir das ações penais envolvendo os crimes da Lei de drogas (Lei 11.343/2006), que anunciaram este contexto, foram sentenciadas no primeiro semestre de 2019 e tramitaram na comarca da capital do TJRJ[7]. E isto considerando essa política como instrumento da gestão urbano racializada na cidade do Rio, paradigmática ao exercício de uma economia política da violência e que explicita o conteúdo da soberania branca que essas elites mantém, pela via da atividade judicial cotidiana.

Já vinha investigando, desde o mestrado, o papel da magistratura na política de drogas no Rio - e por isso tido contato com parte do campo de reflexões teórico empíricas sobre essa institucionalidade (FERNANDES, 2020). No doutorado, minha intenção passou a ser de disputar a recuperação da genealogia desta burocracia, tradicionalmente feita apenas a partir da Constituição (FLAUZINA, PIRES, 2020, p. 1216) a partir do marco dos estudos decoloniais e afrodiaspóricos (capítulo 01) e, através da etnografia documental, estudar o modo como discursividades em 15 (quinze) autos judiciais produziram narrativas sobre territórios de favelas (capítulo 02) e sujeitos (capítulo 03). Discursos esses que, penso, desvelam a relação entre a governabilidade das operações e o pacto narcísico da branquitude, que têm possibilitado, à magistratura, protagonizar esta agenda antinegra.

No primeiro capítulo, proponho um ciclo de revisão bibliográfica em que, primeiramente, busco na decolonialidade e no pensamento afrodiaspórico localizar, analiticamente, as relações de poder de onde emergem as violências estatais que são foco da pesquisa. Divido, assim, as minhas próprias percepções teórico analíticas sobre esses estudos, entendendo que a escolha entre um/a ou outro/a autor/a diz respeito ao percurso e a intenção político-genealógica especialmente dessa primeira fase de investigação.

Exploro o sentido assumido, no texto, para categorias como “colonialismo”; “modernidade”, “colonialidade” e “racismo”, dentre outras que considero essenciais para falar sobre territórios de favela, sistema de justiça criminal e guerra contra as drogas. E procuro, ao longo da construção teórico-epistêmica do item, analisar parte da historicização do judiciário, sobretudo tendo como referência a chave da “colonialidade do poder”. Pontuo o

[6] Escrevo o texto desta tese na primeira pessoa do singular, reivindicando assim, junto com um legado de pesquisas nesse sentido, a minha inscrição em corpo-palavra e as minhas posicionalidades como lugares enunciados a partir dos quais reflito sobre as questões propostas (hooks, 2019). Como proposta metodológica na antropologia, estou seguindo a proposta de CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996.

[7] Apresento no final do único subitem desta introdução como cheguei a estes documentos e como recortei a amostragem.

direito, que foi sendo fundado nas bases da racionalidade do racismo científico e do saber jurídico-canônico, que era mantido para aparelhar a manutenção da supremacia branca em nosso território, como vinculado à matriz da "colonialidade do saber" e do "colonialismo jurídico". Por fim, reflito sobre o sistema penal e os discursos criminológicos no Brasil como orgânicos à "colonialidade do ser", conceitos que desenvolvo nesta ocasião para assentar as bases da divisão ontológica da humanidade que estrutura, hoje, o sistema de justiça criminal.

Tendo historicizado o sistema jurídico, a magistratura e o poder punitivo neste primeiro capítulo, dando conta da dimensão sistêmico-estrutural que, sustento, reverbera nos mecanismos da antinegritude dos casos analisados, passo a analisar de maneira mais direta os documentos das ações penais estudadas em dois níveis. Primeiro (capítulo 02), penso mais diretamente sobre como discursos sobre os territórios negros que são as favelas da zona norte carioca, a partir das políticas de inimizade das operações policiais em meio à guerra às drogas e da racionalidade do agir jurídico-penal, vão dando forma à governança racial na cidade do Rio. Depois (capítulo 03), investigo mais detidamente como os dispositivos do saber jurídico que encontrei no campo, tais quais a hermenêutica e a retórica salvacionista, sofisticam os pactos narcísicos da branquitude, dando novos contornos à hierarquização de humanidades que informa o agir judicial nos processos explorados e atribui valor de centralidade ao judiciário para os sustentáculos do projeto das operações.

Especificamente no segundo capítulo, estabeleço relação entre a categoria do "território usado" do pensamento miltoniano e a chave analítica da raça como opção teórico-metodológica para refletir sobre espaço urbano das favelas da zona norte do Rio de Janeiro, e as consequências políticas para o contexto brasileiro de atuação do poder punitivo na guerra contra as drogas. Assim, analisei nos autos judiciais da amostragem alguns dos elementos que retratavam o modo como penso que a magistratura constitui os dispositivos ideologizantes sobre "território" no contexto estudado. E separei blocos de temas que são indiciários, de como os recursos que encontrei, em fragmentos específicos da ação, vêm sendo mantidos. Assim, depois de destacar o papel das "favelas" nos autos sobre tráfico, analiso como "facções criminosas", "inscrições nas drogas", "domicílios" e o caso específico das "bocas de fumo" parecem ter sido centrais nos discursos analisados e assim propor, dialogando com as propostas epistemológicas deste trabalho, como o poder punitivo produz as espacialidades estudadas e opera a governabilidade necropolítica a partir desses repertórios.

Concluo que as narrativas acerca da trama das operações formulam as referências simbólicas e materiais dos territórios em debate, assumindo uma importante função para a configuração da geografia da vigilância e do controle urbanos que o judiciário organiza.

Representando o atual estágio de militarização da vida nas favelas da zona norte, os discursos expressam a naturalização da tirania da guerra que tem interpelado os trânsitos e as políticas de inimizade que constroem a questão criminal contemporaneamente.

Passo então para o terceiro e último capítulo, em que historicizo "branquitude" como uma chave analítica, para depois relacioná-la com outras propostas conceituais. Mantenho o esforço de reposicionar a magistratura e, nesse momento, entendo possível analisar suas práticas tendo como lugar de reflexão o papel da institucionalidade na organização social brasileira e sua pactuação com os interesses das elites branco-burguesas (FREITAS, 2019). Apresentado alguns dados encontrados no campo, investigo os modos como a branquitude está imbricada às possibilidades de a magistratura alicerçar, documentalmente e pela via da discursividade normativo-jurídica, operações policiais.

A relação entre a base hermenêutica e epistemológica do direito e a governança racial (MOREIRA, 2019) remonta à consolidação dos cursos de direito e das burocracias que são sustentadas especialmente pelos recursos da dogmática, que trabalhei no primeiro capítulo. No terceiro, aproximo essa reflexão de formas contemporâneas de realização, assim concluindo que, através de formas tais como a "hermenêutica jurídica da branquitude" e o "colonialismo jurídico", mobilizando recursos do direito como um saber e como uma prática política-discursiva, a magistratura consolida a esse sistema de justiça antinegra.

Escapa, ainda, a esta introdução uma apresentação das propostas metodológico-empíricas, tanto a nível teórico como de apresentação do material de campo. E isso, tanto para explicar as ferramentas conceituais e como encontrei e recortei a amostragem em exatos 15 (quinze) autos judiciais, quanto para expor algumas das posicionalidades de determinados sujeitos que compuseram os casos, indicadores que localizam as análises deste trabalho. Porque considero que esta apresentação tem destaque no fluxo da pesquisa, já que desvela parte da orientação político-epistemológica que assumo no campo das pesquisas empíricas no direito, opto por recortar algumas dessas considerações em subitem próprio.

Etnografia documental como possibilidade metodológica de enxergar o poder à contrapelo

Documentos, registros, tecnologias do uso da palavra escrita que expressam e compõem o agir do Estado em múltiplas direções. Assim percebo as peças que pesquisei em meu campo, tomando como grande legado o trabalho de pesquisadoras/os que pautam a possibilidade de um fazer etnográfico documental e que pensam em documentos como um *corpus* vivo (VIANNA, 2014, p. 44).

Refletir sobre este aporte metodológico me pareceu interessante, para além do modismo de alguns jargões antropológicos no campo da pesquisa empírica no direito, em razão das implicações decorrentes da minha posicionalidade quando da escrita. Ao longo do processo, fiz parte de um grupo de pesquisadoras/es do IPEA que analisaram os processos que foram julgados no Brasil, envolvendo os crimes afetos à Lei de drogas no primeiro semestre de 2019[8]. E fui a responsável por analisar os autos disponíveis, neste recorte, de todas as ações que foram processadas pelo TRF-2 (campo que finalizei meses antes de começar a escrita da tese), TJRJ e, em parte, pelo TJMG e TJRN (campos que dividi com outras pesquisadoras/es)[9], o que totalizou 498 (quatrocentos e novena e oito) processos, que envolveram 980 (novecentos e oitenta) pessoas acusadas.

Digo que esta é uma condição importante de ser colocada, porque, embora vá aqui trabalhar com apenas uma pequena parte dos que foram processados na Capital do TJRJ, todo o universo de casos pesquisados, assim como o fato de ter ajudado a construir o instrumento para esta pesquisa, fez com que eu estivesse imersa de tal forma a considerar esses registros como um complexo "mundo social" (VIANNA, 2014 p. 44).

Habito, assim, um universo do empírico constituído por um acúmulo de papéis digitalizados; arquivos que fizeram parte do meu cotidiano, assim como as dinâmicas de análise e preenchimento de um formulário eletrônico e notas de impressão em meu caderno pessoal, tudo ambientado em minha vivência pessoal dos trânsitos entre a baixada fluminense e a zona norte do Rio de Janeiro[10], em um dos governos estaduais que mais matou em territórios de favela nas últimas décadas.

Considero metodologicamente interessante esse agir etnográfico, porque percebo *performances* documentais como expressões que entrelaçam diferentes temporalidades e

[8] A pesquisa nacional foi realizada em parceria do IPEA com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob encomenda do governo federal. Todas as presidências dos Tribunais de Justiça foram oficiadas pelo Instituto, para que tomassem ciência da pesquisa e colaborassem, inicialmente, com o envio da relação de casos que tivessem sido sentenciados no primeiro semestre de 2019, envolvendo qualquer um dos crimes da Lei 11.343/06, inclusive quando estivessem em concurso com crimes de outras leis. Pelo TJRJ foi noticiada a existência de 289 autos e os dados foram coletados e analisados, por mim, junto com os do TRF2 e TJMG, entre início de outubro de 2020 e final de abril de 2022. A coleta de dados teve quatro principais eixos: dados gerais dos inquéritos e das ações penais (tais como tempo de processamento, atos realizados etc); provas produzidas, com destaque para a condição das perícias das drogas; dados dos perfis das pessoas criminalizadas; e dados das testemunhas ouvidas.

[9] Por Tribunal, a divisão quanto ao número de processos que analisei foi a seguinte: i) TRF2, 40 (quarenta); ii) TJRJ, 289 (duzentos e oitenta e nove); iii) TJMG, 161 (cento e sessenta e um); e iv) TJRN, 8 (oito).

[10] Sou nascida e criada na cidade do Rio de Janeiro, moradora da zona norte há aproximadamente vinte anos e há cinco me tornei professora da UFRRJ em Nova Iguaçu, na baixada fluminense. Meus próprios fluxos na cena urbana me implicam diferentemente nas cartografias da cidade que elaboro nesse trabalho.

que podem transbordar limites ficcionais entre o dito e o não dito, muitas vezes se fazendo nas entrelinhas contingentes daquilo o que escapa ao documentável. Embora sejam registros de um tempo e espaço bastante definido – e foram estes dois elementos, justamente, que me levaram a acessá-los -, são notas que emergem desde estâncias oficiais do controle sobre conflitos envolvendo uma política, a de drogas, que há décadas compõe o centro das tecnologias envolvendo o sistema penal.

Seus conteúdos, assim, carregam relações entre o passado, presente e as prospecções com o futuro que extrapolam as datas que constam dos textos explícitos. A projeção, portanto, desse conjunto de papéis é um pouco mais do que as subscrições tentam delimitar. Além disso, as formas de registrar assumem dimensões estéticas mais ou menos particulares, elementos que comunicam a historicidade de instituições, de práticas, das pessoas que subscrevem, daquelas sobre as quais as vidas são decididas e que também desvelam o que muitas vezes não cabe nas formas insistentes do aparato burocrático.

Daí o esforço de superação da dimensão informacional e instrumental do documento e assim também a reivindicação em favor da restauração analítica da visibilidade de seus elementos essenciais, os que estão nos enlaces da leitura dos textos com a interpretação analítica.

Essas são algumas das condições que fazem com que documentos constituam materiais que, em comparação com campos que partem da interlocução direta com pessoas e experiências de encontro pessoais, demandam “estratégias de autoridade” diferenciadas (FERREIRA; LOWENKRON, 2020, p. 20), muito embora toquem questões parecidas com as que outras metodologias podem trazer. Especialmente na dinâmica processual, onde, por trás da sistemática jurídico-processual, deveria estar a dialética, as tramas narram silenciamentos que são essenciais a campos construídos a partir do “olho no olho”, como as entrevistas, mas que são formuladas para que exprimam discursividades e sedimentem práticas que guardam as marcas sanguinárias dos contextos das operações policiais.

Constantemente nas leituras, tive a sensação de que folhas traziam a corporalidade dos gritos e dos traumas, vários deles, elaborados na forma escrita. Em muitas ocasiões, levei dias para terminar um único caso, ainda que tivesse poucas páginas, porque vários são os retratos escancarados das cenas explícitas de guerra. Essas experiências, em contraponto à outras metodologias que lidam com o imediato mais diretamente, estavam sempre ali inteiramente disponíveis, não importava a quantidade de vezes que fechasse os arquivos[11].

[11] Por isso sentia a diferença entre esse material e, por exemplo, o de uma entrevista com notas redigidas – como fiz em minha dissertação de mestrado. Se algo em uma entrevista é dito com um tom opressor, mesmo que a lembrança traumática do tempo da fala persista, depois da vocalização, a

Assim é que penso que o esgarçamento das questões que documentos convocam, a partir de algum nível de repetição, dá conta das realidades que eles insistentemente retratam e produzem. E que, envolvendo o sistema penal, expressam formas de narrar o terror e o genocídio contra corpos e territorialidades negras.

Ainda refletindo sobre as diferenças desse aporte metodológico, um conjunto de papéis nos emplaca na necessidade de não confundirmos o que são os documentos do que foi, por exemplo, dito em um depoimento ou do que aconteceu em um ato descrito. O peso das dinâmicas de fala e à própria imagética que constroem, assim como às condições de "confiança" da descrição de qualquer "verdade" precisa ser constantemente colocado em perspectiva.

Além disso, embora os papéis tragam elementos de vidas, cheias de espaço, elas são intermediadas pelas ilusões das rotinas de protocolos, timbres e assinaturas, alinhavadas pelas próprias idiossincrasias das instituições envolvidas e, no caso de ações, pelas realidades fragmentadas que o colonialismo jurídico pode construir. Por isso, as costuras interessam nessa pesquisa; e há um interesse particular em se pensar na reconstrução das trajetórias dos desenhos das discursividades como símbolos das conexões e interações que lhes possibilitam à nível de agenda político-programática em matéria de segurança pública.

Outra questão é que o documento, no meu caso, não existe "para o campo" e não interage de acordo com um projeto de pesquisa pré formulado, como uma interlocução direta, tal qual em um ambiente entrevista semi-estruturada, pode ser. Não poder reconduzir um roteiro de perguntas; gerar interrupções ou tocar a experiência sensitiva desde outras interpelações, pensando ativamente nos interesses de um plano de trabalho, faz com que seja ainda mais incontrolável a forma como podem fugir do escopo de uma pesquisa e ir fazendo variar muito mais os contornos do trabalho.

Ao mesmo tempo, em virtude de os processos escolhidos serem documentos arquiváveis – e vários inclusive arquivados -, trazem uma dimensão de permanência e um compromisso com a coerência formal que uma pessoa dificilmente mantém ao longo de uma fala espontânea, assim como o corpo de símbolos que carrega e se prolonga para além daquelas que compõem a cena imediata dos autos.

---

experiência com aquele conteúdo passa a ser mediada pelo registro interpretativo da memória. Dificilmente, assim, parte de um mesmo arcabouço de reconstituição, o que convoca sensações bastante genuínas para a constituição do campo. Com arquivos, embora as situações neles constantes possam passar desapercebidas em uma primeira leitura, elas estão sempre acessíveis nos termos de uma anterior experiência - o que varia, fundamentalmente, são as condições de quem e como se está tendo contato com a escrita. Por esse e por outros motivos, tendo a achar que o trabalho com documentos é cansativo; há como que um convite a conhecer, segundo aquelas pessoas envolvidas na sua elaboração, aquilo que nas interações e conexões que propõe, deve permanecer e durar.

Inúmeras vezes, documentos acionam nossa capacidade fantasiar, de criar imagens para as pessoas envolvidas na sua criação e, no caso das ações criminais, daquelas/es que são vítimas das violências do poder punitivo. Todavia, de uma forma bastante pré-determinada, já que, sobretudo quando se trabalha com um grande quantitativo de arquivos, se consegue acessar o que se quer expor e o que pode acabar escapando pelos enganos produzidos nas análises. Assim, a etnografia documental de processos toma como importantes elementos de análise as repetições, as possíveis interações e as condições desiguais de fala. Como ensina Adriana Vianna:

> As gramáticas por eles mobilizadas revelam limites discursivos dados por sua posição e atribuição em cenas específicas, mas também suas margens de agência, escolha e expertise. Crer e descrer da ficção que esses personagens documentados nos apresentam é parte, portanto, do nosso trabalho de dialogar com eles, torná-los "nossos" e, ao mesmo tempo, sermos por eles conduzidos, seduzidos e, quem sabe, enganados. Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos com essas vidas feitas papel, arquivo e administração. Nossas precauções, como em qualquer etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mãos presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncios. (VIANNA, 2014, p. 48).

Outro aspecto que quero destacar retoma a forma como são gestados. Tenho a impressão de que, diferente de outros documentos em arquivos, autos judiciais, e especialmente os criminais, são pilhas de papéis que, honestamente, "ninguém quer". Carregam consigo vidas, mortes, mortes-em-vida, espaços e tempos inteiros, mas desde um modo de registro daquilo o que, aquelas/es que os geram, querem, o mais rápido possível, "se livrar". Dinâmicas essas que são intensificadas no caso dos processos enveredados na guerra contra as drogas, em que as dimensões do "não ser" passam a integrar, assim também, a condição própria da documentação.

Além disso, mesmo que possa haver um esforço de reconstituição imaginativa dos ambientes desde onde foram criados, é impossível reproduzi-los integralmente e viver, ainda que em parte, as representações para as pessoas envolvidas - salvo se efetivamente se acompanhar a rotina de onde emergem, como a partir da observação da rotina das diferentes pessoas que aparecem nos arquivos[12].

[12] Este, porém, não foi o caso dessa pesquisa, que foi gestada em um dos períodos, provavelmente, mais desafiadores aos fazeres etnográficos: a pandemia do COVID-19, que alterou a forma como tivemos que lidar com os campos de pesquisa empírica no Brasil e no mundo, já que nos emplacou a necessidade do distanciamento físico e o fechamento de espaços físicos por longos períodos, tais como Tribunais de Justiça. Ademais, todos os processos analisados foram sentenciados no primeiro semestre de 2019 e analisados ao longo de 2021 – o segundo, fatídico, ano pandêmico. Voltar ao passado, aqui, representava de todo um exercício imaginativo, já que não dispunha da possibilidade do encontro com as mesmas dimensões de territorialidade da documentação em gabinetes judiciais do momento da feitura.

A análise documental desse trabalho, porém, não conta com os encontros, com as presenças físicas, e está ambientada em um contexto político de saturamento e hiperdimensão dos registros e arquivos em PDF - que só se avolumam conforme as rotinas de pesquisa de 2021 e 2022. Mas também parte da minha posição, como advogada e professora de direito, de quem acessa a memória do funcionamento de repartições policiais e gabinetes de juízes.

Aspecto central também a ser demarcado é que as ações penais estão inseridas no contexto das análises em/sobre burocracias estatais, em um amplo campo de estudo que pode ser referido como "antropologia das práticas de poder". Lugar de pesquisa sobre o Estado, particularmente das "agências e agentes que compõem a dimensão organizacional e nela crêem" (RODRIGUES CASTILHO, *et al*, p. 13), desde onde se investigam as discursividades, os compromissos, pactos, agenciamentos e, de forma ampla, as redes de pessoas que dão forma às práticas de poder da administração pública.

E, também, porque escolho trabalhar com o judiciário, esta é uma pesquisa sobre uma elite própria, dotada "de capital sem par: a autoridade de descrever/prescrever a legitimidade de certas relações em detrimento de outras" (VIANNA, 2014, p. 44). Para além da percepção de que a função jurisdicional, em essência, emplaca a autoridade de "dizer a lei" a partir de uma racionalidade que se discursa como imparcial e assumindo as pessoas que compõem este aparelho como investidas do poder de decidir a partir da retórica da alteridade, a "colonialidade da justiça" é uma das chaves analíticas centrais deste trabalho. Como propõe Rita Segato,

> Também dentro dessa concepção da história como uma trama contínua, considero a tortura carcerária, a violência policial e a parcialidade da justiça atual como formas de terror de Estado não menos típicas do que aquelas exercidas por governos autoritários em décadas anteriores. Ambos fazem parte da sequência que começou com os genocídios perpetrados pelos agentes das metrópoles coloniais e dos Estados-nação. No entanto, esta unidade é pouco visível ao senso comum em geral e tem sido pouco divulgada pela mídia" (SEGATO, 2007, p. 144, tradução livre)[13]

No que toca à metodologia escolhida, ambas, assim como outras repartições burocráticas estatais, transitam e interagem com documentos desde uma organicidade nata. Nestes dois casos, quando o Estado dimensiona a formulação material e estética de peças, está constantemente implicando a forma como registros representam e produzem realidades.

[13] No original, "*Dentro también de esta concepción de la historia como trama continua, considero la tortura carcelaria, la violencia policial y la parcialidad de la justicia de hoy como formas no menos típicas del terror de Estado que las ejercidas por los gobiernos autoritarios de las décadas anteriores. Ambas forman parte de la secuencia que comenzó con los genocidios perpetrados por los agentes de las metrópolis coloniales y de los Estados nacionales. Sin embargo, esta unidad es poco visible para el sentido común en general y ha sido escasamente relevada por los medios de comunicación*".

Daí a importância de construir um enquadramento analítico que esteja alerta às suas várias dimensões, sem reduzir as suas possíveis ambivalências (TEIXEIRA, 2014, pp. 39-40).

O enquadramento proposto sugere que é impossível separar forma e conteúdo. E me conduz à reflexão de que, pensar antropologicamente documentos desde esta localidade, para analisar a atuação de organismos estatais, demanda refletir sobre as inscrições materiais dos escritos, sem se esquivar ao fato de que assumem a forma de uma narrativa interpretativa pessoal. Assim também venho pensando nos autos desta pesquisa desde a sua materialidade, não só através deles, tal como propõem Letícia Ferreira e Laura Lowenkron:

> pensar antropologicamente os documentos, e não apenas através deles, explorando sua materialidade, sua capacidade de associar pessoas ou provocar rupturas, seus efeitos de ocultamento ou exibição de assimetrias, hierarquias e autoridades, e, ainda, os afetos, agenciamentos e poderes que eles exercem em determinados contextos (FERREIRA; LOWENKRON, 2020, p. 14)

Outra contingência importante é que, em uma das suas dimensões mais cruas, documentos em geral podem dar aparência de impessoalidade a um agir, o que se torna especialmente sinuoso para relações fundadas em sistemas de opressões. Há, neste ponto, um interesse particular do sistema penal com papéis, também porque, como apontado, trata-se de uma atuação que assenta os limites da sua própria possibilidade de existência no discurso da imparcialidade. Um atributo que esbarra também na organicidade das agências que estão em contato direto com a documentação, especialmente, no campo criminal.

Nesse sentido, brasões, carimbos e formas ritualizadas de escrita[14] desvelam a maneira como esteticamente poderes instituídos podem insistir em aparentar padronizações, em falsear uma neutralidade cortada pelos signos que escancaram - ou, pelo contrário, tendem a apagar – a lógica cartorial e genocida dos poderes instituídos.

Começando pelas instituições que compõem o sistema penal, embora não integrem o judiciário, quase todo o procedimento policial é exemplo crasso dessa afirmação, já que todo o aparelhamento da fase investigatória é atravessado por uma linguagem técnico-burocrática militarizada e por uma racionalidade informada pelo jargão de que “o que não está nos autos, não está no mundo, de modo que uma investigação não documentada é como se não tivesse existido” (LOWENKRON; FERREIRA, 2014, p. 84).

[14] Nesse sentido, conhecer o *script*, enquanto advogada e professora de processo penal foi limitante (STOLER, 2002, p. 100), por exigir um constante afastamento das convenções e rituais, que pela implicação teórica e prática são muitas vezes “naturalizados”. Mas também, assim, eu partia de um estado de revisões analíticas anteriores, especialmente sobre determinados momentos da ação penal e sobre a visualização de como, juridicamente, a investigação e a instrução poderiam ser conduzidas, que serviram como lentes ajustáveis ao longo do trabalho.

Vale notar que todo procedimento de inquérito é reduzido a termo em regra, e redigido por um policial que registra acontecimentos e falas seguindo um ritual e uma linguagem pré-definidos institucionalmente. Os papéis são ordenados a partir de uma sequência fixa de descrições da atuação da instância investigativa, que tocam, mas também extrapolam as exigências legais. Isso quer dizer que a composição das diligências e a forma como as instituições optam por dar forma à papelada informa substancialmente a maneira como as páginas podem se tornar exterioridades possíveis; e assim simbolizar seus organismos e moldar quem os produz e quem é produzido por elas.

Então, por exemplo, as falas das pessoas envolvidas na investigação (investigadas e testemunhas) são totalmente intermediadas por um/a servidor/a que traduz uma narrativa livre aos termos da narrativa policial que é atravancada, constantemente, pelo uso da conjunção "QUE..." e pela decisão do/a tradutor/a das partes ditas que devem ou não constar de um termo. Torna-se, por isso, impossível saber quais as expressões foram literalmente usadas, quais os recursos discursivos foram genuinamente usados por quem fala. Mas estas mesmas conjecturas deixam evidente o que a institucionalidade fala sobre si, dando o tom, no caso específico da pesquisa, de algumas das "angulações menos explícitas da engrenagem que compõe a gestão governamental das mortes dos moradores de favelas ocorridas durante ações militarizadas nesses territórios" (FARIAS, 2014, p. 143).

Isto também se apresentou ao longo da instrução judicial, embora em outros termos – já que, por exemplo, a maioria das falas são gravadas, não transcritas. Nesse sentido, por exemplo, o fato de a instrução estar se encaminhando para o processamento eletrônico e as sentenças terem passado por uma padronização ao longo da pesquisa, com as marcas de escolha das fontes, tamanho, da racionalidade constitutiva da argumentação jurídica também foi sintomático do esgarçamento de diferentes desdobramentos que a "economicidade", quase sempre usada como recurso justificativo do processo, produz aos sistemas de enunciação das tomadas de decisão. De uma estética própria que o sistema de justiça escolhe para se autorreferenciar[15].

A última contingência mais geral sobre a metodologia do trabalho de que quero fazer nota é como são produzidos apagamentos estruturais das posicionalidades de quem constrói as narrativas que compõem os processos, algumas vezes chamando atenção o fato de que importantes discursos não são sequer subscritos; em outras, importar pouco a autoria dos discursos, sobretudo quando expressam padronizações crassas; e em outros momentos

[15] Muitas vezes, ainda, conhecendo o "modelo" usado por um órgão do judiciário, é possível saber onde dobras são propositalmente colocadas entre papéis, quais destaques são construídos para apresentar uma narrativa oficial e o peso da naturalização de uma dinâmica de vozes processual que oblitera pessoas em conflito com a lei da oportunidade de tomar o espaço da ação penal.

documentos poderem assumir formas de demarcações especialmente autoriais, quando a determinação da subscrição tem muito relevo. Os três movimentos foram emergindo dos processos analisados, embora a sensação mais geral que tive foi de que trazem um expressivo esforço de desidentificação dos atos.

E esta é mesmo uma condição bastante particular da análise de documentos produzidos por burocracias estatais, com algumas qualidades já colocadas aqui. Os padrões institucionais dão subsídio para relações de poder, especialmente aquelas situadas na supremacia branca, capilarizarem-se, proporcionando a aparência de uma gestão desinteressada e desimplicada no agir. Por isso, um dos esforços dessa tese é sempre tentar desvelar os níveis sistêmico-estruturais sem reforçar o apagamento das agências de quem, a um nível bastante pessoal e individual, também participa do terror racial da guerra contra as drogas.

Passo então a expor um pouco mais especificamente como recortei o meu material de campo e algumas das posicionalidades dos sujeitos que compuseram os casos.

Notas de encontro e caracterização das 15 ações penais da amostragem

Com a cópia da lista dos processos enviada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em mãos, sendo 134 (cento e trinta e quatro) da região metropolitana, primeiro, filtrei aqueles que tramitaram na Capital, um total de 55 (cinquenta e cinco) processos, tendo destes descartado 18 (dezoito) que, sem dúvida, não poderiam fazer parte do material analisado[16] e, do remanescente, 09 (nove) pelas ocorrências não terem acontecido em territórios de favelas[17].

Dos 28 (vinte e oito) restantes - dado que significa por si só, já que implica em dizer que mais da metade de todos os casos da capital do Rio trazem as narrativas da criminalização de corporalidades faveladas pela política de drogas - excluí 10 (dez) porque o vocabulário “operação policial” não foi explicitamente mobilizado pelo menos mais de uma

[16] Volto a lembrar que a lista dos 55 casos foi a que foi informada pela presidência do TJRJ e que tivemos, inclusive na pesquisa para o IPEA, que depurar. Os 16 descartes se deram na seguinte proporção de motivos: i) por estarem arquivados e não ter sido possível acessar os autos à tempo da pesquisa do IPEA, 6 (seis) processos; ii) 4 (quatro) processos, porque versaram sobre o crime de posse para consumo pessoal (art. 28 da Lei de Drogas), que envolve discussões que não interessam a esta pesquisa; iii) 6 (seis) casos estavam fora da amostra, porque a decisão definitiva não havia sido prolatada realmente no primeiro semestre de 2019; e iv)1 (um) caso porque não envolvia a Lei de drogas, sim Código penal, exclusivamente; v) um caso cuja sentença não envolvia a análise do crime (exclusão do processo por litispendência).

[17] Registro aqui as zonas das ocorrências, porque também integram a cartografia da política no estado: 3 (três) deles foram na zona norte; 4 (quatro) na região central; 1 (um) na zona oeste; 1 (um) na zona sul.

vez nos autos. Por fim, extrai 03 (três) porque, embora em favelas e houvesse a narrativa sobre operações, elas não aconteceram na zona norte[18][19].

A amostra conta, então, com 15 (quinze) casos de "operações policiais"[20] em territórios de favelas da zona norte do Rio de janeiro[21], que geraram denúncias pelo(s) crimes da Lei de Drogas, e foram sentenciados no primeiro semestre de 2019 no TJRJ. Todos os autos são públicos (não estavam gravados com sigilo), mas, mesmo assim, mantive o anonimato e por isso utilizei nomes fictícios para as partes, não indiquei as Varas de origem e só incorporei imagens com conteúdos desidentificados. Analisei-os na ocasião da pesquisa do IPEA, tendo as notas mais quantitativas daquela ocasião, e depois os fichei individualmente, conforme os eixos de investigação, especialmente, dos dois últimos capítulos da tese.

Porque a posicionalidade das pessoas que compõem as narrativas judiciais na pesquisa é central, trago já aqui na introdução alguns dos dados disponíveis referentes aos perfis. Dos quinze casos, 08 (oito) foram julgados por 06 (seis) juízas mulheres[22] e 07 (sete) por 07 (sete) juízes homens. Há, assim, uma maioria de magistrados diferentes discursando

[18] Sendo dois na zona sul e um na zona oeste - este foi um caso processado equivocadamente na Capital, visto que a região em que o caso aconteceu, Bangu, tem comarca própria e por isso não integra os dados. Apenas a título de informação, dos casos da região metropolitana, além deste processado na Capital, houve 09 (nove) processos comunicados na zona oeste (Bangu, Santa Cruz e Jacarepaguá) -número que me pareceu surpreendente inicialmente mas que pode ser indiciário dos pactos milícias que trabalho no capítulo 02 da tese. Na baixada fluminense, incluindo Japeri, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé, foram 55 casos. O restante dos casos estiveram em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Paracambi.

[19] O que me demandaria, no caso da zona sul, tocar questões da cena urbana carioca que não me interessavam quando da escolha do recorte e me escapariam demais aos autos, que cheguei a analisar detidamente, já que havia apenas dois processos com condições muito díspares. Ainda, um deles estava recortado em um contexto da política de segurança pública fluminense muito própria, que foi as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que tornaram este processo extremamente singular em toda a amostragem do Rio. O outro caso, da zona oeste, como disse na nota anterior, foi equivocadamente processado na Capital. Para analisá-lo, penso que deveria explorar também os demais 09 casos da região, mas isto também envolveria trabalhar com duas questões que, por si só, valeriam uma tese própria, que seria a condição do varejo no complexo penitenciário de bangu e a inserção das milícias na zona oeste do Rio de janeiro.

[20] Expressão mobilizada pelos policiais e/ou agências judiciais pelo menos duas vezes ao longo dos autos e que analiso mais detidamente a significância no capítulo 03.

[21] A amostra envolve operações nas seguintes favelas, que ficam nos seguintes bairros do município do Rio de janeiro, conforme os casos: Pedreira em Costa Bastos (caso 01; caso 07 e caso 12); Morro do Engenho, em Inhaúma (caso 02); Beco da Anchieta, em Anchieta (caso 03); Jacarezinho, no Jacaré (caso 04); Chapadão, em Guadalupe (caso 05); Dique, no Jardim América (caso 06); Complexo do Manguinhos, em Manguinhos (caso 08); Amarelinho, em Acari (caso 09); Complexo do Lins, no Engenho Novo (caso 10); Praia da Rosa, na Ilha do Governador (caso 11); Gambá, em Lins de Vasconcelos (caso 13); Turano, no Rio Comprido (caso 14); e Guaxindiba em Coelho neto (caso 15).

[22] Na ocasião de minha pesquisa de mestrado (FERNANDES, 2020), entrevistei cinco das seis juízas que aparecem agora nesta pesquisa.

sobre as questões investigadas[23], embora haja quase paridade com o número de juízas, como é o perfil das Varas Criminais desde 2016 no TJRJ (FERNANDES, 2020).

Foram 33 (trinta e três)[24] pessoas acusadas[25] sendo que apenas 01 (uma) era mulher (caso 08)[26]. Quanto à raça, só 04 (quatro) homens foram documentados como brancos. Há um total, portanto, de 28 (vinte e oito) pessoas negras criminalizadas[27], sendo 27 (vinte e sete) homens e 01 (uma) mulher nos 15 processos analisados. Nesse ponto, vale a nota de que, em 2020, o INFOPEN (BRASIL, 2020) registrava que no estado do Rio 72% da população encarcerada era negra, enquanto na amostra é de 88%.

Em média, as pessoas criminalizadas nasceram em 1992[28], sendo jovens que, no momento da sentença, tinham 27 (vinte e sete) anos, e a maioria (vinte e cinco) foi registrada, quanto à escolaridade, com o ensino fundamental incompleto[29]. Na comparação com os dados nacionais e do estado do Rio, temos uma proporção muito maior de homens negros,

[23] Um dos motivos que me levam, para não identificar os autos e manter o respeito aos direitos das pessoas envolvidas, a chamar as pessoas que compõem a magistratura de "juízes" (e não juízas). Além disso, penso que estas discursividades estão localizadas em variados níveis às masculinidades associadas ao exercício do poder punitivo, ainda quando emergem de juízas mulheres (FERNANDES, 2020), outro motivo que me leva a optar pela referência de classe no masculino. O indicador de gênero foi auferido pelo nome adotado por eles/as que assinam as sentenças judiciais, sendo o único dado de perfil dos/as magistrados/as disponíveis nos documentos da amostra.

[24] Embora seja um número alto, na maioria dos processos, havia apenas um réu. Isso se deu porque um caso específico envolveu 13 homens (caso 04). Com um réu, foram 08 processos (casos 05, 06, 08, 10, 12, 13, 14 e 15); e com dois réus, 06 (seis) processos (casos 01, 02, 03, 07, 09 e 11).

[25] Localizei os dados de identificação nas fichas do inquérito policial e das audiências de custódia. Sempre que houve divergência, optei por fazer prevalecer os dados constantes da audiência de custódia por um motivo de ordem prática que constituiu, inclusive, uma das nossas instruções quando da coleta de dados pelo IPEA. Os dados referentes à raça, porém, foram todos extraídos do inquérito policial, já que não havia registro no momento da instrução. Só em um caso não foi possível encontrar este dado.

[26] Este também é o motivo pelo qual, quando não quero identificar os autos, trabalho com a referência linguística no gênero masculino. Isto, para além de também identificar que, na construção do imaginário social que habita as narrativas judiciais sobre "traficantes" e sobre a inimizade implicada a esta geopolítica em específico, prevalecem as performances referidas às masculinidades (FERNANDES, 2020)

[27] Lembrando que não foi registrada a raça de um acusado especificamente do caso 04. Estou com este dado me referindo às pessoas que os documentos registraram como negras (16) e pardas (12). Um dado que já constitui a condição particular dessa amostragem é a maioria de pessoas que as agências policiais registram como negras - e não pardas -, contrariando uma série de indicadores que fazem ecoar o mito da democracia racial nos censos, por exemplo.

[28] Para chegar a este dado, somei o ano de nascimento das 33 pessoas criminalizadas e dividi por este valor.

[29] Não foi registrada a escolaridade no curso da investigação e da instrução dos 02 (dois) réus do caso 09. Dois réus foram registrados como analfabetos; um com o primeiro grau completo; dois com ensino médio incompleto (sendo um deles registrado como branco); 01 (um) com ensino médio completo. Os outros três réus registrados como brancos tiveram a escolaridade noticiada do ensino fundamental incompleto.

mantendo a tendência de serem jovens[30] com baixa escolaridade e todos/a encontrados em favelas da zona norte quando abordados/a.

Estes dados quantitativos já implicam a relação da política das operações na antinegritude produzida em meio aos discursos judiciais que foram analisados e que constituem as narrativas sobre a "inimizade" em meio à guerra contra as drogas nos territórios de favela da zona norte do Rio. Sem me alongar, neste momento, com a apresentação das composições e interpretação analítica dos personagens que estão em corpo-palavra nas ações - o que conjuro ao longo dos capítulos deste trabalho - passo, então, ao primeiro capítulo. Lugar em que, como expliquei, fico na exposição bibliográfica e onde busco entender, genealogicamente, a relação entre "violência estatal", "saber jurídico", "magistratura", "discursos criminológicos" e "sistema de justiça criminal" com a transversalidade da estrutura das colonialidades.

[30] Além disso, a faixa etária que lota os presídios no Brasil é a de 22 a 29 anos. No Rio, segundo o último censo do TJRJ, em agosto de 2022 ainda era a maioria, sendo 20.248 pessoas desta faixa (39,95%).

2. EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS, FUNDAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BUROCRACIAS DE ESTADO EM PAÍSES LADINOAMEFRICANOS E O CASO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO RIO DE JANEIRO

Nas últimas décadas, diferentes autores/as têm questionado a forma como opressões sistêmicas têm sido analisadas em países que têm em comum, na história, o imperialismo colonial europeu; e como resistências foram e vêm sendo travadas às suas imanências. Indo além do pensamento colonial, que vinha e ainda vem sendo reproduzido na forma como relações poder, que constituem o ser, os gêneros e os saberes, tem sido abordadas, o pensamento decolonial e afrodiaspórico tem buscado romper com as limitações próprias aos eixos de produção eurocentrados[31] considerando as colonialidades[32] como "lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais" (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36).

Nesse sentido, teoria e prática vêm se entrelaçando para pensar sobre situações contemporâneas considerando "as heranças e a reprodução de traços estruturais coloniais no âmbito do sistema-mundo ao longo dos séculos e até hoje" (CAHEN; BRAGA, 2018, p. 43). Embora com bases que podem ser conectadas, sobretudo no que se refere a centralidade que a abordagem política-epistêmica das colonialidades[33] – e, portanto, da proposta de dar centralidade à reflexão sobre a empresa colonial e às novas conformações que os sistemas de dominação têm assumido nesses territórios -, cada grupo e autor/a parte de condições bastante diversas.

Nesse capítulo, tenho a intenção de tocar essa trajetória epistemológica, para expor parte do eixo teórico-metodológico que corta, inteiramente, a minha relação com essa pesquisa. E tomo como condutora a reflexão de que o Brasil é um país com "dupla

[31] Refiro-me a produções localizadas na Europa Central, a partir de teóricos/as que são majoritariamente homens, brancos, europeus que estudam fenômenos situados neste epicentro, com possíveis relações a outros contextos, mas sem descaracterizar o eixo hegemônico em torno do qual acaba ciclicamente retomando.

[32] O termo colonialidade traz em si a ideia da permanência e longa duração do fenômeno que descreve. Utilizo neste capítulo alinhando-me à seguinte reflexão: "(...) se a colonialidade for entendida como mera "continuação da colonização" depois de uma "independência formal", é um conceito de pouco interesse, um mero substantivo da expressão "situação colonial" de Georges Balandier. Perde-se a dimensão de longa duração da colonialidade, nascida com a expansão capitalista *antes* da colonização, atravessando o período colonial para persistir ainda hoje em vastas partes do planeta. Simplifica excessivamente o que foram as "independências formais", visto que, nas Américas, as independências foram independências sem descolonização ao passo que os colonos criaram os Estados das suas próprias colônias, isto é, *Estados coloniais"* (grifos do autor) (CAHEN, 2018, pp. 51-52).

[33] O plural marca que pretendo partir da análise das colonialidades do poder (QUIJANO, 2000), saber (LANDER, 2005), ser (MALDONADO-TORRES, 2008) e gênero (LUGONES, 2008).

marginalidade em relação às análises pós/decoloniais"[34]. Isso porque, diferente dos estudos de pensadores/as que propõem a situação pós-colonial[35] ou descolonial[36] em países da África e/ou latino-americanos, a "independência" brasileira foi proclamada pelo próprio Estado Metropolitano, não decorrente de lutas emancipatórias – existentes, mas persistentemente anuladas pelo Estado colonial[37]. Além disso, somos uma nação afrodiaspórica e com particularidades que se apresentam quanto à articulação dos movimentos de resistências indígenas com relação aos países andinos, para os quais o pensamento decolonial latino-americano dirige-se com preferência.

[34] Esta consideração é feita por Michel Cahen, no preambulo de sua autoria: "Isto tem obviamente a ver com a trajetória da formação do Estado-nação no país que, embora não sendo em nada antagônica a uma possível análise em termos de colonialidade, teve efeitos parcialmente integradores, ao menos ideologicamente falando. Temos pois uma espécie de dupla marginalidade do Brasil em relação às análises pós-coloniais/decoloniais (CAHEN, 2018, p. 19). Mas quais são essas marginalidades?

[35] Refiro-me a um anticolonialismo revolucionário, produzido em meio às lutas ela libertação nacional sobretudo na África e Asia. A isto, Ballestrin se refere como "pós coloniais precursores": quilo que podemos chamar de um "pós-colonialismo anticolonial" reuniu intelectuais, ativistas e lideranças, deixando uma produção dispersa, não necessariamente acadêmica, institucionalizada e disciplinada. Na condição pós-colonial, em um sentido temporal estrito, o neocolonialismo começava a ser debatido, sobretudo, como entrave da verdadeira descolonização. Os escritos desta época variaram de discursos políticos à poesia, envolvendo pensadores latino-americanos, africanos e europeus (sobretudo, franceses): Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Jean-Paul Sartre, Aimé Césaire e Albert Memmi foram alguns nomes marcantes desta geração. Com influências da psicanálise, do pan-africanismo, do pensamento afro-diaspórico e do marxismo revolucionário, a questão da identidade já ali aparecia como fundamental na problematização do colonizado *versus* colonizador e do racismo a serviço do colonialismo." (BALLESTRIN, 2017, p. 509).

[36] Considero a grafia "descolonial" como referente a momentos historicamente situados, de insurgências contra o império, na luta pelos processos de independência. Já o vocabulário "decolonial" como referente "à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos" (MALDONADO-TORRES, 2019, p.36).

[37]O historiador sobre colonização portuguesa Michael Cahen afirmou recentemente, observando a conjuntura política atual brasileira: "A independência foi mais uma revolta fiscal que uma liberação nacional. Realizou-se uma independência sem descolonização. Foram os colonos que tomaram o poder e formaram uma colônia autocentrada: O fato de o país ser independente não significa que não seja mais uma colônia. Quando os colonos rodesianos recusaram, em 1965, a independência negra prevista por Londres e declararam uma independência branca, a Rodésia obviamente continuou sendo uma colônia. Os processos de independência da América tem sido independência sem descolonização, eles criaram Estados coloniais, independência e descolonização frequentemente são confundidas. Mas, o caso brasileiro é extremo porque a independência foi proclamada pelo herdeiro do trono do país colonizador. Este império brasílico lentamente tornou-se brasileiro. Podemos datar a conclusão do processo em 1889 depois que um golpe conservador expulsou a princesa Isabel, que havia abolido a escravidão no ano anterior, e proclamou uma república perfeitamente colonial. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos com a guerra de Secessão, não foi um setor industrial da burguesia brasileira, o que tinha o poder, mas a elite dos senhores de terra coloniais. É a que, lentamente, sem ruptura, realiza a transição para a agricultura moderna com a marginalização da mão de obra negra e a importação de milhões de europeus. Isso aconteceu em outros lugares da América, mas aqui temos duas características combinadas, por um lado os indígenas (índios) não eram mais que pequena minoria da população devido a epidemias, massacres e a mestiçagem – Eles estão hoje entre 0,4% e 0,6% da população, daí a fraqueza das lutas anticoloniais. Por outro lado, os negros constituíam a grande maioria da população (cerca de 52% na atualidade), por isso, o "medo estrutural" dessa elite branca aterrorizada pelo exemplo do Haiti." (CAHEN, 2019).

A soma dessas reflexões conduz à opção pela abordagem de pensadores/as que descrevem seus contextos de análise e, em alguns casos, parte de suas trajetórias, considerando como central um horizonte de projeto acadêmico-político decolonial brasileiro, cuja potência reside

> na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade. Contudo, um dos riscos envolvidos, sobretudo na tradição acadêmica brasileira, é de o projeto decolonial se tornar apenas um projeto acadêmico que invisibiliza o *locus* de enunciação negro, deixando de lado sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistencia das populações afrodiaspóricas e africana, indígenas e terceiro-mundistas (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p. 10)

Tomo emprestado o alerta das particularidades que a situação brasileira demanda em termos analíticos, entendendo a inscrição do país em um contexto ladino amefricano (GONZALEZ, 1988) – chave de análise que irei explorar melhor à frente. Ainda, regionalmente, àquilo que o Rio de Janeiro representa, por ter sido epicentro do tráfico negreiro no Brasil e carregar as marcas de longa duração dos instrumentos de controle antinegro e dos vilipêndios que o direito historicamente legitimou e ainda legitima.

Assim, parto do conjunto de produções desde estes marcos, selecionando aquelas que entendo estarem alinhadas com o escopo desta pesquisa e com este primeiro ciclo de revisão bibliográfica, em que proponho explorar a *posicionalidade* das relações de poder de onde emergem as questões da pesquisa. E, também, com as minhas próprias percepções teórico analíticas sobre esses estudos, já que a escolha entre um/a ou outro/a autor/a diz respeito ao percurso dessa investigação.

Considero as colonialidades não como uma herança mantida, independente da sociedade, como uma memória social compartilhada da violência do *passado*[38]. Sim, como uma lente de observação dos seus aparelhamentos contemporâneos. Busco em parte do largo arcabouço teórico-abstrato disponível possibilidades para tocar o tema de pesquisa, que pretendo abordar como um estudo, temporal e espacialmente determinado, e que foca em sujeitos, agências e funções públicas específicas.

Nesse sentido, entendo que o projeto epistêmico da decolonialidade, em uma acepção ampla (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p.09), permitirá pensar em estruturas institucionais, envolvendo (também) o sistema jurídico. Mobilizo este conjunto político epistêmico para refletir sobre uma guerra que integra a "política

[38] Mesmo porque penso que nossas memórias sociais são muito mais construídas pela subversão e pela transformação de estados de violência em lutas pela liberdade (hooks, 2013).

da inimizade" (MBEMBE, 2020) vocacionada contra corpos e territorialidades negras no Brasil; assim como para refletir sobre parte da elite branca carioca que está envolvida nos programas de extermínio e do encarceramento em massa.

Carrego, como horizonte, a denúncia dessa ordem, sem depositar qualquer esperança em reformismos ou negociações com a estrutura do colonialismo jurídico, que sistematicamente organiza os vilipêndios que sustentam a razia, a negação do valor humano de pessoas como meio de assegurar a própria ordem de privilégios. Considero o reposicionamento de uma agência central para a ordem do genocídio antinegro como apenas mais uma das possíveis faíscas, compreendendo também que desde a sua mais remota origem o projeto da divisão hierarquizada das humanidades das colonialidades esteve – assim como anda está - em constante conflito e que "uma outra solução é possível, mas ela implica a reestruturação do mundo" (FANON, 2008, p. 82).

Assim, considerando a necessidade de partilhar algumas das bases analíticas que constroem o meu contato com o tema de pesquisa, exploro o sentido assumido nessa pesquisa para categorias como "colonialismo"; "modernidade", "colonialidade" e "racismo", dentre outras que considero essenciais para falar sobre territórios de favela, sistema de justiça criminal e guerra contra as drogas. Ao longo da construção teórico-epistêmica, procuro também analisar parte da historicização do judiciário, como corpo burocrático envolvido no agir que autos judiciais consolidam e, especialmente, a posição da magistratura nestes conflitos.

2.1 Grupo modernidade/colonialidade, pós-colonialismo africano e possíveis leituras da formação de elites e burocracias de Estado no Brasil

Um conjunto de autoras/es, nas últimas décadas, têm investigado na América Latina processos relativos à modernidade, globalização e diferença. Denominado como programa de investigação da modernidade/colonialidade, busca caracterizar histórica, sociológica, cultural e filosoficamente a *modernidade,* considerando os genocídios de diferentes ordens que se instalou em nosso território, para pensar sobre as suas determinações atuais.

Longe de ser heterogêneo, as reflexões partem da exploração analítica da *modernidade*, percebendo-a enquanto processo situado no século XVII na Europa Central, quando a emergência institucional do Estado-nação acompanhou também o desmembramento dos contextos locais e a organização de um empreendimento sanguinário, de dimensão transnacional: o colonialismo. Associados ao capital e aparelhos administrativos

do Estado, eurocentrismo e imperialismo organizaram um projeto assentado na fixação de um padrão de humanidade que tomou raça[39] como principal ordenador.

A sistematização desses eixos tem favorecido a construção de uma revisão do capitalismo eurocentrado, desconstruindo o mito da *razão moderna* e trazendo às luzes a relação entre a *falácia desenvolvimentista* (DUSSEL, 2000, p. 471) e a violência que é essencial à práxis da modernidade[40]. Arturo Escobar trabalha com os seguintes eixos de reflexão do grupo modernidade/colonialidade:

> 1) uma ênfase em localizar as origens da modernidade na Conquista da América e no controle do Atlântico após 1492, em vez de marcos mais comumente aceitos como o Iluminismo ou o final do século XVIII; 2) uma atenção persistente ao colonialismo e ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial como constitutivo da modernidade; isso inclui a determinação de não negligenciar a economia e suas formas de exploração concomitantes; 3) consequentemente, a adoção de uma perspectiva planetária na explicação da modernidade, ao invés de uma visão da modernidade como um fenômeno intra-europeu; 4) a identificação da dominação de outros fora do centro europeu como uma dimensão necessária da modernidade, com a concomitante subalternização dos saberes e culturas desses outros grupos; 5) uma concepção do eurocentrismo como a forma de conhecimento da modernidade/colonialidade —uma representação hegemônica e modo de conhecimento que defende sua própria universalidade e se baseia em «uma confusão entre uma universalidade abstrata e o mundo concreto derivado da posição europeia como centro (Dussel, 2000: 471; Quijano, 2000: 549)" (ESCOBAR, 2003, p. 60, tradução livre)

Assim, considera-se a modernidade/colonialidade como um projeto civilizatório desde antes da expansão colonial europeia, para produzir vida e morte ao longo da intrusão. A nomeação sistema mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 1974) implica em dizer que "a modernidade não existe sem a colonialidade; elas são duas caras da mesma moeda, e o racismo organiza a partir de dentro todas as relações sociais e hierarquias da modernidade" (GROSFOGUEL, 2019, p. 60).

Inclui-se neste grupo nomes como Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Eduardo Restrepo, Arthuro Escobar, Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Immanuel Wallerstein (BALLESTRIN, 2017, p.

[39] Dialogo com a compreensão de raça de Mbembe: "a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo" (MBEMBE, 2018, pp. 28-29).

[40] Entendo este mito e a razão dessa praxis na linha das proposições de Dussel: "Neste quadro, a modernidade contém implicitamente um forte núcleo racional que pode ser lido como uma "saída" para a humanidade de um estado de imaturidade regional e provincial. Por outro lado, essa mesma modernidade realiza um processo irracional que permanece oculto até para si mesma. Ou seja, dado seu conteúdo negativo secundário e mítico, a modernidade pode ser lida como a justificativa de uma práxis irracional da violência" (tradução minha, DUSSEL, 2000, p. 472).

510), cujo pensamento diverso encontrou ponto de contato, também, no fato de terem pautado ou tomado como pressuposto para suas análises temas como modernidade, colonialismo, racismo, sistema-mundo e a chave epistemológica das colonialidades, dialogando preferencialmente entre si.

O retorno ao processo do colonialismo e das suas bases teve como escopo a investigação das estruturas que se assentaram na forma como relações de poder se organizam a partir da invasão colonial, legitimando-as, mas também cumprindo o papel de perpetuar-se enquanto um aparato de longa duração. É importante dizer, porém, que não foi o grupo latino-americano que inaugurou essa investigação[41], já que sucedeu teoria e prática de importantes nomes, incluindo-se daqueles/as que foram posicionados no chamado pós-colonialismo (BALLESTRIN, 2013, p. 90) africano, asiático e de reflexões feitas por brasileiras/os, ainda que em um e/ou outro caso não reivindicassem essas filiações.

Assim, embora tenham sistematizado diversas discussões que estavam esparsas, incluindo-se aí a centralidade do racismo para se pensar em termos de sistema mundo, assim como a territorialidade latino-americana no debate, considero que a falta de referência expressa ao pensamento de autores afrodiaspóricos por alguns dos autores do grupo modernidade/colonialidade é problemática. Por isso, começo o marco teórico metodológico acompanhada do pensamento, principalmente, de Fanon, Césaire, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, destacando os termos de base conjunturais políticos de cada um/a. E depois apresento algumas das categorias construídas no contexto de consolidação do grupo e de alguns de seus autores, tomando-os ao longo dessa pesquisa como pontos de chegada e partida das análises institucionais que implicam o judiciário em operações policiais em territórios de favela.

[41] Essa inserção importa nesta pesquisa, já que entendo as diferenças epistemológicas, políticas, espaciais e de temporalidade de ambos os marcos, pretendendo explorá-las; mas também percebo que é fundamental essa localização, para que não pareça neste texto que pretendo dar um sentido inédito às reflexões do grupo - o que acabaria por apagar o legado de autoras/es africanos e brasileiras/os sobre o tema. Procuro recuperar essa história utilizando-me da categoria modernidade/colonialidade e do vocabulário do sistema-mundo, alinhando-me à forma como colonialismo foi descrito por Césaire e Fanon, adiantando que esta linearidade é uma opção teórico-metodológica desta pesquisa.

2.1.1. Racismo e colonialismo no pensamento de Aimé Cesaire e Frantz Fanon

Começando pelo pós-colonialismo anticolonial[42] (BALLESTRIN, 2017), os escritos de Aimé Cesaire representam uma ruptura crucial com a descrição da civilização, modernidade e colonialismo pela tradição ocidental. Grande parte da produção do martinicano esteve implicada nos constantes estranhamentos que sentira ao ter migrado para a França; das disputas que travou conquanto de sua passagem no Partido Comunista francês – e posterior rompimento, em virtude justamente da posição assumida em torno dos movimentos de libertação de além mar – e departamento francês; da sua própria revisão do materialismo histórico dialético e dos levantes que incitou, insistentemente faiscando a esperança nas iniciativas históricas populares e nos movimentos de libertação.

A poética de sua escrita política assumiu em 1955, em *Discursos sobre o colonialismo*, o lugar importantíssimo entre a denúncia e o levante. A descrição propositiva do colonialismo, que linhas depois transcende os limites do próprio tempo de escrita, pela atualidade das reflexões, destaca as imanências da marca da civilização ocidental: "de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano" (CÉSAIRE, 1978, p. 16).

Parto desse autor e principalmente deste livro seu, nesse conjunto de escrita inaugural da tese, para assentar o chão analítico-conjuntural que, na minha opinião, o campo do debate sobre “punição” implica no Brasil. Nesse caso, quero poder desenvolver a interpretação que compartilho, a partir das encruzilhadas que esses pensamentos constroem, sobre como as elites coloniais se constituíram e suplantaram-se a partir do modo como as relações de dominação foram forjadas, também, por esta classe.

“Sobre o Colonialismo” é um chamado à reflexão sobre como o colonialismo sustenta, através do saque e do genocídio, a Europa, tendo como base a importante denúncia sobre

[42] Também não há uma unidade entre os autores que, didaticamente, foram associados a este grupo de pensadores que viviam os movimentos de luta anticolonial em paralelo a suas produções. Utilizo-me desta sigla em sintonia com a divisão proposta por Luciana Ballestrin que entende pela existência de outros dois grupos referidos ao pós-colonialismo, que os sucederam no tempo: “pós colonialismo pós-estrutural”, fortemente influenciados pelos estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos” (BALLESTRIN, 2017, p. 509). Inaugurado por Said, em Orientalismo (1978) e sucedido por autores como “Edward Said, Gayatri Spivak, Paul Gilroy, Stuart Hall, Homi Bhabha” (*ibidem*, p.510). E, após, por um conjunto de autoras/es a partir da dissolução da versão latino-americana do Grupo de Estudos Subalternos (1992-1998) e a criação do programa de investigação M/C, em1998” (*ibidem*, p. 511), este que apresentei em linhas gerais e retomarei ao final do subitem.

como os conceitos de “Humanismo” e “universalismo”, que construíram a ideia do Ocidente como medida do mundo (ibidem, p. 63), emergiram a partir “de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (ibidem, p. 25). Ainda, apontando a medida em que essa burguesia forjada pela adesão, em maior ou menor medida, à empresa colonial, a despeito de encarnar e confabular sua própria metafísica de progresso humano, estaria “condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda barbárie da História” (ibidem, p. 56).

O mito da modernidade, em contraste com todo e qualquer respeito à humanidade, seria a negação mesma da civilização, patologia própria da ação colonial (ibidem, p. 23). E essa linha de demarcação, proposta na década de 50 em contato direto com as lutas de povos, o giro pós-colonial, e o movimento da negritude assumiram um valor especialmente importante naquele contexto.

Assim é que, para Césaire, colonização é, literalmente, igual a *coisificação.* E a palavra importa, porque é trazida no conjunto de análises que faz sobre a relação entre “entre colonizador e colonizado”. Essa é a definição proposta para a conquista baseada na inculcação da superioridade epistêmica, política e econômica da Europa e que pautou o esvaziamento de sociedades, instituições, terras, religiões, culturas e sujeitos de si próprios (CÉSAIRE,1978, p. 25), alastrando-se como um valor.

Césaire, que dez anos antes havia sido eleito para a Assembleia Nacional Francesa propondo a departamentalização da Martinica, discute ainda os sentidos da *barbárie* logo na parte inaugural deste livro. A definição do colonialismo acabou se apresentando em contrapondo à surpresa e aparência de ineditismo que a humanidade parecia atribuir aos horrores produzidos pelo nazismo, a grande matança que chegou na Europa[43].

Sem diminuir o terror produzido pelo holocausto, o antilhado propõe esse ajuste, em sintonia com seu percurso político e dividindo a importância de se refletir sobre os genocídios originários da presença colonial em território africano e a constatação de que a tardia surpresa indicaria como, sistematicamente, o sangue do povo negro não registrou – como não registra

[43] Nas palavras de Césaire: “E então, um belo dia, a burguesia é despertada por um terrível choque: os gestapos afadigam-se, as prisões enchem-se, […]. As pessoas se espantam, se indignam e dizem: « Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso vai passar! » E aguardam, […] Fecharam-se os olhos, legitimaram-no, porque até então, só se lhe tinha aplicado aos povos não europeus; […] e que no fundo, o que não se perdoa a Hitler, não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, e o ter aplicado à Europa procedimentos colonialistas os quais até aqui só os Árabes da Argélia, os «coolies» da índia e os negros da África estavam subordinados. [Esse holocausto] nos permite […] apreender que a sociedade capitalista, no seu estado atual, é incapaz de fundar o direito das pessoas” (CESAIRE, 1978, pp. 17-18).

- na história das *barbáries* da humanidade. Violências essas não só anteriores, parte fundamental da constituição dos impérios europeus[44] e de seus aparatos persistentes, como também estruturais, já que séculos depois ampliariam as políticas de medo e guerra.

Civilização é outro conceito debatido pelo autor, que deixa marcado quanto uma nação que justifica a colonização está irresistivelmente fadada a viver como "barbárie doente", na "negação pura e simples da civilização" (CÉSAIRE, 1978, p. 21). Reflexo do humanismo que é prelúdio para a morte de povos e culturas não brancas, foi a noção de civilização que fez vacilar a metafísica totalizadora que, nos dizeres de Moore, transformou raça em

> a categoria privilegiada e totalizadora que demarcaria os espaços mais básicos entre os humanos e que sustentariam tanto as diferenças como as razões para explicá-las. A raça e o racismo foram erigidos pelos não-negros em uma metaconsciencia totalizadora, definidora do humano em termos puramente tautológicos, maniqueístas e essencialistas, como fruto de uma metavisão hegemônica. A revolução industrial e a emergência do capitalismo industrial as transformariam numa "consciência/estrutura" hegemônica planetária. (ibidem, p.09)

Além de tratar mais abstratamente sobre o processo, Césaire reflete sobre algumas posicionalidades importantes, dentre elas, a dos "colonizadores", entendidos como sujeitos que distribuíram os sentidos de morte nas terras expropriadas. Descritos como "criados" da empresa colonial, aqueles que impuseram o regime de terror racial, baseado no medo, na morte e no saque de povos, são ditos como agentes do complexo de inferioridades que mantém a exploração e a dominação ocidental. Em suas palavras:

> (...) a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o animal, se exercita a tratá-lo como animal, tende objectivamente a transformar-se, ele próprio, em animal. É esta acção, este ricochete da colonização, que importava assinalar. (ibidem, pp. 23-24)

Nesse trecho, a fala está voltada diretamente sobre sujeitos envolvidos no processo ao qual acompanhava em tempo real e que produzia o grande "esvaziamento das sociedades de si próprias". Mas Césaire abre espaço dizendo que "cada negação de justiça, cada carga policial, cada reclamação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada

[44] Entendo que esta reflexão tem valor neste trabalho, que está construindo um percurso para a discussão sobre o sistema penal (incluindo-se aí o prisional). No campo das pesquisas hegemônicas na criminologia, é bastante comum a associação entre presídios brasileiros e campos de concentração, dado os vetores de desumanização que lhe dão sustento. Na linha das ideias que pretendo construir ao longo do capítulo, trata-se de uma associação que responde à filiação teórica eurocentrada deste lugar de pesquisa e que desloca para a Segunda Guerra o imaginário de barbáries que são constitutivas da nossa nação, séculos antes. Daí a importância do resgate a autores que propuseram esse ajuste para falar sobre territórios que viveram a grande matança colonial. Especialmente, no caso de Césaire, que nos falam sobre como integra o privilégio branco desvincular deste e outros genocídios que vivemos aquele que é eixo conformador do capitalismo ocidental: o colonialismo.

expedição punitiva, cada viatura de CRS, cada polícia e cada miliciado fazem-nos sentir o preço das nossas velhas sociedades". (ibidem, p. 26) Parto dessa brecha para pensar sobre as linhas que conectam a violência originária às formas de exercício de poder na atualidade e em território brasileiro.

Considerando que as agências coloniais fundaram uma forma de exercer poder que se prolonga no espaço tempo de sua realização, entendo que instituições relacionadas ao aparelhamento dessa maquinaria, sobretudo quando autuam em função das estratégias de desumanização, carregam essa bagagem. E aqui falo não de uma herança indefinida, mas daquilo que alinhava organismos e atuações concretas dos sujeitos que lhe dão vida.

No caso específico do sistema penal, como retomarei à frente, temos uma burocracia criada no Brasil pelas elites coloniais a partir das marcações do medo branco que se instalou, também, através da inculcação da não humanidade daquelas/es que respondem por um crime. Parte do projeto político racista, cujo nascedouro remonta aos sustentáculos da dominação colonial, esse estrato de opressões foi e vem se espraiando pela implementação dos desesperos que são resultantes do receptáculo das bases moribundas dos aparelhos de Estado que esse item da tese explora.

Por isso, mais que uma estrutura que "se perfaz", na linha do que Cesáire propõe, é preciso nomear a que interesses de dominação essas práticas estão aliadas e quem, cotidianamente, dá vazão a essas estruturas. Aqui, o destaque é para aqueles que continuam instalando "sabidamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo" (CESÁIRE, 1978, p. 26).

Assim proponho, esgarçando uma parte deste debate, que esse movimento possa trazer às luzes a responsabilidade de agentes e agências com o projeto de desumanização progressiva, que tem início na cultura genocida colonial, e se apresenta hoje em estruturas de dominação tais como aquelas que operacionalizam o sistema penal.

Se, como pontua Cesáire, "a Europa foi a primeira a ter inventado e introduzido, em todos os lugares que dominou, um sistema econômico e social fundado no dinheiro e a ter eliminado impiedosamente tudo", (CESÁIRE, 2011, p. 260) é preciso hoje refletir sobre como as estruturas que não são mais ocupadas, literalmente, pelas elites coloniais europeias, reorganizam o racismo e instalam a *barbárie*. Assim como refletir sobre as múltiplas formas de manter intocadas a classe dos "colonizadores" nos estratos de poder de países que viveram o processo e ainda referenciam as suas instituições à supremacia branca.

E, também, os efeitos à nível de "cultura" que essa cadeia de ações produz. Das ruínas da situação colonial, os territórios forjados pelas elites burguesas brancas europeias

vivem apartados do reconhecimento da vida das massas e manifestando a ordem da cultura da indiferença, como o autor esperava:

> Onde quer que o colonialismo se manifeste, a cultura da (?) indiferença começa a estiolar. E, entre estas ruinas, nasce não uma cultura, mas uma espécie de subcultura, uma subcultura que – condenada que está a permanecer marginal à cultura europeia e a ser o lote de um pequeno grupo de homens, da elite, colocados em condições artificiais e privados do contato vivificante das massas e da cultura popular, não tem qualquer oportunidade de desabrochar numa verdadeira cultura (CÉSAIRE, 2011, p. 270)

Césaire já alertava para os continuísmos inevitáveis dessa ordem, notando que a burguesia estaria condenada a viver as "águas sujas da História" até que pudesse ser desonrada:

> A burguesia está condenada, cada dia que passa, a ser mais intratável, mais abertamente feroz, mais despudorada, mais sumariamente bárbara; que uma lei implacável estabelece que toda a classe decadente se vê transformada em receptáculo onde afluem todas as águas sujas da História; que é uma lei universal que toda a classe, antes de desaparecer, deve previamente desonrar-se completamente, omnilateralmente e que é com a cabeça enterrada no esterco que as sociedades moribundas soltam o seu canto do cisne. (idem, 1978, p. 51)

Deixo o registro a nível, ainda, introdutório, de que os fluxos dessa pesquisa tendem a aproximar a burocracia que compõe o sistema de justiça criminal à constituição material e simbólica da burguesia tratada pelo autor, referenciada aos horrores da empresa colonial e receptivas às múltiplas reinvenções do medo branco. E só um levante para causar qualquer pequena fissura contra o autoritarismo que alicerça o punitivismo e a política de drogas em nosso país.

Em diálogo com Césaire[45], entre as décadas de 50 e 60, Frantz Fanon, falando também sobre/desde África, destacou a forma como a violência do *esquema colonial*[46] marcou populações inteiras. Sua produção enquanto em vida, como poeta, militante e teórico, está traduzida em português em *Pele Negra, Mascaras Brancas* (1952), onde desenvolve suas ideias sobre formas de alienação engendradas pelo colonialismo; em *Os Condenados da Terra* (1961), em forma de manifesto pela descolonização; e em artigos publicados durante as duas décadas, que foram compilados postumamente em *Por uma Revolução Africana* (2021)[47].

[45] *Pele negra máscaras brancas* é introduzido por um trecho de Discurso sobre o colonialismo: "Falo de milhões de homens em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo" (FANON, 2008, p 25).

[46] Nas notas sobre colonialismo, afirma: "a expropriação, o despojamento, a razia, o assassínio objectivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem" (FANON, 1980, p. 37).

[47] Conjunto de obras traduzidas para a língua portuguesa. Neste ano, *O Olho Se Afoga/Mãos Paralela- - Teatro Filosófico* foi publicado no Brasil, mas não compõe a revisão bibliográfica deste capítulo.

Fanon perfaz a sua trajetória a partir de uma guinada ao subjetivismo e à reflexão sobre a categoria da "identidade", em reação ao economicismo dos marxismos mais vulgares. Refletindo sobre a dimensão psíquica da raça, na construção do "colonial", abre o campo dos estudos que entrelaçam as dimensões da subjetividade e da cultura, refletindo sobre a neurose e a catarse coletiva provocada pelo racismo nas Antilhas e nos franceses.

As reflexões do autor sobre colonialismo são propostas políticas em vista da libertação do povo africano e que dizem respeito a sua própria trajetória de vida, como homem martinicano, que se enxergava como francês[48], integrou o exército e viveu as cidades francesas durante o nazismo (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 506). A descrição da violência colonial, nessas três passagens, sob enfoques diversos, a considera enquanto produto de uma programação de despojamento de formas de vida e sentidos de existência.

Essas considerações, em conjunto com a definição que Césaire já havia proposto, atribuem ao processo da colonização (colonialismo) um valor que transcende, embora não desconsidere, os efeitos geopolítico materiais do empreendimento. Um dos principais legados dessa leitura conjunta é o destaque dado para a ordem da constituição dos sujeitos em meio à essas determinações, posicionando a *antinegritude* como sistema nodal ao capitalismo colonial eurocentrado.

Sua escrita continuamente destaca as falhas do estrangulamento colonial[49], a custo de muito sangue e muita resistência, na sobrevivência e transformação de culturas, de formas de viver que fraturam a lógica colonial. E pontua as suas permanências, enquanto projeto político que se realiza através de um horizonte de cisões longínquas.

Cindidas naquilo o que Fanon constrói enquanto duas zonas, que se excluem reciprocamente, a colonização opor dois mundos através do racismo: o daqueles que colonizaram e dos povos onde a colonização aconteceu (FANON, 1968, p. 28). Assim, para o aparelhamento do Estado operar nas regiões colonizadas, instituindo a destruição e a interdição absoluta das formas originárias, a razão colonial impôs-se de modo profundo, de

[48] Descrevendo o processo para servir ao estado francês, Fanon relata: "que história é essa de povo negro, de nacionalidade negra? Sou francês. Interesso-me pela cultura francesa, pela civilização francesa, pelo povo francês. Recusamos considerar-nos como algo 'à margem', estamos bem no centro do drama francês. Quando homens, não fundamentalmente maus, mas mistificados, invadiram a França para escravizá-la, meu ofício de francês me indicou que meu lugar não era à margem mas no coração do problema. Interesso-me pessoalmente pelo destino da França, pelos valores franceses, pela nação francesa. Que é que eu tenho a ver com um Império Negro?" (FANON, 2008, p. 170).

[49] Como escreve Fanon: "No entanto, a implantação do regime colonial não traz consigo a morte da cultura autóctone. Pelo contrário, a observação histórica diz-nos que o objectivo procurado é mais uma agonia continuada do que um desaparecimento total da cultura preexistente. Esta cultura, outrora viva e aberta ao futuro, fecha-se, aprisionada no estatuto colonial, estrangulada pela canga da opressão" (FANON, 1980, p. 38).

maneira que, mesmo após o fim dos regimes formais, só seria possível destruir o caráter totalitário da exploração colonial com um movimento de descolonização[50]:

> A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos" a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de: ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território (ibidem, p. 30).

A dicotomia retratada pela hierarquização entre colonos e colonizados em zonas toma como ponto de intersecção a antinegritude, colonialismo e a relação com o corpo. Fanon, dessa forma, além de tornar definitiva a coalizão entre capitalismo europeu, sistema colonial e o terror racial, de que se nutriram outras pesquisas, deixa assentado que a supremacia branca passou a constituir as nações fundadas nesta ordem. Como herança contínua, povos carregariam a bagagem da “violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento” (FANON, 1968, p. 32).

O racismo é constructo de longa duração que os países colonizados guardam[51], produtor daquilo o que o psiquiatra, referenciando Sartre, chama de “vergonha da própria existência” (idem, p. 80). O “mito do negro-ruim”, nesses lugares, que suportou o escravismo[52] e toda a série de *alienações* faz parte do inconsciente coletivo que transforma a existência

[50] Condenados da Terra (1968) é um levante a esse movimento, que Fanon também chama de “desordem”, “libertação”, “renascimento nacional”, “restituição da nação ao povo”. Seria um levante ao retrato colonial da África, que construiu a zona da subhumanidade de que se nutre o racismo: “Para o colonialismo, este vasto continente era uma toca de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, fadada ao desprezo, atingida pela maldição de Deus, terra de antropófagos, terra de negros. A condenação do colonialismo é continental. A afirmação, feita pelo colonialismo, de que a noite huma.na caracterizou o período pré-colonial, refere-se ao conjunto do continente africano” (FANON, 1968, p. 176).

[51] Fanon diz que, nos países colonizados, “o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devem nos lembrar que a situação tem um duplo sentido. Respondemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instancias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta” (FANON, 2008, p. 104).

[52] "Embora o avassalamento político, a perda da autonomia cultural ou mesmo a escravização não sejam, de maneira nenhuma, problemas particularmente raciais, eles se tornaram concretamente raciais, e, portanto, consubstanciais à condição do "negro" como negro a partir do momento em que uma visão especificamente racista presidiu esses acontecimentos. Isso ocorreu, concretamente, com os grandes "tráficos negreiros" árabes e europeus do século VIII ao XVIII e se agravou, singularmente, com a mundialização da hegemonia ocidental, a partir do século XVI.” (MOORE, 2010, p. 08).

de sujeitos não brancos (concebidos a partir do paradigma do homem branco) em verdadeira afronta[53]. A imersão dessa cultura chega a ponto do *trauma*[54], da culpa como condição de existir. Na linguagem dura de Fanon: "o pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável" (ibidem, p. 125).

Para o martinicano, a Europa *condenou*[55] a si e a todos. Conhecendo um só modelo de civilização, como centro de gravidade na determinação da humanidade que dividiu povos e sujeitos, empreendeu um programa de dominação e exclusão baseado na epidermização do racismo[56]. A lógica da dicotomia excludente, que hierarquizou, definitivamente, existências buscou toda forma de justificação.

Faço um ajuste, agora, na redação do texto deste trabalho e assim também da lente epistêmica a partir da qual percebo essa trajetória e como está interpelada no campo. Estou mobilizando, como foi até aqui, a expressão "racismo" tal qual consta nos referenciais teóricos que estou estudando. Mas penso que, a partir da chave das incomensurabilidades, como proposto por Fanon, a "antinegritude"[57] é que dá conta de descrever as dinâmicas que decorrem de um sistema mais amplo de desconsideração da humanidade de corpos, territórios, sujeitos, subjetividades.

E aqui entendendo-a como "constante estrutural, um código moderno de ontologia e sociabilidade que estrutura toda forma de interação humana" (VARGAS, 2020, p. 21). Disso decorre o enunciar dos princípios ontológicos e os processos subjetivos e sociais que

---

[53]Joaze Bernardino-Costa entende, lendo *Pele Negra, Máscaras Brancas* que "o argumento central desenvolvido nesta obra é a *epidermização* do racismo: ao se deparar com o racismo, o negro introjeta um complexo de inferioridade e inicia um processo de auto-ilusão, buscando falar, pensar e agir como branco, até o dia em que se depara novamente com o olhar fixador do branco. Neste momento, as máscaras brancas caem: "onde quer que vá, o preto permanece um preto".2 Como psiquiatra, Fanon pretende liberar o homem negro do seu complexo de inferioridade e trazê-lo de volta à humanidade: "o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial" (Fanon, 2008, p. 44)." (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 506).

[54] Na leitura de Grada Kilomba, desse trecho "no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter. Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada como branca (...) Parece, portanto, que o trauma de pessoas *negras* provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo *branco*, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o Outra/o, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum." (KILOMBA, 2019, pp. 39-49).

[55] Uma referência ao título "os condenados da terra".

[56] Quando Fanon fala sobre racismo e complexo de inferioridade, nas constituições da própria subjetividade de pessoas negras, refere-se ao termo: "Só há complexo de
inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade" (FANON, 2008, p. 28).

[57] As traduções de Fanon registram o vocabulário do racismo como léxico; mas aqui, como em Vargas (2020), estou fazendo esta leitura a partir da "antinegritude".

estruturam nossa sociedade na aversão e no ódio à pessoas negras, no corte do acesso ao reconhecimento da Humanidade que opera através do implícito e do inconsciente[58]. Como destaca João Vargas:

> "A antinegritude torna abjeto tudo o que é supostamente ligado à negritude. A antinegritude torna não lugares todos os espaços marcados pela negritude: espaços físicos, espaços metafísicos, espaços ontológicos, espaços sociais. A antinegritude, portanto, define a não pessoa, o não lugar. Pense na associação imediata que é feita entre a palavra "favela" e negritude, ou "inner city" e negritude. As palavras, que denotam espaços sociais geograficamente delimitados, são imediatamente associadas à negritude, e assim os tornam lugares saturados de características negativas, poluidoras e ameaçadoras: não lugares. A pessoa negra não somente é desprovida de ontologia, mas é desprovida de lugar. Ela está sempre fora do lugar, seja lá qual for o lugar. Isso quer dizer que a antinegritude define também o lugar da pessoa moderna, da Humanidade, sempre presente e sempre localizada" (VARGAS, 2020, p. 22).

A antinegritude se alastrou de diversas formas nas sociedades coloniais. Em um primeiro momento, o discurso racista mobilizado era baseado nos aspectos biológicos da inferioridade[59], contando com o respaldo de pesquisas de diferentes áreas que endossavam as intervenções. E que se sofisticaram[60] ao longo dos anos, deixando cada vez mais de referir-se ao plano do individual para integrar o campo estrutural e institucional[61]. Isto é o que

---

[58] Nesse sentido, é incogruente pensar em simples políticas públicas de reversão dessa estrutura: "A antinegritude, por não ser um desvio social, uma prática institucional, mas de fato uma constante estrutural, um código moderno de ontologia e sociabilidade que estrutura toda forma de interação humana, é imune a ajustes resultantes de políticas públicas e de esforços individuais. Ao passo que o racismo é visto por aqueles que o combatem, ativistas e gestores de política públicas, por exemplo, como um fenômeno que pode ser remediado, a antinegritude não possibilita qualquer tipo de redenção. A não ser que haja uma reformulação completa de como nos entendemos e de como nos relacionamos. Como mudar o inconsciente coletivo, ou, mais especificamente, como modificar a noção de Humanidade, questões que dependem fundamentalmente da antinegritude? A antinegritude opera primordialmente, apesar de não exclusivamente, por meios implícitos, inconscientes" (VARGAS, 2020, p. 21)

[59] Especialmente em discursos tais como o positivismo criminológico, que será explorado no último subitem deste capítulo.

[60] Nessa linha, em um ensaio, Fanon escreve como o biologismo acabou tornando-se insuficiente ao longo dos anos: "Como as Escrituras se revelaram insuficientes, o racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar no biológico a base material da doutrina. Seria fastidioso lembrar os esforços empreendidos nessa altura: forma comparada do crânio, quantidade e configuração dos sulcos do encéfalo, características das camadas celulares do córtex, dimensões das vértebras, aspecto microscópio da epiderme, etc. O primitivismo intelectual e emocional aparecia como uma consequência banal, um reconhecimento de existência. Tais afirmações, brutais e maciças, dão lugar a uma argumentação mais fina. Contudo, aqui e ali vêm ao de cima algumas ressurgências (...) Estas posições seculares tendem, no entanto, a desaparecer. Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objecto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir." (FANON, 1980, p. 36).

[61] Dialogo com as dimensões de racismo estrutural e institucional na descrição proposta por Grada Kilomba: "O racismo é revelado em um nível estrutural, pois as pessoas negras e people of color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural.* Como o termo "instituição", implica o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento

Silvio Almeida, em diálogo com o pensamento de Fanon, chama de *refinamento*: “o incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução das técnicas de violência e opressão, dentre as quais o racismo” (ALMEIDA, 2019, p. 72).

Além disso, se mantém enquanto um pacto de manutenção das elites, marcado pelo “desprezo, racismo que minimiza” (FANON, 1968, p. 136). A antinegritude é, portanto, *alienante*, erigida através de uma "*metaconsciência* totalizadora, definidora do humano em termos puramente tautológicos, maniqueístas e essencialistas, como fruto de uma *metavisão* hegemônica”[62] (MOORE, 2010, p. 09). E que transcende os limites da alteridade[63], daí o principal marco da chave analítica.

Fanon propõe, com base nos seus próprios casos clínicos como psiquiatra, que a *loucura* colonial estaria na fixação de um padrão que dividiu entre a zona do ser (a do humano) e do não ser (não humano) sujeitos em função das representações resultantes da diferença ontológica[64] entre brancos e não brancos. Produtor de *delírio*, a antinegritude incutiu uma ordem de escravização permanente: “o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade” (FANON, 2008, p. 66).

A introjeção desses sentimentos, por parte de homens brancos e de toda agência colonial, considerada na sua matriz estrutural, promoveria uma série de efeitos psíquicos, dentre os quais se situaria a auto-ilusão. A partir da “relação fenomenológica, do corpo negro pelo outro imperial e racista” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 507) que a transcendência do paradigma universal se alastraria para pessoas brancas, que não precisariam enunciar ou

---

desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados”. (KILOMBA, 2019, p. 78).

[62] Dialogo aqui com as reflexões de Carlos Moore no prefácio de “Discurso sobre a negritude” de Aimé Césaire quando aproxima suas propostas com a militância teórica e prática de Fanon.

[63] No prefácio de “Pele negra máscaras brancas”, Lewis R. Gordon afirma “A liberdade requer um mundo de outros. Mas o que acontece quando os outros não nos oferecem reconhecimento? Um dos desafios instigantes de Fanon para o mundo moderno aparece aqui. Na maioria das discussões sobre racismo e colonialismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o Outro. Fanon, entretanto, argumenta que o racismo força um grupo de pessoas a sair da relação dialética entre o Eu e o Outro, uma relação que é a base da vida ética. A conseqüência é que quase tudo é permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é freqüentemente aceita com um zelo sádico. A luta contra o racismo anti-negro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para entrar na dialética do Eu e do Outro” (FANON, 2008, p. 16).

[64] Trabalho o sentido do termo tal como mobilizado por Maldonado-Torres, que é desenvolvido no último subitem deste capítulo: “Um ponto de partida para essa modernidade foi, portanto, o postulado de uma separação que quebrou com, ou pelo menos começou a tornar irrelevante, a noção de uma cadeia que conectava todos os seres ao Divino. Isso é o que eu nomeio de catástrofe metafísica, uma catástrofe que é ao mesmo tempo ontológica, epistemológica e ética. A catástrofe metafísica inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo. Isso introduz o que eu denominei em outro lugar de diferença subontológica ou diferença entre seres e aqueles abaixo dos seres (...)” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37).

emular a sua raça, dado que o olhar imperial as produzia incansavelmente enquanto homogêneas, hegemônicas.

De outro lado, o *delírio* por existir, por ascender a condição do ser, faria com uma violenta *catarse coletiva* fosse introjetada por pessoas negras. A busca pelas *máscaras brancas* resultaria nessa tentativa afã de acessar a humanidade, até que o olhar imperial anunciasse sua condição racial permanente, inferior e não homogênea[65], informando uma imagem deformada de si.

Nisto consistiria a esfera do "não ser", chave que expressa as *incomensurabilidades* que organizaram o poder imperial não a nível de relação entre pessoas humanas, sim, de não-humanidade, pedra de toque do projeto moderno/colonial. A desapropriação ontológica e violenta, produto da colonização, foi construída dessa experiência única na história da humanidade, como realidade cultural e psicológica de "negação sistemática do ser racialmente oprimido" (MOORE, 2010, p. 25).

O pensamento fanoniano, assim, permite acessar a dupla condição da antinegritude, que só se mantém nas condições delirantes descritas se a ilusão do universal, hegemônico, da narcísica condição excludente de acessar a humanidade for nutrida, permanentemente, pela supremacia branca. Por corpos encarnados, em relação, e posicionados em uma estrutura que só se mantém em termos de uma *metaconsciência totalizadora*, legitimando que séries de violências sejam naturalizadas quando praticadas contra pessoas negras, por que nesse caso nem registrada contra *seres* seria. Como diz Grada Kilomba:

> Nesse sentido, Frantz Fanon (1967, p. 110)[66] escreve: "O que é frequentemente chamado de alma *negra* é uma construção do homem *branco".* Essa frase nos relembra que não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com as fantasias *brancas* sobre o que a *negritude* deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim, o imaginário branco. Tais fantasias são os aspectos negados do eu *branco* reprojetados em nós, como se fossem retratos autoritários e objetivos de nós mesmas/os. Elas não são, portanto, de nosso interesse. (...) Poderíamos dizer que no mundo conceitual

[65] Enquanto a zona do ser é descrita como uniforme, já que universal (embora na prática também subdividida), a do não ser é marcada por situações ainda mais abissais que são exploradas na obra fanoniana. Na interpretação de Bernardino-Costa: "Embora o olhar imperial queira produzir cada uma dessas zonas como homogêneas, para Fanon nenhuma delas é homogênea. Entre os não-seres, inferiorizados pela cultura imperial, há uma outra divisão: entre sub-humanos e não-humanos. O antilhano é um sub-humano, que luta por ser reconhecido pelo ser superior, habitante da zona do ser. Mas o antilhano também produz um não-ser inferior a ele, o africano. O primeiro ficará envergonhado quando confundido com senegaleses, por exemplo. (...) A constatação de divisões no interior da zona do não-ser permite uma conexão entre as contribuições de Fanon e as recentes discussões em torno do conceito de interseccionalidade. Em outras palavras, as reflexões de Fanon nos permitem pensar como, entre aqueles que habitam esta zona, o desprivilegio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele, nacionalidade etc." (BERNARDINO-COSTA, 2016, pp. 508-509).

[66] A citação feita por Grada Kilomba de Fanon está na versão publicada em Londres de Peles Negras, Máscaras Brancas em 1967.

> *branco* é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, também pouco gratificantes. Que alienação, ser-se forçada/o a identificar-se com os heróis, que aparecem como *brancos*, e rejeitar os inimigos, que aparecem como *negros*. Que decepção, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/es. Que dor, estar presa/o nessa ordem colonial. Essa deveria ser nossa preocupação (KILOMBA, 2019, pp. 38-39)

Em uma carta sobre as "verdades a propósito do problema colonial", Fanon explora a sofisticação das práticas, que ele chama literalmente de racistas - aqui lidas como antinegras -, as quais subjaz a ação colonial. A mistificação dos discursos acompanhou, nas Américas, a apelação a diferentes graus de adesão ao racismo, que deixaria formas mais brutais de aparição para "cultivar-se" (FANON, 1980, p. 41), mesmo que, ainda, sem esconder-se. Depois da proclamação de independências formais, especialmente, quando o neocolonialismo se apresentaria como opção de manutenção das supremacias há tanto instaladas:

> A aceitação de uma soberania nominal e a recusa absoluta de uma independência real, eis a reacção tipo das nações colonialistas relativamente às suas antigas colônias. O neocolonialismo está impregnado de algumas ideias que, ao mesmo tempo que fazem a sua força, preparam a sua necessária decadência (FANON, 1980, p. 146)

Há, por isso, condições de atualização permanente da soberania nominal de pessoas brancas, chamadas aqui de "neocolonialismo" – e, por grupos que destacaram estas e outras dimensões como colonialidades. Mas, que poderiam ser fraturadas, este é o compromisso político do pensador e chamado que carrego para produzir essa pesquisa, em tom de denúncia propositiva.

África é o ponto de partida da teoria revolucionária e práxis anticolonial de Frantz Fanon (MBEMBE, 2012, p. 05). Sem deslocalizar no tempo/espaço dessas reflexões, entendo que o seu pensamento é fundamental para refletir sobre a fundação de nações afrodiaspóricas, que tiveram como "momento gregário do pensamento ocidental" a representação de povos não brancos como "incapazes de escapar sua animalidade" (MBEMBE, 2018, p. 41). As representações da antinegritude, a partir do estatuto atribuído à pele, elaboraram o arcabouço para uma das principais catástrofes da nação ocidental[67].

[67] Mbembe, dialogando com Fanon, propõe: "Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada.[6] Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres." (MBEMBE, 2018, p. 13).

A decisão de falar sobre a *espoliação organizada* (MBEMBE, 2018, p. 13) provocada pelo colonialismo, nesta tese, tem em vista a localização sócio-histórica de dinâmicas de poder em territórios negros que fazem respingar algumas imanências da antinegritude como neurose[68]. De cariz biológico, que tem pele, tem cor e carrega as dimensões simbólicas da construção originária do não-ser, muito embora esteja hoje dinamizada pelas arquiteturas do neoliberalismo e pelos efeitos das sequenciais e complexificadas catástrofes, em território latino-americano, que continuam a promover as devastações e massacres. Como coloca Mbembe:

> raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total. (MBEMBE, 2018, p. 27)

A fusão entre capitalismo e animismo construiu territórios e territorialidades americanas, onde a *consciência ocidental do negro* (MBEMBE, 2018, p. 61) difundiu a natureza sub-humana de pessoas negras, naturalizando o genocídio, a exploração, o escravismo por todo o continente. Durante a espoliação organizada do tráfico atlântico, entre os séculos XV e XIX, naturalizou-se a transformação, aos olhos do capital, de pessoas negras em mercadoria. Ao mesmo tempo, reforçaram-se os aparatos de Estado que garantiam a supremacia branca que está diretamente implicada neste processo, tributária das razias das colonialidades e que aderiram à matriz cultural ideológica das sociedades forjadas neste contexto.

Do pensamento de Césaire, carrego a proposição da relação genuína entre modernidade e capitalismo colonial; a denúncia da vinculação, na divisão do tempo e do espaço, do humanismo eurocentrado com o massacre colonial; e os horizontes do confronto,

[68] Faço referência aqui ao pensamento de Lélia, que irei explorar em item próximo, mas já vale a nota pelo tempo da expressão. Tendo estudado o pensamento freudiano e lacaniano, a "neurose" como uma categoria psicanalítica é escolhida por Lélia para descrever a condição estruturante e cultural do racismo no Brasil: "Nossa tentativa aqui é a de uma indagação sobre o porquê dessa identificação. Ou seja, que foi que ocorreu, para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? Que é que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso? O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira." (GONZALEZ, 1984, p. 224). No mesmo texto, ela volta com uma explicação da chave, momentos depois: "Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalcamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo" (idem, p. 232).

da tomada de consciência da diferença como memória e solidariedade. De Fanon, incluindo-se o legado de pesquisas recentes sobre suas obras no Brasil contemporâneo[69], o destaque dado aos efeitos que transcenderam os territórios que sofreram a *intrusão* e à escala material-econômica, configurando-se como eixo estruturante ao próprio sistema. Fazendo uma pausa para trazê-lo em primeira pessoa, tomo como fio condutor a denúncia sobre a fratura entre as esferas do ser e do não ser, que estabeleceu mundos rachados definitivamente, e que, como dito, formula a neurose constitutiva da cultura predatória das nações que mantém a matriz ocidental eurocentrada:

> O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os polos é mantida pela força das armas (FANON, 2010). Diferentemente do que ocorre na metrópole, onde a exploração econômica dos trabalhadores é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia, nas colônias a dominação não pode ser disfarçada e se expressa de maneira irrestrita, inviabilizando qualquer movimentação política que se aproxime de uma sociedade civil. Diante da situação colonial, a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro – que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e "inessencial" – só aparece como predicado dos desejos e gozo do colonizador. (FAUSTINO, 2018, p. 152)

Efeito transverso, a epidermização da antinegritude, enquanto lente que distorce a forma como pessoas enxergam a si e às demais, produz persistentemente o complexo de superioridade de pessoas habitantes da esfera do ser. Fanon jamais usou a expressão "branquitude", mesmo porque antecedeu os primeiros estudos que passaram a construí-la enquanto chave de análise. Mas é possível dizer que, em termos de estrutura, manteve alinhamento com a perspectiva desses trabalhos de "compreender como o racismo sustenta as construções identitárias de sujeitos considerados socialmente brancos" (SCHUCMAN, 2012, p. 168).

Começo a elaborar este tema no próximo item, estudando a constituição das elites brancas coloniais em compasso com a cristalização da "razão negra", que fez surgir "o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática" (MBEMBE, 2018, p.61). Categoria que irei explorar ao longo da tese, para Mbembe é:

> um conjunto tanto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de formulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática (MBEMBE, 2018, p. 61)

[69] Na investigação da recepção do pensamento de Fanon no Brasil, já à época de suas produções, não há registros de citações em publicações diretamente feitas em nosso país. Mas é possível que o fluxo transatlântico de ideias, a partir de encontros de intelectuais ligados à Associação Cultural do Negro (ACN), tenha influenciado agendas políticas concretas (FAUSTINO, 2020; SILVA, 2013).

Assim, continuo a debater a condição sócio-histórica antinegra em territórios que sofreram a *intrusão*, mas agora destaco a forma como está implicada na composição de organismos fundamentais para a implantação do colonialismo pelas elites branco burguesas que fundaram as burocracias institucionalizadas nas colônias. E, logo depois, debato mais de frente a introjeção dos conceitos de raça e "racismo"[70] no caso brasileiro, implicando classes e sujeitos à fenômenos sistêmico-estruturais que localizam a forma como a razão negra é – como sempre foi - um projeto das elites e como impactam em questões tais como a dinâmica da guerra contra as drogas em territórios de favela hoje.

2.1.2. Elites letradas brancas e a intrusão colonial na América Latina

No item anterior, pontuei a nível teórico-epistemológico a forma como neste trabalho entendo o fenômeno do colonialismo e a implantação da antinegritude pela empresa colonial, destacando seus efeitos a nível sócio estrutural. Neste de agora, mantenho a intenção de partilhar minhas bases analíticas, antes de entrar propriamente no campo empírico, e quero me voltar para a reflexão acerca das relações entre a composição das elites branco burguesas e as primeiras institucionalidades referidas à gestão pública em território latino-americano, antes de adentrar no caso brasileiro.

As elites coloniais, vindas do império para assentarem o domínio das Coroas, organizaram a divisão racial e o expurgo originário nas colônias a partir da "linha de cor" (DU BOIS, 1999), fenômeno correlato às múltiplas formas de instalação do colonialismo explorado no subitem antecedente. Embora cada país na América Latina apresente marcas próprias nesta história, em linhas gerais, essa classe era constituída por burgueses, brancos, que ampliaram seus poderes no próprio contexto da intrusão e estiveram intimamente envolvidos com a escravização de africanos/as e indígenas, a espoliação de povos e culturas, e expropriação de terras originárias.

O racismo que se entranhava por um arcabouço científico e jurídico era mobilizado por grupos de famílias que se fixavam a convite das metrópoles em nossos territórios, legitimando a suposta superioridade do homem branco e europeu (GUIMARÃES, 2002). Para isso, diferentes estratégias foram utilizadas, destacando-se acordos de colaboração e políticas que incentivaram as imigrações, principalmente de "europeus culturalmente superiores", e que tiveram como principais destinos Argentina e Brasil (SANCHEZ--ALONSO, 2007, p. 398). Mas foi este país que se tornou ícone dos programas de subsídios

[70] Aqui, voltando a usar o vocabulário na literalidade dos escritos, mas interpretando como antinegritude.

migratórios[71], dada também a condição ímpar dos efeitos do escravismo africano e das políticas de embranquecimento brasileiras - que explorarei melhor no próximo tópico.

Alimentadas por essa programação ideologizante, quatro estratégias específicas destacaram-se na formação dessas classes: o domínio territorial; a formulação de uma série de teorias que embasaram a tipologia racial e construíram o "racismo científico", como as que decorreram dos positivismos criminológicos; a institucionalização da "família" e do sistema de linhagens sob uma matriz colonial; e a organização de burocracias estatais branco dominadas. Cada uma delas tem uma importância particular e conjectural, enquanto fenômeno relacional a que se refere.

A conquista colonial envolveu, no caso da Espanha e de Portugal (do século XVI a meados do século XVIII), depois pela Holanda, Grã-Bretanha e França, o domínio de terras. A posse, antes de mais nada, era a forma de assegurar a ocupação europeia[72] e a consequente dizimação de povos e cosmologias originárias[73], já que implicava na presença imediata do confronto colonial nos territórios usurpados e a possibilidade de implementação das políticas racistas eugenistas que assentaram o colonialismo e sua maquinaria como forma de "salvação" da humanidade.

Assim, pedaços de terra consolidaram-se, mais do que em loteamentos, enquanto linguagem que determinava grupos sociais, como um canal de acesso a vantagens determinantes socialmente "a propriedade era uma estrutura mais ampla, o canal pelo qual um indivíduo ou uma família conseguia entrar no meio, tanto físico quanto social, na tentativa de lucrar e dominar" (LOCKHART, 1990, p. 71, tradução nossa)

Embora a partir de regimes jurídico-legislativo específicos, entre os quais se destacará o caso brasileiro no próximo subitem, foram diferentes os incentivos dados pelas metrópoles para a vinda de europeus, incluindo-se porções territoriais. O projeto de assentamento do domínio físico inaugurava a celeuma dos conflitos fundiários nestes países, onde a terra

[71] Segundo Lanza e Lamounier, "O extermínio indígena, a ampliação das fronteiras e a promoção da imigração constituíam as principais ações a serem empreendidas pelo poder oficial visando modificar a realidade territorial e populacional da Argentina. Diferenciando-se do Brasil, a Argentina não teve um programa de subsídios bem-sucedido, ainda que tenha havido a tentativa de implantar um no final da década de 1880(4). Por mais que tenha havido tentativas de modificar o caráter aberto da política imigração, mediante decretos nas primeiras décadas do século XX, estes não tiveram resultados e a imigração permaneceu um fenômeno contínuo até 1930" (LANZA; LAMOUNIER, 2015, p. 101).

[72] Em um dos clássicos sobre elites coloniais e a centralidade da terra: "A colonização das terras americanas pelos portugueses seguiu uma dinâmica diferente da de outras áreas. No caso, a preocupação primeira era a garantia da posse do território, o que se verificou só ter sido possível com o povoamento efetivo. (...) Tal fato não é de menor relevância, pois, como veremos a seguir, a preocupação com a defesa condicionou toda uma série de medidas tomadas pela Coroa no momento da insitituição do Governo-Geral, bem como a ação do mesmo por toda a segunda metade do século XVI e pela parte inicial do XVII" (RICUPERO, 2009, pp. 106-107).

[73] Sobre os rituais de posse e apropriação, ver SEED, 1999; ROMANO; 1995.

expropriada passava a ser símbolo da supremacia branca implementada, perpetuando-se até os dias de hoje como (literal) herança das elites nas colônias.

Assim, a partir do saque originário, que estabeleceu o domínio colonial fundiário, nascia uma classe comprometida com o projeto político do colonialismo, embranquecimento e com a implementação do confinamento da diferença. Como destacam Pinto e Mignolo,

> A América e os povos originários desse continente foram os primeiros a sentir mais fortemente o impacto do esforço salvacionista, civilizatório e desenvolvimentista dos europeus ocidentais. Ao argumento de que resistiam às tentativas de salvá-los do paganismo e do primitivismo a que supostamente se encontravam aprisionados, os vários povos e etnias que milenarmente habitavam o continente americano, do sul ao norte, foram desapropriadas de suas terras, removidas e circunscritas a áreas "reservadas", pobres de recursos e impróprias a suas formas de organização econômica e política. Submetidos a um esmagador processo de dominação cultural, suas vozes foram silenciadas, suas memórias – inclusive de resistência – foram apagadas, suas crianças lhes foram arrancadas e internadas em escolas-fábricas de ocidentalizados. Sem passado nem futuro, os que não foram confinados, foram submetidos a trabalho forçado, e os que sobreviveram ao extermínio – e muitos milhões foram exterminados já nos primeiros contatos com os europeus ocidentais – foram reduzidos à condição de "índios". (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 389)

O sistema aquisitivo originário, por isso, começou com a dizimação e expulsão de povos indígenas das suas terras e perdurou através dos incentivos para a criação de uma nação de brancos imigrantes referenciada aos interesses coloniais. A pesquisa, portanto, da constituição das elites brancas e burguesas que originalmente fizeram parte do projeto da intrusão colonial demanda atenção para a circunstância de como os conflitos de terras inauguraram-se a partir da expropriação, pelos colonos, das terras de povos originários; da cessão de terras a imigrantes da burguesia branca europeia; do escravismo; e dos regimes jurídico legislativos que obstaram pessoas negras de terem acesso formal à terra.

A segunda condição que marcou a formação dessas elites foi a consolidação de uma série de enunciados que passaram a justificar o racismo e a espoliação mesmo antes das invasões. Assim, a primeira nota que deve ser feita é que as práticas racistas já marcavam o pensamento ocidental antes mesmo da consolidação do conceito de raça, como alerta Banton:

> Às vezes pensa-se que as concepções ocidentais contemporâneas sobre a raça emergiram dos contratos entre brancos e negros que acompanharam as viagens de exploração dos europeus à América, África e Ásia, nos séculos XV e XVI. Esta perspectiva é excessivamente limitada e subestima o significado das mudanças sociais na Europa. A raça, como a classe e a nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais. Todas três devem ser olhadas como modos de categorização que foram sendo cada vez mais utilizados à medida que um número de europeus se apercebeu da existência de um crescente número de pessoas ultra marinas que pareciam ser diferentes deles. E porque o seu continente atravessou em primeiro lugar o processo de

> industrialização e era muito mais poderoso que os outros, os europeus impuseram inconscientemente as suas categorias sociais aos povos que em muitos casos agora as adoptaram como suas (BANTON, 1979, p. 24)

As primeiras clivagens da humanidade, com base fenotípica, foram desenvolvidas no século XVI, quando local e cor deram vazão à construção de povos como "bárbaros" e da "barbarização daqueles que, pela aparência física e/ou pela cultura, eram diferentes dos brancos europeus" (SEYFERTH, 2002, p. 20).

Com o passar dos anos, referindo-se à América ou África, a categoria foi sendo construída através de um esquema hierárquico condicionado pelas divisões geográficas e da cor de pele, inclusive de base bíblica, em que o lugar do "selvagem" foi sendo reportado como abaixo dos europeus e associado à irracionalidade e decadência (ibidem, pp. 22). Há, portanto, uma relação, nos projetos de dominação, entre "bárbaros" e "selvagens", muito antes da difusão da ideia da "raça" e que tem o olhar para a África e a América como ponto de curva.

A cultura das diferenciações, portanto, já era parte das dinâmicas de poder na Europa Ocidental, mas a linha de corte era diversa, tanto quanto aos pontos de partida, como quanto aos efeitos. Foi no século XVIII que emergiu a ideia da *raça* associada ao olhar para a diversidade cultural, atribuindo-se explicações com fundo teórico e de base biológica para a desigualdade humana conforme as hierarquias que foram dividindo povos em "superiores" ou "inferiores", na medida dos distanciamentos que aparentemente tinham com a civilização europeia ocidental. A bagagem das cisões desde a classificação dos bárbaros aos selvagens dava o tom exploratório desses enunciados, mas assumia agora um corte ainda mais assumidamente discriminatório.

A aparência física era determinante da cultura e da civilização e assim "os exercícios tipológicos com base na comparação sistemática de centenas de medições do esqueleto e do corpo, além dos indicadores fenotípicos, produziram numerosas classificações de raças" (SEYFERTH, 2002, p. 24). E logo uma série de estudos com fundo antropológico tiveram preponderância, como destaca a professora:

> A explicação das diferenças étnicas e sociais, com base no primado das leis da natureza e devidamente racializada num sentido hierárquico, deu preponderância e popularidade (principalmente por meio da divulgação científica e de certas doutrinas nacionalistas) ao que Banton (1979, p. 45) chamou de abordagem antropológica no estudo do homem: a raça e a cultura compreendidas numa teoria unificada, que encontrou as causas da diferenciação nas leis biológicas, deixando em segundo plano o outro paradigma (a abordagem etnológica), o qual afirma que a natureza física do homem e sua cultura demandam explicação de tipos distintos. Banton vincula a abordagem antropológica a Cuvier, talvez o primeiro cientista a representar as raças como uma hierarquia explicada pelas diferenças de cultura e de qualidade mental, com os brancos no topo e os negros na base, hierarquia

> essa explicada pelas diferenças de cultura e de qualidade mental (ibidem, p. 25)

No século XIX, quando a empresa colonial estava instalada e as burocracias alicerçadas na modernidade, a ideia de “progresso” e a suposição de uma inferioridade social dos povos expurgados já eram constitutivas da matriz de hierarquização racial. Foi, portanto, com base nas relações sociais travadas em incursões de fundo colonial, que o conceito de raça foi desenvolvido na Europa, de modo a impor a dominação política e econômica da Europa e assentar os dogmas que garantiam a justificação das espoliações em favor da classe branca e burguesa europeia. Divisão esta que, conforme visto a partir do pensamento fanoniano, tinha como essência uma fronteira impalpável do reconhecimento da humanidade.

Eram vários os estudos desde a etiologia que embasavam a inferioridade e degeneração dos povos não brancos, que construíram todo um arcabouço do racismo científico que se alastrou dentro e fora do meio acadêmico. Elas tinham bases e duraram tempos diversos, como destaca Banton:

> a teoria da tipologia racial, que juntou algumas das especulações dos primeiros anos desse século [XIX], continha muitas deduções que agora se vê serem erros evidentes. As teorias erróneas no campo da embriologia foram rectificadas muito rapidamente, tal como sucedeu com a doutrina da permanência dos tipos no seu contexto biológico e algumas teorias acerca da hibridação. Mas as teorias que estipulavam ter o negro uma capacidade craniana inferior à dos brancos e ser o progresso da civilização determinado pelos tipos raciais subjacentes duraram mais tempo (...) (BANTON, 1979, p. 68)

Como se resultante das expressões das leis naturais, a inferioridade dos não-brancos era retratada como inata e a miscigenação foi sendo assumida como principal fator patogênico das populações em nosso território. Daí a notoriedade do mito do branqueamento, que assumiu a condição de política pública interessada na “assimilação cultural e física dos europeus e o desaparecimento dos negros e mestiços mais escuros” (SEYFARTH, 2002, p. 36).

Raça, assim, foi uma invenção que passou a ser mobilizada com o “propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais” (idem, p. 28). Toda uma nação era forjada, portanto, a partir de uma racialização pautada na hierarquia destes esquemas tipológicos que rebaixavam à condição de não humanidade pessoas que não fossem brancas.

Voltando aos quatro eixos, ao domínio territorial e às teorias que impuseram a dominação e a hierarquização racial comprometidas com o projeto de modernidade, acrescenta-se o sistema de linhagens, organizado através da garantia de parentesco entre famílias dominantes e pela institucionalização do casamento heterossexual monogâmico.

Antes mesmo da emergência da burguesia branca migrante nas colônias consolidar-se como uma classe na colônia, a ideia da "pureza de sangue" já era difusa, mesclando as racionalidades médico, jurídicas e religiosa. Nesse sentido, "limpeza de sangue" era dispositivo já bastante difundido nas metrópoles e inclusive codificado, cuja capilarização foi intensificada pela empresa colonial:

> É neste contexto que surgiram os "Estatutos da Purificação do Sangue", que começaram a ser aplicados no Concílio de Toledo em 1449, difundindo-se ininterruptamente durante os séculos XV, XVI e XVII. O objetivo fundamental era descobrir a identidade e as práticas dos suspeitos de serem falsos cristãos. O Estatuto consistia basicamente em investigar a linhagem genealógica de pessoas suspeitas, contra quem se abriam processos de investigação sobre pensamentos, sentimentos e atos, para estabelecer como eram transmitidas as características negativas de mães e pais. Dessa forma, estabeleceu-se de que forma e com quais categorias a qualidade das pessoas deveria ser julgada. Assim, muito antes do racismo científico que se desenvolveu desde o século XVII, esse sistema simbólico de classificação das pessoas por sua linhagem genealógica constituía um sistema de classificação social que era transmitido de pais para filhos pelo sangue." (ALLIONE, 2014, p. 07, tradução nossa).

A partir do racismo científico visto anteriormente, que entrelaçava ciência e os cânones da Igreja Católica para identificar grupos patologicamente inferiores, uma série de aparatos, incluindo legislações, começaram a surgir para impedir que cargos e famílias fossem atingidos pelos supostos efeitos depreciativos da mestiçagem.

A busca pela "pureza" assentava-se como condição de manutenção da supremacia branca, formalizando a união indissolúvel entre os aparatos de poder com o ideário racial constitutivo da nação racista. Dessa forma, grupos de parentesco passaram a ser constituídos a partir do matrimônio combinado entre famílias brancas das nobrezas mais tradicionais, provinciais e aqueles que recém chegavam nas colônias, desde que assegurado o alinhamento com os interesses hegemônicos (SEYFERTH, 2002, p. 29).

Fixando uma casta branca elitizada, as elites passavam a se revezar na direção hierarquizada dos países latino-americanos, estabilizando os interesses das castas que se formavam através do aparelhamento das formas instituídas de poder. Aliado a isso, o aparato estatal foi garimpando o monopólio dos equipamentos da gestão pública nessa classe nascente. Isso porque: *"*Cada uma destas famílias tentou colocar um ou mais membros nos escalões superiores de cada hierarquia provincial e, por sua vez, estes e outros membros dirigiam também um conjunto de empresas econômicas integradas." (LOCKHART, 1990, p. 65, tradução nossa). Dessa forma, assegurava-se a constituição de uma nobreza que respondia aos próprios interesses de forma centralizada.

O quarto ponto, nesse sentido, é o das "burocracias estatais", sendo que, utilizando esta expressão, não me restrinjo ao "aparato estatal" formalmente reconhecido. Considero, nessa linha, que "as instituições *per se* não detêm o poder; são os grupos sociais que o

exercem através das instituições" (SCHWARTZ, 1988, p. 222). Por isso, as enquadro no texto após a apresentação breve das famílias que constituíram as elites que lhes ocupavam e estou, na linha das referências que mobilizo, pensando nos lugares especialmente os ligados à gestão da coisa pública.

As estruturas de poder funcionaram em função dos interesses das metrópoles. Em muitos casos, também foram nutridas com razoável autonomia – como a disciplina do escravismo africano, no caso das colônias brasileiras, assunto que a Coroa optou por ter pouca ingerência – mas, de forma geral, expressavam, em ações concretas, pautas hegemônicas envolvidas com o prolongamento das relações coloniais.

As principais, as quais externalizavam mais as referências performáticas dos órgãos de cúpula de gestão, estavam centralizadas nas mãos da elite branca referida, constituída por homens, brancos, católicos, heterossexuais e, cada vez mais, naqueles que eram letrados e tinham formação em direito. Os aparatos estatais eram braços dos interesses imperiais, por isso, lugares de organização da transcendência do paradigma universal, do delírio das hegemonias que constituíram o colonialismo em nosso país.

Assim, a indicação para a composição desses cargos por mecanismos que garantiam que não só um rosto institucional que simbolicamente expressasse os interesses da casta provençal em jogo; como também, materialmente, que a agenda da modernidade fosse contemplada em ações cotidianas da gerência política.

A trajetória dos oligopólios nos cargos de poder, assim, foi refletora das estratégias por onde a *metaconsciência totalizadora*, que implantaria a antinegritude colonialista, foi se capilarizando. Construída como sombra dos interesses da Coroa, o percurso dessas burocracias no alinhamento da constituição da *ilusão do universal*, na linha do que propôs Fanon, foi se tornando cada vez mais sofisticada.

Dessa forma, mesmo com os processos de autonomia formal dos países, a tradição das colonialidades (neocolonialismo) manteve-se, de modo que as elites que fundaram as ordens sociais e suas representações as aparelhasse com instrumentos atualizados para a garantia das vantagens nomeadas e não nomeadas que lhes constituíram enquanto eixo. Isto é "mantidas na exterioridade por eles [os Estados] criadas no processo de invenção de si mesmos como interioridade" (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 389)

Assim, pensar a sociedade latino-americana e nas relações sociais que perfilham na contemporaneidade significa pensar uma sociedade onde o branco, o europeu e o colonial foram definidos como o *ethos* de reprodução social e, atrelados a esse modo de existir, está a configuração da branquitude. Para além dos pontos de contato, proponho localizar estes

debates ao contexto brasileiro, o qual entendo, pelas particularidades, requer atenção para a forma como a produção de autores/as do grupo pode ser recebida; como também para, tal como feito com Césaire e Fanon, deixar o registro de que alguns escritos anteriores, em nosso país, também caminhavam para o destaque das nossas particularidades no Atlântico Negro (GILROY, 2012)[74].

2.1.3 O caso brasileiro: leituras sobre a intrusão colonial e a organização do poder instituído a partir do pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez

Muito embora a linha de consolidação e emergência elites brancas europeias e das primeiras burocracias institucionalizadas tenha paralelo com o processo estudado no subitem anterior, algumas peculiaridades da formação histórica brasileira precisam ser notadas. Colônia constituída a partir da supremacia branca, tornou-se país das "diferentes trocas culturais promovidas pelos negros da diáspora africana" (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 248) e também das persistentes estratégias de apagamento desta memória[75].

Assim, este subitem se dedica a visitar alguns registros históricos que denotam algumas das nossas particularidades nestes processos e, ainda na afirmação de algumas chaves teórico-metodológicas centrais para esta pesquisa, estudar parte do pensamento de Beatriz Nascimento e de Lelia Gonzalez, sobretudo a forma como suas análises estão nas encruzilhadas daquilo o que nos constitui enquanto nação[76].

Começando pelos apontamentos de localização histórica, a situação ímpar do colonialismo brasileiro no imperialismo português tem relação com a experiência prévia dessa

[74] A noção de Atlântico Negro, proposta por Paul Gilroy, pauta uma história descentrada naa Europa, considerando a potência das trocas promovidas pelos negros da diáspora africana (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 248).

[75] Conheço a importância da "memória", inclusive como categoria analítica e dialogo, aqui, com o seu sentido em contraponto com "consciência", como apresentado por Lélia Gonzalez. Em "Racismo e Sexismo na cultura brasileira" constrói como memória aquilo o que a consciência, isto é, o discurso dominante, racista, eurocentrado, tenta apagar: "A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso ta aí... e fala." (GONZALEZ, 1984, pp. 226-227).

[76] Trazê-las ao trabalho neste momento, considerando o curso planejado das referências do texto, expressa também a intenção que tenho em demarcar o reconhecimento pelo legado que deixaram e que me parece escapou aos olhares de importantes autores, por exemplo, do grupo modernidade/colonialidade.

metrópole da articulação de relações raciais durante a luta contra os mouros[77]; e, após, com a reinvenção destas dinâmicas, tendo se tornado epicentro da escravização racial moderna (CHALHOUB, 2012). Iniciada em 1551, embora haja divergência quanto ao número exato, estima-se que em torno de quatro milhões de pessoas africanas chegaram compulsoriamente ao Brasil até a década de 1850[78].

A diáspora e suas implicações teriam formado aquilo o que Lélia Gonzalez chama de Améfrica, sistema etnogeográfico que grifa como a América é espelho de modelos africanos – daí a aglutinação na grafia dos dois continentes. Com formação em geografia, história e filosofia; professora no departamento de sociologia; militante e uma das principais referências brasileiras, as produções de Lélia refletem o gigantismo e a indissociabilidade entre o seu pensamento e engajamento. Por isso também a categoria está implicada política e culturalmente, e faz parte de um projeto epistemológico que amplia o ver o mundo a partir da incorporação da amplitude do processo, como ela própria explica:

> As implicações políticas e culturais da categoria da Amefricanidade ("Amefricanity"), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria da Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, isto é, referenciada em modelos como: A Jamaica e o akan, seu modelo dominante;

[77] Lelia Gonzalez explora essas relações através da historiografia da constituição de países de matriz ibérica: "Em primeiro lugar, não se pode esquecer que a formação histórica de Espanha e Portugal se fez a partir da luta de muitos séculos contra os mouros, que invadiram a Península Ibérica no ano de 711. Ainda mais, a guerra entre mouros e cristãos (ainda lembrada em nossas festas populares) não teve na dimensão religiosa a sua única força propulsora. Constantemente silenciada, a dimensão racial teve um importante papel ideológico na nas lutas da Reconquista. Na realidade, os mouros invasores eram predominantemente negros. Além disso, as duas últimas dinastias do seu império - a dos "Almorávidas e a dos Almoadas" - provinham de África Ocidental (Chandler). Pelo exposto, queremos dizer que os espanhóis e os portugueses adquiriram uma solida experiência com respeito a forma de articulação das relações raciais" (GONZALEZ, 2011, pp. 14-15).

[78] Em revisão bibliográfica sobre o tema, Juliana Streva traz três dos principais registros numéricos: "Ainda que o tráfico de pessoas escravizadas tivesse começado mais cedo em outras regiões das Américas (1526), o Brasil, mesmo com trinta e cinco anos de diferença, conseguiu ultrapassar os demais países no que diz respeito a quantidade de africanos escravizados. O Brasil chegou ao recorde de quase 750.000 (setecentos e cinquenta mil) negros e negras anonimados, contados unicamente em cifras, entre os anos de 1811 e 1830, período no qual a América espanhola tinha em seu total aproximadamente 300.000 (trezentos mil), o que evidencia o elevado número comparativo.Há divergências sobre o número total estimado, tendo em vista a imprecisão dos registros de entrada de africanas(os) escravizadas(os) no Brasil. O número mais alto encontrado foi apresentado por Sidney Chalhoub, que defende que 4.800.000 (quatro milhões e oitocentos mil) pessoas africanas escravizadas teriam chegado ao país até o início da década de 1850. Alencastro traz estimativa parecida, mas um pouco reduzida se comparada à primeira, alegando que durante o período de 1551 à 1870, desembarcou no Brasil cerca de 4.029.000 (quatro milhões e vinte de nove mil), enquanto correlativamente na América espanhola a estimativa é de 1.662.000 (um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil). Já Lilia Schwarcz apresenta o número de 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil) trazidos compulsoriamente ao Brasil, o que corresponderia a um terço da população africana que deixou forçadamente o seu continente de origem rumo às Américas" (STREVA, 2016, pp. 24-25).

> o Brasil e seus modelos ioruba, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (...) Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se forjaram em uma determinada parte do mundo. Portanto, a Améfrica, como sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados do continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. (GONZALEZ, 1988, p. 76)

Além de compartilhar, a nível de cultura, a unidade específica que parte da experiência histórica da diáspora, a Améfrica é marcada pelo racismo enquanto sistema de dominação que "estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branco-ocidental à 'inferioridade' negro-africana"" e que está implantada em diferentes níveis de pensamento e instituições (idem). No Brasil, esta história está inscrita nas razias do curso histórico de alijamentos e espoliações e na forma como um Estado, enquanto poder burocrático, pôde ser fundado também pelo saque de povos originários, como em toda latino-américa, mas por inscrições de violência bastante próprias.

Na conciliação entre genocídio antinegro e "liberdade e igualdade", a *razão* moderna justificou um sistema socioeconômico que se espraiou socialmente pautado na divisão entre a *zona do ser* e do *não ser*. Essa matriz esgarça o fato de que discursos que imbuem a tradição liberal moderna são, não só, falaciosos – a começar pelo humanismo, como já destacava Cesáire – como alicerçam a antinegritude em um território, projetando-a como campo de subsistência das elites brancas, burguesas e cisheterossexuais. Em um ensaio publicado na coluna Tendências e Cultura, do jornal Opinião, em 1975, Beatriz Nascimento[79] escreveu:

> O sistema escravista que emergiu no início da expansão da economia europeia é, pelas suas contradições, um dos pontos cruciais da história universal. Ao mesmo tempo que se opõe a um sistema econômico de tipo moderno é sua própria razão de existência. O sistema escravista oferece implicações singulares ao implantar-se no Novo Mundo: utiliza-se arbitrariamente do trabalho e da persona de milhões de homens de dois continentes, exatamente num momento em que aparecem os ideais embrionários de igualdade, liberdade e universalidade entre os habitantes da Europa ocidental (NASCIMENTO, 2018, p. 57)

A escrita e fala de Beatriz, com intenção estética e posicionada, que alia territorialidade e corporeidade, foi enveredada no enfrentamento das opressões raciais e de gênero[80]. A autora refletiu anos antes da consolidação do grupo modernidade/colonialidade

[79] A trajetória de Beatriz Nascimento, enquanto ativista, historiadora, pesquisadora, pensadora, poeta e narradora, centrada sobretudo entre 1968 e 1971, foi marcada pelas reflexões sobre África e Brasil, sendo uma das principais referências sobre quilombos, no Brasil e Angola, e sobre a transatlanticidade nas relações entre América, Europa e África.

[80] Em uma entrevista, Beatriz sobre essa interseção e como posicionava seu ativismo no enfrentamento e esperança quanto às matrizes da branquitude: "Eu como mulher negra tenho o poder para afirmar que a pele branca não representa nada para mim. Porque como todos negros eu tenho minha beleza, minha força e meu saber. Mas eu também dou minha vida pelo branco, me dou, dou a

sobre as condições das opressões raciais nas sociedades africanas e afrodiaspóricas, embora desconheça qualquer menção a seu trabalho nas primeiras décadas do pensamento latino-centrado. Quilombola, militante, poeta, acadêmica, um dos legados de seu pensamento foi deixar em forma de pergunta um chamado para as produções sobre sistemas de dominação raciais brasileiros, o qual carrego como condutor dessa pesquisa:

> Ao invés de simplesmente ficarmos discutindo e visualizando somente o processo de dominação de uma cultura sobre a outra, por que não procuramos ver os elementos dentro de nossa cultura que estão provocando essa mesma subordinação? Até que ponto a cultura do branco nos domina e até que ponto a nossa própria cultura também está interagindo nesse processo de dominação? (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATTS, 2006, p. 04)

Como ciência da superioridade eurocristã, a antinegritude passou a atravessar sujeitos e instituições no Brasil, marcando, através da violência, a divisão que fez internalizar, ideologicamente, a superioridade branca. E que constituiu as estruturas de poder branco-dominadas no país, que passaram a equipar de forma técnica seus aparelhos de gestão para garantir um modelo rigidamente hierárquico - aquele ao qual as metrópoles ibéricas se baseavam e que espelhava as circunscrições referentes ao contexto de implementação dos organismos de poder em território marginal, que explorei no ponto anterior.

O caso brasileiro é também bastante peculiar, já que aqui as políticas de imigração subsidiadas foram extremamente exitosas em atrair a vinda de burgueses de alguns países da Europa Central, principalmente mediante a ampla oferta de terras[81]. Nesse sentido, interessada na implementação do projeto de embranquecimento da sociedade, a Coroa instituía, sobretudo por ato executivo, a contrapartida do domínio territorial àqueles que viessem e estivessem em alinhamento com os interesses imperiais. Foi o caso do regime das sesmarias[82] que, aliado à facilidade de inserção no comércio de pessoas escravizadas

---

minha cultura, o meu saber. Eu sou suficientemente forte para querer o branco comigo enquanto ele não estiver contra mim." (NASCIMENTO, Beatriz, *apud* RATTS, 2006, p. 78) As rupturas que produziu atravessaram fatalmente a sua trajetória, interrompida pela ação misógina e racista de um homem. Em janeiro de 1995, Beatriz foi assassinada com cinco tiros dados pelo companheiro agressor de uma amiga em situação de violência doméstica e familiar a quem havia aconselhado e acolhido. GRAMADO, Paulo. Professora pode ter sido morta por racismo. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html >. Acesso em 20/08/2020.

[81] Em outros países da América Latina a política foi implementada, mas muitas vezes sem registro de tamanho êxito. Foi o caso da Argentina, por exemplo, onde muito embora tenha havido uma sucessão de atos da matriz para incentivar a vinda de imigrantes europeus, acabou prevalecendo a imigração espontânea (SEYFERTH, 2002).

[82] Como regime de terras colonial, junto com as capitanias hereditárias representou a forma de concessão de terras atribuída pela Coroa que marca a longa tradição da concentração fundiária em território brasileiro. Nesse sentido, dialogo com Paulo Fonseca: "A propriedade, em especial a rústica ou rural, ocupa(ou) o centro da vida política e econômica em todos os países latino-americanos, encontrando decidida proteção jurídica nos ordenamentos e também resistências a reformas que marcaram de sangue o continente. A concentração (lati)fundiária gerou sociedades oligárquicas e socialmente violentas na América Latina. A ideologia do modelo proprietário liberal absolutizou o poder privado em detrimento dos usos coletivos e comunitários da terra, com efeito na segregação territorial9 nas cidades e expulsão de populações rurais. A capitania hereditária, a sesmaria e demais formas de

africanas e a participação na economia do açúcar representaram grandes atrativos para a invasão do país por europeus comprometidos com os pactos do colonialismo (RICUPERO, 2009, p. 118).

Sobre o incentivo à imigração, também foram feitos inúmeros acordos de colaboração entre nações, além de editados sequenciais decretos legislativos. Assim foi o caso do Decreto 528/1890, que tinha como fundo de base "as teorias eugênicas e as políticas de diante da força das teorias eugênicas e políticas de embranquecimento do povo brasileiro como projeto de Estado" (PIRES, 2013, p. 93).

Foi este o contexto em que emergiu também o tratado de Nova Friburgo, visando a atrair suíços para a região serrana fluminense, equipando-os de parcelas territoriais e armas, e assim cumprindo com as supostas promessas civilizatórias das políticas de imigração subsidiadas. Como destaca a professora Giralda Seyferth:

> autorizou o estabelecimento dos imigrantes suíços na região serrana do Rio de Janeiro aludindo à civilização e, principalmente, no artigo 18 do tratado acima referido, que trata da criação de uma milícia de 150 suíços, capazes de empunhar armas, colaborando na manutenção dos regimentos portugueses de cor branca. A menção à cor branca é por si mesma significativa pois as primeiras classificações raciais produzidas nos meios científicos europeus na segunda metade do século XVIII tinham por base uma divisão geográfica e/ou a variação da cor da pele. Pode-se argumentar que seus autores não estavam interessados em estabelecer critérios de desigualdade para grupos humanos articulados com suposta "origem comum", depois anunciados nas tipologias criadas, às vezes doutrinariamente, no século XIX; mas a noção hierárquica de civilização estava por trás de certos desideratos biológicos, fazendo da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista (SEYFERTH, 2002, p. 119)

Além deste, foram promulgados outros decretos que buscaram a implantação da política de imigrações, especialmente, em áreas estratégicas para a geopolítica internacional, como a região Sul do país[83]. A aquisição das terras se dava principalmente através de atos executivos que atribuíam, aos chefes das famílias agraciadas, o título de propriedade legítima das terras expropriadas brasileiras, atribuindo-lhes exclusividade sobre o regime fundiário.

concessão de terras coloniais, são da mesma lógica proprietária de concentração fundiária dos movimentos de desamortização de terras que, após a independência, investiu contra a propriedade eclesiástica, comunal e indígena em vários países." (FONSECA, 2015, p. 310).

[83] O caso da imigração de alemães para o Brasil também é bastante comentado, com políticas de imigração justificadas pelas teorias eugenistas e voltadas à fixação deste contingente de famílias especialmente nas regiões de fronteira que eram objeto de disputa. Assim, "através do agenciamento, o governo imperial recrutou em vários estados germânicos, simultaneamente, colonos e soldados. Afinal, havia forte tensão na fronteira internacional ao sul, envolvendo a disputa pela "província Cisplatina" (o atual Uruguai), que teve como consequência uma guerra com a Argentina, iniciada em fins de 1825" (SEYFERTH, 2002, p. 119).

Através deste e diversos outros dispositivos, o embranquecimento foi dissolvendo-se a partir do mito da superioridade branca e promovendo o estilhaçamento de identidades afrodiaspóricas. Assim, o "desejo de embranquecer (de 'limpar o sangue', como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura" (GONZALEZ, 1988, p. 73).

A matriz dos~~~~~~~~~ oligopólios e das disputas no acesso à terra tem essa raiz em nosso território, representando um projeto político de concentração dos indicadores de dominação nas mãos de um seleto grupo de homens, brancos, burgueses, europeus e proprietários, dispostos a alinhavar as relações de poder nos mais variados campos de atuação para os quais passaram a ser indicados. O título de terras, a ideologia do embranquecimento e a naturalização da violência, aliado ao letramento, eram então passaportes para que essa classe em formação passasse a compor os órgãos de gestão.

Nesse contexto, sistematicamente, a Coroa portuguesa ampliava as possibilidades de constituição de patrimônio dos colonizadores e facilitava a ingerência das famílias nos organismos estatais. Isso através de estratégias que combinavam leis e decretos para facilitar a vinda de mais imigrantes da burguesia branca europeia, a atribuição do título de propriedade, a vedação de acesso à cargos e à educação de pessoas negras e todo um sistema de indicações aos cargos estratégicos para a gestão pública (RICUPERO, 2009).

Na transição dos regimes, a política mantinha essas bases, mas o poder público cuidou da manutenção da concentração fundiária utilizando-se sobretudo do aparato legislativo. É importante refletir aqui sobre a abrangência que a questão fundiária pautada na matriz dos oligopólios passa a, nesse momento, ter, dada amplitude que atos legislativos em si possuem e o seu potencial de permanência, em contraponto com atos executivos direcionados.

Nesse cenário veio a Lei de Terras (Lei nº 601/1850), que atribuiu controle para as províncias das terras devolutas e estabeleceu a compra como forma exclusiva de acesso, ampliando o "agenciamento de imigrantes para projetos coloniais" (SEYFARTH, 2002, p. 120) e excluindo a massa de pessoas escravizadas, indígenas e a emergente classe proletária não agraciada com os dispositivos anteriores da possibilidade de acesso ao título de propriedade que ditava o status social da época.

O contexto de edição desta legislação, inclusive, precisa ser destacado, já que expressa o colonialismo como seu fundo ideológico antinegro essencial, sendo a lei um dos maiores símbolos de como o medo branco, desde há muito, pauta a questão fundiária no Brasil. Como pontua Thula Pires:

> Algumas situações chamam a atenção para as circunstâncias de edição da lei. Em 1831, com a Lei Feijó inicia-se a tentativa de proibição do tráfico de escravos no território brasileiro. Essa tentativa não foi bem sucedida e somente em 4 de setembro de 1850, com a edição da Lei Eusébio de Queiroz, pode-se afirmar o compromisso oficial com o fim do tráfico no território brasileiro. No mesmo ano em que o Estado brasileiro recrudesce as políticas visando a extinção do tráfico negreiro em sua região e sinaliza à comunidade internacional o início de uma política anti-escravista, inaugura uma política agrária seletiva e excludente, de modo a garantir que a população negra não seja enquadrada na categoria "proprietário. (PIRES, 2013, p. 92)

Concentrando poderes, sobretudo a partir do domínio das terras e ampliando seu campo de projeção a partir da constituição das famílias monogâmicas enveredadas na "limpeza do sangue", a classe de imigrantes, brancos e burgueses foi estabelecendo-se e ocupando, tal como apontado no item anterior, os organismos de gestão pública.

Espelhados na forma como essas institucionalidades funcionavam na matriz ibérica, incluindo-se a racionalidade jurídica a ela imanente (NEDER, 2000), esses cargos eram titularizados sobretudo por pessoas indicadas pelas cúpulas referidas ao imperialismo e restritos a pessoas "letradas". Dessa forma, mantinha-se o compromisso de que a supremacia branca estaria alinhavada nos postos da gestão político-administrativa e de que assim toda uma cultura de burocracia institucional enraizava-se a ponto de tornar-se constitutiva desses espaços.

Por isso é possível dizer que os aparelhamentos das instituições relacionadas à gestão pública nasceram, no Brasil, dos pactos entre a aristocracia da Coroa portuguesa e as elites agrárias branco-proprietárias (WOLKMER, 2015, p. 53). Herdeiras das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles, "racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupos dominantes" (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Para tanto, uma série de mecanismos começaram a ser utilizados para literalmente vedar o acesso à escolarização e assim manter o restrito núcleo de burgueses mencionado nos cargos de poder. Thula Pires analisa uma dessas legislações, que fez obstar acesso à educação de pessoas escravizadas:

> Em 1854 foi aprovado o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. A lei 1331-A, publicada em 17 de fevereiro, regulamentava o acesso à educação estabelecendo como dignos de seu exercício os meninos livres e vacinados, não portadores de doenças contagiosas, conforme disposição do artigo 69. Além da proibição expressa de matrícula dos escravos na referida legislação, para enfatizar a inacessibilidade dos negros ao ensino, a Resolução Imperial n.° 382, datada de 1° de julho de 1854, no seu artigo 35 proibia expressamente que escravos e os portadores de doenças contagiosas fossem alfabetizados. (PIRES, 2013, pp. 92-93).

Inicialmente referidas aos interesses diretos da Coroa portuguesa, como dívida correlata a própria possibilidade de terem vindo para a colônia, pouco a pouco essas elites foram se tornando corpo essencial às burocracias constituídas, fazendo com que se tornasse dispensável a interferência imediata da Coroa nos territórios da intrusão (RICUPERO, 2009, pp. 124-125) a menos em um nível formal.

Certa de que "princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores" (SCHWARTZ, 1988, p. 209) estavam, dia após dia, mais capilarizados, a metrópole ia perfilhando as relações político-econômicas através de aparentes concessões, considerando que as lógicas, práticas e modo de ser retratavam a modernidade/colonialidade. Esta inclusive constitui outra particularidade da presença brasileira no contexto dos estudos decoloniais.

Na trajetória das rupturas com os processos de domínio formal das colônias, a "emancipação" brasileira foi, simbolicamente, declarada pela própria Corte, que estava certa de que as formas ideológicas do racismo atravessavam a sociedade de forma irremediável e de que os privilégios coloniais estariam mantidos não obstante a declaração da independência. Assim também foi anunciado o fim da escravização, tanto pelas pressões do capital internacional; quanto pelas respostas aos movimentos de insurgência externos e internos, que tornaram insustentável o tom explícito das castas raciais brasileiras - embora em quase nada alterasse este quadro. Lélia aponta o processo como correlato à acumulação primitiva em nosso território:

> (...) foi a partir da cultura cafeeira que se desenvolveria o processo de acumulação primitiva necessário à estruturação do capitalismo. Consequentemente, a questão da mão de obra livre foi colocada. O movimento abolicionista se situou exatamente a partir das exigências do novo estado de coisas. Todavia, é importante ressaltar que o 13 de maio libertou apenas 10% da população de cor do Brasil, uma vez que os outros 90% já viviam em estado de liberdade e praticamente concentrados no "restante do país". Temos, portanto, uma polarização em termos de distribuição racial, que deverá ser devidamente reforçada e reinterpretada em termos do modo de produção que se estabelecerá hegemonicamente (GONZALEZ, 2020, p.36)

Evidenciando a manutenção dos pactos anteriores, mesmo após as declarações, a política de incentivo à imigração europeia manteve-se, embora através de outras táticas, até meados do século XX. Com os processos de urbanização, especialmente no Sudeste, a demanda por mão de obra passava a ser o subterfúgio para as agendas de incentivo à vinda de imigrantes. Aliado à manutenção dos critérios de subordinação hierárquica racial, a "proletarização do negro do Sudeste" era um retrato do aumento da população negra "completamente marginalizada do processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, posto que substituída pela mão de obra imigrante" (GONZALEZ, 2020, p. 37)

Em paralelo, uma série de teorias eugenistas começaram a ganhar maior projeção, incrementando o racismo científico que já era originário ao projeto da empresa colonial, mas que, ao longo do século XIX assumia condição particular. A "ciência das raças" tinha como essência classificar hierarquicamente a humanidade em determinadas tipologias de pessoas, justificando fenotípica e, posteriormente, antropologicamente a desigualdade das raças. Assim,

> o racismo se constituía como 'ciência' da sociedade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não apenas o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista nas nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrico pré-colonialista (século XV-século XIX), que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos "selvagens", daí a naturalidade com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos. No decurso da segunda metade do déculo XIX, a Europa transformaria tudo isso em uma tarefa de explicação racional dos (a partir de então) "costumes primitivos", em uma questão de racionalidade administrativa de suas colônias (GONZALEZ, 1988, p. 71)

Nesse sentido, a eugenia e o darwnismo social ganhavam a cena, localizando pessoas brancas como *civilização*, referida ao topo da hierarquia, e associando pessoas não brancas ao tipo dos "bárbaros" e, posteriormente, "selvagens", degenerados, conforme visto no subitem anterior. A miscigenação passava a ser explorada como fator patologizante das sociedades marcadas pela "mistura racial" que sobrevinha, principalmente, do estupro de mulheres negras escravizadas.

Assim as políticas de embranquecimento e de imigração incentivada eram mantidas, mas também eram criadas outras táticas fundamentais para implementação de novos arranjos de controle de corpos negros no domínio público, especialmente pós abolição formal do escravismo e implemento da república. Foi nesse contexto que a criminalização, amparada no paradigma etiológico do positivismo criminológico[84], passou a assumir papel de destaque.

[84]A matriz inaugurada por Césare Lombroso foi desenvolvida a partir da pesquisa e determinação ação das causas e origens de um determinado fenômeno, qual seja, o da "criminalidade". E que é assumida como um dado ontológico, isto é, como algo pré-constituído e influenciado por condições patológicas de determinadas pessoas, transmitidas hereditariamente, e que levariam à maior propensão à prática criminosa. O mapeamento destas, que em Lombroso residiu basicamente em causas biológicas, psicológicas, genéticas e instintivas dos indivíduos, foi uma das principais atividades da escola dos positivismos criminológicos. Extremamente influenciado pelo darwinismo e pela base teórica problema das diferenças raciais, Lombroso usou a frenologia enquanto método e recurso argumentativo para justificar que "negros teriam cérebros mais leves que brancos – menor capacidade cerebral", daí a condição naturalmente atávica, sobretudo, de pessoas não brancas. Este estado pesquisa leva os positivistas a assentarem sentidos diversos para a "defesa social" que a pena deveria ter, dando novos compassos para o racismo científico que servia ao medo branco das insurgências sobretudo inspiradas pela faísca da revolução haitiana e, no Brasil, da revolta dos malês (BATISTA, 2003). Para Lombroso, deveria haver a substituição das casas de correção por asilos perpétuos para os futuros delinquentes

No Brasil, a tradução da escola foi conduzida por Nina Rodrigues, contextualizada na passagem império-república. Um Brasil pós "extinção" formal do escravismo de africanos e indígenas e que buscava a legitimação do controle sobretudo das pessoas negras nas nascentes cidades.

Nina Rodrigues, médico maranhense que ganhou a cena pública, estabeleceu uma ampla tipologia das raças (ex.: "índios selvagens"; "negros tomados às hordas"; "mestiço"; "mulato"; "cabra"). Aderindo à proposta de embranquecimento e arianização da sociedade, sua teoria dava um novo corte ao racismo científico, que era elemento formador das elites e das nossas institucionalidades. Em seus escritos, dizia que

> O verniz de civilização, já de si tão frágil, que nas raças superiores cobre e domina a organização automática e instintiva, fica reduzido a nada nos mestiços, se além do seu desequilíbrio de organização sempre possível, deve o médico atender à possibilidade destas transmissões atávicas transitórias. E como desprezá-las? Se no exame psicológico de um alienado é de regra submeter a rigoroso inventário as qualidades e taras dos seus maiores, no intuito de descobrir em longinquos [sic] antepassados o veio da deterioração mental, por que havemos de desconhecer e desprezar as leis da hereditariedade, quando temos à mão na psicóloga dos ascendentes a explicação natural do estado mental dos mestiços? (RODRIGUES, 1957, p.157).

O pensamento rodriguiano defendia que a inferioridade das raças, que teria causas múltiplas, explicaria a criminalidade brasileira, uma vez que "o negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano; é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e êsse fundo de caracter imprime o seu cunho na criminalidade" (RODRIGUES, 1957, p. 116-117).". Assim, dava cientificidade para a antinegritude originária da intrusão e agregava os elementos formadores de um período em que o medo branco e da "miscigenação" alardeavam as elites. Em suas palavras:

> Em tal país, o gérmen da criminalidade – fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas pelo estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penais, fundadas no livre-arbítrio – semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente (ibidem, p. 166)

A intenção do médico era principalmente de estar na pesquisa – não de ceder aos convites para que compusesse os jogos políticos (CORRÊA, 2001, p. 167) - e, ainda, de consagrar através da disciplina e das cadeiras correlata à Medicina Legal um programa que

ou criminosos precoces. O discurso, que para muitos é inaugural do campo da criminologia legitima e efetiva a seletividade, "escamoteando as consequências socioeconômicas decorrentes do sistema capitalista que era indicado pela instituição policial central relativamente nova e de cariz colonialista" (GOES, 2015, p. 42).

passava a implicar o ensino jurídico e o sistema de justiça na racionalidade do racismo científico. Assim, enquanto professor redigiu o programa:

> 1º Promover a criação, no nosso processo judiciário, de uma organização da perícia médica com peritos especialistas, já pela propaganda universitária, já pela demonstração na imprensa da necessidade e oportunidade de tal reforma;
> 2º Promover pelos mesmos meios a criação de institutos médicos-legais, de ensino prático e experimental, onde se possam formar os peritos;
> 3º Promover a solução daqueles problemas médico-legais que nos são peculiares, ou tem para nós uma feição peculiar, em razão do clima, da raça, da natureza das nossas instituições políticas e judiciárias, ou do grau da nossa civilização;
> 4º Dirigir o ensino da medicina legal nas faculdades médicas, de modo a criar um padrão que sirva de modelo, no seu início, aos institutos médicos-legais das chefaturas de polícia. Ao mesmo tempo, adaptar o ensino dos médicos à feição peculiar da fase que o problema médico-legal atravessa no país" (RODRIGUES, 1902, *apud* CORRÊA, 2001, p. 96-97)

Inclusive, foi à época da eclosão de seu pensamento que o ensino jurídico instalou-se no Brasil, cortando inteiramente a matriz deste saber em nosso território. Como será melhor estudado em subitem próximo, a instalação do ensino universitário brasileiro foi perfilhada pelas alianças estratégicas ao colonialismo português, outra particularidade do processo de matrizes ibéricas, já que, "diferentemente da Espanha que inicia a implantação de universidades nas suas colônias a partir do século XVI, o Brasil só passa a ter ensino superior a partir de 1808" (GOMES, 2019, p. 96).

Por enquanto, basta o apontamento de que a composição de bacharéis em direito era atravessada por essa formação e pela discursividade do positivismo criminológico, o que refletiu na forma como as instituições do aparelho burocrático brasileiro acabaram servindo à elite branca colonial. O sistema penal passava a ser discursado como um instrumento de defesa social das "raças superiores", com um caráter "benevolente" de curatela e a criminologia se tornava, então um programa de controle e matança do povo negro. Isso é o que, como aponta Luciano Góes, "faz com que Nina Rodrigues se aproxime dos agentes responsáveis pela manutenção do controle racial enquanto as ilusões de igualdade e liberdade não passa(va)m de armadilhas teóricas" (GÓES, 2015, p. 222).

A estrutura, portanto, das hierarquias sociais brasileiras e todo processo histórico que mobilizava o racismo científico, tal como o pensamento ninarodrigueano, contribuiu para a "formalização do apartheid brasileiro em concretização prática de um controle racial segregacionista que permitiu o contínuo do genocídio negro" (ibidem, p.229). Desse modo, a discursividade foi implantada nas instâncias oficiais de poder como saber técnico e depositada como bagagem cultural que atribuiu organicidade às instituições que realizam o controle, que desde a origem estiveram comprometidas com a manutenção da ordem racial e o senso comum punitivista racial. Lélia Gonzalez, denunciando o capitalismo racial-

patriarcal brasileiro e refletindo sobre essas heranças de longa duração, destaca como a forma ideológica do racismo[85], fez e faz manter a estratificação racial como conectora de experiências a nível continental, especialmente nos países de colonização ibérica[86].

Refletindo sobre a forma como o "racismo" foi produtor de alienação nas colônias, ela destaca o eurocentrismo e "neocolonialismo" como razias fundamentais do sistema de opressões. Utilizando-se de categorias lacanianas, ela explica os seus efeitos a partir de duas categorias: do *infante*[87] e do *sujeito-suposto-saber*. Interessa-me trabalhar sobretudo com a segunda, entendendo o seu alinhamento com as abordagens fanonianas.

Aqui, entendo que a autora percebe o sistema de dominação da branquitude, no que Fanon chama de "máscara", para a categoria de sujeito-suposto-saber, que "enriquece ainda mais o entendimento dos mecanismos psíquicos inconscientes que se explicam na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador" (GONZALEZ, 2011, p. 14). Sujeito suposto-saber, atrelado a ideia do infante, constitui algumas das formas como eurocentrismo se impõe em nosso país, pelo sistema ideológico que faz com que pessoas negras sejam abaixo da relação incomensurável da régua da humanidade, que é a "pele branca". Aí habita a patologia das pessoas brancas brasileiras (RAMOS, 1965), que atravessa de início ao fim as nossas burocracias estatais.

Gonzalez também explica que, sobretudo após a extinção formal do escravismo, o "racismo" passou a dispensar as formas abertas. Dessa forma, as instituições, movidas pelas elites brancas coloniais e organizando-se no centro desta ordem, mantiveram-se com as mesmas bases estruturais de operação, ainda que sob as insígnias do novo contexto político que se instalava.

Legislação, tratamento nominal, técnicas jurídico-administrativas, entre outros, refletiram a ordem das ideologias de classificação social que ainda mantém a superioridade de grupos dominantes. Assim, as ideologias que propõem o embranquecimento da sociedade, que trago neste item como relacionais à constituição das elites brancas coloniais,

---

[85] Para Lelia, "(...) o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a "superioridade branco-ocidental" à "inferioridade negro-africana". A África é o continente "obscuro" sem uma história própria (Hegel); por isso a razão é branca, enquanto a emoção é negra. Assim, dada sua "natureza sub-humana", a exploração socioeconômica dos americanos por todo o continente é considerada "natural" (GONZALEZ, 1988, p. 77).

[86] Segundo a autora: "Em segundo lugar, as sociedades ibéricas se estruturaram de maneira altamente hierarquizada, com muitas castas sociais diferenciadas e complementarias. A força da hierarquia era tal que se explicitava até nas formas nominais de tratamento, transformadas em lei pelo rei de Portugal e de Espanha em 1597. Desnecessário dizer que, neste tipo de estrutura, onde tudo e todos tem um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes, como mouros e judeus, sujeitos a um violento controle social e político" (GONZALEZ, 2011, p. 15).

[87] Nessa categoria, Lélia destaca aquelas pessoas que não são "sujeito de seu próprio discurso" (GONZALEZ, 2011, p. 13). Faladas por outras, entendem a si em terceira pessoa.

passaram a manter-se pelas formas mais entrecruzadas de estratificação, herdadas da própria forma como as metrópoles ibéricas estabeleceram o domínio imperial:

> sabemos que as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). (...). As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridades dos brancos como grupos dominantes (GONZALEZ, 1988, p. 73)

Considerando que o discurso hegemônico ainda apresenta as reminiscências de um projeto político de civilização europeia, em que "brasileiro" representa reconhecer essa ascendência imperial, Lélia propõe de forma provocativa que "(...) o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência européia, muito civilizado etc e tal" (GONZALEZ, 1980, p. 209 *apud* GOMES, 2019, p. 48).

O giro decolonial, proposta que a insígnia ladinoamefricana carrega, desloca as significantes da *civilização* que marcam o histórico dos organismos estatais e paraestatais brasileiros, concentrados nas famílias que representavam a matriz colonialista.

Atrelado ao formalismo de uma igualdade retórica, sem aderência, a antinegritude mantém-se enquanto sistema ideológico tradicional e que continua a fixar os padrões eurocentrados em "universais", "paradigmáticos", embora de forma cada vez mais velada. As burocracias estatais e o complexo de aparatos que ainda hoje mantém uma estrutura de privilégios e desvantagens sistêmicas, baseadas sobretudo nas hierarquias raciais, dizem respeito a essa trajetória. A limpeza das raças, é um dos ambientes preferenciais para estes fenômenos e que podemos visualizar na composição destas burocracias. Em um de seus mais famosos textos, Gonzalez afirma:

> Desse modo, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue" como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura (GONZALEZ, 2011, p. 15)

A relação entre as abordagens dos autores do tópico anterior, com Beatriz e Lélia, estrutura as bases político-epistêmicas desta tese a respeito de conceitos chave, como "racismo", colonialismo e modernidade e me ajudam a revisitar uma parte da historiografia sobre as elites e as institucionalidades. Assentadas nos processos que implicaram a relação de hierarquização de humanidades neste território, foi valendo-se da empresa colonial que as primeiras elites se constituíram enquanto classe, em famílias que interpelavam as primeiras burocracias autorreferenciadas aos interesses branco hegemônicos.

A forma como estes processos organizaram-se nos organismos de poder, especificamente a magistratura, é o que busco refletir a partir do próximo subitem, tomando em conta as relações de introjeção na ladinoaméfrica, mas destacando o caso brasileiro. Para isso, passo a mobilizar, a partir daqui, epistemologias localizadas no âmbito de produção do grupo M/C, começando pela chamada *colonialidade do poder*.

2.2. Constituição do judiciário brasileiro e a colonialidade do poder

Há décadas, o pensamento decolonial tem refletido sobre as diferentes formas nas quais relações de poder se organizam na ladinoaméfrica, propondo deslocar os marcos teóricos eurocentrados das análises hegemônicas. Destacando sua constituição em diferentes atravessamentos, algumas das mais emblemáticas produções têm marcado que, por aqui, os sistemas de dominação funcionam em "malhas de exploração, dominação e conflito articuladas" (QUIJANO, 2010, p. 95). Isto é, em processos que mobilizam "os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais" (GROSFOGUEL, 2008, p. 395).

No centro dessas construções, estiveram e estão os signos historicamente formulados em torno de dinâmicas que condensaram o racismo e dividiram a sociedade em zonas incomensuráveis, discussão em torno da qual autoras/es de outras posicionalidades já tinham se debruçado - alguns/mas as quais estiveram na primeira parte do capítulo.

Passo agora a trabalhar melhor o conceito da "colonialidade do poder" a partir do pensamento de Anibal Quijano, que buscou reunir um "ethos sociológico latino-americano" (VILLENA FIENGO, 2016, p. 04), pensando que, nesse momento de apresentação de referenciais e nessa revisão da história das burocracias diretamente implicadas nos fazeres do campo escolhido, com vistas a pesquisar as relações com trajetórias de dimensões continentais, a categoria possibilita leituras e diálogos importantes. E, também, para especificamente tocar o caso do judiciário e chegar em outras chaves centrais que a tomam como ponto de partida e as quais explorarei em seguida, como "colonialidade jurídica".

Inaugurando grande parte das considerações do grupo modernidade/colonialidade, Aníbal Quijano buscou traçar uma reescritura da história hegemônica sobre a emergência da América, localizando-a enquanto "primeira identidade geocultural moderna e mundial" (QUIJANO, 2005, p. 127). A chave analítica da "colonialidade do poder", nomenclatura que é de sua autoria, destaca o conteúdo das relações de poder no eixo América-Europa, questionando o domínio colonial imposto às populações nativas a partir de 1492, mas persistente no pós independência (RUBBO, 2018, p. 392). Para construí-la, o autor partiu das suas próprias revisões ao materialismo histórico-dialético[88], pensando sobre a relação intrínseca entre capitalismo, colonialismo/modernidade e eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 120) e concluindo que, como faceta da modernidade, a colonialidade produziria três instâncias de classificações: trabalho, raça e gênero (QUIJANO, 2000, p.343).

Analisando a exploração do *trabalho* neste território, destacando-se a crítica ao escravismo e ao privilégio branco ao assalariamento (ibidem, p. 118); bem como pensando sobre a valoração ideológica do *tempo* na relação com essas conjecturas[89], o sociólogo expôs o modo como Europa pôde se estabelecer enquanto centro do capitalismo ocidental. Para isso, voltou especial atenção a ideia de *raça* que, no sentido moderno, constituiu um modelo de Estado-nação pautado na colonização de povos sobre outros.

Estabelecida como instrumento de classificação social básico, outorgando legitimidade a relações de dominação durante a conquista, a categoria raça espraiou-se no curso da expansão mundial da dominação colonial branca sobre diversas populações mundiais (QUIJANO, 2005, p. 119). Sob essas bases, a "colonialidade do poder" seria um

> conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de "raça". Essa idéia e a classificação social e baseada nela

[88] Na década de 1980, Quijano começa a reavaliar algumas das ferramentas teóricas de suas análises, sobretudo o marxismo: "Porque é real, ainda que inefável, tal como a história pode ser captada na realidade como tempo mítico para mostrar todo seu sentido. E onde, portanto, a história é uma aposta, no mais pascaliano dos sentidos, não há como conhecer e penetrar a realidade, não há como representá-la em sua totalidade, em seu movimento, em sua transfiguração incessante. Não há como transformá-la e transfigurá-la colocando tudo isso somente no tubo europeu, eurocentrista, no qual tanto o marxismo como o que não é marxista têm de mover-se até hoje na América Latina." (Quijano, 2014, p. 700). Na década de 90, começando através de seminários (QUIJANO, 1995), o sociólogo buscou sistematizar de forma mais explícita a influência do pensamento de Mariátegui para construção de sua agenda de pesquisa sobre a América Latina – embora desde a década de 70 já houvesse começado esse caminho, que persistiu ao longo de toda sua trajetória. Para Rubbo, pesquisador dos dois pensadores: "Fato é que o legado mariateguiano acompanhou Quijano ao longo de toda a sua trajetória, por meio de diversas atividades políticas, acadêmicas e editoriais, seja em sua fase marxista em diálogo com a teoria da dependência, seja na crítica radical ao eurocentrismo conhecida como "colonialidade do poder". Independentemente da postura teórica e das ênfases distintas que adotou em seu itinerário, preocupou-se efetivamente com a divulgação da obra mariateguiana, e permaneceu fiel à premissa de seu autor predileto: decifrar a especificidade histórica da América Latina utilizando-se de um arsenal rico, heterogêneo e crítico da modernidade capitalista" (RUBBO, 2018, p. 405).

[89] Que imprimiram à *modernidade* e *civilização* um valor prospectivo, de "futuro", e dos povos originários a relação com o "passado", que deveria ser ultrapassado (QUIJANO, 2010, p. 124).

> (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (QUIJANO, 2002, p. 04)

Trazendo às luzes a relação implacável entre capitalismo colonial sob a lógica do sistema-mundo moderno (WALERSTEIN, 1974; 2012), Quijano tocou também nas estruturas de poder que se organizaram ao redor do eixo colonial, justamente para dar conta da forma como a colonialidade, imbuída nas relações de poder e enquanto processo que se prolonga no tempo, pôde se estabelecer sobre diferentes bases institucionais. Nesse contexto, a associação entre etnocentrismo colonial e a classificação racial universal explicariam por que a superioridade branca europeia seria mais que um dado qualquer; sim, construída como um dado *natural* nesses países (QUIJANO, 2005, p. 121).

Com o pensamento de Quijano temos um importante grifo ao conjunto de relações de poder que construíram e reforçaram a Europa como berço da episteme e à problematização de como esteve e está ligada às diversas distribuições de valores associados a toda uma história de relações de dominação impostas pela conquista (*ibidem*, p. 118). Também partindo deste apanhado, uma agenda para a reflexão de como se desenhou o trajeto dos interesses das elites e das hegemonias: a história da consolidação dos interesses dominantes está relacionada a uma linguagem política e relacional muito particular, que atribuiu um capital racial positivo para o branco e negativo para o não branco[90].

Nesse sentido, também com o pensamento deste autor é possível questionar as condições em que uma pequena minoria branca, no controle dos Estados e sociedades coloniais, mesmo após a independência, constituiu-se em função da razão *colonial/moderna.* Esse seria o motivo para o qual, do ponto de vista dos “dominadores”, haveria uma enorme proximidade entre seus interesses e os de “seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia européia. Eram, pois, dependentes” (QUIJANO, 2005, p. 134).

[90]Para Rita Segato, ínsito a este processo, está a formação de massas despossuídas: “São esses não-brancos que constituem as grandes massas da população despossuída. Se essas multidões têm algum patrimônio em comum, é justamente a herança de sua desapropriação, no sentido preciso de uma expropriação tanto material - de territórios, de saberes que permitiam a manipulação de corpos e da natureza, quanto de formas de resolução de conflitos. apropriado à sua ideia do mundo e do cosmos –como simbólico– de sua própria etnia e história” (SEGATO, 2007, p. 23, tradução nossa).

Essa noção de poder permite contingenciar alguns dos registros sobre as primeiras formulações daquilo que se chamou de “judiciário” desde a nossa margem. Proponho pensá-lo enquanto organismo da grande estrutura da colonialidade do poder, revisando alguns registros da história institucional sem nenhuma pretensão de esgotá-los.

Considero o papel dos registros historiográficos como elementos para a análise epistêmica e política da magistratura, entendendo que não poderia mobilizar este referencial sem uma investigação dialógica com esta trajetória. E, embora compreenda tratar-se de um fenômeno com dimensões continentais, tento me aproximar do caso brasileiro, pela proximidade com o objeto e para não uniformizar experiências que, mesmo distribuídas em um contexto colonial com fortes relações, possui condições regionais essenciais, mas impossíveis de serem trabalhadas em igual medida.

Na empresa colonial latino-americana, o judiciário foi organizado como instituição responsável pela aplicação de um conjunto de leis, montado pela Coroa; para decidir conflitos daqueles que conseguiam acessar essa burocracia, isto é, a própria elite provençal; e com cargos ocupados pela elite branco-burguesa proprietária aliada aos interesses coloniais. Nesse sentido, seleção; promoção; avaliação e disciplina judicial; organograma da instituição judicial; arcabouço normativo, incluindo-se os regimentos internos; práticas institucionais; entre outros, sistematicamente, foram mobilizados para que as relações de dominação se entranhassem, conformando um retrato persistente do sistema judicial.

Como instituições estão colocadas na atuação de pessoas individualizadas, com trajetórias que não se esgotam, mas estão também referidas às condições em que implicadas socialmente, em um determinado tempo/espaço, importa apontar quem foram os primeiros juízes na região. Integrando a grande classe dos burocratas, os magistrados, inicialmente referidos como “régios”, não estavam no mais alto grau do topo da hierarquia social colonial - já que estes não precisavam “trabalhar” no sentido do capitalismo moderno.

Mesmo assim, desempenhando atividade remunerada e de prestígio, já que relacionada com os interesses imperiais que se constituíam naquele momento, formavam uma classe bastante selecionada. Além disso, tinham a intenção de ascender socialmente e, para isso, alianças com as elites senhoriais se faziam necessárias, relações que, aos poucos, foram introjetando-se à própria condição familiar desses burocratas. Perpetuando um sistema voltado para a consolidação de interesses que só as mais altas posições do país conseguiam reivindicar, no geral em referência à própria metrópole, também nas colônias ibérico-espanholas:

> As profissões letradas, como direito, carreira eclesiástica e (em menor medida) medicina, gozavam de um duplo aspecto a seu favor. Em primeiro

> lugar, as famílias maiores e mais nobres não hesitavam em enviar seus filhos para atuar nesses campos, onde podiam esperar rápida ascensão a altos cargos; ao mesmo tempo que a prática profissional não impossibilitava totalmente a posse de bens. Em segundo lugar, e mais de acordo com a imagem habitual que essas profissões refletiam, os setores médios as usavam como mecanismo de ascensão social, com muitas famílias em grande parte dedicadas a essas profissões, eminências secundárias pairando em torno dos grandes. (LOCKART, 1990, p. 69, tradução nossa)

Tanto as legislações das metrópoles eram implantadas [91]; quanto a própria mão de obra era trazida de lá, já que obviamente não havia disponível cursos de direito nas colônias. Antes do projeto de migrações das famílias das elites para fazerem a formação jurídica na Europa a própria Coroa trouxe juízes intimamente comprometidos com a empresa colonial, dando base ao processo descrito por Quijano, do relacionamento inexorável entre a burguesia europeia e os primeiros burocratas em terras marginais.

No Brasil, são ilustrativos os casos dos dois primeiros magistrados que entraram no país que conviveram com o poder centralizado dos donatários nas sesmarias. O primeiro a chegar foi Henrique Soares de Coimbra (1500), que havia sido desembargador em Portugal e trocado a toga pela batina, vindo para a colônia com a responsabilidade de celebrar aqui as duas primeiras missas que "batizaram" o colonialismo português (MATHIAS, 2009, p. 31). Tendo sido investido do poder de jurisdição, na metrópole, e aqui articulador da principal estratégia ideológica da empresa colonial - a aliança entre teocracia-direito-Estado -, o retrato de um padre que ocupou o judiciário na Coroa torna explícitas as ligações entre sistema jurídico e matrizes de poder ibérico-católicas.

O segundo magistrado, este sim para exercer a função outorgada em três cartas régias que lhe atribuía amplos poderes, foi Martim Afonso de Sousa, que veio naquela que é referida como primeira expedição colonizadora (1530-1532). Martim pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal, ligado à família do rei Afonso III e amigo íntimo do príncipe João:

> Em verdade, a escolha de Martim Afonso deveu-se ao fato de pertencer a uma das mais notáveis famílias de Portugal (descendendo, inclusive, por linha bastarda, do rei Afonso III (1248 – 1279), sendo que seu pai, Lopo de Sousa, serviu à Casa de Bragança). Lembre-se, ademais que era amigo do príncipe João, que elevado ao trono, com o título de João III (1521 – 1557), investiu-o na missão em destaque. (ibidem, p. 32)

[91] Quijano tratou dos efeitos desse transplante das legislações para as sociedades em ladinoaméfrica, explorando os questionamentos de seu tempo de escrita: "Não se trata de sociedades com uma legalidade histórica autônoma, que, como consequência de uma sucessiva sujeição à dominação externa, são obrigadas a reajustar seu comportamento às demandas dos dominadores; ao contrário, a legalidade total dessas sociedades é dependente e seu comportamento não é uma submissão a uma imposição externa, mas uma correspondência interna às leis gerais do sistema de dominação como um todo, mas especificada por múltiplos elementos de intermediação e singularização."*"* (QUIJANO, 1968, p. 84, tradução nossa).

Pela determinação da Corte, em território brasileiro, Martim podia, dentre outras funções, condenar à morte aqueles que não fossem da nobreza[92]; tomar e implantar padrões nas terras, inclusive podendo dá-las como *sesmaria* a quem tivesse vindo com ele na embarcação ou não[93]; nomear autoridades, incluindo-se tabeliões e oficiais de justiça[94]; além de ser capitão-mor da armada[95].

Muito embora simbolicamente estes burocratas representassem o poder judicial constituído, durante os primeiros anos da empresa colonial, a atividade era, efetivamente, desempenhada pelos donatários. Concentrando todos os poderes do órgão tal como hoje conhecemos, além da atividade legislativa, os donatários eram soberanos nas porções de terra que haviam expurgado, referindo-se apenas à metrópole. Como ensina Claudio Cristiani, a eles competia a função de "administrador, chefe militar e juiz ao mesmo tempo; o

[92] Segundo o texto da primeira carta de D. João: "(...)além disso lhe dou todo poder e alçada, mero e misto império, assim no crime como no cível sobre todas as pessoas assim da dita armada como em todas as outras que nas ditas terras que ele descobrir viverem e nela estiverem ou a ela forem ter por qualquer maneira que seja, e ele determinará seus casos feitos assim crimes como cíveis e dará neles aquelas sentenças que lhe parecer justiça conforme a direito e minhas ordenações até morte natural inclusive, sem de suas sentenças dar apelação nem agravo, que para tudo o que é dito é e tocar a dita jurisdição lhe dou todo poder e alçada na maneira sobredita, porém se alguns fidalgos que na dita armada forem e na dita terra estiverem ou viverem e a ela forem cometer alguns casos-crimes por onde mereçam ser presos ou emprazados ele dito Martim Afonso os poderá mandar prender ou emprazar segundo a qualidade de suas culpas o merecer e mos enviará com os autos das ditas culpas para cá se verem e determinarem como for justiça, porque nos ditos fidalgos no que tocar nos casos-crimes hei por bem que ele não tenha a dita alçada". Carta de Grandes Poderes de D. João III a Martim Afonso de Sousa. Disponivel em < https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Grandes_Poderes_de_D._Jo%C3%A3o_III_a_Martim_Afonso_de_Sousa >. Acesso em 29/08/2020.

[93] Na segunda carta, o texto restringe-se àqueles que tinham vindo com ele e, na terceira, atribui amplos poderes: "Na terceira, estava consignado o poder de dar terras de sesmarias, não só às pessoas que vieram com ele (cerca de quatrocentos, entre fidalgos, marinheiros etc), mas também a outras que quisessem viver na colônia." (MATHIAS, 2009, p. 33).

[94] Conforme trecho da segunda carta régia: "(...) faço saber que eu envio ora a Martim Afonso de Sousa do meu conselho por capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil e assim das terras que ele na dita terra achar e descobrir; e porque assim para que tomar a posse delas como para as coisas da Justiça e governança da terra serem ministradas como devem, será necessário criar e fazer de novo alguns oficiais assim tabeliães como quaisquer outros que vir que para isso forem necessários, por esta minha carta de poder ao dito Martim Afonso para que ele possa criar e fazer dois tabeliães que sirvam das notas e judicial.". Carta de Poder de D. João III a Martim Afonso de Sousa. Disponível em < https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Poder_de_D._Jo%C3%A3o_III_a_Martim_Afonso_de_Sousa >. Acesso em 29/08/2020.

[95] Nesse sentido: "Martim Afonso era um delegado do Rei e trazia consigo três cartas régias datadas de 20 de novembro de 1530, numa das quais era designado capitão-mor da armada e também de todas as terras que achasse e descobrisse, com alçada no crime e no cível, e amplos poderes, incluindo o de levantar padrões de vida. Martim Afonso de Souza, chegando ao Brasil, fundou São Vicente, nomeou oficiais para funções judiciais e convocou homens bons para elegerem vereadores. Transpôs para o Brasil, destarte, a instituição municipal portuguesa, fazendo aplicar as Ordenações, São Vicente tinha foros de cidade, mas no Nordeste havia feitorias (seja em Pernambuco, seja na Bahia) como no Rio de Janeiro. Martim Afonso era o delegado do rei, poder soberano. A Câmara de São Vicente era o poder local: duas realidades políticas que se completavam" (PINTO; *et al,* 2016, p. 04).

donatário não repartia com outros o direito de aplicar a lei aos casos ocorrentes, dirimindo os conflitos de interesses e direitos entre os habitantes da capitania" (CRISTIANI, 2006, 297)

Com a ruína do regime das *sesmarias*, a arquitetura do poder judicial passou por uma centralização administrativa da Coroa, reduzindo os poderes *locais*, sem extingui-los[96], retomando e então intensificando a burocratização/profissionalização de seus membros. A estrutura das nomeações manteve-se por décadas, com figuras como Martim ocupando estas instâncias. Com o passar dos anos, como destacado no subitem anterior, a própria elite colonial brasileira, constituída, passou a buscar formação jurídica - primeiro, na própria Europa, com destaque para Coimbra, mas também na França; depois, quando instaladas, em Pernambuco e em São Paulo, no Brasil.

As indicações que seguiram[97], bem como a formalização do aparelho judicial, caminharam na lógica da fundação de um organismo comprometido com a estrutura global de interesses sociais hegemônicos, que encontrou nas leis e na sua aplicação prática íntima relação com o colonialismo. A relação entre a administração da justiça e a Coroa era simbiótica, como aponta Gizlene Neder:

> Os magistrados constituíram sustentáculos da coroa, formando um segmento profissional muito poderoso. Encontramos vários juristas portugueses e um angolano) atuando no Brasil até a década de 1850, o que atesta uma continuidade dessas estratégias políticas no império brasileiro. E, sobretudo, encontramos um deslocamento e atuação de juristas nascidos em diferentes regiões do país por todo o território. (NEDER, 2000, p.139)

Com um sistema de indicações sucessivas, marcado pelo *patrimonialismo estamental*[98] português, foi-se mantendo neste órgão as relações inexoráveis entre eurocentrismo, burocracia de estado/modernidade e colonialidade do poder.

---

[96] Na primeira instância, o judiciário era formado por "juízes ordinários, juízes de fora, juízes de vintena, juízes de órfãos etc. E, como seus auxiliares: os escrivães do público e notas, os tabeliães judiciais, os escrivães dos órfãos, os alcaidcs, os meirinhos, os inquiridores, os quadrilheiros, os almotacés, etc." (CRISTIANI,2006, p. 299). No processo destacado, a distinção entre juízes ordinários e de fora ganha especial relevância, já que embora muitas vezes suas atuações estivessem entrecruzadas, os ordinários aplicavam as leis conforme o costume e os segundos conforme as leis da Coroa. Como aponta Claudio Cristiani: "Merece destaque a confrontação entre os juízes ordinários e os juízes de fora. Suas atribuições eram muitas vezes concorrentes, só que os primeiros julgavam de acordo com os costumes locais e os últimos em conformidade com as leis gerais do reino. Mas, os juízes ordinários eram eleitos pelos povos e câmaras locais e os juízes de fora nomeados por carta régia. Não é difícil concluir que os juízes ordinários eram mais interessantes para a população local, ao passo que os juízes de fora procuravam representar os interesses da coroa" (CRISTIANI, 2006, pp. 299-300).

[97] Valendo lembrar que ainda hoje um quinto dos órgãos de cúpula é ocupado por indicação presidencial.

[98] O patrimonialismo estamental português é marca social de fundamental importância para as análises sobre burocracia de Estado brasileiras. Portugal nutria duas características fundamentais na organização dos aparelhos estatais, o "favoritismo" e "clientelismo", que se materializavam no fato de os reis portugueses terem sempre concentrado a maquinaria de Estado à pessoas próximas, "de sua confiança". A relação de troca de favores e amizades entre a elite provençal mantém-se até hoje nos esquemas de atribuição de cargos públicos enraizados em nosso sistema. Segundo José Kozima: "Em

As vantagens que usufruíam e tinham em vista através dos costumazes relações de afinidade e parentesco com as famílias mais nobres fez da magistratura, na sua origem, lugar fundamental para a fixação da branquitude. Os órgãos de cúpula, ou revisores, que à época eram de responsabilidade do ouvidor-geral deixam isto ainda mais marcado. Na organização judiciária chamada de "primitiva", era ele a maior autoridade, podendo decidir pela pena de morte e cabendo fazê-lo, diretamente junto aos governadores. O ouvidor geral era nomeado para permanecer, em princípio, por três anos neste cargo, mas se atendesse aos critérios reais, poderia manter-se na função por tempo indeterminado (CRISTIANI, 2006, p. 299), até que, provavelmente, desagradasse aos poderes instituídos.

Nesse sentido, a garantia da composição do judiciário por pessoas da elite burocrata implantava – e ainda implanta - neste lugar um comprometimento essencial com a manutenção do patrimonialismo, da supremacia branca, do escravismo, do capitalismo colonial e da determinação das incomensurabilidades em território ladinoamefricano. Cada vez mais, a formação jurídica foi referindo-se ao controle ideológico e à distribuição do "*status* necessário à ocupação de cargos públicos de um quadro burocrático que já se expandia, que a propiciar efetivamente a formação de uma elite intelectual razoavelmente coesa e preparada." (KOZIMA, 2006, p. 319).

Disso se extrai a íntima relação entre a edificação do sistema judicial com o eurocentrismo, em termos de legalidade e legitimidade e com a colonialidade do poder, dado que foi um dos aparelhos pelos quais o eixo Europa-América constituiu-se, demarcando o capital racial positivo para o branco e o eurocentrismo/modernidade como uma ordem. O caráter de prolongamento das marcas coloniais, sobretudo em instâncias que organizam a ubiquação entre relações de poder, deixa marcado que por ali permeia a antinegritude que está implicada em relações políticas que representam este sistema-mundo. Ainda mais quando amparada pela racionalidade do racismo científico e do saber jurídico-canônico que era mantido, fundamentalmente, para aparelhar a manutenção da supremacia branca em nosso território.

síntese, Portugal teria vivenciado uma monarquia *patrimonial*: o rei como senhor de toda a riqueza territorial, do comércio e empreendimentos, cercado por "servidores" que a ele se prendiam por uma relação de acentuada dependência. O estamento formava-se, para utilizar a tipologia weberiana, por "recrutamento extrapatrimonial", reconhecidamente aí presentes o "favoritismo" e o "clientelismo", expressões já incorporadas à vida de nossas instituições políticas. Em outras palavras: o rei era o único proprietário e o quadro administrativo era formado por pessoas a ele ligadas por relações pessoais de confiança (critérios não racionais). Mais ainda: como desdobramento dessa situação, a apropriação pelo estamento (quadro administrativo) dos "poderes de mando e as correspondentes oportunidades econômicas" sugeriu ao autor qualificar o tipo de forma e concluir por um *patrimonialismo estamental*. Esse tipo de concepção de Estado é que virá inscrever-se em todas as instituições econômico-políticas portuguesas daquela época." (KOZIMA, 2006, p. 312).

A ordem cultural global que se estabeleceu a partir do colonialismo, em torno da hegemonia europeia, concentrou-se, assim, no controle da produção do conhecimento e sua relação com a subjetividade, cultura e poder. Nesse sentido, o caso da formação em direito, que se mostrou essencial para que a própria elite que se fixava em nossas terras pudesse consolidar-se nas burocracias estatais, foi também bastante singular, processo que já mencionei anteriormente mas busco analisar na próxima sessão a partir de duas outras chaves de análise: da colonialidade do saber e do colonialismo jurídico.

2.3 Formação jurídica, colonialidade do saber e colonialismo jurídico no Brasil

Depois de estudar a estruturação do judiciário enquanto burocracia organizada e refletir sobre os primeiros magistrados que inauguraram a jurisdição em nosso território, é importante analisar, ainda na intenção de entender a localização das institucionalidades que se apresentam no campo escolhido e de apresentar chaves de análise que estruturam a pesquisa, a consolidação do ensino jurídico no Brasil.

Diferente de outros países na ladinoaméfrica, onde rapidamente instalaram-se universidades nas colônias para equipar a empresa colonial[99], a formação universitária e especialmente jurídica no Brasil permaneceu, por muito tempo, centralizada na matriz portuguesa. A preocupação com a instalação de universidades em território brasileiro, por parte de Portugal, relacionava-se com a possibilidade de o saber favorecer a ruptura com a subordinação legal e política da colônia. Isto é, de, em alguma medida, a formação despertar na elite brasileira que a acessava qualquer levante pela emancipação (WOLKMER, 2015).

Isto tornou a educação superior ainda mais elitizada, já que apenas as famílias mais nobres, aquelas que podiam enviar seus filhos para a Europa - em alguns casos para França, mas na maioria das vezes para Coimbra, pela facilidade com a língua – tiveram acesso ao bacharelado. Tal condição contribuiu para um estado ainda mais homogêneo das elites coloniais, que já guardavam em comum o domínio fundiário; e então passaram a compartilhar o domínio do saber, relacionando-se intimamente com o campo ideológico e prático do colonialismo.

Além do impacto no corpo discente, a centralização da formação em direito em Portugal produziu outros efeitos afetos à implantação das colonialidades[100] no Brasil. Nesse

[99] Em São Domingos, a primeira universidade foi aberta em 1538 e, no México, em 1553 (CUNHA, 2007).

[100] A qual destaco neste item do “saber” para concluir pelo “colonialismo jurídico”. Mas, desde logo, aponto que esteve alinhada também com a colonialidade do poder, ser e gênero, sendo esta apenas uma opção analítica que não exclui a conexão com as demais.

sentido, os futuros burocratas brasileiros, destacadamente os magistrados e pessoas que passaram a operar o sistema judicial, eram formados por portugueses que balizavam o eurocentrismo na produção de conhecimento; e que eram socializados na própria metrópole e forjados pelas discursividades do racismo científico e do positivismo criminológico, dois traços que asseguraram ""uma ideologia alinhada ao projeto de um império unificado, superando o localismo das províncias brasileiras, muito desigual do ponto de vista socioeconômico" (CODATO *et al,* 2018*,* p. 25, tradução livre)[101].

Outra particularidade é que Portugal mantinha como base da racionalidade do ensino superior os cânones da Igreja Católica, a despeito da matriz hispânica mais receptiva às influências dos ideais liberais (NEDER, 2000 pp.20-21). Tomando como fundamento epistemológico o saber jurídico-canônico, o cientificismo e o conhecimento totalizante próprio do eurocentrismo e da situação ibérica, os cursos de direito basearam-se em uma narrativa histórica do progresso da nação, com o objetivo de "civilizar" e fundamentar diferenças hierarquizadas. Como analisou Ana Cecília Gomes,

> Nesse sentido, a criação dos primeiros cursos de direito do Brasil representa a institucionalização da colonialidade do saber dentro do campo jurídico-acadêmico brasileiro (...) Os autores que analisam a historiografia das Faculdades de Direito no Brasil (Adorno, 1988; Costa, 1992; Bastos, 2010; Wolkmer, 2015; Rodrigues, 1993; Saldanha, 1985), colocam a formação dos cursos jurídicos a partir do processo de independência colonial (Quijano, 2009) e da necessidade da criação de um estado "nacional". A questão que pretendemos destacar é a de que a "autonomia" jurídicopolítica representada pela independência não descolonizou a hierarquia étnico-racial do poder político, econômico e cultural constituído na colonização (Figueiredo; Grosfoguel, 2009, p. 225). (GOMES, 2019, pp. 93-94

Embora com nuances importantes, o controle desse saber somava-se à educação primária conduzida pelos jesuítas, funcionando como um *continuum*[102]. Assim, conceitos como *civilização*, *raças*, *barbárie*, *modernidade* iam sendo implantados ao arcabouço conceitual do sistema de educação e na prática judiciária que sustentavam a intrusão,

---

[101] No original:*"una ideologia alineada con el proyecto de um imperio unificado, sobreponiendose al localismo de las provincias brasilenas, muy desiguales entre si desde el punto de vista socioeconômico"*

[102] A noção de *continuum* genocida contempla a denúncia das permanências de estratégias coloniais nas estruturas de funcionamento dos organismos que concentram poder. Para João Vargas, que é quem a constrói, a expressão tem como objetivo perceber a forma como a discriminação antinegros se opera, também, em nível de políticas institucionais: "É possível perceber a existente conexão entre tempo e espaço presente no *continuum* genocida. As várias geografias dos Estados nacionais do sofrimento e da morte de indivíduos negros que caracterizam a diáspora sugerem fenômenos sociais localmente impostos que são ligados necessariamente por experiências comuns da discriminação antinegros. Também, a diáspora negra, assim como o genocídio, recicla e frequentemente amplifica, a lógica da morte negra nas instituições sociais e costumes nos quais a escravidão se estabeleceu. Se atualmente a lógica da escravidão se apresenta tão-somente como seu oposto − às vezes como um céu multicultural/multirracial, às vezes como um paraíso da democracia racial – esta é a evidência da continuidade histórica e da vitalidade contemporânea (por exemplo, James, 2005 − Introdução)" (VARGAS, 2010, p. 49).

introjetando a naturalidade do projeto político da diferença subontológica da infância à fase adulta. Fixando a Europa enquanto episteme, colonialidade do poder agregava-se à colonialidade do saber:

> Não é difícil ver como o aparelho conceitual com o qual nascem as ciências sociais nos séculos XVII e XVIII se sustenta por um imaginário colonial de caráter ideológico. Conceitos binários tais como barbárie e civilização, tradição e modernidade, comunidade e sociedade, mito e ciência, infância e maturidade, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, pobreza e desenvolvimento, entre tantos outros, permearam completamente os modelos analíticos das ciências sociais. O imaginário do progresso, de acordo com a qual todas as progridem no tempo de acordo com leis universais inerentes à natureza ou ao espírito humano, aparece assim como um produto ideológico construído do dispositivo de poder moderno/colonial. As ciências sociais funcionam estruturalmente como um "aparelho ideológico" que, das portas para dentro, legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização; das portas para fora, por outro lado, as ciências sociais legitimavam a divisão internacional do trabalho e a desigualdade dos termos de troca e de comércio entre o centro e a periferia, ou seja, os grandes benefícios sociais e econômicos que as potências européias obtinham do domínio sobre suas colônias. A produção da alteridade para dentro e a produção da alteridade para fora formavam parte de um mesmo dispositivo de poder. A *colonialidade do poder* e a *colonialidade do saber* se localizadas numa mesma matriz genética (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 91)

No caso da Universidade de Coimbra, especificamente, como a Ordem Jesuíta predominou do século XVI-XVII (BOSCHI, 1991, p. 101) a tradição conceitual agregava aos valores da matriz ibérica forte influência inquisitorial. Essa característica também atribuiu aos valores iluministas, ligados ao renascimento, menor aderência à faculdade, diferente de outras espalhadas na Europa (NEDER, 2000, p. 19). Assim, a formação coimbrã tornava-se lugar privilegiado para as relações entre pessoas da classe hegemônica, principalmente por representar uma extensão do poder da metrópole portuguesa, onde não havia espaço para os ideais, ainda que formais, do iluminismo.

As alianças que esse modelo de formação jurídica facilitava, entre elite agrária brasileira e aristocracia da coroa portuguesa, em conjunto com a própria organização do sistema, que privilegiava o parentesco (SCHWARTZ, 1979, p. 251), acabaram contribuindo para um modelo de Estado voltado para o "mito da egopolítica do conhecimento"[103] e a manutenção dos interesses próprios a esta coalizão.

[103] Grosfoguel usa esta expressão para referir-se ao conhecimento implantado no sistema mundo moderno, destacando-se o pensamento de Descartes. A influência de seu método para a construção do *saber* que descrevo neste item leva a decisão de dialogar com o conceito: "A pretensão de uma "não localização" da filosofia de Descartes, um conhecimento "não situado" inaugurou o mito da egopolítica do conhecimento, um "Eu" que assume produzir conhecimento de um não lugar. (...) A divisão de "sujeito-objeto", a "objetividade" – entendida como "neutralidade" –, o mito de um "Ego" que produz conhecimento "imparcial", não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios

Cada vez mais, formar-se em direito, ir a Coimbra, estudar com os portugueses, a eles aliando-se, e aprender os cânones do sistema-mundo moderno, para aqui reproduzi-los, tornava-se motivo de prestígio, o que acabou estimulando as classes intermediárias na busca do bacharelismo formal. Assim, "falar difícil, vestir-se adequadamente, ostentar uma cultura literária e mesmo o conhecimento de textos legais tomou-se prática verificável fora do círculo restrito dos bacharéis" (KOZIMA, 2006, p. 325).

A difusão do *status* privilegiado para aqueles que acessavam o campo jurídico-acadêmico foi criando uma nova burguesia, letrada, que reforçou a branquitude[104] e seu efeito imediato: o aumento da distância abissal entre a elite branca que compunha os aparelhos de Estado e a maioria de pessoas não brancas no país. Assim, a formação universitária, especialmente em direito, passou a ser mais uma das estratégias de implantação da divisão da sociedade brasileira em "uma linha de cor", que não só desprezou – e ainda despreza - cosmologias e saberes diferentes dos eurocêntricos, como também, no reforço das epistemes dominantes, passou a atribuir mais um aparelhamento para o racismo estrutural. Como analisa Maldonado-Torres,

> (...) a universidade ocidental e as disciplinas acadêmicas não só refletem a formação do mundo dividido pela linha secular entre o chamado religioso e o âmbito público e do Estado-nação, senão que também refletem o que pode ser chamado – seguindo W. E. B. Du Bois – uma "linha de cor", também de larga duração, entre o mundo europeu tipicamente aludido pela categoria de *humanitas* e pelas humanidades e o mundo de comunidades colonizadas e desumanizadas tipicamente aludidas com o conceito de *anthropos* (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 76)

O caminho destinado para o bacharel com formação em direito, em regra, era o de assumir as funções do sistema judicial e da burocracia do Estado em geral, ocupando os cargos de direção da empresa colonial. Para figurar como juiz, os laços de parentesco[105] e amizade com a Coroa (WOLKNER, 2000, p. 252), que alimentavam o *patrimonialismo estamental* português, incluíam-se como se requisitos não verbalizados de admissão. E assim ia-se formando um emaranhado de equipamentos de fixação da supremacia branca, a partir da relação entre poder/saber em nosso território, especialmente nas ciências jurídicas.

---

utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas" (GROSFOGUEL, 2016, p. 30).

[104] Debato o conceito no terceiro capítulo, aqui referindo-me às estruturas que sustentam a supremacia branca e seus pactos de manutenção

[105] Como explica Clautio Cristiani, o casamento entre estes juristas e filhas de nobres fazendeiros foi também uma das principais práticas desta elite: "Procedimento comum à interpenetração entre os interesses da elite local e os dos magistrados vindos de Portugal foi seu casamento com filhas de fazendeiros nobres. Esse casamento "servia de laço principal entre as famílias e era o método mais eficiente de incorporar magistrados na sociedade local de forma permanente". Aos desembargadores, tal união matrimonial representava a oportunidade de adquirirem riqueza e propriedades que estivessem de acordo com a posição social a que tanto aspiravam. Para as famílias locais, tal união mostrava-se também muito proveitosa, pois propiciava a ocasião de efetivarem relações formais de parentesco com os operadores jurídicos do Poder Judiciário (CRISTIANI, 2006, p. 303).

Nesse sentido, a trajetória da atuação legislativa; do ensino jurídico, das produções da "cultura jurídica" e da práxis, voltada para a solução de conflitos dos membros da elite, mantinha-se retroalimentada pelo próprio sistema dominante. Um dos principais exemplos é de que, mesmo após o tráfico de escravizados ser proibido, em 1831, juízes recebiam uma taxa para permitir o comércio que chegava a 10,8% (GOMES, 2019, p. 116).

No Brasil, os cursos jurídicos foram discutidos inicialmente na Assembleia Constituinte de 1823 e criados em 1827, após instalação da Corte no país, período em que uma série de rearranjos da dinâmica colonial iam sendo perfilhados. Embora as faculdades estivessem aqui, o ensino jurídico era "criado, mantido e controlado pelo governo central. Esse controle abrangia recursos, currículo, metodologia de ensino, nomeação dos docentes, do direito, definição dos programas e até dos livros adotados" (RODRIGUES, 1993, p. 46). A origem dos cursos era comum à matriz de Coimbra, com alguma mobilização dos postulados liberais, mas sempre espelhando o quadro ideológico que sustentava a empresa colonial (NEDER, 2000, p. 139).

Isto quer dizer que não houve uma descolonização epistêmica destes espaços. Inclusive, as duas primeiras faculdades de direito instaladas, em Pernambuco e São Paulo[106], "apontavam a presença viva da ideia de unidade territorial do império, envolta no manto da construção da ordem e da nação" (ibidem, p. 137).

Como parte do projeto de branqueamento e manutenção das classes burguesas letradas na máquina administrativa, as faculdades passaram a receber uma série de imigrantes europeus vindos por incentivo legal e pela facilidade de ingresso, já que os exames para entrada nas universidades da Europa tornavam-se mais complexos. O público era constituído, assim, pelas classes dominantes e oligarquias rurais (PIRES, 2019, p. 72). Era mantido o corte racial e de gênero, marca da colonialidade do saber, para o acesso ao curso:

> Para cursar as Faculdades de direito, deveriam ser maiores do que 15 anos e obter aprovação nos exames que englobavam latim, filosofia, geometria e aritmética. Os cursos não efetuavam nenhum tipo de preparação para o exame e devido a educação básica não ser universalizada e as diferenças espantosas de classes na sociedade escravocrata, latifundiária, só teriam acesso ao curso jurídico quem pudesse (financeiramente) frequentar as escolas e seminários. Além dos requisitos explícitos, observamos também requisitos implícitos, um deles é a questão de classe, nas quais só quem poderia pagar seminários teria acesso à educação e realizar o exame de admissão; a étnico-racial, na qual apesar do processo de independência e,

[106] Na prática, voltaram-se para o bacharelismo em diferentes níveis. A Escola de Recife, pela liderança de Tobias Barreto, tentou introduzir uma visão culturalista. O jurista foi um dos críticos ao pensamento de Cesare Lombroso, mas convivia também com aqueles que endossavam o racismo científico como Silvio Romero e Clovis Bevilaqua. Em São Paulo, a faculdade de direito, forjada pelo militarismo bandeirantista, era marcada pelo dogmatismo e autoritarismo e pragmatismo, mesmo com correntes do pensamento liberal (NEDER, 2000, pp. 144-146). Nas palavras de Ana Cecília Gomes: "Recife com uma produção voltada à formação de cientistas, juristas produtores no centro intelectual produtor de ideias autônomas de ciência, São Paulo responsável pela formação dos quadros políticos e burocráticos do Estado, responsáveis pela direção política do País" (GOMES, 2019, p. 141).

> consequentemente uma possível ruptura com a metrópole, o Brasil permaneceu tendo por base da economia a exploração dos escravizados e, ainda mesmos os libertos, não tinham acesso às escolas e possuíam o papel de mão de obra manual na divisão do trabalho por critérios fenotípicos e dos indígenas que sequer eram considerados sujeitos de direitos, ditos como "selvagens" e a de gênero no qual as mulheres não poderiam entrar na universidade, muitas sequer alcançavam o ensino básico (GOMES, 2019, pp. 120-121)

A escolha da localização geográfica dessas universidades pautava uma ampla ideologização, através da educação, do Nordeste ao Sudeste, e que seguia o projeto do primeiro curso implantado no país, o de Medicina. Inclusive, o fato de ter sido o segundo curso de interesse de implantação revelava que a Coroa receava, através do saber jurídico "criar um aparato legal que expressasse o controle desejado pelo Estado nacional, efetivando a liquidação dos focos locais de poder distribuídos pela superfície da sociedade brasileira desde a época colonial" (CORRÊA, 2001 p. 27).

Nesse sentido, as faculdades de direito tornaram-se reflexo das hierarquizações constitutivas da elite econômica e teoria e prática do direito visavam a "consolidar os interesses dos proprietários dos meios de produção do Estado brasileiro" (PIRES, 2019, p.72). Mas, vale notar, sobretudo homens provenientes de uma burguesia agrária e que ingressavam "num contexto urbano, institucional e letrado, o que já os distinguia de seu grupo de origem" (CORRÊA, 2001, p. 29).

Agregando-se a isto, a difusão da "ciência das raças" que tomou como icônico o pensamento de Nina Rodrigues, explorado em subitem anterior, e que chegou a ser referido como Escola. Os cursos de medicina e direito, imbuídos pelas bases do pensamento ninarodrigueano, passavam a atribuir racionalidade científica e amparelhar o arcabouço legal para que espelhasse a relação mantida entre a ciência da época e os órgãos públicos de controle da população (idem, p. 115) negra.

Nesse sentido, a formação acadêmica funcionou como mais uma variável para a constituição da unidade do discurso que interpelaria o "colonialismo jurídico" até hoje. O termo é preenchido pelas reflexões sobre a forma como o direito funcionou e tem funcionado em profundo alinhamento com a divisão, em nossos territórios, das sociedades em duas zonas incomensuráveis e será trabalhado ao longo do trabalho como chave analítica central. Como ensina Santamaría:

> O colonialismo é qualquer sistema de naturalização das relações de dominação e subordinação baseadas em diferenças étnicas ou raciais. O Estado moderno é monocultural e colonial nesse sentido, porque suas instituições sempre viveram de uma norma, que é uma norma eurocêntrica que não celebra, mas, ao contrário, esconde a diversidade. Coincidindo com essa abordagem, o Estado ou Estados da América Latina avançam para a diversidade e fazem dela o nicho para o desenvolvimento do legalismo e das práticas jurídicas modernas. Tal "inclusão" gramatical na retórica jurídica traz benefícios significativos, pois não coloca em questão o "contrato" ou a segurança jurídica. O colonialismo jurídico continua permeando as reformas

> constitucionais e as reivindicações de mudança dos Estados, e por mais profundas que sejam as mudanças constitucionais, o direito não sofre mutação, apenas se reconfigura em outra nova forma na nova fase e simplesmente muda sua nomenclatura de do Estado de Direito ao Estado Constitucional, sem resolver os problemas históricos e as dívidas pendentes" (SANTAMARÍA, 2015, p. 172, tradução nossa)

Mais que heranças, o controle ideológico pelo governo central; a metodologia de ensino; o conteúdo programático; a seleção discente/docente marcam, ainda, o processo de *tornar-se* magistrado/a no Brasil. E como cultura, essas bases persistem na atribuição de leis; na vivência de um direito historicamente comprometido com a branquitude. Quanto a isso, séculos de tradição da dominação branca, cisheteronormativa e burguesa não explicam, sozinhos, as aparições cotidianas da magistratura no aparelhamento das colonialidades. Mas fornecem uma revisão em termos de uma trajetória que tendencialmente se ofusca, especialmente quando também diz respeito ao sistema penal.

Ao atribuir a responsabilização criminal preferencialmente contra corpos e territórios negros, juízes/as, nesse campo, se tornam responsáveis pelo projeto do encarceramento massivo, que tem nas condições de desumanidade dos cárceres e nas razias e letalidade sanguinárias das políticas criminais a representação final da forma como a divisão da sociedade em duas zonas opostas se materializa. Entendendo o sistema penal como constituído por uma essencial lógica de guerra, é a *colonialidade do ser* que elejo como lente principal de análise, na tentativa de situar aquilo que constrói a historicidade de instituições que lhe integram- como polícia militar e os cárceres -, os discursos que lhe sustentam - entre as quais destaco o positivismo criminológico - e a própria implicação da magistratura nestes processos.

2.4 Sistema penal, colonialidade do ser e a localização da magistratura brasileira

Neste último subitem do primeiro capítulo, tenho a intenção de refletir, teoricamente, sobre processos de criminalização, agir em torno do qual o campo está implicado. Assim, busco explorar uma pequena parte da historicização do sistema penal em nosso país, em paralelo com a história das burocracias e da magistratura vistas anteriormente, mobilizando como chave de leitura outra categoria própria das epistemologias decoloniais - e que talvez seja aquela que mais sinto estar em contato direto com os problemas do trabalho. A "colonialidade do ser" me parece tocar na dimensão subontológica que a violência escancarada de operações policiais em territórios de favela faz gritar, motivo por que acredito dividir parte da trajetória da sua construção e implicar alguns de seus possíveis sentidos à localização das burocracias que protagonizam o campo possa ser o último passo desse apanhado inicial.

As bases da analítica da “colonialidade do ser” não são originais dos autores do grupo M/C (modernidade/colonialidade) tendo sido muito antes assentadas, por exemplo, por Franz Fanon e Lélia Gonzalez - para citar apenas alguns com que trabalhei e que jamais reivindicaram essa legenda. E também várias das conclusões as quais o conceito leva, sobretudo da relação entre a violência das colonialidades e as dinâmicas de dominação contemporâneas, que tomam raça como eixo estruturante, já vinham sendo destacadas nesse lugar da experiência que o eixo “ser” grifa. Mas o encadeamento do conceito, que admite o repertório afrodiaspórico e a lente disruptiva da práxis decolonial, me parece dar vazão a interpretações bastante próprias e que interessam a esse trabalho, já que trazem a dimensão carnal que conflitos como aqueles envoltos à guerra contra as drogas fazem emergir.

O conceito da “colonialidade do ser” trabalhado no contexto do grupo M/C, retoma algumas das reflexões de base analítica que foram desenvolvidas até aqui, dando enfoque não à dimensão política econômica (colonialidade do poder); ou epistêmica (colonialidade do saber) da colonialidade, mas ontológica, no nível de experiência (ALCÂNTARA *et al,* 2017, p. 06). Ou seja, ao caráter relacional, que interpela corporalidades e se coloca ao campo das subjetividades. Como explica Maldonado-Torres:

> E, se a colonialidade do poder refere-se à interrelação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção do conhecimento na reprodução dos regimes do pensamento colonial, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na língua (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução nossa)

No âmbito do grupo M/C, foi Walter Mignolo o autor do conceito nos anos 2000, e que o fez partindo das próprias indagações sobre colonialidade do poder e do saber, afirmando que ambas estariam *engendradas* também na colonialidade do ser, expressando-se em “experiências vividas” (MIGNOLO, 2003, p. 669). O professor argentino pensa na colonialidade do poder enquanto “a força motriz que constituiu, transformou e continua reproduzindo a diferença imperial e a diferença colonial”, sendo que o conjunto dessas diferenças constituiria uma “hetorogeneidade colonial” (MIGNOLO, 2003, p. 36).

Para o autor, a diferença colonial, como mecanismo de hierarquização das sociedades, produziria uma “fratura colonial”, de onde o pensamento que rompe com os mecanismos da modernidade, “fronteiriço”, formaria um paradigma outro[107]. Pensar nessa dimensão da colonialidade seria optar por centralizar os efeitos que se prolongam no campo

[107] Sigo Walsh (2005), Grosfoguel (2013) e Alcântara (2018) na crítica a formação do chamado “pensamento fronteiriço”, motivo por que também opto por não seguir com o conteúdo da “colonialidade do ser”, nos termos propostos por Mignolo, embora seja inevitável a sua localização.

do existir, nessa relação entre ser e saber que resulta em “pensar a outridade, de transitar por 'outra lógica', enfim, de mudar os termos não só no sentido de ter uma conversa” (MIGNOLO, 2003, pp. 69-70, tradução nossa).

São muitas as produções que consideram esta analítica, aproximando-se mais ou menos das ideias de Mignolo, reivindicando ou não esta expressão. Considero aqui como essencial ao que a discussão sobre a “colonialidade do ser” visa tensionar a denúncia politicamente implicada sobre os diferentes processos em meio aos quais a desumanização, baseada na ideia da raça, se expressa em países marcados pelas colonialidades. Produzindo aquilo o que Fanon chamaria de “condenação” seria, para Maldonado-Torres, uma atitude caracterizada por uma “suspeita permanente” atribuída a pessoas não brancas, construindo a naturalização e a radicalização da não ética da guerra em nossos territórios (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 137).

Escolho caminhar com o pensamento de Maldonado-Torres, a partir daqui, por entender que lugar o qual o judiciário e, especialmente, a magistratura fluminense em pesquisa estão localizados, encarna a lógica da guerra. Mas interpreto bases dessa categoria, não reivindicada sob essa expressão, ao pensamento fanoniano e à sua relação com a antinegritude como uma chave (VARGAS, 2017). A relação entre o refinamento das estratégias do genocídio anti-negro nesse campo, das incursões policiais às decisões judiciais, também demanda atenção ao que representa, sob variados espectros, a criminalização em nosso território.

Heterogeneidade cultural, para o filósofo porto-riquenho, se refere às múltiplas formas de subalternização que foram articuladas sob o signo da noção moderna de raça. Da relação entre o racismo de corte biológico que fundou a empresa colonial e o racismo do século XIX, em diálogo com Dussel[108] e Cortés, Maldonado reflete a partir de duas das condições do ideal de subjetividade moderna que se espraiaram: o “*ego conquiro”* e “*ego cogito”*. Com base nessa racionalidade, “O ceticismo sobre a humanidade dos sub-outros colonizados e racializados serve de pano de fundo para as certezas cartesianas e seu método de dúvida hiperbólica.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 134, tradução nossa).

A divisão cartesiana entre o ser que pensa e o que não pensa, na caracterização do homem imperial, seria marcada por um maniqueísmo misantrópico antinegro. Para essa atitude, sinteticamente descrita como “atitude imperial”, o “cogito cartesiano” só faria sentido

[108] Essas categorias também foram trabalhadas por Dussel, para quem “O ego cogito moderno foi antecedido em mais de um século pelo ego conquiro (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira “Vontade-de-poder” moderna) sobre o índio americano. A conquista do México foi o primeiro âmbito do ego moderno.” (DUSSEL, 2005, p. 28).

em relação a um ideal não questionado de subjetividade, o *ego conquiro.* Assim, antes mesmo que Descartes assentasse a sua certeza quanto ao "eu" pensante, e epistemicamente fixasse uma racionalidade que sistematizou razão/sujeito instrumentais, o sujeito europeu, durante a empresa colonial, haveria na prática assentado a ideia da diferenciação entre o corpo e o não corpo, sendo este despossuído de alma; de valor[109].

A conexão inevitável entre a dúvida, o cogito, e a construção de povos e corpos como bárbaros, a partir da sua racialização e vinculação à lógica da modernidade colonial, denuncia que o conteúdo de fundamentação do colonialismo, pautado na suspeita da humanidade de alguns, rompe com diversas fronteiras de tempo e espaço, porque provê uma fundamentação sólida do sujeito moderno e dos dualismos que ancoram as sociedades contemporâneas. O ceticismo misantrópico, nesse sentido, permite chegar ao limite mais intransponível: o da "dúvida" (cogito) da humanidade de pessoas, instrumentalizando a incomensurabilidade entre as duas zonas descritas por Fanon. E sendo a razão da fixação de uma lógica de dispensabilidade de vidas, tem se instalado há séculos como normativa que autoriza um estado de não ética da guerra. Como escreve Maldonado-Torres:

> O ceticismo misantrópico expressa dúvida sobre o mais óbvio. Declarações como "você é humano" assumem a forma de perguntas retóricas cínicas, como: "você é realmente humano?" "Você tem direitos" se torna "por que você acha que tem direitos?" Da mesma forma, expressões como "você é um ser racional" tornam-se a pergunta "você é realmente racional?" O ceticismo misantrópico é como um verme no coração da modernidade. As conquistas do ego cogito e da razoabilidade instrumental operam dentro da lógica que o ceticismo misantrópico ajudou a estabelecer. Esta é a razão pela qual a ideia de progresso sempre significou, na modernidade, progresso apenas para alguns, e porque os Direitos do Homem não se aplicam igualmente a todos, entre outras óbvias contradições. O ceticismo misantrópico fornece a base para uma opção preferencial pelo ego conquiro,

[109] Quijano também já havia trabalhado com a cisão fundamental da racionalidade cartesiana: "Com Descartes o que sucede é a mutação da antiga abordagem dualista sobre o "corpo" e o "não corpo". O que era uma co-presença permanente de ambos os elementos em cada etapa do ser humano, em Descartes se converte numa radical separação entre "razão/sujeito" e "corpo". A razão não é somente uma secularização da idéia de "alma" no sentido teológico, mas uma mutação numa nova identidade, a "razão/sujeito", a única entidade capaz de conhecimento "racional", em relação à qual o "corpo" é e não pode ser outra coisa além de "objeto" de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de "razão", e esse dom se concebe como localizado exclusivamente na alma. Assim o "corpo", por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. Produzida essa separação radical entre "razão/sujeito" e "corpo", as relações entre ambos devem ser vistas unicamente como relações entre a razão/sujeito humana e o corpo/natureza humana, ou entre "espírito" e "natureza". Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o "corpo" foi fixado como "objeto" de conhecimento, fora do entorno do "sujeito/razão". Sem essa "objetivização" do "corpo" como "natureza", de sua expulsão do âmbito do "espírito", dificilmente teria sido possível tentar a teorização "científica" do problema da raça, como foi o caso do Conde de Gobineau (1853-1857) durante o século XIX.. Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como "inferiores" por não serem sujeitos "racionais". São objetos de estudo, "corpo" em conseqüência, mais próximos da "natureza". Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis. De acordo com o mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização européia, algumas raças –negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos) e nessa seqüência– estão mais próximas da "natureza" que os brancos (QUIJANO, 2005, p. 129).

> o que explica como a proteção de alguns pode ser concebida para ser obtida à custa da vida de outros. a atitude imperial promove uma atitude fundamentalmente genocida em relação a sujeitos colonizados e racializados. Ela é responsável por identificar os sujeitos coloniais e racializados como dispensáveis (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 136, tradução nossa)

O autor recupera a categoria fanoniana "condenado" para caracterizar a colonialidade do ser enquanto dimensão hiperbólica, que reduz pessoas negras à sub-ontologia, constituindo uma diferença entre os seres e aqueles abaixo dos seres. Ao mesmo tempo ontológica, epistemológica e ética, haveria uma *catástrofe metafísica* que "inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo" (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37).

A negação da humanidade, a expropriação dos corpos, no limite, instaura e perpetua a não-ética da guerra antinegra. A morte, abandonando a dimensão metafísica, converte-se em norma. Uma guerra que tem no genocídio a expressão da colonialidade e que não trata só de "matar e escravizar o inimigo. (...) A colonialidade é uma ordem de coisas que coloca as pessoas não brancas sob a observação assassina e violadora de um ego vigilante" (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 138, tradução nossa).

Por isso, em nosso território, a colonialidade do ser só encontra lugar na linguagem da violência, para além das fronteiras das colônias e ex-colônias (MALDONADO-TORRES, 2008b). E, nesse sentido, o caso do sistema penal brasileiro se coloca como lugar privilegiado de análise.

No estado em que a polícia militar foi criada como aparato para a manutenção do colonialismo[110] e no país em que as primeiras leis criminalizavam de forma absolutamente diversa pessoas em função da sua cor[111], destaco dois elementos que me parecem implicar o sistema judiciário no processo da colonialidade do ser. Parto dessas dimensões

[110] As primeiras institucionais policiais no Rio de Janeiro foram a Intendência de Polícia, criada em 1808; e da Guarda Real da Polícia, em 1809 (HOLLOWAY, 2009, p.253), sendo que "a correção é instituída a partir da necessidade do controle urbano por parte da "administração pública", pelo fato dos escravizados transitarem com certa liberdade, considerando os ofícios de ganho" (CARVALHO, 2020, p. 71).

[111] Nos exemplos de Wehling: "Sob o ambiente liberal, foi também abolida, no Código Criminal de 1830, a pena de açoites, exceto para escravos, aspecto reforçado pela lei de 10 de junho de 1835. Mais uma vez, a existência da escravidão numa ordem política liberal deixava a marca e sua contradição, determinando flutuações na vontade legislativa: pouco antes, a lei de 12 de outubro de 1828, em seu artigo 72, vedara aos Conselhos Gerais Provinciais e às Câmaras Municipais competência para impor a pena de açoites, limitando sua capacidade legislativa às de multa e prisão.84 O artigo 60 do Código Criminal de 1830 expressava bem a dualidade de penas impostas a homens livres e escravos. Além de manter para estes a pena de açoites, determinava que ao escravo não condenado às penas de morte ou galés necessariamente deveria ser aplicada pelo juiz a de açoites" (WEHLING, 2006, p. 340).

constitutivas, depois de algumas reflexões sobre burocracias de Estado, elites e formação da magistratura com a intenção de tecer essa história ainda contada em fragmentos.

O primeiro, uma parte da historicidade do sistema prisional, por entender ser agência desse complexo a qual a magistratura tem – ou deveria ter - um contato mais direto, por aceitar enviar e/ou manter corpos acusados, majoritariamente não brancos, da prática criminosa. O segundo, já comentado nos tópicos anteriores, o positivismo criminológico, que agora retomo porque acredito constrói os discursos criminológicos ainda hoje, enquanto cultura que é (BATISTA, 2016) – ponto que agora quero desenvolver melhor.

Entendo que, na década em que essa tese é escrita, há um enorme deslocamento no campo de produção sobre o sistema prisional, sobretudo após trabalhos cuja importância representaram verdadeiros marcos (FLAUZINA, 2008; DUARTE, 1998); pesquisas etnográficas, que expõem as violências em âmbito nacional e regional[112] e em vista do que têm representado denúncias de importantes instituições de defesa de direitos humanos nacionais e internacionais. Estas, que retratam[113] as condições materiais dos cárceres, como *lixos definitivos* que são[114] e que, analisadas em conjunto com os INFOPEN - que sistematicamente reforçam as evidências das precariedades estruturais; apontam como as taxas de mortalidade são cinco vezes maiores nesses ambientes[115]; e como pessoas negras são desproporcionalmente criminalizadas[116], sobretudo mulheres[117] - trazem às luzes o fato de que o cárcere escancara o projeto genocida anti-negro brasileiro.

---

[112] Sobre as instituições prisionais, ver GODOI, 2017; AKOTIRENE, 2020; MENDES, 2017; BIONDI; 2018; ORDÓÑEZ-VARGAS, 2019. No caso das instituições policiais, ver MUNIZ, 1996; 1999; 2010; DE LIMA, 1995; 2003.

[113] Destacadamente, Anistia Internacional; Mecanismo de Combate à Tortura (MEPCT/RJ), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Instituto de Estudos da Religião (ISER).

[114] Angela Davis, na conferência "Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo", ocorrida em 25 de julho de 2017, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[115] Dados levantados em audiência pública em 2019, anteriores a pandemia do COVID-19: FIOCRUZ, Taxa de mortalidade entre presos no Rio de Janeiro é cinco vezes maior que a média nacional. Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/45983 Acesso em 14/09/2020.

[116] Em relação ao sistema como um todo, último relatório do DEPEN (Painel Interativo) informa que 67,71% das pessoas presas não são brancas. No estado do Rio de janeiro este percentual é de 75,38%. DEPEN. Composição da população por cor/raça no sistema prisional. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWFmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em 03/08/2020.

[117] Segundo o último relatório interativo do DEPEN, com dados relativos a 2019, 67,66% das mulheres aprisionadas no país são não brancas. No estado do Rio de Janeiro, representam 74,85% do total. DEPEN. Composição da população por cor/raça no sistema prisional. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWFmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 03/08/2020

Na linha do que a chave das colonialidades propõe, breves notas sobre a localização desse sistema, em nossa história, contribuem para uma percepção sistêmico-estrutural da questão. Acompanhando o caminho das burocracias estatais, também as principais agências do sistema penal foram instituídas pelo poder colonial, com destaque para a situação no Rio de Janeiro após a vinda da Corte, quando a elite branca e burguesa fluminense, aliciada ao poder imperial, passou a demandar um equipamento ajustado ao domínio do público-privado em transformação[118].

Nesse sentido, a estada da família real no Rio e o processo de urbanização expropriatória que se seguiu a um ainda maior número de pessoas escravizadas, causando um aumento gigantesco do fluxo forçado de africanos/as, que aqui desembarcavam no Cais do Valongo[119]. Como consequência, diversas estratégias foram organizadas pelo poder instituído para o aparelhamento dos mecanismos que fizeram possível o controle dos corpos negros que passavam a transitar pela cidade em construção; assim como para a gestão dos conflitos de classe que emergiam.

Foi neste contexto que foi implementada a polícia militar (FREITAS, 2020; SILVA, 2019) e que se incrementaram os discursos que alimentavam o medo branco burguês (BATISTA, 2003) de possíveis revoltas que tensionassem a ordem dos privilégios instituídos[120].

---

[118] Nesse sentido o relato de Carlos Eduardo de Araujo, analisando as cartas enviadas pelo reinado à época: "O intenso ir e vir dos escravos de ganho pelas ruas durante o dia em busca de trabalho, os contatos travados entre estes e marinheiros estrangeiros potencializava o perigo de subversão da ordem. Os senhores urbanos não conseguiam controlar seus cativos nas ruas da cidade. Para melhor executar o projeto do Estado metropolitano de intensificar a fiscalização das riquezas produzidas no Atlântico sul, o poder de controlar os escravos estava sendo tomado dos senhores pelas autoridades coloniais. A circulação de escravos a noite provocava desordens entre estes e as rondas da polícia. O Vice-rei diz textualmente que é (...) dificultosa ou impossível a perfeita harmonia do numeroso povo desta cidade (...) conhecer e separar as úteis das prejudiciais que pela desordem que cometem vem infeccionar muitos que talvez não seguissem tão péssimos costumes" (ARAUJO, 2004, p. 41).

[119] Principal porto brasileiro de entrada de africanos/as nas Américas, como destaca Paulo Henriques: "A partir do século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se o maior importador de mão-de-obra africada das Américas e grande centro distribuidor de todo o Brasil. Sabendo-se que entre 1790 e 1830 pelo porto carioca tenha entrado para o Brasil 17.023 africanos, pode-se concluir que o volume de importações brasileiras através do porto carioca, tenha sido o maior do mundo (...)" (HONORATO, 2006, p. 62).

[120] Nesse sentido a repressão de práticas que estivessem relacionadas a aglomeração de pessoas negras, como a capoeira; fuga; e o pito do pango, tornaram-se fundamentais. Quanto as duas primeiras, o trabalho de Leila Algranti é ainda uma das principais referências: "Frente a essa realidade, as técnicas de repressão e as ações da polícia se tornavam cada vez mais rígidas, principalmente contra manifestações africanas como as capoeiras e os ajuntamentos de negros, e as fugas de escravos, atitudes que forçavam as barreiras do sistema escravista" (ALGRANTI, 1988, p. 69). Quanto a repressão ao pito do pango, o primoroso trabalho de Luisa Saad, o qual destaco uma breve nota conclusiva: "ao pesquisar os primórdios de proibição da maconha me deparei com fontes que indicavam o uso da planta nos candomblés e em outros ritos de origem africana. Autores do século XX apontavam – de forma 'preconceituosa' aos olhares de hoje, mas da maneira esperada pela sociedade em que viviam – para o consumo coletivo da erva em cerimônias religiosas daquele gênero (...) Estariam esses dedicados pesquisadores relacionando o uso da maconha à prática do candomblé

Quanto aos presídios, foi este o momento em que novas arquiteturas e dimensões tomaram. As instituições "prisionais" existiam antes deste marco, sobretudo na forma de Calabouços[121] e, já respondendo aos interesses do racismo de Estado, implementavam um sistema de punições financiado, em parte, pelos senhores (CARVALHO, 2020, p. 73) e que tornava disponível mão de obra escrava de pessoas condenadas para a implementação do projeto de cidade colonial (ARAUJO, 2004, p. 46). Já eram, desde então, superlotadas, sendo que uma das condições mais documentadas era a falta de fornecimento de alimentação, com muitos registros de mortes por subnutrição, já que se cobrava taxas dos senhores como condição para o fornecimento de alimentos (HOLLOWAY, 2009, p.257).[122].

Mas foi após a presença da Corte que o controle e a criminalização se intensificaram, com centros de detenção centrais como o "Aljube"[123], no caso do Rio, que evidenciavam o *continuum* (VARGAS, 2010, p. 49) entre navios negreiros, senzalas e instituições prisionais. Reforçando os sentidos da *diferença subontológica,* denunciadas à época como verdadeiros sepulcros[124], embora em tese pudessem abrigar todo tipo de pessoa criminalizada, havia

como uma forma de criminalizar, ao mesmo tempo, a 'raça preta, selvagem e ignorante' a 'planta da felicidade' e as 'festas religiosas dos africanos'?" (SAAD, 2013, p.93).

[121] Segundo Carlos Eduardo, que faz o mapeamento na cidade do Rio: "No período de 1790 a 1808 as prisões disponíveis na cidade eram as diversas unidades militares espalhadas pela Baia de Guanabara, destacando-se a Ilha das Cobras, a Fortaleza Santiago e a Fortaleza de Santa Barbara, para onde eram remetidos os prisioneiros militares. Quanto às prisões civis tínhamos a Cadeia Pública e a Cadeia da Relação, ambas localizadas no edifício do Senado da Câmara e o Calabouço, prisão destinada exclusivamente a punição de escravos fugitivos ou que eram entregues pelos senhores para serem castigados. Esta prisão localizada na Fortaleza de Santiago, foi criada em 1767, permanecendo neste local até 1813. Com o aumento gradativo da cidade e de sua população – principalmente escrava – não havia muitos locais para onde se enviar os escravos desordeiros e criminosos." (ARAUJO, 2004, p. 29).

[122] Já nesta época, sabe-se do papel das "quitandeiras", mulheres negras libertas que alimentavam muitos dos negros aprisionados, desde a época lutando pelos seus e pela tomada do espaço público No Rio de Janeiro, as quitandeiras reivindicaram no Senado o direito de permanecerem nos lugares "Em 1776, as quitandeiras entraram com uma representação no Senado da Câmara para que não fossem despejadas de seu local de trabalho. Após uma aliança com senadores favoráveis, a permanência do comércio de quitutes próximo a Câmara, tais pretas minas conseguem manter o direito de continuar utilizando aquele espaço para vender suas comidas. Este fato pode indicar que os prisioneiros poderiam ter acesso a uma alimentação extra, dependendo somente da negociação que estabelecessem com as quitandeiras e, é claro, do contato que alguns deles poderiam ter estabelecido com essas mulheres antes de irem para as masmorras da Cadeia Pública." (*ibidem*, p. 47).

[123]Como diz a historiadora Luiza Carvalho: "O Aljube foi o principal centro de detenção da Corte na primeira metade do século XIX, que eram remetidos sentenciados pela Polícia da Corte e da Casa de Suplicação do Reino. Está evidente que instituições como o Calabouço e o Aljube foram elementares para a manutenção da escravidão urbana, e que, portanto, a Casa de Correção e de Detenção são constituídas, em grande medida, dos mesmos ofícios." (CARVALHO, 2020, p. 65).

[124] As descrições da prisão do Aljube são as piores possíveis. Era escura, úmida e pequena para o número de detentos que abrigava. Segundo Moreira de Azevedo, o Aljube "não era uma cadeia, era um antro; não era um cárcere, era um sepulcro". Contava com nove celas distribuídas em três andares sendo um deles no nível da rua. Neste local se localizavam as celas femininas e as enfermarias divididas por sexo. Os leitos das enfermarias eram fatais aos doentes, poucos recuperavam a saúde; "quase todos envenenados pelo ar insalubre e pestífero da enfermaria passavam do leito da doença para o leito da morte". Durante mais de 40 anos o Aljube serviu de depósito de criminosos, escravos e livres, libertos e militares, homens e mulheres" (*ibidem*, p. 97).

desde já uma *linha de cor* que definia a possibilidade de estar nesses ambientes. Em pesquisa documental sobre os registros de prisões de pessoas escravizadas entre 1810-1821 na cidade, Leila Algranti afirma que

> a população da cidade temia os escravos como um grupo pronto a reagir com violência a fim de suprir suas necessidades ou defender seus interesses. Mas não só contra os escravos recaiam as suspeitas dos crimes. Os libertos, forçados as atividades marginais devido ao pouco espaço deixado pelo trabalho escravo, também eram vistos como suspeitos pela sociedade carioca e tratados como equivalentes sociais dos escravos. Assim, escravos e forros eram geralmente considerados criminosos em potencial pela polícia do Rio de Janeiro e sobre eles incidia a maior atenção das rondas. A polícia carioca procurava, na medida do possível, controlar os movimentos desses indivíduos que enchiam de burburinho a capital do império e que eram vistos como ameaça permanente ao sossego público. A maior preocupação da polícia era impedir ajuntamentos de negros, danças, jogos africanos e lutas como a capoeira, que acabou por se tornar um dos principais motivos das prisões da população de cor no final do período estudado. Negros vadios e bêbados eram presos sem maiores explicações. Era também bastante comum prenderem-se elementos de cor que por algum motivo estivessem parados nas esquinas tarde da noite, simplesmente por serem suspeitos (ALGRANTI, 1988, p. 48)

Das prisões analisadas pela historiadora naquele tempo/espaço, 94,3% foram de pessoas negras escravizadas e aprisionadas nas chamadas rondas policiais, que materializam esse dispositivo de controle urbano em aliciamento com a colonialidade do ser; e 0,4% das pessoas presas foram homens brancos livres, isto de um total de 4.376 casos os quais conheceu a "raça e condição do preso" (*ibidem,* p. 72).

Quanto aos dispositivos que atribuíam uma "legitimidade" às prisões, embora Portugal já tivesse organizado um conjunto de leis com viés criminalizante, foi apenas neste período que as chamadas Ordenações Filipinas passaram a ser aplicadas em território brasileiro até a promulgação do Código Criminal de 1830, constituindo o "eixo da programação criminalizante de nossa etapa colonial tardia, sem embargo da subsistência do direito penal doméstico que o escravismo necessariamente implica" (ZAFFARONI, *et al*, 2017, p. 417). As diversas legislações que nelas inspiravam-se e que podem ser chamadas de genuinamente brasileiras respondiam às demandas do medo branco[125].

Uma das questões centrais destes registros de prisões diz respeito a evidência de que as decisões judiciais importavam pouco para as instituições prisionais. Na mesma pesquisa, Algranti destacou que quase não encontrou sequer registro da condenação e que havia muita

[125] Sob o ponto, Nilo Batista traz uma série de exemplos, em "Direito Penal Brasileiro", que não por acaso tem como capa um homem negro, escravizado, acorrentado aplicando a pena de chibata a outro homem negro, acorrentado em um tronco, em uma praça pública: "Neste período, observa-se por vezes uma correspondência entre provisões adotadas na metrópole e na nova sede da cortet, ou mesmo na nova nação. Se em 1756 D. José, sabedor de que "no estado do Brasili continuavam os mulatos e pretos escravos a usar de facas e mais armas proibidas", impõe-lhes a pena de cem açoites por dez dias alternados, um edital de política, no Rio de 1816, cominava para a mesma infração a pena de trezentos açoites mais três meses de trabalho em obras públicas". (BATISTA, 2017, p. 421).

confusão na determinação do crime correspondente nos registros protocolados dessa burocracia. Em suas palavras:

> Para grande parte das prisões e dos crimes registrados nos livros de polícia desconhece-se a punição aplicada aos criminosos, o que sugere ou uma certa falta de interesse dos escrivães e a pouca importância que o assunto despertava, ou simplesmente o fato de que a intendência não possuía a informação, ficando a cargo dos juízes aplicar a sentença. As fontes utilizadas neste estudo fornecem dados de castigos impostos a 1467 indivíduos. Mesmo quando a pena foi registrada, restam algumas dúvidas, como no caso de prisões por mais de um delito. Não fica claro muitas vezes a qual dos crimes refere-se a punição (ALGRANTI, 1988, p. 73)

A constatação da falta de registro sobre os termos e condições de legitimidade que uma decisão judicial, a princípio, deveria atribuir é sintomático de como, desde o nascedouro, as instituições prisionais operam para além das confabulações do próprio direito. E isto considerando que o dado denota que as burocracias não precisam de balizas para operar em serviço daquilo mesmo para que foram constituídas – neste caso, o reforço sistêmico das condições de não ser -; e que a atividade judicial convive e se alicia a esta ordem política.

Para terminar este capítulo, considero outro ponto fundamental para uma pesquisa sobre sistemas prisionais no marco teórico-metodológico escolhido: o período pós abolição. Desde já, vale a menção de que, como considerações que levam em conta a história de nosso território, não há nesse entreposto uma linearidade de acontecimentos. Mas, pelo limite do trabalho, a escolha de mais de um momento, considerando as permanências e rupturas imanentes ao tecido complexo de nossa trajetória enquanto Estado, pode ser estratégica.

Nesse caso, o período selecionado é entendido como importante por trazer as representações de um momento em que o regime da escravização havia sido legalmente proibido convivente com a manutenção da composição dos órgãos que compunham o sistema penal e com a emergência de um novo dispositivo que acionava a colonialidade do poder na sua relação essencial com a colonialidade do saber e poder. O positivismo criminológico, que passou a dar um tom bastante alinhado com o momento anterior mas com uma racionalidade que tornou palatável ao judiciário brasileiro imbuir sentenças penais ao projeto da antinegritude no país. Como afirma Flauzina:

> E é pela radicalização do que já vinha sendo anunciado desde o nascimento da República que a arquitetura punitiva elege as agências da criminalização secundária, especialmente pela ação policial, além dos redutos da criminalização terciária, como os espaços para reprodução dos mandamentos da criminologia positivista. Se a enunciação do racismo foi vedada e todas as suas expressões mais nítidas jogadas para debaixo do tapete, o discurso racista criminológico não poderia mais ser assumido de maneira aberta, seguindo, entretanto, vigoroso na orientação das práticas punitivas na direção dos corpos negros, pelo implícito do formalmente aceito, ao subterrâneo das práticas inconfessáveis. (FLAUZINA, 2008, p. 75)

Como visto anteriormente, os positivismos criminológicos buscaram estudar o/a "indivíduo delinquente", através de um raciocínio causal-explicativo, que atribuía a condições inatas de algumas pessoas a "criminalidade". Quer dizer, nem todas as pessoas que cometiam crimes poderiam ser consideradas como condizentes aos arquétipos do homem e/ou mulher delinquente, mas todas as pessoas com as características apontadas como predisposições seriam criminosas em razão destas.

Na Europa Central, foi a trindade Lombroso, Garófalo e Ferri que assentou as bases desta ciência, explorando as determinações biopsicológicas e sociais da condição degenerativa dessas pessoas, estabilizando também um sentido ao cárcere que considero descrever melhor a situação atual do que as tentativas da escola clássica - que declara as dogmáticas funções preventivas e retributivas da pena que servem como letra morta da legislação criminal: a defesa social (BARATTA, 2014, pp. 43-45). Quer dizer, se o/a indivíduo/a delinquente habitaria uma condição *ontologicamente* inferior, sendo interpretado/a como inimigo/a da sociedade, a prisão deveria ser um mecanismo institucional de implementação do seu isolamento, para defesa social; ou, na linguagem epistemológica deste trabalho, para a institucionalização da guerra entre as zonas do ser e do não ser. Não haveria que se falar em "correção", por incongruência mesmo desta à natureza patogênica dessas *raças*. Dada a inferioridade congênita de criminosos/as, seriam também os cárceres ambientes que espelhariam as suas condições e que culturalmente assim seriam aceitos.

Essa discursividade foi amplamente difundida na ladinoaméfrica, sendo que "serviria para compreender por que existiam delinquentes nestes países" (OLMO, 2004, p. 174); para "subjugar minorias étnicas e também para justificar as relações de exploração" (CASTRO, 2015, p. 74). Em todo território, ampliaram-se as "traduções", com destaque para o brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, cuja trajetória também foi brevemente analisada em momento anterior.

Volto à sua figura lembrando ter tido influência basilar na consolidação das primeiras universidades de direito brasileiras[126], responsável por atribuir a relação inexorável entre

[126] Com relação com o positivismo enquanto matriz científica, o positivismo criminológico marcou a as primeiras faculdade de direito ladinoamefricanas. Sobre este contexto universitário, vale a anotação das conclusões da pesquisa de Ana Cecília Gomes: "Assim, o positivismo e o cientificismo arrogados pela Escola de Direito do Recife têm como vantagem a ruptura com o jusnaturalismo e com a dominação da Igreja - ditadora dos parâmetros morais e jurídicos, mas abraça uma nova divindade para guiá-los, qual seja: o conhecimento científico e, portanto, a colonialidade do saber nas suas múltiplas faces. Essa geração de 1870 da Escola de Direito do Recife que compreende a herança de Tobias Barreto163 e Silvio Romero, como uma legitimidade que foi tomada para si em ser a "elite escolhida". Guiadas pelo cientificismo, essa geração rompe com o vínculo religioso, propondo uma visão laica, e consequentemente se desprendendo do Direito natural e introduzindo um modelo evolucionista e darwinista social, ao mesmo tempo que tentava adaptar o direito alienígena as realidades sociais brasileiras. Assim, ainda que interpretamos que as bandeiras pregadas por Tobias

racismo científico, formação das elites burocratas e implementação do sistema penal pós abolição da escravatura. Rodrigues defendia explicitamente a hierarquização entre raças, difundindo na Universidade do Recife um positivismo criminológico à brasileira, já que traduzia o discurso criminológico de base eurocêntrica para a ordem das colonialidades em tempo republicano. Nas palavras de Vera Malaguti:

> É esse positivismo que vai ocupar um espaço central na conjuntura da República brasileira. Nas nossas margens esse discurso médico impôs uma densa patologização dos africanos e dos afro-brasileiros bem como dos povos originários. Este discurso gestado no século XVIII se robustece no XIX, permitindo que na virada para o XX o ex-escravo brasileiro fosse transformado de objeto de trabalho em objeto da ciência. O positivismo coroa então o abolicionismo mais adiado, intermediado por um intenso processo de branqueamento da população capitaneado pelo Império brasileiro. O positivismo é introduzido então na nossa margem como algo muito mais denso do que uma Escola ou um conjunto de idéias. Gestado na longa duração, do XIII ao XIX, ele se nutre dos dispositivos de objetificação e verticalização e da atualização classificatória da Encyclopédie, para um determinismo biológico que se espraia das ciências físicas para as sociais, sem se desprender da teologia. Esse saber é completamente funcional à conquista do mundo: substitui argumentos teológicos por científicos na legitimação da dominação do mundo colonial (BATISTA, 2016, p. 298)

Assim, "não se tratava apenas de evidenciar diferenças com base no conhecimento científico de uma época, mas de construir diferenças e de fazê-las coincidir com as características das populações não européias (...)" (DUARTE, 2018, pp. 33). Nessa linha, as intervenções estatais, transpostas em políticas criminais, passaram a direcionar-se ao tipo racial que, na linguagem nina-lombrosiana, guardava as "reminiscências, conscientes ou inconscientes, da vida selvagem de ontem, muito mal contrabalançadas ainda pelas novas aquisições emocionais da civilização que lhes foi imposta" (RODRIGUES, 1957, p. 122). Havia uma condição natural para o desvio de pessoas negras, fruto das "qualidades físicas, fisiológicas e psíquicas não só distintas, mas ainda de um valor muito diferente no ponto de vista do conceito evolutivo do aperfeiçoamento humano" (ibidem, p. 126).

Por isso mesmo, as atuações legislativa, executiva e judicial poderiam diferenciar-se, de forma mais ou menos explícita, conforme a raça das pessoas envolvidas em um conflito, já que o "desenvolvimento sadio da modernização brasileira só seria possível através da diminuição do contingente negro da sociedade, por controle, segregação ou extermínio" (PIRES, 2013, p. 235). No campo do sistema penal isto implicava na institucionalização do aniquilamento da "criminalidade crioula" (RODRIGUES, *op cit.*, p. 146).

Barreto e seus discípulos possuíssem real intenção de modificação, serviram tão somente para atualizar a elite política que se formava, pois substituía os dogmas jusnaturalistas que justificavam o império escravocrata e atualizam o discurso mais adequado aos novos tempos porque a matriz de poder colonial precisava de novos argumentos teóricos (positivismo) com as novas relações de produção geradas pela abolição da escravatura." (GOMES, 2019, pp. 124-125).

Foi com esta tradição que os primeiros burocratas foram formados nas universidades genuinamente brasileiras, aparelhados com o cientificismo de uma criminologia comprometida com a antinegritude. Assim a branquitude era consolidada, com uma série de dispositivos e políticas de manutenção da própria elite que organizava o poder de punir, implementada pelos seus pares, por uma lógica irredutível de naturalização da concepção sobre o Outro (não humano) criminoso, e por uma pseudo-ciência. Para Sueli Carneiro:

> a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das idéias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça. A sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Se há muito os cárceres são chamados como *lixos definitivos*[127], podem ser analisados sob uma lente decolonial a partir da expropriação originária. A rede carcerária conclui um sistema complexo de marginalizações, em fluxo com as colonialidades. Assim, alinhando-me as conclusões de Rita Segato,

> A ação policial e a sentença reforçam e reproduzem a rotulação preexistente de raça. A racialização, ou o que defino como a formação de um capital racial positivo para o branco e um capital negativo para o não branco, é o que permite diferencialmente guetizar e aprisionar e desalojar do espaço hegemônico, do território usurpado onde o grupo que controla os recursos vivem da Nação e tem acesso a selos e papéis timbrados do Estado. (SEGATO, 2007, pp. 150-151, tradução nossa).

E que é possível dizer, replica e redistribui as zonas do *não-ser* (FANON, 2008), sendo metáforas daquilo que Fanon pontua como *clausuras do próprio corpo*, produzidas pela "culpa em relação ao passado de minha raça" (FANON, 2008, p. 189). Reflexos e dinamizadores das dicotomias hierárquicas e lógicas categoriais, os lugares e não lugares que se formulam através dos significados atribuídos aos corpos criminalizados e que criminalizam podem ser também teorizados como imersos na lógica opressiva da modernidade colonial. Isso quer dizer que as teias que constroem o sistema formulam os estados de dominação complexos e particularizados pela nossa situação abissal (MENDONZA, 2014).

Ou que, dentro de uma perspectiva crítica às agências do sistema, o papel do direito e a situação de pessoas que ocupam o banco de magistrados/as, promotores/as, defensores/as ou de acusados/as carrega a mais que uma herança colonial. São indiciários das relações contingentes entre o sistema jurídico, penal e o sistema mundo explorado e que se realiza em processos que dependem da aceitação desproblematizada da

[127] Expressão mobilizada por Angela Davis, vide nota 111.

incomensurabilidades, aparelhadas pela assepsia do direito. O discurso jurídico, nesse caso, justifica a atuação das agências e de seus/suas atores/as, reforçando hegemonias e aparelhando os sentidos de uma guerra específica, resultado da negação ontológica e sistemática de pessoas negras.

Assim, o sistema penal pode ser entendido como lugar de produção de hierarquizações e alijamentos referidos à antinegritude, que é também responsável pela garantia da manutenção de uma série de privilégios simbólicos e materiais (SCHUCMAN, 2012, p. 25-29) que respondem ao modo como as relações de poder estão atendendo continuamente à supremacia branca, capilarizada desde a sua fundação nos aparatos burocráticos do judiciário. A chave da colonialidade do ser, em conjunto com a do poder, e saber torna possível a análise das viscosidades dessa estrutura, pensando nessas agências a partir de um contexto de manutenção ideológica do quadro de castas raciais em território marginal. Nesse sentido, propor o sistema de justiça criminal como lugar implicado aos quadros das colonialidades, possibilita debater como pessoas reais estão naturalizado o extermínio, a morte prematura e a expropriação (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 41) contra corpos e territorialidades negras.

Tendo historicizado o sistema jurídico, a magistratura e o poder punitivo neste primeiro capítulo, dando conta da dimensão sistêmico-estrutural que, penso, reverbera nos mecanismos da antinegritude dos casos analisados, vou analisar agora de maneira mais direta os documentos em dois níveis. Primeiro (capítulo 02), quero pensar mais diretamente sobre como discursos sobre os territórios negros que são as favelas, a partir das políticas de inimizade das operações policiais em meio à guerra às drogas e da rarcionalidade do agir jurídico-penal, vão dando forma à governança racial espacializada na cidade do Rio. Depois (capítulo 03), quero analisar mais detidamente como os dispositivos do saber jurídico que encontrei no campo, como a hermenêutica e a retórica salvacionista, sofisticam os pactos narcísicos da branquitude, dando novos contornos à hierarquização de humanidades que informa o agir judicial nos processos explorados. Isso tudo pensando nas tessituras com esse primeiro bloco de reflexões (capítulo 01) que localiza, especialmente, a magistratura às bases fundantes dessa elite burocrata branca burguesa no Brasil, assim desvelando como ações penais estão documentando os organogramas que, há muito, sustentam a soberania necropolítica nas cidades.

3 TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO ESPACIAL RACIAL DAS OPERAÇÕES ENVOLVENDO O TRÁFICO NAS FAVELAS DA ZONA NORTE DO RIO

No capítulo anterior, dividi um pouco da minha trajetória teórico epistêmica com os estudos decoloniais e afrodiaspóricos e como me auxiliaram a historicizar e perceber os processos de constituição das elites brasileiras e fundação das suas burocracias institucionalizadas, bem como a relação com o direito e com as agências do sistema penal. Entendo que há, na proposta deste debate, a reivindicação por novos termos de narrativa acerca dos entrecruzos da história do saber jurídico e da magistratura especificamente e, com isso, a tentativa de referência aos dispositivos de poder que esta instituição agencia.

Há, em quase toda intenção "genealógica", uma busca pela conjuração de processos que, nesse caso, me fazem querer implicar discursos e práticas que encontrei documentadas a essa cartografia das relações de poder, mas também de entender como a antinegritude vai sendo reinventada de forma constante e, em especial, através do agir dessas elites que, desde a fundação, estão implicadas à soberania branca. Pensando nisso, e tendo em mãos 15 (quinze) processos que narram operações policiais em favelas da zona norte do Rio, comecei a refletir sobre uma das questões que mais imediatamente emergiam do campo: a produção espacial racial do medo na guerra contra as drogas e os territórios urbanos produzidos e produtores de uma necropolítica espacializada na zona norte do Rio de Janeiro. Isto provocou um deslocamento em minha trajetória de pesquisa, que até então me colocava no campo da reflexão sobre política de drogas, mas não havia me interpelado diretamente no campo da geografia e dos debates mais implicados sobre as cidades que essas discussões mobilizam.

Assim, este capítulo tornou-se resultado desta aventura exploratória, em que primeiro busco no pensamento miltoniano o conceito de "território usado", para pensar sobre o espaço vivente "favelas"; depois busco centralizar a chave analítica da raça para entender as cartografias que a gestão da segurança pública produz sobre lugares e pessoas que

informam *devires* negros[128]. Por fim, historicizando territórios de favelas e as atuais formas espacializadas de controle e terror na cena urbana carioca, procuro entender como as narrativas em autos judiciais têm contribuído para dar concretude a uma linguagem que apresenta simbólica e materialmente a simbiose espaço-raça na constituição de violências, trabalhando com alguns casos específicos que emergiram do campo.

3.1 "Território usado" no pensamento miltoniano e o uso prático-discursivo

Analisar o campo antes e ao longo da escrita deste trabalho me fez dimensionar, em diferentes temporalidades, a forma como o poder punitivo no Rio de Janeiro é agente político na formação sócio-espacial da cena urbana e como o terror tem catalisado as estratégias que fixam as discursividades hegemônicas sobre corpos e espaços favelados. Isso me fez – como ainda me faz – questionar algumas categorias centrais que estas perguntas carregam, como o que estou chamando de "território", e como suas múltiplas dimensões estão em dialética com as relações de poder e as rebeliões cotidianas das pessoas que dão organicidade às topografias da arena urbana.

O conceito de "território", que é peça chave na geografia, foi explorado por Milton Santos em quase toda sua trajetória, variando conforme a vida de seus pensamentos e as implicações teórico epistemológicas da criatividade de suas ideias[129]. Escapa a este trabalho explorar toda essa historicidade[130] para já chegar a um dos seus conceitos que me parecem dar conta de uma perspectiva sobre e desde as cidades que destaca o movimento, o caráter múltiplo, o visível e as fricções que essas espacialidades reúnem.

Para chegar ao termo "território usado", Santos toma "território" como categoria analítica e reflete sobre o espaço geográfico, a empiria do tempo e qualifica a materialidade do "lugar" nos cotidianos concretos. Partindo dessa tessitura, o estudo do território deveria

[128] A noção de *devir negro* foi construída por Achille Mbembe (2018) logo na introdução do livro "Crítica da razão negra" e assumo sua amplitude neste trabalho. Depois de apresentar contextualmente a estrutura a qual responde, de uma fusão entre o capitalismo com o animismo que levou a "transformação dos seres humanos em coisas animadas, dados numéricos e códigos" (MBEMBE, 2018, p.19), ele traz a síntese de sua definição: "pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter univamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e a sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro no mundo." (MBEMBE, 2018, pp. 19-20)

[129] As entrevistas de Milton Santos no "Conexão Roberto D'Avila" (1998) e no Roda Viva (1997) dão vida a essa criatividade que menciono.

[130] O trabalho de Diogo Marçal Cirqueira (2010) trabalha com essa historicidade, além de abrir as janelas para quem tem a intenção de conhecer o pensamento miltoniano a partir das dimensões do território e do corpo trabalhadas por Milton Santos.

se fazer desde o seu uso, das relações, das ações humanas em interação com o espaço e com a seletividade da história (SANTOS, 1994; 2004; 2007).

Metodologicamente, essa categoria destaca o fato de que conceber o território como cenário inerte, como palco amorfo dos acontecimentos humanos, seria apartar a complexa vida cênica do espaço na interação com as várias realidades da convivência humana. Admitindo, então, o espaço como uma instância social (SANTOS, 1985), produtor e produto das interações, ligado à política, à cultura, à economia, ao tempo passado e presente, o território seria social, humano e estaria em permanente transformação[131].

Aqui, o protagonismo passa a ser do espaço híbrido, que é misto de objetos e ações, que tem fluxo próprio e revela "a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso" (SANTOS, 2006, p. 05). O conceito parte, assim, das movimentações, de uma noção de formação socioespacial que está em constante construção e dá destaque ao tempo de agir que a flexão do verbo traz – "usado" de "usar".

Território usado é assim uma chave analítica com espessura, que incorpora a multiplicidade de escalas e dimensiona o lugar das ações na totalidade socioespacial (SANTOS, 2004). Tendo como sinônimo o espaço geográfico[132] como ensina Milton,

> constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2006, p.03)

A categoria está implicada na intenção do geógrafo em construir uma teoria social e uma proposta de intervenção totalizadoras, responsivas à fragmentação dos saberes e em dimensionar o resultado dos processos históricos e a base material social das ações humanas ao próprio conceito. Ainda, chama atenção para um possível ajuste de lentes em diferentes pesquisas nesta área, já que de cena-objeto, o território passaria a ser arena e sujeito. Em síntese, como ele ensina, o território e o território usado seriam conceitos diferentes:

---

[131] Nos clássicos dos estudos sobre cidades também Lefebvre (2000, pp. 05-06) destacaria esse caráter do movimento: "O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os produtos, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor"

[132] Leitura proposta por uma das maiores estudiosas da obra de Milton Santos, Maria Adélia Aparecida de Souza: "Vai dar ao espaço geográfico um estatuto teórico e, com isso, uma possibilidade até então inexistente de aprofundamento do diálogo entre a Geografia e as demais disciplinas do conhecimento. Vai propor que o espaço geográfico, sinônimo de território usado seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, esta metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra" (SOUZA, 2005, p. 252)

> O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005, p. 256)

Matriz da vida social, o território usado está "feito" e "se fazendo" constantemente, como um conjunto solidário de sistemas em interação. E é nessa medida que a categoria abre espaço para possíveis análises que reflitam sobre as várias formas de intervenção e para a observação dos processos históricos consequentes na vida das cidades.

Considero aqui uma dimensão desses possíveis usos que não vi imediatamente ser explorada por Milton Santos, mas que entendo esteja alinhada com o alerta que fez sobre o conceito, de que "visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade do seu uso" (SANTOS, 2006, p. 12). O geógrafo está, nesse enredo das muti-escalas entre o lugar (local) e global, escapando das discursividades que se propõem totalizantes e também da fragmentação que era retrato da condição de produção da pós-modernidade europeia no período, e que recaia aos perigos dos recortes e das singularizações entre o teórico-empírico excessivas, proposta potente e a que me alinho nesse trabalho.

Assim, quero mobilizá-lo como categoria de análise social, como proposto por Maria Adélia Aparecida de Souza (2003, p. 17), para refletir sobre como, demandando uma forma de uso prático-discursivo, o judiciário e, particularmente, a magistratura, têm organizado o controle social racial das favelas da zona norte carioca e criado representações a partir das referências ao crime. Atuação essa que só se faz possível considerando a dimensão e importância dessas espacialidades no Rio e a possível relação entre território usado e a chave analítica da raça[133].

[133] Embora vá explorar em tópico mais a frente parte dessa historicidade, quero trazer a nota já de como as favelas compõem as cartografias da cidade do Rio. Conforme levanta Natalia Amorim: "Dados do Censo 2010 apontam que aproximadamente 22% dos mais de 6 milhões de moradores do Rio de Janeiro vivem em favelas (IPP, 2019b)13. A distribuição da população moradora de favela varia de acordo com a região da cidade, sendo o Centro a região que mais concentra moradores em favelas, com 35% das ocorrências. Em seguida estão: Zona Norte, com 27% dos moradores em favelas; Barra e Jacarepaguá, com 26%; Zona Sul, com 17%; e, por último, Zona Oeste, com 16%. Um ponto a ser destacado é que a Zona Oeste é a região com menor população em favela, com índice de 16%, e, ao

3.2. Favelas cariocas como "territórios negros" e razão negra do controle e da criminalização

A noção de território, nesse trabalho, aparece imbricada com a da raça como chave analítica central para refletir sobre a constituição dos lugares e a convergência das experiências implicadas às colonialidades. Como afirma Diogo Cirqueira:

> acreditamos que o racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é aí onde o corpo negro está, é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto. Em linhas gerais, é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo, que atuam como fator influenciador em experiências topofóbicas e topofílicas desenvolvidas pelos indivíduos. Apesar de Negros/as vivenciarem o Lugar de forma diferencial, há uma unidade na experiência grupal destes no espaço; apesar de possuírem espacialidades – diríamos, "lugaridades" – diferenciadas, percebemos que as experiências socioraciais destes possuem algumas semelhanças. (CIRQUEIRA, 2010, p.45).

Nas linhas de definição das ferramentas que vêm me formando ao longo do percurso deste trabalho, assumo, como trabalhado no capítulo anterior, raça como chave analítica. Além de responder à matriz epistemológica que debati mais diretamente no capítulo 01, do poder, saber e ser que organizam sistema de justiça criminal como referidos às colonialidades, este aporte está em alinhamento com o compromisso de pesquisadoras/es no campo da geografia[134] e em diversos outros, incluindo também da crítica criminológica[135]. Isto é, com leituras sobre processos sócio históricos no Brasil que destaquem como o poder punitivo é "produtor de espacialidades, ou seja, como agente positivo de configuração

mesmo tempo, é a região indicada pela prefeitura como a mais pobre da cidade (Cavallieri e Vial, 2012). A região considerada mais rica, Zona Sul e Grande Tijuca, também possui baixo percentual de moradores em favelas, não ultrapassando 17% da população geral, sendo esse índice impulsionado pelo bairro-favela Rocinha, região administrativa com maior densidade demográfica da cidade e que conta com 100% da população em favela. Nos outros bairros da mesma região, porém, o índice de população em favela é menor, sendo de 8% em Botafogo, de 11% na Lagoa e de 15% na Tijuca, por exemplo" (MACIEL, 2020, p. 74).

[134] No caso da geografia, de onde emerge o conceito de território que tem centralidade neste capítulo, essa trajetória foi trabalhada por Alex Ratts, para quem vivemos o tempo das "questões da diferença – étnicas e raciais – como pauta de estudos geográficos, tendo em mente horizonte transformações sociais e deslocamentos epistemológicos" (RATTS, 2020, p. 03). Vale a nota também do legado dos chamados estudos a partir da reivindicação epistemológica da "Black Geographies" (McKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde, 2007).

[135] Trabalhei com a reflexão sobre a relação dos estudos a partir da teoria crítica da raça e a criminologia no capítulo anterior.

socioespacial" (MATOS, 2017, p. 20) e que interpelam as lentes teórico epistêmicas e implicam as pesquisas empíricas nessas áreas assumindo “raça como categoria estruturante das espacialidades e violências institucionais” (AVELAR, 2016, p. 20).

Inclusive, como trabalhado no capítulo anterior, grande parte dos questionamentos deste trabalho só se tornaram possíveis pelas faíscas produzidas por autoras que denunciaram “a complexidade do casamento incestuoso entre racismo e sistema penal no Brasil” (FLAUZINA, 2008, p.53), produzindo um outro fluxo para os trabalhos que exploram governanças e mecanismos de controle em nosso território. Fruto desses deslocamentos, que importaram em chamados para pesquisas que pudessem vocalizar o que gritam as cidades a partir do empírico, as reflexões sobre as relações entre antinegritude, poder punitivo e a configuração socioespacial em grandes centros urbanos (AVELAR, 2016; MATOS, 2017, ROMÃO, 2020) que me formaram ao longo da trajetória neste campo.

Com essa bagagem, tanto a segregação urbana pode ser entendida como uma das dimensões da violência racial; quanto as práticas de controle territorializadas podem ser investigadas a partir da íntima conexão com o padrão de urbanização, a territorialização negra e a repressão policial (AVELAR, 2016, p. 21), assertivas que estão em simbiose. Conforme analisa Laís Avelar, a partir da experiência de campo no Grande Nordeste de Amaralina:

> É importante, neste momento, refletir como a percepção sobre o espaço está fortemente associada ao ideário forjado socialmente acerca da negritude e da brancura (ALVES, 2011; CARNEIRO, 2005; VARGAS, 2005). Pretendo com isso demonstrar que, além de raça estruturar-se espacialmente, a forma de dizer o espaço – “ruas tranquilas”, “bairro seguro”, e, de outro lado, “lugar perigoso”, “região tensa”, por exemplo - está enraizado nos estereótipos raciais. Em melhores palavras: “raça é materializada nas configurações espaciais tanto quanto nossos entendimentos sobre o espaço são marcados por concepções históricas dos significados do ser branco e do ser negro na sociedade brasileira.” (ALVES, 2011, p.115, grifo nosso) (...) A implicação é mútua: de um lado, a hierarquização social estruturada racialmente é espacializada de forma a distribuir no espaço, desigualmente, negros e brancos - os primeiros, concentrados em espaços precários, e os segundo, dominantes em locais atendidos pela rede de serviço e representados por elevados índices econômicos e sociais. De outro lado, essa padronização racializada alimenta (e é alimentada) por uma episteme racial amplamente consolidada “sobre o ser branco e o ser negro” (ALVES, 2011). Episteme que identifica aqueles primeiro espaços, sejam os comumente localizados à margem da cidade – territórios negros geograficamente periféricos – ou aqueles excepcionais que estão em áreas valorizadas da cidade formal, como o GNA – territórios sociologicamente periféricos – como espaços invadidos, sujos, violentos, criminosos, e os segundo, territórios brancos, como espaços “legais/formais”, limpos e bonitos. Daí que, como aos corpos negros - “perigosos”, “pobres”, “violentos”, “situados nos confins do não ser” (CARNEIRO, 2005) –, recaem às favelas negras da cidade, como o GNA – “zonas perigosas”, de “alta criminalidade” - o controle, a repressão e o extermínio assumidos historicamente pela polícia – a cereja do bolo da receita de Reis. (AVELAR, 2016, p. 45)

Raça, portanto, é materializada nas configurações espaciais que decorrem da forma como as políticas em urbanismo e em segurança pública assentam, por exemplo, a centralidade da exclusão e da morte na experiência negra urbana. Enclaves que, de novo, de forma nenhuma, limitam territórios às dinâmicas de opressão, mas que interpelam as institucionalidades referidas à dominação branca, como é o caso do judiciário, a ponto de se tornarem agências centrais na produção espacial racial do medo, por exemplo, nas favelas. E é a noção de território usado que também possibilita refletir sobre estes agenciamentos.

João Vargas, analisando um episódio específico no Jacarezinho, favela na zona norte carioca, sistematizou uma série de questões que, à guisa dessas e outras bases, me guiaram do início ao fim da imersão e campo:

> (1) Como noções sobre o espaço urbano brasileiro são influenciadas por concepções hegemônicas de raça? (2) Como concepções hegemônicas de raça matizam a compreensão do espaço urbano? (3) Quais são as conseqüências políticas do círculo cognitivo que existe entre raça e espaço urbano no contexto brasileiro? (VARGAS, 2005, p. 78)

Assumo, então, na relação que estabeleço entre a categoria do território usado e a chave analítica da raça, opção teórico-metodológica para refletir sobre espaço urbano e as consequências políticas para o contexto brasileiro de atuação do poder punitivo na guerra contra as drogas. E escolho como trama esse exercício de poder nas favelas da zona norte do Rio de janeiro, que aqui considero, em diálogo com essas duas construções, como territórios negros.

Na década de 90, no Rio de Janeiro, popularizou-se, sobretudo através das mídias hegemônicas, a nomeação dos territórios de favela como “comunidades” (SOUZA, 2017, p. 29). A expressão manteve alinhamento com o então projeto de instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras), que funcionou como capital político em um período de projeção da visibilidade internacional da cidade, confabulação das conflitividades criadas pelo Estado nas favelas e implantação de uma nova onda neoliberal[136] de gentrificação da

[136] Neoliberalismo que produz a racionalização do mundo a partir do delírio e da paranóia, que captura existências para a lógica do capital, como alerta Mbembe, e assim transforma alguns espaços em zonas de guerra: “o neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, engrenou-se um movimento de escalada, baseado na visão segundo a qual ‘a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado. Esse movimento também se caracteriza tanto pela produção da indiferença, a paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por uma dupla desgraça, o capital, sobretudo financeiro, define-se agora como ilimitado, não só do ponto de vista dos seus fins como também dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da ‘fabricação de todas as relações de filiação’, procura multiplicar-se ‘por si mesmo’ numa série infinita de dívidas estruturalmente insolvíveis” (MBEMBE, 2018, p. 15). Sobre os territórios criados

arena urbana. Como sintetizou Vera Malaguti, “A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio se deu em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam” (BATISTA, 2011, p. 108).

Muito embora apropriada por parte dos moradores no período, o léxico “comunidade” acabou sendo criticado, dentre outros motivos, pelo condão eufemístico das políticas de austeridade contra esses espaços e suas representatividades (MACHADO DA SILVA, 2010; CANO, 2012; LEITE, 2012). Na mesma medida em que muitos reivindicaram a reapropriação do termo favela, como diz Renata Souza:

> O caráter negativo e pejorativo do termo favela é uma construção discursiva angariada, principalmente, pela elite brasileira através de seus monopólios midiáticos e reproduzidos pelas classes média e política. Tanto que o preconceito gera distorções nas políticas públicas destinadas à favela, que não levam em consideração as necessidades urgentes dessa população. Ao contrário disso, investe-se em políticas que tenham visibilidade midiática como uma espécie de “cala boca” ou faz parte ainda da luta pelo direito à vida. Isso porque todo o preconceito sobre a favela se reverte em uma política pública de segurança que não preconiza a preservação da vida das pessoas. É por isso que na favela não se vive, sobrevive. Tal situação é reflexo do senso comum que diz que favela é lugar exclusivo do perigo e de sujeitos perigosos, assim, contra a favela todo tipo de política é justificada e inquestionável. É por tudo isso que produzir uma contraposição que ressignifique o termo favela é essencial para a vida da população que habita este espaço. (SOUZA, 2017, p. 31)

Assim, favela como significante, nesse trabalho, assume um recorte crítico aos sentidos de “comunidade” implantados pelo projeto político da “pacificação” – muito embora constantemente mobilizado nos autos, como será trabalhado -, e adere à noção que trabalhei anteriormente de “território usado”, como categoria de análise social. Monique Cruz também propõe essa aproximação de conceitos, atenta a que “na constituição desses locais existe uma história, uma memória, que se fez a partir da construção das relações sociais daqueles que ali construíram suas casas, creches, que construíram materialmente suas vidas” (CRUZ, 2020, p. 16). Noção que é alerta, portanto, à dimensão resiliente de “vida”, tamanho afrontosa aos interesses de sujeição dos poderes instituídos e à cidade que a elite reivindica para si, que faz emergir uma série de pautas de fragmentação na geografia urbana.

---

a partir da lógica da guerra, mais especificamente: “[as guerras] visão não apenas capturar e liquidar o inimigo, mas também operar uma divisão do tempo e uma atomização do espaço (...) Aliás, captura, predação, exploração e guerras assimétricas seguem lado a lado com a rebalcanização do mundo e a intensificação de práticas de zoneamento, evidenciando (...) na fragmentação e repartição de territórios, bem como na criação, no interior dos Estados existentes, de espaços mais ou menos autônomos, por vezes subtraídos de qualquer forma de soberania nacional, mas operando sob a lei informal de uma infinitude de autoridades fragmentadas e de poderes privados armados (...)” (idem, p. 18).

Pensando aqui no gancho com as reflexões sobre “colonialidades”, percebo que, nas favelas, as cisões de espacialidade provocadas, principalmente, pelo Estado atualizam a divisão que Fanon observa entre a cidade dos colonos e dos colonizados:

> A Zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma zona puramente aristotélica obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é a cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes de lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas nem mesmo sondadas. [...]. A cidade do colono é uma cidade saciada [...] A cidade do colono é a cidade dos brancos estrangeiros. A cidade do colonizado [...] a cidade negra, a medina, a reserva, é uma cidade mal afamada, povoada de homens mal afamados, aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. [...] (FANON, 1968, p.29).

A geografia da cidade do Rio de Janeiro, um dos epicentros da recepção de pessoas negras escravizadas e onde foi também fixada a burocracia imperial, sempre foi marcada pelas cisões literais e simbólicas[137] entre espaços habitados por populações brancas e negras – isto é, que informam os interesses da branquitude e aquelas que representam os devires negros[138]. Como já dizia Lelia Gonzalez, “desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados” (GONZALEZ, 1982, p.15).

Arena central do colonialismo escravocrata, a população negra escravizada, após a abolição formal do escravismo em terras fluminenses, foi ocupando a cena urbana, que era tomada pelas elites brancas donatárias das capitanias hereditárias, pela via dos cortiços. Aos poucos, os casebres foram subindo os morros, principalmente nas zonas centrais, depois percorrendo outras áreas periféricas, perfazendo a arquitetura das favelas cariocas (CHALHOUB, 1996).

A memória desses territórios, assim, é também a da trajetória da diáspora africana e dos insistentes modos de se fazerem como vida. Primeiramente, nos ciclos pós abolição e, depois, nos movimentos migratórios aos centros urbanos de pessoas negras, sobretudo

[137] Mas que não necessariamente implicam em cenários de cidades “partidas” (VENTURA, 1994), vocabulário que parece tende a ocultar os fluxos de exploração, sobretudo do trabalho, no Rio. Os trânsitos constantes entre os territórios de favelas, subúrbios e baixada fluminense, que sustentam as casas brancas, revelam mais os antagonismos que fraturas estanques nos desenhos das nossas espacialidades.

[138] No início o capítulo destrincho conceitualmente a categoria tal como construída por Mbembe e mobilizada nesta tese, remetendo quem lê este parágrafo a este trecho introdutório em nota de rodapé (MBEMBE, 2018, pp. 19-20).

das regiões Norte e Nordeste, em busca de trabalho (MATTOS, 2004; 2008). Por isso também, historicamente, as favelas foram discursivamente sendo construídas como lugares perigosos, ambientes de propagação de doenças e antro da "criminalidade", dispositivos que atualizavam as formas de controle e violência antinegros[139].

Pelo contraponto, as cidades brancas eram as cidades saudáveis, onde o Estado chega através da fórmula dos direitos, como Lélia também descreve:

> O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sito simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p.15)

Assumir que o Rio de Janeiro foi e é constituído a partir da "divisão racial do espaço", no sentido trazido por Lélia, e que sempre teve os dispositivos criminalizantes como léxico fundamental (CAMPOS, 2005) me fez querer perceber como a documentação dos autos judiciais contribui para o desenho da imagética dessas fragmentações. Fazendo a ponte com o pensamento de Milton Santos, assumir o Rio de Janeiro como um "território usado" e focar nos usos que uma determinada institucionalidade faz das linguagens que assentam favelas como "lugares naturais" racialmente referidos à desordem, foi também uma opção metodológica que limitou em muito os retratos que trago desses espaços nesse trabalho.

Também por isso quero registrar que a amplitude que acredito poder haver, no uso de um certo território, demanda que pesquisas tenham e possam focar em algumas determinações específicas que interpelam o emaranhado de relações existentes sobre e em um lugar. Sem que, absolutamente, essas reflexões esgotem o sentido dessas espacialidades - que vivem, resistem e disputam sentidos e narrativas, produzindo memórias e cartografias que não se esgotam, por exemplo, nas violências que destaco neste trabalho[140].

---

[139] Como exemplo, Thiago da Silva analisou os noticiários envolvendo o morro "favela" no Rio no século XX, concluindo que "jornais cariocas representavam os moradores de maneira bastante similar, ou seja, todos eles descreviam os habitantes da localidade como sendo oriundos das "classes perigosas" (DA SILVA, 2018, p. 316) Em 1906, os retratos arquitetados tais como: "Serviu de teatro a essa sanguinolenta cena o tão celebre morro da Providência, onde inúmeros crimes têm sido cometidos, por servir ele de coito a indivíduos da pior espécie. Assim esse fato não trouxe o naturalabalo aos moradores no morro citado, o que se produziria profundamente em qualquer outro bairro, por já estar a população dali afeita a casos idênticos e muitos até mais horripilantes" (idem, p. 301).

[140] Os territórios de favela que aparecem no campo, de modo nenhum, se limitam às espoliações e alijamentos que denuncio nessas linhas. E nem é minha intenção disputar um sentido de "verdade" a partir do material que tenho, que representa o silenciamento das vozes de suas/seus moradores, da dimensão das coletividades e da ancestralidade, da força e imanência vital que vêm de muito longe.

Faço esse apontamento lembrando que esta tese é uma reflexão sobre parte das polícias, do judiciário (especialmente, a magistratura) e das discursividades produzidas por pessoas que lhes integravam quando os documentos analisados foram produzidos. Daquilo o que, material e simbolicamente, essas agências, ao longo do processo de criminalização, mobilizavam para legitimar as violências que permeiam a guerra contra as drogas e o exercício do poder punitivo que sustenta uma necropolítica espacial na zona norte do Rio.

A tela analisada é pintada por aquelas institucionalidades, por isto é sobre a forma como operam e como se colocam na cena política das governanças urbanas analisadas. Não tenho, em síntese, a intenção de pensar as favelas a partir da polícia e do judiciário, ou a "resistência" pelas lentes do "poder", que seriam recortes possíveis inclusive com o meu material de campo. Busco caminhos para pensar o poder, refletindo sobre ele à contrapelo, através de seu protagonismo nos processos espacializados racializados de violência estatal.

Retomando a dimensão teórica, Lélia e Milton Santos, então, me levaram, pensando nas pontes com o capítulo anterior, a procurar observar se havia nos autos as linhas divisórias que as colonialidades, especialmente do poder e do ser[141], têm produzido na topografia dessa cidade. Demarcações que constantemente atravessam o espaço geográfico e que têm possibilitado que o território esteja investido destas dinâmicas e intervenha, literalmente, na vida das pessoas, projetando as fricções que a antinegritude catalisa particularmente em grandes centros urbanos.

Penso nestas inscrições como modos de atualização daquilo o que Mbembe chama de “razão negra” (MBEMBE, 2018, p. 61). Com base nesse marco, assumo aqui a dimensão das favelas no Rio de Janeiro como “territórios negros”, partindo da noção de que, ao mobilizar esse conceito, “estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum" (RONILK, 2010, p. 76). Ainda, como é intenção da urbanista ao propor essa chave, com olhos muito abertos ao caso do Rio, “discutir o próprio conceito de território urbano, espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por um certo grupo social” (idem).

Como dito, parte da história das favelas é reflexo das agendas que implicaram nas políticas de embranquecimento e na redefinição territorial da dominação das elites brancas, que foram, através de políticas em urbanismo, promovendo a adaptação da geografia da cidade senhorial-escravista para a cena urbana capitalista. Quando então chamo esses territórios de negros estou, não só, dando conta da composição demográfica dos espaços (GUSMÃO, 2015a e 2015b) e de como informam os devires negros, mas querendo dar

[141] No primeiro capítulo, analiso as categorias da colonialidade do poder e do ser que posicionam o marco teórico-metodológico desta tese.

enfoque às decisões que tem definido as geografias raciais no Rio e que estão interpeladas pelos interesses da supremacia branca.

A disputa, aqui colocada, enuncia como a geografia urbana revela e também produz esses territórios usados. Nas palavras de Raquel Ronilk:

> Usamos para isso a noção de território urbano, uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço. A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas. Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptiva sem limite. Assim se institui uma espécie de apartheid velado que, se por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular (RONILK, 2010, p. 88-89)

A categoria "território negro" também dá conta do valor do espaço para a formação identitária de pessoas e comunidades (SODRÉ, 1988), da luta por terras nas sociedades branco dominadas e de como as espacialidades emergem do complexo terra-territórios[142]. Como aponta Maria de Lourdes Bandeira:

> As famílias, enquanto membros da coletividade, tinham acesso à terra. É pelo trabalho que cada família se apropriava de parcela da terra comunitária. A apropriação podia ser transitória ou duradoura. (...) A terra sempre fora identificada pelos brancos como propriedade do rei, ou de quem ele a concedesse. O acesso dos pretos à terra passou, nesse sentido, pela identidade étnica que suturou a formação da comunidade e a identificação de seu território (BANDEIRA, 1988, p. 141).

É conhecendo, inclusive, a importância dessa disputa que as relações de poder têm historicamente reforçado o aparelhamento de violências as quais as operações policiais fazem parte. Enquanto territórios que expressam a corporeidades negras e suas espacialidades, é possível dizer que desde há muito ao poder público interessa intervir na materialidade objetiva e nas virtualidades que as favelas representam[143]. E assim também

[142] Aqui referida nos termos propostos por Neusa Maria Mendes de Gusmão, para quem "A terra-território é a narrativa de um tempo real vivido ao mesmo tempo que contém em si um tempo mitificado, capaz de unir o passado, o presente e o futuro. O território é então, espaço de trânsito entre sujeitos iguais que comunicam-se entre si e com o 'outro', diferente dele, mas que invade seu mundo e ali está" (GUSMÃO, 1995, p. 70).

[143] Descrevendo a própria experiência empírica em Salvador, Laís Avelar também mobiliza essa categoria:" É tomada pelas considerações desses autores, reveladas pouco a pouco nas páginas deste trabalho, que assumo o GNA como território negro. Se a sua cor predominante já me autorizaria a usar esta categoria, a vivência no campo demonstrou-me que "o território aparece aqui não apenas como uma entidade geográfica, mas também, e sobretudo, como lugar dos embates políticos." (ALVES, 2011, p.114). Por isso, ao falar do GNA ressalto um espaço onde seus moradores – negros e negras

comunicar, a partir da agenda política que atravessa os entrelaces entre segurança pública e urbanismo, modelos que produzem as fronteiras de precarização e do poder necropolítico[144].

Foi partindo dessas reflexões que voltei aos autos judiciais da amostragem e, com a intenção de coletar alguns dos elementos que retratavam o modo como a magistratura constituiu os dispositivos ideologizantes sobre "território" no contexto de operações em favelas da zona norte, separei blocos de temas que são indiciários, para mim, de como os recursos que encontrei, em fragmentos específicos da ação, vêm sendo mantidos. Assim, depois de destacar o papel das "favelas" nos autos sobre tráfico, quero trazer os dados de como facções criminosas, inscrições nas drogas, domicílios e o caso específico das "bocas de fumo" parecem ter sido centrais nos discursos analisados e assim propor, dialogando com as propostas epistemológicas deste trabalho, como o poder punitivo produz as espacialidades estudadas a partir da razão negra.

3.3. Guerra contra as drogas no Rio e a guerra contra as favelas da zona norte

As relações espaciais que envolvem os poderes instituídos, nas favelas, para Vargas, exprimem eixos de subordinação e dominação próximos aos regimes de *apartheid*. Especialmente a presença das polícias e a forma como compõem frentes de ataque representam a natureza conflituosa excludente e que é racialmente organizada do exercício soberano nessas espacialidades. Em suas palavras,

> Enquanto as relações espaciais resultantes que expressam subordinação e dominação são normalmente mantidas através do consenso, existe ainda a freqüente necessidade de coerção explícita, especialmente em espaços urbanos como os guetos nos Estados Unidos, na África do Sul sob o regime do Apartheid, ou as favelas brasileiras. Em tais espaços urbanos, há resistência freqüente – alguns diriam constantemente, embora não obviamente (Kelley, 1997; Scott, 1990) – contra a subordinação social e espacialmente racializadas, impostas pela sociedade mais ampla. Enquanto instrumento central de coerção em sociedades burguesas, a polícia está na linha de frente de ataque – tanto preventivo quanto reativo – contra

– vivem as experiências urbanas – de resistência, exclusão, violência e controle policiais – não somente como indivíduos mas como coletividade (ALVES, 2011). Coletividade que, a partir destas experiências sentidas pela racialidade, irá, cotidianamente, forjar aquele espaço como um território específico: um território negro" (AVELAR, 2016, p. 20).

[144] Desenvolverei melhor o conceito de necropolítica no próximo capítulo, mas adianto aqui que considero, como proposto por Mbembe, que o poder necropolítico "opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte, como se a vida não fosse outra coisa senão o veículo da morte. Ele busca sempre abolir a distinção entre meios e fins. É por essa razão que lhe são indiferentes os sinais objetivos da crueldade. Aos seus olhos, o crime constitui parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos é, em princípio, desprovida de qualquer simbolismo. Uma morte assim não tem nada de trágico. É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-lo ao infinito, seja em pequenas a doses (o modo celular e molecular) ou em irrupções espasmódicas – a estratégia dos "pequenos massacres" intermitentes, seguindo uma implacável lógica de separação, estrangulamento e vivissecção, como se vê em todos os palcos contemporâneos do terror e do antiterror" (MBEMBE, 2020,p. 69).

> estratégias políticas de resistência articuladas por comunidades marginalizadas. A polícia implementa, em sua prática e orientação, um entendimento normalizado e consensual sobre aqueles a quem reprime (Gooding-Williams, 1993; Rothmiller, 1992). Que a polícia seja uma presença historicamente ofensiva e persistente nas comunidades negras norte-americanas (Davis, 1992; Donziger, 1996; Miller, 1996; Parenti, 2000) e nas favelas brasileiras (Holloway, 1997; Paixão, 1995; Silva, 1998) comprova a natureza conflituosa dos espaços urbanos excludentes e profundamente racializados. Exclusão e racialização são, pois, dois lados da mesma moeda – a polícia galvaniza tal princípio de modo exemplar. (VARGAS, 2005, pp. 92-93)

A política de drogas adere à esta cena como uma guerra racial e geograficamente localizada, porque uma série de discursos passam a associar territórios ao comércio e assim justificar diferentes investimentos que encontram, no subterfúgio do ilegalismo e na "preservação [do racismo] através da transformação"[145], as estratégias de segregação e a utilidade pública de uma guerra que é em si perpétua (FLAUZINA, 2017, p.22).

No Rio, o varejo de drogas em territórios de favela remonta à década de 60, com o comércio da maconha, e à década de 80, quando a cidade deixou de ser passagem da rota da cocaína e passou à condição de ponto de venda dessa que tem sido uma das mais centrais substâncias na geopolítica internacional do tráfico de entorpecentes:

> A presença do tráfico de drogas nas favelas cariocas não é algo recente. Remonta aos anos 50, quando a maconha era comercializada por pequenos traficantes e vendida, sobretudo, para os moradores das próprias favelas. Com a chegada da cocaína nos anos 80 e o aumento da demanda por drogas por parte da classe média, o cenário do comércio das drogas ilícitas se modifica e seu controle passa a ser exercido por quadrilhas organizadas (DOWDNEY, 2003). Os anos de 1983 e 1984 podem ser considerados o marco temporal da chegada e consolidação do comércio ilícito de cocaína no Rio de Janeiro. É nesse período que mafiosos italianos, ligados ao tráfico internacional de drogas vêm ao Rio de Janeiro negociar com grupos criminosos locais (ZALUAR, 2004). O Comando Vermelho – organização criminosa originalmente fundada para a defesa dos direitos dos presos, e posteriormente centrada em assaltos a bancos - muda seu foco, que passa a ser o tráfico de drogas e o roubo de automóveis, atividade paralela de suporte financeiro ao tráfico. Também é nesse momento que os grupos que controlam a cocaína na América Latina procuram a cúpula do Comando Vermelho propondo uma sociedade (AMORIM, 2003). (...) Observa-se, com isso, que o cenário político (governo Brizola), somado às características do contexto sócio-espacial do Rio de Janeiro, como o sítio das favelas, a condição de pobreza de seus moradores e um mercado consumidor

[145] Michelle Alexander, nos EUA, é autora de importante livro em que denuncia como a política de drogas vem sendo um novo sistema de casta racial neste país. Ela reflete sobre como as transformações na sociedade têm demandado novas estratégias de segregação, que é o que pontuamos neste parágrafo: "o racismo é altamente adaptável. As regras e razões que o sistema político emprega para impor relações de distinção social de qualquer tipo, inclusive de hierarquia racial, evoluem e se modificam na mesma medida em que são contestadas (...) Essas novas regras têm sido justificadas por uma nova retórica, uma nova linguagem e um novo consenso, ao mesmo tempo que produzem muitos dos mesmos resultados que as anteriores. Essa dinâmica, que a estudiosa do direito Reva Siegel chamou de 'preservação através da transformação' é o processo por meio do qual o privilégio branco é mantido, apesar das mudanças das regras e da retórica" (ALEXANDER, 2017, pp. 60-61).

> promissor (SOUZA, 1994a; 1994b), tornaram esta cidade um ponto estratégico da venda de drogas, e não mais apenas um ponto de passagem de seu comércio internacional. Como afirma Dowdney (2003), "as favelas são geograficamente convenientes do ponto de vista da defesa militar" (p. 74). (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 20).

Desde então, a disputa militarizada dos pontos de varejo vem sendo uma questão que envolve diferentes estruturas de poder, incluindo a classe policial, política, facções, milícias entre outros, assim como uma variedade ainda maior de substâncias. Com o passar dos anos, uma rede de negócios articulados ao tráfico também foi capitalizando-se nas favelas, ampliando seu grau de intervenção "e de participação em atividades econômicas ilícitas ou não regularizadas, como é o caso do transporte alternativo (moto-táxis e vans), da cobrança por serviços de 'segurança', ou ainda da cobrança de ágio por serviços como o gás" (idem, p. 21). Isto tem provocado uma "fragmentação do tecido sócio-político espacial" (SOUZA, 2000),", com o acirramento da segregação e da estigmatização especialmente nestas espacialidades.

Embora implicada na gestão de várias esferas do poder, vale lembrar que me interessa pensar em como a magistratura discursivamente se posiciona nessa conflitividade. Depurando os dados de uma grande pesquisa junto à Defensoria Pública (HAUBER *et al,* 2018), Natalia Amorim analisou 788 sentenças envolvendo denúncias pelo tráfico no Rio de Janeiro, todas elas que expressavam a escolha dos/as juízes/as em mencionar o suposto "local dos fatos". Assim, pôde perceber quando a magistratura considerava fundamental trazer a localização para o corpo argumentativo de uma decisão quando, como se pode imaginar, a menção às favelas destacou-se.

A pesquisadora afirma que a menção ao território é inversamente proporcional à composição demográfica da cidade, sendo que a maioria dos casos em que local era trazido, era para trazer a referência de se tratar de uma favela e para manter o recurso ideológico de associação com a "criminalidade". E que a menção, nestes termos, ao território não era contingencial, mas central para o discurso que sustentava a opção em si das condenações[146]:

> em 59% das sentenças proferidas na cidade do Rio de Janeiro, os juízes escolheram mencionar o local em que aconteceram os fatos; destas, em 68% os magistrados consideraram relevante mencionar que a ação aconteceu em uma favela (...) Vê-se que, embora a concentração da população em favelas seja de 22% no Rio de Janeiro, a quantidade de sentenças que citam a favela como local de ocorrência potencial de crimes de drogas foi de 40% dentre

[146] Sobre esses dados, especificamente: "A seletividade penal pode ser observada também em como se distribuem as proporções de sentenças de condenação e de absolvição, tomando como referência o lugar da ação. De maneira geral, a pesquisa da DPGERJ mostrou que 80% das sentenças analisadas resultaram em condenação. Dentre as sentenças da cidade do Rio de Janeiro que expressamente mencionaram o local (bairro e/ou favela), 83% tiveram como resultado uma condenação. Entre as que citaram uma favela como lugar da ação, sentenças de condenação representaram 86% do total." (MACIEL, 2020, p. 76).

> todos os processos distribuídos no Rio de Janeiro. Tomando como referência apenas as sentenças que mencionam expressamente o bairro, a proporção sobe para 68%, mostrando que o território de favela é constantemente acionado pelo judiciário como parte da narrativa que diz respeito aos processos da Lei de Drogas para sustentar os territórios de favela como espaços de criminalidade (...) Nesse sentido, o racismo não pode ser dissociado do processo de representação da favela como espaço de criminalidade observado nas sentenças (MACIEL, 2020, p. 74).

Disputando o uso desses territórios negros, atualiza-se a estratégia de relacionar corporalidades e espacialidades faveladas com o crime e assim justificar o terror seletivo da política de drogas e suas formas explícitas de produzir regimes de segregação. Em síntese, como aponta Natalia, "a conexão direta entre favela e criminalidade estigmatiza os moradores de favela como bandidos e, ao mesmo tempo, fomenta a concentração das forças do Estado no controle e na punição dessa população" (idem, p. 76).

No caso das operações policiais, que são o que compõem o meu campo, isto fica ainda mais marcado, porque a descrição dessas investidas a partir de todo o aparelhamento bélico demanda uma sofisticada reconstrução das tramas como parte dos cenários que respondem especialmente à agenda da colonialidade do ser[147], de caracterização de corporalidades e espacialidades a partir de uma matriz de "suspeita permanente", radicalizando e naturalizando a não ética da guerra (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 137) interpelada pela ordem das políticas de inimizade (MBEMBE, 2021). Algo que o recurso às facções e suas performatividades atenderam de forma bastante centralizada.

3.4 Controle espacial racializado, políticas de inimizade e o caso das Facções criminosas nas favelas da zona norte carioca

Uma das mais sensíveis questões que atravessaram os autos foi a forma como facções criminosas, especialmente o Comando Vermelho, foram mobilizadas por diversos atores do sistema de justiça como referência performática das cenas raciais das favelas, justificando as fronteiras espaciais, o zoneamento e a militarização dessas espacialidades. Entendo aqui que os comandos têm sido as principais representações, no Brasil, das "políticas da inimizade" (MBEMBE, 2020) que têm justificado, nos atuais governos liberais democráticos – incluindo os de extrema direita, mais contemporaneamente -, mundo afora, um estado de guerra permanente.

[147] Desenvolvo esta ferramenta analítica, a que me refiro aqui como já teoricamente construída, no capítulo 01, para onde remeto quem lê este trabalho e quer reconstruir as costuras epistemológicas da tese.

Faço então uma breve pausa para explicar o conceito do pensamento mbembiano. Retomando as linhas de corte da *incomensurabilidade* e a centralidade da matriz da guerra (colonial) destacadas por Fanon[148], Mbembe reflete que o cerne das democracias liberais sempre foi o que chama de políticas de inimizade. Neste ponto, ele coloca que é típico ao regime democrático o que nomeia como "suplemento do servil e do racial, do colonial e do imperial" (MBEMBE, 2020, p. 111), a divisão entre semelhantes e dissemelhantes, com todo um aparato que garante a dispensabilidade até mesmo da sua existência real, que é o que ele expressa momentos antes: "se tais inimigos realmente existe ou não é irrelevante. Basta criá-los, encontrá-los, desmascará-los e expô-los à luz do dia" (idem, p. 91).

Trabalhando inicialmente com o esgarçamento dos itens constituintes da colonização, especialmente aqueles que possibilitaram as lógicas da "descartabilidade", ele chega na democracia escravista pontuando ser uma "comunidade de separação", marcada pelo desejo pulsante de "se livrar" dos escravos (idem, p. 43). Sendo o sistema colonial e escravista parte de que as estruturas se envergonha do inventário das democracias liberais[149], ele reflete que suas entranhas vão se involucrando em "estruturas quase mitológicas" (idem, p. 47). Isto quer dizer que as democracias carregam como "faces noturnas" o duplo vazio de leis, que escondem as violências originárias, e que ainda garantem a sua reprodução. Em seus termos:

> As conquistas coloniais constituíram, dessa perspectiva, um campo privilegiado de experimentação. Deram azo à emergência de um pensamento do poderio e da técnica, que, levado a suas últimas consequências, abriu caminho aos campos de concentração e às ideologias genocidas modernas" (MBEMBE, 2020, p. 49).

Foram essas guerras, as coloniais, que externalizavam violências contra um "inimigo por natureza", que eram suplantadas pelo direito[150] e que assentaram as bases da violência

[148] O livro "Políticas da Inimizade" de Achille Mbembe (2020) é um dos mais centrais para a minhas formulações sobre o atual estágio da política de drogas brasileira, especialmente com o que o projeto das operações policiais no Rio implica. A forma como Mbembe mobiliza Fanon compõe o capítulo 03, em que ele resgata as bases fanonianas e tece as relações com o estágio atual do neoliberalismo a partir da categoria do phármakon, para destacar o modo como as guerras desde, o terror colonial, tornaram-se sacramentos. Como ele sintetiza na introdução: "a guerra se inscreveu como fim e como necessidade, não só na democracia, mas também na política e na cultura. Tornou-se remédio e veneno, nosso *phármakon*. A transformação da guerra em phármakon de nossa época, em contrapartida, liberou paixões funestas que, pouco a pouco, têm forçado nossas sociedades para fora da democracia e a se transformarem em sociedades da inimizade, como ocorreu sob a colonização" (MBEMBE, 2020, p. 15).

[149] Nas suas palavras: "democracia, plantation e império colonial fazem parte objetivamente de uma mesma matriz histórica. Esse fato originário e estruturante está no cerne de todas e qualquer compreensão histórica da violência da ordem global contemporânea" (MBEMBE, 2020, p. 47).

[150] Segundo Mbembe, "A razão disso era que o poder colonial quase nunca se estruturava pela contraposição do legal ao ilegal. O direito colonial estava incondicionalmente sujeito aos imperativos políticos. Uma tal concepção da instrumentalidade absoluta do direito tinha por efeito liberar os detentores do poder de qualquer limitação genuína, fosse em matéria de prática de guerra, de

estatal na capilaridade da inimizade, no desejo difuso do extermínio e da grande brutalidade. Guerras que ainda hoje são sustentadas nas estratégias de "espacializar e descarregar esse terror confinando suas manifestações mais extremas a algum outro lugar estigmatizado racialmente" (idem, p. 63) e que vão transcendendo os organogramas típicos das burocracias estatais. Nesse sentido, há uma multiplicidade de instâncias que replicam o vínculo da inimizade e o governo pelo terror, que tem a morte como sua dimensão mais exposta. Nas palavras de Mbembe:

> face à transformação da economia da violência no mundo, os regimes democráticos liberais agora se consideram em estado de guerra quase permanente contra novos inimigos fugidios, móveis e reticulares. O teatro dessa nova forma de guerra (que exige uma concepção "total" da defesa e uma elevação dos limites de tolerância para as exceções e revogações) é ao mesmo tempo externo e interno. A sua condução exige que sejam instalados rigorosos dispositivos panópticos e um estrito controle das pessoas, de preferência à distância, por meio dos vestígios que deixam (MBEMBE, 2018, p. 51)

Penso que as facções têm servido como um desses repertórios mitológicos, expressionista e sensorial, mobilizado por diversas institucionalidades referidas à supremacia branca, sobre os territórios negros, historicizando a vinculação entre a geografia das periferias e favelas com o crime; e identificando a possibilidade de uma série de governanças pautadas na proliferação das realidades ficcionais e sensacionalistas que são produzidas sobre suas formas de atuação.

Como construção discursiva, a sua mobilização tem possibilitado guerras referidas aos termos de crueldade, tortura e detenção ilimitadas (MBEMBE, 2020, p. 69) que são arcabouços das políticas de inimizade. Mesmo porque quase sempre estão inscritas em narrativas que fecham os ciclos de ódio contra sujeitos e territórios e escrevem os termos das lutas contra o inimigo que pautam as inimizades (MBEMBE, 2020, p. 76).

Facções têm sido mobilizadas, assim, como alegorias dos sensacionalismos que vão estruturando os termos das políticas de inimizade, referidas e referentes ao léxico das inimizades. São exemplos do que se vêm tratando como "crime organizado", categoria que é, como refletem Jacqueline Muniz e Camila Dias,

> uma espécie de depósito de fragmentos empíricos, de conjecturas, prescrições político-jurídicas e raciocínios hipotéticos que conjugam achados de pesquisa com os achismos do senso comum (...) alegoria crime-organizado segue, como um ajuntamento de órgãos sem corpo, vivificando o nosso imaginário social, animando as coberturas jornalísticas, justificando exercícios heterodoxos dos poderes de polícia e jurisdicional e, ainda, legitimando políticas restritivas de direitos. Trata-se de uma categoria- -índice cujas abertura e maleabilidade para justapor sucessivos qualificativos

criminalização das resistências ou no governo do dia a dia. seu momento constitutivo foi o da força oca, porque irrestrita" (MBEMBE, 2020, p. 51)

> possibilitam apropriações particularizadas para cada novo episódio jurídico-policial e midiático que se candidata a mais um "caso de repercussão". Cria a exemplaridade de casos típicos que desafiam a lei, mobiliza cruzadas morais e soluções políticas anticrime e produz um efeito de controle da criminalidade violenta ao estigmatizar, além dos sujeitos, as próprias relações sociais e os lugares por onde estes transitam (MUNIZ; DIAS, 2022, pp. 131-132).

As operações policiais que envolvem disputas com o varejo gerido por facções estão inscritas nas transformações constantes da forma como soberania estatal e paraestatal se organizam em um determinado contexto[151]. Como alertam Camila e Jacqueline, "para se obter mais cheques em branco para despachantes do poder de polícia e novas procurações em aberto para representantes dos mandatos públicos" (idem, p. 136). Sem se implicar neste processo, o que notei nos casos da amostra é que, sobretudo a magistratura, tem reforçado a sua construção prático discursiva como catalizadoras dos sentidos da guerra e da inimizade, redimensionando as possibilidades de exercício do poder necropolítico nas favelas da zona norte e instalando o que Cesáire já destacava como marca do colonialismo, "sabidamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo" (CESÁIRE,1978, p. 26). A começar já pelas descrições na denúncia.

3.4.1. Denúncias e as narrativas sobre comandos

A denúncia, como petição que inicia uma ação penal, é o documento que inaugura para o sistema de justiça a descrição de um conflito e a demanda por punição do próprio órgão. Como toda "capa" e porque também delimita, em tese, a relação do Estado com o caso, é talvez um dos documentos mais acessados dos autos processuais. Ela é uma versão atribuída pelo membro ao resultado do procedimento investigatório e é fundamental para se pensar na atuação da magistratura, tanto que a sua literalidade consta, em regra, em toda sentença – em parte própria denominada relatório – assim como seus termos são reproduzidos na fundamentação em diferentes passagens.

[151] Irei trabalhar melhor esta análise no tópico sobre as "bocas de fumo", mas aqui já adianto parte da dinâmica desta economia dos riscos: "Como argumentei em outros textos (GRILLO, 2013, 2016), as operações policiais servem principalmente para interromper o fluxo normal das rotinas do tráfico, ocasionando prejuízos, prisões e mortes, de maneira a medir sua capacidade de resistência, o que permite ajustar o valor da "mercadoria política" [2] (MISSE, 1999) conhecida como "arrego", por meio da qual agentes policiais corruptos negociam a redução da repressão (BARBOSA, 1998, 2005; MISSE, 2006b, 2006c; GRILLO, 2013). Tais dinâmicas de confronto e acerto produzem uma cartografia urbana recortada por "fronteiras tácitas" (GRILLO, 2016) entre até onde se espera que traficantes vendam drogas e andem armados e até onde há policiamento regular, o que estabelece interditos à livre circulação de pessoas, compondo uma complexa economia de riscos e asseverando o contraste entre favela e asfalto" (GRILLO, 2019)

Na minha experiência como pesquisadora e também como advogada percebo que, nos casos mais recorrentes, porque recortados pela seletividade do sistema penal, os modelos usados pelas promotorias tendem a ser mais enxutos, com um número menor de elementos descritivos e, por isso, menos páginas[152].

Durante o campo, uma das abas na tabela que fiz sobre os casos foi "TERRITÓRIO", com uma linha específica "DENÚNCIA", em que escrevia o que desse documento me chamava atenção para o modo como esse órgão falava sobre as espacialidades. Meu interesse, nos entrelaces com as linhas do capítulo anterior, era pensar em como esses discursos referem-se às notas de fundação das burocracias de onde emergem e vão atualizando os esquemas de fixação das incomensurabilidades através do sistema penal.

Especificamente nos processos que analisei, foram três as principais formas: i) a menção à facção criminosa que supostamente atuaria na gestão do varejo de drogas que estaria sendo reprimido; ii) ainda com relação às facções, possíveis inscrições nas drogas apreendidas; iii) qualidade das drogas apreendidas; e iv) descrição da topografia das favelas, com a construção da imagética de becos, vielas, lajes, domicílios, bocas de fumo, entre outros elementos, a partir da descrição das operações, reproduzindo muitas vezes literalmente a fala dos policiais envolvidos. Analisarei conjuntamente as duas primeiras neste subitem; e as duas últimas no fim deste capítulo.

A menção às facções criminosas, quase sempre, aparecia logo ao lado da própria referência à "localidade" ou "região" ou "comunidade" (expressão esta que era a mais comum neste documento)[153]. Dos 15 (quinze) casos analisados, em 12 (doze) essa relação foi feita. E mesmo nos casos em que não havia essa referência neste documento, ao longo da instrução, a presença de alguma "facção" acabou sendo destacada, seja no depoimento dos policiais na audiência, nas alegações finais da acusação ou na sentença. Quer dizer, os

[152] Elas reproduzem uma temporalidade específica de narrativa, que costuma ser da seguinte forma: depois da "qualificação" da pessoa acusada, há primeiro a menção à data e local dos fatos e, já de cara, se diz sobre o que é o caso através do grifo do verbo referente à conduta que a pessoa teria praticado - que é o verbo que o legislador escolheu para delimitar o crime, na lei penal, e que o Ministério Público já está afirmando ter sido praticado. Depois, é feita uma breve descrição da ação policial, considerando alguns elementos do inquérito policial – o que analisarei em outra ocasião – e logo se cumprem os requisitos formais do pedido e da apresentação do rol das testemunhas. São nessas duas ou três páginas, em média, que a promotoria descreve e assim constrói uma narrativa sobre, dentre outras questões, um determinado território.

[153] Foram elas: "A sociedade criminosa integrada pelos denunciados, denominada ADA ("amigos dos amigos"), formou-se com o escopo de praticar as várias modalidades de crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/2006" (Caso 01); "na favela Beco do Anchieta, dominada pela facção criminosa Comando Vermelho" (Caso 03); "(...)Jacarezinho, região dominada pela facção criminosa Comando Vermelho" (Caso 04); "facção com atuação na referida comunidade" (Caso 05); "indivíduos pertencentes à facção criminosa" (Caso 06); "todos [indivíduos] ligados à facção criminosa TCP" (Caso 07); "todos integrantes da autodenominada facção criminosa TCP" (Caso 09); "confessou fazer parte da facção" (Caso 11); "se associou aos integrantes do TCP" (Caso 12); "a facção que domina a traficância" (Caso 13); "integrantes da facção criminosa do Comando Vermelho" (Caso 14); "crime de tráfico para a facção criminosa TCP" (Caso 15).

discursos que constroem as referências constitutivas das operações em favelas da zona norte, necessariamente, convocam as representatividades de alguma das facções para compor as narrativas judiciárias que organizam as dimensões do território para esta institucionalidade.

A referência na denúncia foi feita na seguinte proporção: i) em 03 (três) casos a associação foi de "localidade" ou "região" ou "comunidade" com a expressão "dominada pela facção"[154]; e ii) em 09 (oito) casos houve uma relação entre as pessoas acusadas ou o "tráfico" ou a "atividade" à facção, como nos casos "integrantes da facção criminosa" ou "facção com atuação na comunidade". Este foi um dos dados que me surpreendeu ao sistematizar as notas do campo, porque tinha a impressão de que a associação direta entre o espaço e o grupo seria feita em proporção maior.

Logo, então, fui perceber a relação feita em outro documento, a sentença, que é elaborada exclusivamente pelos/as magistrados/as. Dos 15 (quinze) casos, sendo que todos foram julgados, em 09 (nove) a relação era feita[155] em proporção diversa: i) em 06 (seis) casos a associação foi de "localidade" ou "região" ou "comunidade" com a expressão "dominada pela facção" - isto é, em proporção maior que a feita pela acusação; e ii) em 03 (três) casos houve uma relação entre as pessoas acusadas ou o "tráfico" ou a "atividade" à facção.

Decidi refinar um pouco mais este dado, para perceber, na comparação entre as menções em denúncia e em sentença, quais alguns elementos indicativos dessa variação. Então, notei que i) em 02 casos em que a denúncia não havia feito menção às organizações, isso havia sido feito na sentença; ii) em 02 (dois) casos em que a denúncia havia feito menção, não constava na sentença; iii) em 03 casos a referência à atividade havia sido transformada em localidade na sentença; iii) em 03 (três) casos a menção era equivalente nas duas peças. Portanto, em 05 (cinco) casos a magistratura havia "inovado" para construir uma narrativa de paralelo entre facções e territórios de favela que não havia sido feita na denúncia.

---

[154] Em um deles, o caso 11, o promotor expressa na denúncia o sensacionalismo que as facções tendem a discursivamente mobilizar "Resta evidenciado que não se está diante de um bando de "ladrões de galinhas", mas sim de parte de uma quadrilha extensa cuja atividade criminosa aterroriza a população honesta que vive e/ou trabalha nas comunidades que integram a Favela de Acari, Conjunto Amarelinho, com seus braços estendidos para favelas da Zona Oeste sob o domínio do mesmo grupo criminosos".

[155] As referências foram: "local de tráfico de drogas exercido por facção criminosa" (Caso 02); "dentro de uma comunidade sabidamente dominada pela facção criminosa CV" (Caso 03); "comunidade dominada pelo tráfico (...) acusados associados à facção criminosa (Caso 04); "célula criminosa domina a venda de drogas na localidade (Caso 05); "a facção que dominava o local era a TCA depois passou a ser o TCP" (Caso 07); "comunidade do Andaraí que é dominada pela mesma facção que comanda Manguinhos" (Caso 08); "atividade ilícita do tráfico associado à facção criminosa do TCP" (Caso 09); "a localidade é conhecida por confrontos com a polícia, sendo dominada pela facção criminosa TCP" (Caso 12); "Comunidade Paula Barros dominada pela facção criminosa CV" (Caso 14).

A partir da etnografia de documentos, pesquisamos não só o que dizem os papéis, mas o que eles fazem ou permitem fazer, já que "não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações" (FERREIRA; LOWENKRON, 2020, pp.8-9). Na maioria dos casos analisados, sobretudo nas audiências, os policiais traziam a informação de que associação atuaria em determinada favela mesmo nos casos em que isto não estava descrito na inicial ou não tinha sido mencionado no inquérito.

Mas é escolha da magistratura aderir ao projeto político de apresentação simbólica e material das favelas da zona norte na forma das facções[156], acionando o imaginário das zonas de confronto que o senso comum difunde sobre essas organizações, na linha do que apontam Hirata e Grillo:

> Um certo senso comum, informado, por vezes, por fontes jornalísticas e, por outras, acadêmicas – sugere outras imagens: aquela de organizações "mafiosas" ou "cartelizadas", onde essa estrutura piramidal e centralizadora "dominaria" o tráfico de drogas por toda a cidade, pelos desmandos tirânicos ou os cálculos dos agentes econômicos de seus "líderes". Claro está, que essas imagens são mais coerentes com o inimigo (racional ou irracional) a ser eliminado do "crime organizado" do que com as práticas verificáveis por trabalhos de pesquisa mais detidos (HIRATA; GRILLO, 2020, p. 20)

O reforço, a cada sentença, do binômio favelas-facções possibilita estratégias de policiamento correspondentes a essa produção espacial racial do medo que é acionada através do recurso aos "comandos" e aos seus sentidos mais assentados. Assim o poder punitivo não só legitima, como também atribui aos padrões mórbidos das operações projeções que perpassam, mas extrapolam as dinâmicas de segurança pública, amparando uma série de decisões que anunciam os alijamentos do poder público contra as populações que são esses territórios, na sua dimensão persistente da vida.

Decisões judiciais, nesse sentido, têm também organizado a espacialização da violência em territórios negros, como as favelas da zona norte carioca. E são essas dinâmicas do medo e terror, que ganham um formato legal-normativo a partir do agir judicial, que têm dado projeção, na arena urbana do Rio, a uma série de mercadorias políticas[157] que são

[156] Inclusive esforçando-se para garantir que a referência às facções seja a única mobilizada como descritiva das favelas, o que também foi dado na pesquisa de Natalia Amorim: "Nota-se que há uma associação direta do domínio de uma facção criminosa sobre certo território da cidade com as atividades possíveis de serem desenvolvidas naquele lugar. Também se percebe como o repertório de explicações possíveis de serem acreditadas é limitado. Por exemplo, no caso em que o réu alega estar no interior de um casarão esperando para cortar o cabelo, o juiz afirma que não haveria "razão lógica, para se encontrar no local, estando esperando para cortar o cabelo, principalmente, quando o local é destinado ao tráfico de drogas". De acordo com esse raciocínio, um lugar onde há venda de drogas só pode existir para a venda de drogas, não sendo plausível a existência de um salão de cabeleireiro, ou um bar, ou uma lanchonete, ou qualquer outra atividade que ocorra em paralelo com a venda de drogas. Esse tipo de justificativa foi muito recorrente nas sentenças" (MACIEL, 2020, p. 72).

[157] O termo mercadoria política é proposto por Michel Misse: "Entretanto, existe um outro mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal

bastante particulares no caso desta cidade, “de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças” (MISSE, 2006b).

Investir os territórios onde há operações policiais, tais como as examinadas, dos sentidos que o “poder tangencial”[158] que as facções têm, ofusca a forma como o Estado vem regulando o capital envolvido nas dinâmicas de um varejo ilícito[159]. E isso não só através de menções que não chegam a uma frase completa de uma sentença – muito embora estas também constituam todo o enredo trabalhado -, mas também de decisões que chegam a confundir-se com atos executivos de secretarias de segurança, dado o tom valorativo que incorporam. O Caso 02 foi bastante representativo nesse sentido.

3.4.2 Facções criminosas, performances político judiciárias e a sentença do caso 02

Nesse caso, os policiais militares noticiaram que estavam fazendo uma “operação” na favela do Engenho da Rainha, quando dois homens começaram a atirar contra os militares. Posteriormente presos, teria sido apreendido com eles arma, simulacro de arma, carregador e munições[160]. Não é a intenção deste bloco de análise recuperar as versões apresentadas

---

modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de “mercadorias políticas”.” (MISSE, 2006a, p. 216)

[158] Mobilizo a categoria como proposta por Antonio Barbosa: “(...)para existir este atravessamento do aparelho de Estado ou um modo paralelo de atuação que se inspira no aparelho de Estado, que com ele compete e entra em combate ao mesmo tempo, deve haver, antes, essa proximidade, esse acoplamento. O que estou dizendo: não existe um “poder paralelo”, mas um “poder tangencial” que necessita estabelecer uma relação de vizinhança com o aparelho de Estado. É todo o tema da corrupção, que é central nos projetos atuais de reforma da polícia e que é capital para o entendimento dos modos de efetivação do “mercado ilegal” de drogas e armas” (BARBOSA, 2005, pp. 371-372)

[159] Como destacam Hirata e Grillo: “Para a compreensão etnográfica dos agenciamentos que permitem a circulação de drogas, enquanto mercadorias proibidas por lei, a interação decisiva se estabelece na relação entre os atores que participam desses mercados e os agentes imediatamente encarregados de seu controle. A situação que a proibição de certas substâncias institui faz da polícia o elemento-chave da regulação do mercado de venda de drogas – um dos mais lucrativos em qualquer bairro de periferias ou favelas das duas cidades. Dotados das prerrogativas que o estado lhes confere, os agentes imediatamente encarregados do controle desse mercado, não são apenas executores da lei, mas adquirem autonomia frente à autoridade central, através de triagens, seletividades, discricionariedades próprias, práticas e negociadas localmente com os participantes alvos de seu controle (Gazit, 2009).” (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 09).

[160] Como interessa debater a narrativa que foi construída, dos fatos, pelo juiz do caso, que é o que compõe a espoliação discursiva do território analisado e captura o conflito para uma suposta repressão contra facções, trago o trecho da sentença em que na fundamentação ele se propõe a narrar o que teria acontecido: “Os policiais estavam em diligência buscando reprimir o tráfico de drogas. A guarnição foi fracionada. Uma parte foi pela parte superior da comunidade e outra ficou na parte inferior, sendo feito um cerco. As condições na comunidade são tão adversas, com confrontos bélicos constantes, que a fração da guarnição que foi para a parte superior, necessitou chegar ao local de carro blindado. A fração da guarnição que chegou na parte superior da comunidade, buscava atingir a boca de fumo que existe no local. Policial declarou em Juízo, que lhe foi passado pelos colegas da guarnição que

sobre o que aconteceu no dia do "flagrante"[161], sim destacar como as facções apareceram – e assim podem aparecer – em sentenças judiciais a partir de discursividades muito próprias e que fazem escapar ainda mais o teor de mercadoria política desses processos.

No trecho da fundamentação em que as facções ganham centralidade, o magistrado que julgou o caso começa trazendo alguns elementos do que policiais teriam dito ter ocorrido, ao longo da operação[162], para compor a relação que é por ele imaginada – e que não constava no depoimento de nenhuma pessoa ouvida na instrução - entre os dois homens e o Comando Vermelho:

> Acusados para estares (sic) vendendo drogas em área de atuação da facção criminosa, necessariamente, devem estar vinculados a mesma. Nenhuma pessoa em área de tráfico de drogas exercido por facção criminosa é imitida na posse de carga de drogas, armas e rádios comunicadores, sem que estejam vinculadas a mesma. Houve apreensão de materiais entorpecentes devidamente endolados para a comercialização, arma de fogo de uso restrito municiada e com numeração suprimida e rádio comunicador sendo utilizado na frequência do tráfico. Deve ser observada a manifestação de vontade do agente criminoso.

---

entraram pela parte superior da comunidade, local em que fica a boca de fumo, que foram avistados vários traficantes no local. A guarnição foi recebida a tiros pelos agentes criminosos que estavam na boca de fumo. Os agentes que estavam na boca de fumo se evadiram do local. Os acusados se evadiram da boca de fumo, descendo a comunidade e encontraram com a parte fracionada da guarnição, que fazia o cerco na parte inferior da comunidade. Os acusados foram empurrados para baixo, pela guarnição que estava na parte superior da comunidade. A guarnição que ficou na parte inferior da comunidade, fazia um cerco, já esperando a descida dos traficantes, com a chegada dos policiais na parte superior da comunidade. Os acusados corriam por beco que sai na boca de fumo. A boca de fumo fica na direção que os acusados vieram. Seguindo o beco que os acusados percorriam em fuga, chega-se exatamente na boca de fumo, que fica a uma distância entre 50 ou 200 metros do local da prisão dos acusados, segundo a narrativa dos policiais. O acusado IVAN estava na posse de uma pistola 9mm municiada e com numeração suprimida, quando foi preso. O acusado EDSON estava na posse de rádio comunicador, operando na frequência do tráfico de drogas, quando foi detido. Após os acusados serem detidos, os policiais subiram pelo beco que corriam e chegaram no local da boca de fumo. No local em que fica a boca de fumo, os policiais encontraram caídos ao chão, os materiais entorpecentes apreendidos e uma réplica de submetralhadora."

[161] Nesse caso específico, exclusivamente, a versão de dois policiais que foram os responsáveis pelo flagrante, já que Edson e Ivan ficaram em silêncio no inquérito e na instrução judicial.

[162] No trecho da sentença: "Os acusados empreendiam fuga dos policiais, saindo de boca de fumo, em que foram encontrados materiais entorpecentes, devidamente endolados para que fossem comercializados. Ivan estava armado na boca de fumo, em que drogas eram vendidas. Edson estava na boca de fumo, na posse de rádio comunicador, em local em que as drogas eram vendidas. Houve resistência armada, com disparos efetivados por traficantes, quando os policiais chegavam na localidade da boca de fumo. O contexto fático permite seja concluído com as provas produzidas, que os acusados integravam o grupo de agentes criminosos, que estavam na boca de fumo, para venderam o material entorpecente apreendido. Todo o contexto fático e probatório permite seja reconhecido, que os acusados exerciam atividades voltadas para a comercialização de materiais entorpecentes. Ivan estava armado em boca de fumo, em nítida conduta de homem de contenção armada. Edson estava na posse de rádio comunicador ligado na frequência do tráfico de drogas, para manter contado com os demais traficantes da localidade. Se encontrava na boca de fumo, local em que estavam sendo vendidas drogas. Sabido que os vapores andam com rádio comunicador, para serem avisados da chegada da polícia nas bocas de fumo. Restou demonstrado que os acusados, praticaram o crime previsto no art. 33 da lei 11.343/06. Notoriamente sabido que nas localidades em que o tráfico de drogas é exercido por facção criminosa, não há possibilidade que seja exercida atividade criminosa similar, por facção criminosa rival ou de forma autônoma e independente."

Na abstração da frase “Nenhuma pessoa em área de tráfico de drogas exercido por facção criminosa é imitida na posse de carga de drogas, armas e rádios comunicadores, sem que estejam vinculadas a mesma”, há a adesão a algo que é conhecido no campo e vem sendo denunciado por importantes pesquisadoras (MACIEL, 2019) e institucionalidades (HABER, *et* al, 2018): que em territórios de favelas onde o imaginário é de atuação das facções, qualquer pessoa acusada de tráfico necessariamente é traficante e integra a organização[163]. E, o que me interessa mais especificamente aqui, da construção das corporalidades em territórios negros a partir da referência metalinguística aos comandos (MACIEL, 2020).

Logo depois, o juiz se propõe a explicar como se desenvolve o varejo de drogas, especificamente, no estado do Rio de Janeiro, considerando ao final – o que parece emergir como uma justificativa para as linhas descritivas – a função da magistratura estadual: “o julgador deve aplicar a norma jurídica, sendo observada a realidade existente na sua área de competência”:

> No Estado do Rio de janeiro não são produzidas substâncias entorpecentes. São às facções criminosas que trazem em regra, as substâncias entorpecentes para o Estado, endolam as mesmas e fornecem para os pontos de venda. A Legislação que busca inibir a prática delitiva é nacional, mas deve ser aplicada, sendo observadas as individualidades da área de competência do Julgador. O tráfico de drogas nas localidades em que existem facções criminosas é exercido de forma específica e peculiar, não devendo o fato ser ignorado pelo julgador. O julgador deve aplicar a norma jurídica, sendo observada a realidade existente na sua área de competência.

Imediatamente após, a disputa pela “verdade” sobre a geopolítica das drogas no estado assume um ritmo obsessivo de descrição da forma como as facções interpelam o varejo. Entre a recorrência do termo “ninguém”, a atuação no varejo e o ritual automatizado de adesão à uma “organização criminosa”, as palavras em tom essencializante, com um

[163] Nesse sentido, também a pesquisa de Natalia Amorim, com mais de 700 sentenças analisadas no estado: “A justificativa dada pelo Ministério Público para a denúncia conjunta pelos artigos 33 e 35, frequentemente acatada pelos juízes, parte de mais uma presunção: se o réu foi flagrado portando/vendendo drogas em uma favela de domínio de uma facção criminosa, e se é de conhecimento notório que as facções não permitem a venda de drogas em seus territórios sem sua autorização, presume-se que o réu estava previamente associado com o “movimento do tráfico”, pois, de outra maneira, não estaria vendendo drogas naquele lugar. Sem entrar na discussão sobre a vedação constitucional da presunção de culpa em matéria penal e analisando a realidade observada nos julgamentos, o raciocínio acima é mais uma forma de denotar a associação, por parte de promotores e magistrados, das favelas com o território de domínio de uma ordem ilegal. Presume-se o completo domínio de grupos criminosos sobre partes do território da cidade e que a adesão social às normas do tráfico é mais eficaz do que a adesão às normas do Estado. Na prática, a caracterização da favela como território de criminalidade implica uma maior probabilidade de condenação e de permanência no sistema carcerário por crimes da Lei de Drogas de todos que circulam nesses espaços, seja pelo crime de tráfico, seja pelo crime de associação para o tráfico” (MACIEL, 2020, pp. 78-79)

desenho que se traveste de jornalístico, são fruto da imaginação do magistrado já que, vale lembrar, não foram ditas pelos policiais e os acusados ficaram em silêncio.

> Ninguém é imitido na posse de carga de drogas, para ser vendida em pontos instituídos pela facção criminosa, sem que esteja associado à mesma. Ninguém é imitido na posse de arma de fogo, para proteger o ponto de venda de drogas, sem que esteja associado a organização criminosa. Ninguém adere ao comércio de drogas, exercido por facção criminosa, para realizar atividades de forma esporádica, deixando as mesmas, quando melhor lhe seja conveniente. A forma de pagamento das atividades exercidas pelos traficantes, normalmente semanal, demonstra que as atividades inerentes ao tráfico objetivam exercício de forma contínua.

Esse bloco de considerações na decisão é finalizado com uma frase que tanto legitima a atuação da magistratura no combate paranóico aos comandos, incrementando ainda mais o repertório sensorial do terror e medo sobre os territórios de favela, quanto desinveste o Estado nas próprias dinâmicas do necropoder envolvendo o tráfico: “A facção criminosa é organizada e recruta seus agentes, para exercerem atividades de forma regular e constante, que normalmente somente são interrompidas, quando o agente é preso ou morto.”

O trecho destacado termina com uma discursividade mais individualizante, que carrega de moralismos uma suposta avaliação da intencionalidade das pessoas que aderem, segundo o seu próprio vocabulário, à “indústria do tráfico de drogas” ou à “máquina organizada do tráfico de drogas”, expressões que investem material e simbolicamente qualquer conduta que envolva os mercados ilícitos da envergadura que apenas operações, segundo essa linha de argumentação, podem repreender. E assim resume sujeitos e territórios – limitados, segundo a escolha narrativa da decisão, a ser espacialidades onde atuam os comandos - à “delinquentes” ligados à “instituição”, “garantia” e “manutenção” da própria facção:

> Volto a ressalvar, que deve ser observada a manifestação de vontade do agente, quando adere à indústria do tráfico de drogas, quando administrada por facção criminosa, que visa ações reiteradas e não pontuais. Para o agente integrar a organizada estrutura da comercialização de drogas por facção criminosa, deve conseguir a confiança dos agentes delinquentes, que somente sendo associado às atividades ilícitas, pode ser obtida. A droga é trazida pela facção criminosa. O ponto de venda das drogas é da facção criminosa. O ponto de venda de drogas é protegido pela facção criminosa. Todo o mecanismo da venda de drogas é instituído, garantido e mantido, pela facção criminosa. Naturalmente os agentes que atuam na máquina organizada do tráfico de drogas, exercido por facção criminosa, integram o seu mecanismo de atuação. O vapor, o radinho, o soldado, o homem de contenção e todos os demais personagens, que atuam para o tráfico de drogas, aderem as atividades da organização criminosa e se vinculam a mesma. Assim deve ser considerado, que os acusados integravam a organização criminosa Comando vermelho e praticavam o crime previsto no art. 35 da lei 11.343/06.

Com um discurso panfletário, sintomático do capital político movimentado pelas ações que envolvem política de drogas, a decisão deixa evidente como, em territórios negros, a

cisão entre a zona do não ser e a zona do ser é o que fundamenta o exercício do poder punitivo. E, isso, aqui retratado na dicotomia típica das políticas de inimizade que o próprio juiz estabelece ao fragmentar, de forma abissal, a não humanidade do "acusado" que busca "manter e fomentar a indústria do tráfico de drogas" nas "áreas dominadas pelo tráfico" e a humanidade da "coletividade" e seus "direitos básicos". Elementos esses que foram mobilizados, no caso dessa sentença, não só para definir o tipo penal a ser respondido, como também para aumentar a pena básica dos dois acusados igualmente:

> Na primeira fase da fixação das penas, deve ser verificado que houve a apreensão de cocaína, que estava sendo comercializada, droga com grande potencial lesivo para a saúde física e mensal dos usuários. Tráfico de drogas ser o crime que maiores danos geram para coletividade do Rio de Janeiro, causando verdadeira guerra urbana entre agentes de segurança pública e criminosos. Atividade do acusado buscar manter e fomentar a indústria do tráfico de drogas, em momento que as forças de segurança pública, buscam retomar áreas dominadas pelo tráfico, devolvendo a coletividade direitos básicos, tornando a conduta ainda mais reprovável.

A decisão faz eco aos discursos de lei e ordem e celebra abertamente as tramas de guerra. Contribui para aquilo em que percebo a magistratura exercendo protagonismo na política de drogas: o papel de dar atribuição jurídico normativa à sensação de insegurança urbana e à comoção que movimenta ainda mais especialmente as demandas pelos confrontos e pelos justiçamentos "em tempos de celebração aberta do extermínio" (GRILLO, HIRATA, 2019, p. 555-556). E, assim, faz triunfar o repúdio a corpos, espaços e referências em geral que comunicam os sentidos das favelas.

Na trajetória dos autos e, por isso, na narrativa dos documentos da burocracia judiciária, outras formas de descrição dos territórios a partir da imagética das facções chamaram atenção, como foi o caso das inscrições nos invólucros onde as substâncias estavam armazenadas. Nos processos da amostra, elas compuseram as denúncias e enredaram o imaginário das ações policiais e das dinâmicas dos territórios usados que o judiciário tomava para si através das ações, o que irei explorar melhor no próximo subitem.

3.4.3 Inscrições nas drogas e a metalinguagem das facções

Um dos questionamentos que fiz ao longo da análise do material foi como as drogas apreendidas, na sua dimensão material simbólica, eram descritas e a maneira pela qual essa descrição poderia ter relação com a própria composição dos dispositivos prático-discursivos que catalisam formas específicas de governança em territórios negros. Lendo e relendo os papéis, além da quantidade e qualidade das substâncias, uma condição me chamou atenção:

a presença de inscrições no material e a forma como compunham o vocabulário mobilizado para se dizer sobre as espacialidades a partir da representatividade das facções.

Começando com números, em 06 (seis) dos 15 (quinze) casos foi noticiado que, na embalagem que armazenava a droga apreendida, havia alguma inscrição. Isto é, uma etiqueta que sinaliza o local do varejo, o preço da venda da porção e, quando é o caso, a facção envolvida – na amostragem, em 05 (cinco) dos 06 (seis) casos[164]. A notícia da inscrição foi trazida pela perícia, em todos os processos, mais especificamente nos laudos de constatação preliminares que informavam se o material apreendido havia testado positivo para alguma droga – através de métodos rápidos, naquele momento, mas com menor grau de precisão. Também em todos eles essa notícia foi trazida pelo Ministério Público na denúncia, assim como compunha o relatório da sentença.

Na peça inicial dos autos, a menção era parte descritiva do que havia sido apreendido, mas sempre relacionado também à caracterização do local das operações, como se fossem vocabulários próprios às espacialidades reconstruídas. Uma delas particularmente, a que dizia “BONDE MDO ADA DO LINHO TERRA NOSTRA ETERNIT”, parecia dar vazão a contingências específicas da gestão do comércio, e das disputas internas à geopolítica daquele tempo e espaço. Inclusive, logo depois de mencioná-la, a promotoria disse na denúncia: “A sociedade criminosa integrada pelos denunciados, denominada ADA, “amigo dos amigos”, formou-se com o escopo e praticar as várias modalidades de crimes previstos no artigo 33, da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas”.

Na sentença, especificamente na fundamentação, as inscrições apareceram na metade dos casos (em 03 dos 06 casos), inaugurando um vocabulário para a percepção do juiz sobre a trama da operação. Como mais uma linguagem do agir político implicado ao combate aos comandos em geral e ao Comando Vermelho em particular, as inscrições trazem em seu interior também os estereótipos e populismos que produzem os territórios de favelas da zona norte:

> No caso concreto, o acusado foi preso em flagrante no interior de sua residência na comunidade "Paula de Barros", dominada pela facção criminosa "Comando Vermelho", portando 233g de "maconha", acondicionado em 49 pequenos tabletes e 57,5g de "cocaína", divididos em 115 pequenos invólucros plástico, o que evidencia a finalidade de tráfico. Além disso, o material entorpecente apreendido estava em embalagens plásticas que ostentavam dizeres identificadores da facção criminosa Comando Vermelho, como por exemplo: "PEDRA SOBRE PEDRA $20 PR

[164] Quatro do Comando Vermelho (“BECO DO ANCHIETA PÓ DE R$5 CV”; “20 ANDARAI CV”; “PÓ DE 5 CV CACHOEIRA”; “PEDRA SOBRE PEDRA CV”) e 01 (uma) da ADA (“BONDE MDO ADA DO LINHO TERRA NOSTRA ETERNIT”). Em 01 (um) caso, a inscrição não era referente à facção, só indicando: “FUMOU DORMIU”

> CV". (...) Ora, é fato público e notório que é impossível comercializar material entorpecente em comunidades dominadas por facções criminosas que detêm o monopólio do tráfico de drogas na região, sem que a ela esteja associado, porquanto configurada a necessária *affectio societate*.

Com isso, quero dizer que as inscrições podem ir além da conexão entre as contingências de um caso concreto com a gestão da segurança pública que envolve o controle particularizado dos comandos naquela específica ação penal. Isso porque, têm sido mobilizadas, junto com outros dispositivos que reconstroem as espacialidades e as fricções das conflitividades urbanas, como recurso de captura de usos das favelas, especialmente da zona norte, a partir dos cenários de guerra e da materialização da divisão sub-ontológica da humanidade.

As inscrições aderem ao conjunto da ação penal como se mais um "elemento de prova" da relação entre o "inimigo" traficante[165] e a vinculação à facção, mas operam em um nível mais capilar, sensorial e quase teatral, porque parecem representar o caráter fugidio do combate e daquelas espacialidades, que é característica dos dispositivos necropolíticos. Como reflete Mbembe:

> face à transformação da economia da violência no mundo, os regimes democráticos liberais agora se consideram em estado de guerra quase permanente contra novos inimigos fugidios, móveis e reticulares. O teatro dessa nova guerra (que exige uma concepção 'total' da defesa e uma elevação dos limites de tolerância para as exceções e revogações) é ao mesmo tempo externo e interno. A sua condução exige que sejam instalados rigorosos dispositivos panópticos e um estrito controle das pessoas, de preferência à distância, por meio dos vestígios que deixam (MBEMBE, 2018, p.51)

Assim, a menção às inscrições vem incrementando o repertório de associação das favelas e suas corporalidades à um zoneamento bélico, dando o tom da expressão soberana da disputa discursiva sobre essas territorialidades e confabulando um espaço de estigmatização sistemática que só faz sentido, a partir da lógica da colonialidade do ser, através de seus subsídios raciais. A forma como encorpam as narrativas sobre facções, nestes territórios negros, responde ao histórico das "fraturas biopolíticas" (idem, p. 72) que formulam as tramas ficcionais de degradação e sujeição desta guerra e para os quais subsiste o sistema penal.

Por fim, toda essa centralidade dada às "cruzadas contra as facções" vêm contribuindo para a elaboração de toda um silenciamento ao redor de um dos mais sensíveis pontos da

[165] A construção da pessoa que atua no varejo de drogas com o estereótipo de "Inimigo" na sociedade é tema bastante debatido. Lemgruber e Fernandes (2015), também analisando autos processuais, destacaram como decisões judiciais podem assumir vieses claramente inquisitoriais e conservadores, principalmente através da associação da figura do "traficante" com a de uma pessoa "ameaçadora da ordem pública" que faria jus a um maior "rigor do direito penal". Essa mesma discursividade foi encontrada no campo.

configuração das práticas de violência contemporâneas, associadas aos grupos de milícias na cidade, e que irei explorar no próximo subitem.

3.4.4 Que facções? Judiciário e a cortina de fumaça sobre as milícias cariocas

Um dado que é conhecido pelas pessoas que trabalham com a temática da guerra contra as drogas na Capital do Rio é a relação automática que é feita, pelas instâncias policiais e agência judiciária, entre qualquer pessoa encontrada com qualquer quantidade de drogas nas favelas e a associação imediata do seu agir ao poderio da facção criminosa que os policiais (JESUS, 2016), ao longo da instrução, dizem "dominar" aquele território[166].

Em absolutamente todos os 15 (quinze) casos essa foi a narrativa, inclusive em muitas ocasiões envolvendo pessoas que confessaram ser usuárias e estar em uma boca, por exemplo, para comprar alguma substância, mas acabaram sendo denunciadas como traficantes – casos que serão explorados em subitem seguinte.

Uma questão que, para mim, ficava cada vez mais tensionada era perceber que facções estavam sendo perseguidas e mobilizadas como recurso linguístico para a produção imagética dos territórios. Assim, decidi apurar esse dado e pesquisar se, também a partir dessa condição, havia alguma particularidade da magistratura no contexto do controle urbano das favelas da zona norte.

Lembrando que o total era de 15 processos, a divisão por comandos se desenvolveu da seguinte forma: em 10 (dez) casos, a facção anunciada na denúncia, audiência de instrução ou sentença, foi o "Comando Vermelho" (CV); em 04 (quatro), o "Terceiro Comando Puro" (TCP); e em 01 (um) caso a "Amigo dos Amigos" (ADA)[167] – sendo este o único caso de divergência, já que os policiais ouvidos na audiência, diferente da oitiva no inquérito, afirmaram que na época da operação era este o comando mas, já quando da AIJ, "era o TCP que dominava".

Embora se possa pensar nessa divisão a partir da centralidade do Comando Vermelho[168] na gestão do varejo de drogas do estado do Rio, como se mero espelho das

[166] Esse foi o caso da pesquisa de Natalia Amorim (2020) que trouxe no início do capítulo.

[167] Esses são os três principais comandos no estado, sendo que recentemente a ADA vêm passando por um forte enfraquecimento: "No Rio de Janeiro, em suma, há três redes de quadrilhas, chamadas "facções" ou "comandos" que disputam entre si o controle de territórios nas favelas e conjuntos habitacionais da cidade e de sua periferia urbana: o "Comando Vermelho", o mais antigo; o "Terceiro Comando" e os "Amigos dos Amigos". Essas redes de quadrilhas operam a partir do sistema penitenciário, em que mantém, cada uma, a oferta de proteção aos presos que ali chegam. A corrida armamentista entre esses comandos, principalmente a partir do início da década de 1990, levou ao fortalecimento do tráfico de armas de guerra, como fuzis automáticos, granadas, bazucas e armas antiaéreas, armas disputadas ferozmente pelas facções." (MISSE, 2011, p. 20).

[168] Michel Misse apresenta uma tabela, produzida pelo Ministério da Justiça, com essa distribuição geográfica dos comandos por região no estado (idem, p. 19).

próprias dinâmicas sociais dessa geopolítica, duas matizes precisam ser levantadas. A primeira, relacionada à história do CV que, na sua origem, representou um motim, por parte de movimentos organizados de esquerda no presídio de Ilha Grande, durante a ditadura militar, às conduções subhumanas do cárcere.

A Falange Vermelha, primeiro nome atribuído, representava a possibilidade do agir na força organizativa de presidiários, antes mesmo do PCC em São Paulo, e que simbolizava os possíveis motins que tinham como agenda direitos e sentidos de revolta naquele contexto de autoritarismo[169]. Como lembra Michel Misse:

> A partir de 1968, organizações de esquerda que resistiam à ditadura lançaram-se à luta armada e o assalto a bancos passou a ser uma das formas de arrecadação de recursos para a Revolução. O regime militar sancionou então a Lei de Segurança Nacional, em 1969, considerando comuns os crimes cometidos pelos militantes de esquerda. Assim, militantes políticos e assaltantes de bancos comuns conviveram, sob a mesma lei, até a sua revogação mais de dez anos depois. Nesse período, os presos políticos organizaram-se dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro para reivindicar alguns direitos que lhes estavam sendo negados. A relativa vitória em suas reivindicações, na primeira metade dos anos 1970, criou um efeito de demonstração para os assaltantes de banco comuns, chamados entre os criminosos em geral pela alcunha de "os lei de segurança". Eles também resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário. Por isso, e pelo fato de alguns de seus líderes considerarem-se também de esquerda (embora não reconhecidos assim pelos presos políticos), passaram a designar-se primeiramente como "Falange Vermelha" e, depois, pela imprensa, como "Comando Vermelho" (CV), o nome que finalmente prevaleceu.

A gestão da segurança pública do Rio, desde então, sempre foi direcionada a repreender e fragmentar o Comando, até mesmo porque a memória das polícias registra as táticas situadas na ditadura de modo fundante. A aversão à organização só se intensificou em 2006, quando o CV denunciou a emergência das milícias em território fluminense, que alastravam-se constituindo uma forma de governamentabilidade ainda mais capilarizada ao poder público[170]. Bruno Manso recupera essa história:

---

[169] Sobre a história do Comando Vermelho e sua relação com a ditadura militar no Rio de Janeiro, ver AMORIM, 2012. É importante frisar que, inicialmente, o Comando não geria o varejo de drogas, sendo uma espécie de "massa" ou "coletivo" de presos (Barbosa, 2013; Ramalho, 1983). No final da década de 80, um racha na facção deu vazão a outros comandos, como TCP e ADA, e a sua inserção no mercado das drogas começou a capilarizar-se com a entrada da cocaína no mercado brasileiro (BARBOSA, 2005).

[170] Sobre algumas importantes diferenças da governamentabilidade do tráfico e das milícias, Bruno Manso: "O tráfico, por exemplo, domina a comunidade para vender a ela drogas no varejo. Emprega muita gente, recebe clientes de fora e de dentro, acaba gerando renda no local, mas a um custo social alto. As operações policiais na comunidade tornam insuportável a vida dos moradores, que também convivem com o risco de invasão de facções inimigas. A juventude dos traficantes, suas atitudes viris e desafiadoras, as regras que impõem no local também geram problemas. As famílias das comunidades receiam que seus descendentes ingressem na guerra ou se transformem em consumidores de droga. Sem falar na tirania dos traficantes, que para manter seus negócios, evitar denúncias e preservar sua autoridade ameaçam moradores contrários a seus interesses. (...) Embora as milícias também comandem a comunidade com tirania e sua autoridade se mantenha à base de

> (...) Foi essa revolta, na verdade, que o Comando Vermelho buscou tornar pública no dia 28 de dezembro de 2006, apoiado por facções concorrentes, quando atacou policiais e moradores do Rio. Como se tentasse protestar contra a concorrência daqueles cuja missão deveria ser prendê-los. O conteúdo de panfletos apócrifos apreendidos nos locais dos atentados deixava evidente a denúncia feita pelos criminosos. As milícias eram chamadas de "Comando Azul", em referência à cor dos uniformes da Polícia Militar. "Rosinha e Garotinho apoiam a milícia contra o pobre e o favelado. A milícia massacra os pobres da favela e a resposta é o rio de sangue", dizia um dos panfletos. Essa hipótese foi depois confirmada pelo secretário de Administração Penitenciária da época, Astério Pereira, que identificou nos ataques a revolta dos criminosos com a entrada de policiais na disputa por territórios. Ele mostrou um documento da Subsecretaria de Inteligência, apresentado à cúpula da Secretaria de Segurança, informando dos planos para os ataques no dia 28. Escutas mostravam que o traficante Jorge Ferreira, o Gim, da Cidade de Deus, havia se reunido com chefes de outras facções criminosas no Morro da Mangueira, na zona norte, para organizar as ações em represália às invasões de milícias. (...) Com a entrada das milícias na disputa por territórios no Rio de Janeiro, elas passaram a digladiar pelo domínio geográfico das comunidades cariocas e fluminenses, criando uma proposta de governança que ganhou aceitação das autoridades e de parte da população. O modelo inovador oferecia vantagens, comparado ao domínio dos traficantes. Pelo menos no marketing. (MANSO, 2020, p. 21)

Quer dizer, as estratégias de vigilância e policiamento no Rio têm, na historicidade da repressão às esquerdas e aos primeiros levantes de presidiários, paradigma central para o que hoje são as operações policiais e os sentidos que as burocracias estatais atribuem aos territórios onde ainda disputam a narrativa da existência de um "poder paralelo". Além disso, a própria coalizão dos grupos organizados no estado e a emergência de um novo formato, muito mais capilar às forças estatais (CANO; IOOTY, 2008) e que chegou a ser enunciada pelo próprio CV, no episódio de 2006, tornou esta facção especificamente visada.

E é justamente correlato a este fato o segundo matiz que destaquei antes: o fato de que a repressão ao Comando Vermelho está diretamente relacionada ao silenciamento da forma como grupos de milícia vêm sendo incorporados às burocracias formais. Quer dizer, como o CV ainda hoje faz frente à expansão, especialmente, dos milicianos que, desde sempre, "construíram sua identidade originária como a de antagonistas do tráfico[171], valendo-

ameaças, como fazem os traficantes, e aqueles que contestam seu poder podem perder a vida e sofrer torturas, ao contrário do tráfico os milicianos se vendem como fiadores de mercadorias valiosíssimas: ordem, estabilidade e possibilidade de planejar o futuro, aliança política com o Estado e a polícia. A presença das milícias na comunidade diminui os riscos de operações policiais, tiroteios e as rotinas de guerra. Também atrai investimentos públicos e privados. Outra vantagem do negócio é que o empreendedorismo e a busca incessante por lucros ampliam a oferta de casas e terrenos grilados, vendidos a novos moradores. Claro, a cidade perde com o desmatamento de matas nativas e o perigo de desabamento de prédios mal projetados. Para quem adquire o imóvel, contudo, as vantagens imediatas compensam. O crescimento do número de moradores também amplia a massa de apoiadores da governança da milícia."(MANSO, 2020, p. 53).

[171] Esse antagonismo é importante, porque localiza em alguma medida a tolerância socialmente construída a esses grupos em território fluminense. Essa condição foi também apontada em relatório proveniente do encontro de pesquisadores/as e institucionalidades em 2019, na fundação da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, que sintetiza as reflexões feitas sobre "controle territorial armado no Rio de Janeiro": "Desde sua origem, os grupos

se, para tanto, do fato de que a lógica da guerra, entre polícia e traficantes, era uma fonte permanente de insegurança e de infortúnio para os moradores das favelas." (MANSO, 2020, p. 02).

Essa e outras discursividades, assim como o aliciamento com as forças policiais[172], que acumulam os conhecimentos sobre a gestão do tráfico[173], possibilitaram que as milícias se infiltrassem nas estruturas institucionais do poder estatal e oferecessem capital que investe no domínio de territórios de favelas como mercados seccionais à gestão da segurança pública no Rio e, até mesmo, para outros estados. Assim, grupos de milícias ampliam as possibilidades de que suas práticas de justiçamento e vigilantismo[174] possam estar, cada vez mais, orgânicas aos aparelhos estatais.

---

milicianos procuraram se posicionar junto às populações dos territórios onde atuavam com um discurso de escudo em face do jugo do tráfico. Nesse sentido, construíram sua identidade originária como a de antagonistas do tráfico, valendo-se, para tanto, do fato de que a lógica da guerra, entre polícia e traficantes, era uma fonte permanente de insegurança e de infortúnio para os moradores das favelas. Desse modo, as operações policiais e as ostensivas guerras entre traficantes retroalimentavam o acúmulo de legitimidade da milícia. A evolução dessa dinâmica fez com que a milícia ganhasse uma velocidade endêmica no Rio de Janeiro, em pouco tempo se tornando uma fonte de acumulação de poder político e social e de riqueza econômica. E não se pode compreender esse processo sem que se leve em conta que mais ou menos a partir dos anos de 1990, acompanhando as mudanças ditadas pela reestruturação do capitalismo globalizado, os territórios populares passam a ser lugares de consumo, o que equivale a dizer que se integram, de forma veloz, à lógica do mercado. Esse é o contexto em que os grupos milicianos gradualmente se apropriam de todo tipo de ativo econômico que importa ao cotidiano do morador das favelas e subúrbios, do material de construção ao mercado imobiliário, do botijão do gás à tv à cabo e aos serviços essenciais (luz, água e transporte); e a diversificação desses mercados alcança quase todos os segmentos do consumo popular. Como a forma de dominação da milícia é muito mais abrangente e totalitária que a do tráfico, tal condição lhe confere vantagens técnicas na gestão dos negócios e no controle territorial." (REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 02-03)

[172] As forças policiais sempre foram centrais para a delimitação e defesas de uma área geográfica, inclusive para o varejo de drogas. Assim, em um importante relatório da Justiça Global, pontua José Alves: "Em nenhum momento o aparato policial ficou fora dos acordos estabelecidos em cada favela. A entrada de determinados políticos, o estabelecimento de "líderes", os limites entre as facções, as guerras, as operações de invasão de favelas, o seqüestro de chefes do tráfico e respectivo resgate, as operações para dar entrada a facções rivais, etc tiveram o envolvimento direto do aparato policial. Esse envolvimento direto dos agentes de segurança na economia política do crime, não só do tráfico, mas de todos os demais agregados: tráfico de armas, roubo e furto de carros e cargas, jogo do bicho e seus negócios: bingos e caça-níqueis, seqüestro e, a mais importante, a execução sumária, permitiram uma inserção diferenciada da política no crime." (ALVES, 2008, p.33).

[173] Lembrando sobre como os grupos de milícia no Rio acumularam soberania a partir do conhecimento sobre a territorialidade do crime e delimitação geográfica das facções na favela, José Alves pontua: "Uma década e meia foi necessária para a gestação dos grupos de extermínio/milícia organizados pelo aparato policial. O acúmulo de conhecimento obtido pela participação direta nos negócios do crime em cada área foi determinante para o sucesso desse projeto. Cada acordo que envolvia a permanência do tráfico e a obtenção de propina, cada seqüestro de traficante com recebimento de resgate, cada operação para dar entrada de uma facção na área de outra facção para ampliar o seu mercado, pavimentou o caminho dos grupos de extermínio/milícias à atual hegemonia em determinadas regiões" (idem, p. 34).

[174] Os vários modos de agir das milícias foram denunciados pela CPI das Milícias realizada, em 2008, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sobree A forma específica como passam a angariar capital nas favelas: "De um modo geral, podemos dizer que o controle econômico exercido pelas milícias se dá pela coação dos moradores a pagar: Taxa de segurança; Taxa diferenciada para moradores que possuem veículos; Taxa de instalação e mensalidade dos serviços de sinal de TV a

E é este um ponto bastante sensível - a intocabilidade dos territórios cuja governabilidade é gerida também pelas milícias - que os dados da pesquisa mais ampla do IPEA, da qual participei, tornam ainda mais claro. Em absolutamente nenhum caso de todo estado do Rio de Janeiro[175], dentre os 289 (duzentos e oitenta e nove) analisados, foi noticiada - no inquérito ou ação penal - o envolvimento de grupo de milícias no tráfico, muito embora seja conhecida a sua participação inclusive nas dinâmicas do varejo de drogas[176]. A centralidade repressiva e com uma alta carga de inimizade contra o Comando Vermelho[177], de mãos dadas com o silêncio sobre essas outras agências que "dominam" – para usar a categoria que é tão cara ao judiciário nesse tema – é indiciária da forma como toda estrutura do judiciário mantém e amplifica grupos de milícias.

Kleber Mendonça analisa como o silenciar sobre as violências associadas à nova direita, especialmente praticadas pelas milícias, tem uma relação direta ao contraponto da superexposição do CV em práticas jornalísticas, concluindo de forma semelhante ao que proponho neste tópico:

> as condições de produção do advento discursivo do Comando Vermelho nas páginas dos jornais apontam para a coincidência entre esse fato e o gradativo silenciamento a respeito da migração de práticas criminais de extrema direita. O resultado deste esquecimento é, justamente, a cristalização no senso comum de que a origem do problema da violência nos dias de hoje foi o encontro, nos presídios cariocas, dos bandidos comuns com os presos políticos, todos então enquadrados na Lei de Segurança Nacional. (MENDONÇA, 2020, p.24)

---

cabo e Internet; Controle e ágio na venda de gás e garrafão de água; Cobrança de alimentos para composição da cesta básica para os milicianos; Taxa que varia de 10 a 50% do valor da venda de imóveis; Taxa para legalização de imóveis; Taxa para permitir construções na comunidade. Controle e cobrança de taxas do transporte alternativo: mototáxi, vans e kombis; Cobrança de taxa para funcionamento de barracas de camelô, festas e pipoca; Cobrança de instalação de portões e guaritas nas comunidades. De acordo com denúncias recebidas pelo Disque Milícias, os valores cobrados oscilam conforme a área dominada e o grupo dominante: Segurança de moradores de R$ 15,00 a R$ 70,00; Segurança do comércio de R$ 30,00 a R$ 300,00; Instalação de TV a cabo de R$ 50,00 a R$ 60,00; Sinal de TV a cabo de R$ 20,00 a R$ 40,00; Internet de R$ 10,00 a R$ 35,00 (ALERJ, 2008, p.125).

[175] Abarcando inclusive a zona oeste que, sabe-se é uma das regiões onde as milícias mais estão assentadas no Rio.

[176] Sobre essa relação, o termo "narcomilícia" vem sendo mobilizado em algumas pesquisas para expressar os modos como os poderes estão entrecruzados (MUNIZ, DIAS, 2022, 142). Mas estas dinâmicas ainda me parecem precisam ser melhor estudadas, já que no caso do Rio retratam acordos entre sobretudo o TCP e a milícia instituída em um território para autorizar o varejo na região. Embora isto represente uma significativa transformação neste mercado ilícito, como ainda se virá, não está claro como esses arranjos vão ser fixados (e, sequer, se o serão).

[177] Essa condição também foi apontada por Renata Souza em sua tese de doutorado, analisando os dados de operações para além daquelas que viraram ações penais: "A maior incidência das operações ocorre em Nova Holanda, com 67%, Parque União 52%, Rubens Vaz 39% e Parque Maré 30%, o percentual ultrapassa os 100% porque muitas operações são realizadas concomitantemente em diversas favelas. O que chama a atenção nesses dados é a evidência de que as operações acontecem, necessariamente, em favelas dominadas pelo Comando Vermelho. Em contraposição, não foi registrada uma operação sequer em favelas comandadas por milicianos. O que significa que há uma hierarquização do crime que se quer combater e os criminosos que se quer negligenciar" (SOUZA, 2017, p. 117)

É importante, por isso, analisar essa centralidade discursiva sobre as facções e, particularmente, sobre o Comando Vermelho nas práticas judiciárias, atentando-se ao modo como as conflitividades relacionadas às milícias e aos movimentos de extrema direita vêm sendo bancadas por essas elites, genealogicamente referidas aos interessess hegemônicos[178], através dos silenciamentos estratégicos sobre estas. E que caminha junto com a hipervaloração do combate e a forma como são propositalmente atreladas à noção de território a partir do binômio facções/favelas. Dinâmicas que abrem o contexto para o modo como outras materialidades também são discursadas nas arenas judiciárias, casos que analiso a partir do próximo item.

3.5 Domicílios e sentidos de lar em territórios de favelas

Um dos elementos de tensionamento histórico em territórios negros é o "domicílio", disputado pelas narrativas branco hegemônicas como espaços de visibilidades fragmentadas, unidades que exemplificam as corporalidades abjetas que a antinegritude vai constituindo e reconstituindo ao longo dos anos.

Com relação às casas nas favelas, tem sido frequente que as burocracias estatais neguem os seus sentidos de "lar", inclusive pelas conformações múltiplas de resistências que sempre guardaram. Assim, muitos recursos são acionados para que passem a ser materialidades usurpáveis e para que o limite entre a sua dimensão pública e privada seja estrategicamente capturado - como sempre foi necessário para a subsistência de uma gestão pública antinegra.

Favelas costumam ser referidas no Rio de Janeiro como um "problema social habitacional", que é quando a referência da moradia, enquanto categoria, começa a ser vocabulário para produzir usos sobre territorialidades. A assertividade dessa colocação, que quase sempre é acompanhada por discursos oficiais que responsabilizam moradores pelo projeto político de desassistência que precariza o acesso à habitação, tem construído os vazios que possibilitam a vigilância e o controle de populações nos rearranjos da doxa punitiva do contexto atual.

Espaços que vêm sendo, com a ampliação das pautas neoliberais, preenchidos por uma solução policial nas últimas décadas, como destaca Maurilio Lima:

> Se as favelas sempre foram um problema social e, ao mesmo tempo, uma solução habitacional, a aceitação oficial desse caráter solucionador desenvolve-se num contexto progressivo de intervenção público-estatal mínima nas questões sociais e de ampliação da repressão. Para que essa

[178] Recupero a historicização da magistratura como uma institucionalidade organicamente implicada aos interesses das cúpulas dominantes e supremacia branca, desde a sua fundação, no capítulo 01, para onde remeto quem lê esta tese.

> solução habitacional seja reconhecida oficialmente, o problema social precisa ser combatido por forças policiais. Ao contrário do que prega o discurso unidimensional contemporâneo, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não são uma reviravolta ou uma originalidade no tratamento estatal da 'questão urbana', mas a consolidação e o ápice da transformação de um problema social em um problema policial, mantendo ordeiramente intactos os conflitos sociais por meio da cristalização de uma forma habitacional precária (BOTELHO, 2013, p. 171)

Embora a análise do geógrafo esteja colocada em meio às dinâmicas conjecturais do projeto das UPPs, um momento bastante particular das formas espacializadas de controle nas favelas, é possível mobilizá-la para períodos como os do contexto dos autos. Com dispositivos prático-discursivos diferentes, já que atualmente sequer se confabula mais a respeito de uma possível "pacificação", o governo da segurança e dos investimentos genocidas contra territórios negros tem assumido uma conotação ainda mais escancaradamente autoritária nas dinâmicas da gestão pública.

Como colocado no início do capítulo, nesta tese mobilizo a categoria "território" a partir da chave miltoniana do "território usado" e, aqui ainda mais diretamente, para pensar na possibilidade afetiva da territorialização. Muniz Sodré reflete sobre o ponto ao explorar as especificidades dos territórios negros e tocar não só os movimentos, as porosidades das favelas, mas também as afecções:

> A territorialização é de fato dotada de força ativa. Se isso foi historicamente recalcado, deve-se ao fato de que a modelização universalista, a metafísica da representação, opõe-se a uma apreensão topológica, territorializante do mundo, ou seja, a uma relação entre seres e objetos em que se pense a partir das especificidades de um território. (SODRÉ, 2002, p. 13)

Casas, entendidas na sua dimensão afetiva, rompem os sentidos das fragmentações e das ruínas que a governabilidade policialesca neoliberal demanda. A noção de lar, em territórios negros, mais ainda, porque remete às encruzilhadas criadas no resistir e nas várias expressões do aquilombamento[179]. E nas resilientes presenças dos novos agires comunitários, que carregam as memórias ancestrais dessas espacialidades.

Assim é que percebo a forma como são enunciadas as casas nos autos judiciais, as conhecidas violações de domicílio, a reconstrução das regiões a partir das palavras que as transformam em "alvos", em parte do vocabulário embrutecido da inimizade. Dispositivos que integram a trajetória de intervenções governamentais nas favelas, como Juliana Farias

[179] Aquilombar como proposto por Beatriz Nascimento - e trabalhado no item anterior. Nas palavras da intelectual, quilombo como "[...] uma condição social, fundamentalmente uma condição social, quer dizer, ele não se esgota no militarismo, na guerra em relação aquela que ele reagiu, mas a estrutura do quilombo, o que realmente singulariza o quilombo, é que ele é um agrupamento de negros, que o negro empreende, que aceita o índio dentro dessa estrutura e que não foi aceito nunca dentro da sociedade brasileira, como ainda não é aceito até agora, essa... sabe? A aceitação da cultura negra, da cultura índia, como uma coisa brasileira, realmente, como uma coisa dominante, não é aceita. (UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS, 2018, p. 126)

também sente a partir da análise de documentos sobre casos envolvendo autos de resistência:

> Aqui pesam inscrições biográficas em uma determinada "região moral" (Park, 1973) da cidade — a favela (carioca, no caso) carrega no seu histórico intervenções governamentais que a deslocam do centro das atenções higienistas das políticas públicas de saúde e assistência social para alvo principal das políticas de segurança pública, marcando investidas de poderes disciplinares e biopoder (FARIAS, 2015, p. 424)

Trabalho aqui com uma forma mais imagética - relacionada à intenção prático-discursiva de criar imaginários - assumida pelos textos nos autos, na relação com o vocabulário específico visto anteriormente, especialmente o das "facções" e outros sentidos remetidos ao "tráfico" - aqui como uma categoria. Neste contexto, o que percebi foi uma deliberada opção, assumida sobretudo pelos/as magistrados/as, de reconstruir como o urbano é vivido, imaginado e percebido no contexto da violência letal nas favelas, na tentativa de produção de representações das territorialidades das favelas como lugares referentes à desordem e ao crime e assim também os lares e corporalidades afetas. No sentido mobilizado por Jaime Amparo:

> "Minha ênfase na produção racial do espaço urbano nao é por acaso: ela nos ajuda a entender também como se dá a produção espacial/racial do medo. A imagem que temos da favela como signo do medo e da desordem é marcada por uma "episteme racial" (FANON, 1967) que produz espaços e corpos criminalizados. Temos, então, uma dialética espacial fundada na racialização do medo e na criminalização da raça 7 . Em certa medida, é esta "episteme racial" que orienta a produção material (por meio das intervenções estatais de eliminação seletiva de moradores e das políticas habitacionais desastrosas) e simbólica (na produção acadêmica, nos discursos da classe média, nas narrativas midiáticas da violência) da favela. A esta produção material e simbólica/discursiva que normaliza as concepções que temos de raça e de espaço denomino como - na falta de melhor termo - estratégia territorial de dominação racial." (AMPARO, 2011, p. 115).

Inclusive, no caso das casas, há uma necessidade de cuidado ainda maior com a linguagem descritiva, em razão da carga de afecções que trazem aos nossos imaginários e ainda da inviolabilidade constitucional[180]. Por isso, a tensão era inversa ao que ocorria

[180] Sobre o conjunto jurídico-normativo que toca a inviolabilidade constitucional do lar, Constituição, Código Penal e de Processo Penal precisam ser referidos. Na Constituição: "Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial". No Código Penal, a violação de domicílio é tipificada como crime: "Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: (...) § 1º - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas: (...) § 2º - Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder. § 3º - Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências: I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência; II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser. § 4º - A expressão "casa" compreende: I - qualquer compartimento habitado; II - aposento ocupado de habitação coletiva; III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade. § 5º - Não se

anteriormente, dado que os comandos, só de serem mencionados, já transformavam qualquer ação das polícias em “legal”. Quer dizer, como facções são domínios típicos, nos imaginários, do público, o debate sobre a legalidade da entrada em uma casa demandava outros esforços argumentativos em relação aos casos envolvendo, por exemplo, apreensões nas ruas.

Há, portanto, nas tramas que envolvem domicílios e das disputas pela construção das verdades sobre as operações, uma intenção política de amparo legal, moral, jurídico e até sensorial da espacialização da violência nas favelas da zona norte que leva a um incremento na forma como são discursadas.

Levando isto em conta é que passo a expor algumas contingências de sua aparição no material, lembrando que é também através do poder punitivo disruptivo – em maior ou menor grau - com os limites constitucionais que o Estado mantém o ciclo ininterrupto de (re)construção dos seus agires através das suas práticas de escrita. Considerando que a (i)legalidade é uma forma de governar (LUGONES, 2012), como também afirma Juliana, “todos esses registros, que são produzidos em meio à burocracia estatal ao mesmo tempo que a produzem, podem ser compreendidos sob a luz dessa ideia de um escrito que se faz para emendar ou aprimorar” (FARIAS, 2015, p. 444).

3.5.1 Domicílio, consentimento e governabilidade nas operações

No material analisado, de um total de 15 (quinze), 09 (nove) casos envolveram entrada em domicílio. Destes, segundo a narrativa dos policiais trazida na audiência e/ou reproduzida

compreendem na expressão "casa": I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior; II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero." Por fim, no Código de Processo Penal: "Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: a) prender criminosos; b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos; c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos; d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; g) apreender pessoas vítimas de crimes; h) colher qualquer elemento de convicção. (...) Art. 241. Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado. (...) Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta. (...) Art. 246. Aplicar-se-á também o disposto no artigo anterior, quando se tiver de proceder a busca em compartimento habitado ou em aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto ao público, onde alguém exercer profissão ou atividade.(...) Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão."

nas sentenças, 05 (cinco) tinham aparência de residência; 02 (duas) eram descritas como "abandonadas"; 01 (uma) como terreiro – que será analisado em subitem próprio -; e 01 (uma) que foi apenas mencionada, sem estar acompanhada de qualquer descrição.

Esses primeiros números trazem às luzes a centralidade das dinâmicas de violação de domicílio para o contexto das operações em favelas. E também o modo como os papéis não apresentam reticências mesmo diante de territórios afetivos, muitas vezes até elaborando as narrativas de serem efetivamente lares de família[181] sem que isso constranja, em qualquer grau, o fator militarizado das ações ou mesmo deixe de estar imbricado à intenção de afirmação das favelas como um *locus* de desvio moral e degradação espacial (AMPARO, 2011). Parece, assim, que essa dimensão afetiva recebe o peso da incomensurabilidade, e só é validada pelas instituições envolvidas no projeto ao qual se alinham as operações pela régua da zona do ser.

Quanto ao consentimento para entrada, em 03 (três) casos foi registrada[182]; em 05 (cinco) não há qualquer notícia da autorização da entrada dos policiais e em 01 (um) caso há divergência nas narrativas entre policiais e pessoas acusadas[183]. Na amostra, não houve

[181]No caso 13, o juiz ao longo da fundamentação transcreve o depoimento dos policiais militares que, quanto a descrição da casa, afirmam "tomaram um beco e lá chegando havia um forte cheiro de maconha; que Jonathan apareceu na janela e tomou um susto, por isso adentraram à casa, cuja porta estava aberta; que dentro da casa estava Jonathan com um tubo de PVC com várias drogas, "bastante coisa" (...) que o portão estava aberto, havia uma piscina de plástico no quintal; que ele apareceu na janela, acho que correu e sentou na sala; que a esposa dele estava na casa". O outro policial afirmou "(...)que houve uma reconstituição da morte do Comandante Teixeira e a ordem era ocupar a comunidade (...) que adentraram ao lado de um colégio azul, o portão estava aberto e entraram; que ele colocou a cara para fora e se assustou; que a esposa abriu a porta e autorizou; que lá fora havia forte cheiro de maconha (...) que no local estava também um bebê (...)que bateram na porta e pediram para entrar; que ela autorizou a entrada (...) que ele estava no momento da prisão na sala, dentro de casa, que o material estava no sofá ou mesa, em cima de um objeto, mas não se lembra o qual". O acusado reconstrói essa narrativa, falando sobre a casa, o bairro e a violência sofrida: "às 5:45hs, na sua residência, foi na janela e se deparou com movimentação estranha; que os policiais pediram para entrar e autorizou; que eles entraram e fizeram várias perguntas, indagando sobre traficantes e bandidos que mataram um coronel; que disse que de nada sabia, tinha sua família e não iria se prejudicar; que os policiais disseram que se não colaborasse tinham uma bolsa preparada para ele; que então disse que preferia sofrer a covardia que correr risco com os traficantes; que deram a bolsa e falaram "é seu tá preso"; (...) que mora ao lado de uma creche; que na frente tem uma praça; que do outro lado, não sabe o que rola por ali (...)". No caso 04 essa dinâmica fica ainda mais apresentada, porque o suposto flagrante acontece na casa de uma moradora e pelo número de réus e policiais envolvidos acabam sendo variadas as descrições do espaço, inclusive por esta senhora, variando entre versões dos agentes de que havia drogas espalhadas pelo chão da casa e dela de que estava com seus netos em casa quando policiais chegaram e derrubaram diversos objetos, inclusive refeições por sua casa. Como este caso será trabalhado mais a frente em particular, remeto o/a leitor/a a este futuro item.

[182] Vale aqui a nota que me interessa saber se houve o registro do consentimento, para assim debater os termos inclusive formais deste esforço de reconstrução jurídico-normativa das operações feitas pelas agências. Não vou me alongar na discussão quanto à real intenção (ou não) das pessoas em anuir com a entrada, por faltarem elementos nos documentos e por acreditar que só o contexto de violência e brutalidade das operações já retira qualquer possível voluntariedade nestes supostos consentimentos.

[183] Embora não integre o material de campo desta tese, também fui responsável, como pesquisadora do IPEA, da coleta de dados referentes a autos do TJMG. Uma das circunstâncias que chamaram a

autos em que se registrasse a entrada embasada em mandado, desastre ou perigo, que são as demais hipóteses, além da situação de flagrância, que a Constituição possibilita a dispensa do consentimento (artigo 5º, inciso XI). Por isso, toda construção do suposto flagrante era fundamental para as representações do espaço e legitimação das invasões.

Outro dado, é de que a alegação da ilegalidade das provas obtidas em virtude da entrada em domicílio, em hipótese não albergada pela Constituição, foi exceção no conjunto das teses defensivas, reflexo, dentre outras condições, da massificação das defesas em âmbito criminal e do desprestígio da ação política dessa atuação - especialmente, nos contextos de "hipossuficiência"[184] - bem como das dificuldades de fazer com que essas reflexões e teses sejam acolhidas nos Tribunais. Mesmo nos autos em que foi suscitada, não houve qualquer caso em que tenha havido o reconhecimento da nulidade, ainda naqueles em que a magistratura reconheceu que literalmente não houve consentimento.

O reforço da regra da legalidade da entrada em casas nas favelas da amostra é imanência das discursividades que constroem a disputa dos sentidos desse território usado pelo judiciário, indicando como o controle espacial racial do poder punitivo vem capilarizando o governo da segurança com governo jurídico normativo (e não só executivo) dos espaços. As palavras escolhidas para se dizer sobre domicílios e sobre a possibilidade unânime da sua usurpação têm dado amparo, travestindo de uma aparência justa, universal, neutra e abstrata[185] - como se diz ser em princípio o direito - as sanguinárias operações e assim dando conta da corriqueirização das ordens de violação que têm no domicílio apenas uma das pontas mais visíveis. Lembrando que o território é arena de embates políticos, assim o judiciário também vem materializando raça nas configurações espaciais, na base da escolha política da legalização da invasão e da construção discursiva que viabiliza a referência das espacialidades aos usos que referendam os vilipêndios.

Particularmente quando demandada a dizer sobre as possíveis nulidades, a magistratura contou com um variado uso de categorias jurídicas que blindavam as agências,

---

minha atenção foi de haver, em algumas Comarcas, um protocolo de agir das polícias militares que faz com que estes agentes peçam para as pessoas responsáveis pela casa, no caso de entrada em domicílio, assinarem um termo de consentimento com a entrada. Este documento passa a integrar a ação penal, na parte do inquérito, ilidindo qualquer alegação de nulidade por violação de domicílio sem consentimento. Nenhum caso do Rio apresentou documentação parecida.

[184] Na maioria dos autos, a assistência jurídica foi feita pela defensoria pública, que está implicada também a um contexto de atuação com um volume imenso de casos - dada a presunção, nas ações criminais, da chamada "hipossuficiência" e o caráter indisponível da defesa técnica, em razão dos direitos da ampla defesa, contraditório e da presunção de inocência no campo.

[185] Fazendo a ponte com o capítulo anterior, a universalidade, assim como a neutralidade, caracteriza o direito moderno e o localiza enquanto instrumento de dominação no mito ocidental, como uma "norma epistemológica universalizante" (GROSFOGUEL, 2010, p. 460). Na linha do proposto por Wolkmer (2001, p. 48-49) a neutralidade, junto da generalização e abstração é responsável por ocultar os interesses existentes através do formalismo e do tecnicismo que dissimulam as contradições inerentes ao seu agir.

respaldando as diligências, o que no Caso 08, que explorarei com maior detalhe, se apresentou com ainda maior visibilidade.

Este é um caso com algumas particularidades, porque parte da operação foi decorrente, segundo a narrativa dos policiais, de investigação para localizar a gerente do varejo de drogas da favela do Andaraí[186]. Segundo informações registradas como "de policiais e moradores"[187], ela estaria escondida na casa de sua companheira, na favela de Manguinhos.

As vozes ouvidas e registradas, ao longo da instrução, foram exclusivamente a dos dois policiais envolvidos no flagrante, já que não houve testemunha de defesa e a então Ré ficou em silêncio, tanto no inquérito quanto na audiência[188]. Por isso também não houve contraponto à notícia do consentimento para o ingresso na casa. Não obstante isto, a defesa alegou a tese da invasão de domicílio em preliminar, chamando o magistrado a falar sobre a possível nulidade e assim reconstruir os sentidos de domicílio nesses territórios. Segundo o magistrado:

> mesmo que ninguém tivesse franqueado aos policiais militares a entrada na residência, não houve qualquer ilegalidade na busca e apreensão que resultou na apreensão da droga. Afinal, trata-se de crime permanente (a propósito, a própria conduta "ter em depósito", imputada à ré na denúncia, indica permanência), sendo certo que, de acordo com o art. 303 do Código de Processo Penal, "nas infrações permanentes, entende-se- o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência". Em outras palavras, como a acusada guardava substâncias entorpecentes na residência quando os policiais militares adentraram nela (aliás, os policiais militares só se direcionaram até a residência onde a ré estava porque receberam

[186] Em termos de gênero também esse é um caso bastante singular, porque foi o único, envolvendo operações, em que uma mulher foi denunciada. Além de mulher, foi sugestivo em diversos momentos que a denunciada era LGBTQIA+, tanto porque foi encontrada na casa de uma mulher que disseram ser sua "companheira", quanto porque o seu "vulgo" era "Bi". Além disso, foi o único de todo campo do TJRJ – englobando os quase 300 autos, incluindo dos outros municípios do estado – em que uma mulher foi apontada como "gerente" - que, sabe-se, na hierarquia do tráfico de drogas, é uma posição de destaque, porque são pessoas que têm a confiança dos "patrões" para organizar as vendas e grande prestígio social (Grillo, 2013). Essa condição foi trazida inclusive por diversas notícias jornalísticas da época, que diziam: "Rio - Policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Manguinhos, em Bonsucesso, prenderam, nessa sexta-feira, a traficante Angélica Tavares Aleixo, conhecida como BI. Ela é apontada como mulher de confiança do chefe do tráfico de drogas no Morro do Andaraí, Ângelo Barro Aleixo, o Titio, preso em setembro, em Vila Isabel, também na Zona Norte do Rio. A prisão de BI aconteceu durante uma operação da PM na região.(O DIA, 2018)

[187] Segundo depoimento policial grifado na sentença: "este disse que recebeu informações de que a ré estaria na comunidade de Manquinhos. Afirmou que a ré iá era procurada pela polícia como sendo "gerente" do morro do Andaraí, que é dominado pelo Comando Vermelho, mesma facção criminosa que controla Manquinhos. Assegurou que, quando chegou no local, viu uma vila com diversas casas e que, loqo na primeira casa que abordou, a ré atendeu a porta. Garantiu que a acusada franqueou sua entrada na residência e que, quando fez a busca localizou a droga enrolada nos lençóis. Narrou que a ré não trafica na localidade, mas pega a droga em Manquinhos e leva para o Andaraí (...)."
ré possui uma namorada na comunidade, razão pela qual ela pernoitava no local. Aduziu que as informações vieram de policiais do Andarai e de pessoas da comunidade de Manguinhos".

[188] A prevalência da palavra de policiais nos casos envolvendo a Lei de Drogas não é uma particularidade desta ação ou até mesmo deste Tribunal. Por isso, faço o destaque apenas para grifar como no espaço privado também a gestão probatória se limita à essa circularidade do que dizem os policiais militares.

> informações de que ela seria "gerente" do tráfico na Comunidade do Andaraí, que é dominada pela mesma facção criminosa que comanda o tráfico de drogas em Manguinhos), esta estava em flagrante delito, motivo pelo qual podiam os policiais militares procederem à busca domiciliar sem a necessidade de mandado de busca e apreensão, estando caracterizada, pois, a licitude da prova obtida

Primeiro, impressiona como uma categoria do direito penal ("crime permanente") é representativa dos modos como saberes específicos, na sua intangibilidade, podem ser mobilizados para apartar a possibilidade de participação e controle de uma decisão, maneira como a soberania estatal desde há muito é exercida a partir do ambiente enunciativo do direito[189].

Segundo, a forma como o vocabulário traveste de legitimidade jurídico-normativa práticas ilícitas da burocracia estatal, pela sua própria auto-referência. Simbólico do direito como uma estrutura ideologizante (LYRA FILHO, 2012), é visível o peso de um jargão qualquer do direito nos papéis analisados, ainda que seja questionável o seu conteúdo. A linguagem, ainda, faz notar como é essencial ao agir das agências judiciárias ter este arsenal como possibilidade de sofisticar e reproduzir controle social de modo autoritário.

Terceiro, como a assertividade da construção argumentativa do direito pode ser, nas sentenças, silenciadora de vozes e da disputa dos sentidos do legal e do ilegal, bem como da recomposição dos múltiplos desenhos que dinâmicas sociais têm. Quer dizer, na sentença estudada, a enunciação de uma tese jurídica, em não sendo acompanhada por qualquer linha sobre as tramas do caso concreto, disputa a partir de um repertório narcísico, circular aos próprios termos, um sentido de verdade totalizante e que contribui para a desfragmentação da noção dos domicílios nesses territórios[190]. Em maior escala, caminha para a construção

[189] No próximo capítulo, trabalho com a categoria da "hermenêutica jurídica da branquitude" que, reanalisando o campo, me parece dar conta da interpretação do uso, neste caso, do jargão jurídico a partir da reivindicação de uma "verdade" sobre caso de flagrante invasão de domicílio, que alija lares em territórios de favela da proteção constitucional e da própria condição de "ser" desses espaços, uma vez associados ao contexto da desordem, da imagética do "não-ser". O assentamento dos termos práticos discursivos que mantém o repertório dos alijamentos e a governança racial é sustentáculo do pacto narcísico da branquitude que conjura a decisão e a possibilidade de atuação da magistratura nas operações, como exploro no capítulo 03.

[190] O caso analisado apresenta uma discussão sobre uma das possibilidades de entrada em domicílio que dispensa o expresso consentimento, que é a situação de flagrância, nos termos da Constituição. Como professora de processo penal, tenho uma opinião divergente da colocada pelo juiz, sem discordar da possível natureza de crime continuado de alguns dos verbos do art. 33 da Lei de Drogas - característica que sequer me interessa debater no momento. No caso dos crimes permanentes, se diz que uma situação de flagrância pode protrair-se no tempo, já que assim também a relação entre a conduta típica com a consumação. Então, colocando nos termos do verbo mobilizado pela acusação, enquanto a pessoa "guardar" uma droga, ela estará em flagrante delito. O Constituinte permitiu, porém, que em uma situação de já conhecimento do flagrante a casa pudesse ser violada, para que a prática assim pudesse ser interrompida. Mas este não era o caso, já que não era conhecido se a acusada estaria e em qual casa estaria ou mesmo se estaria guardando drogas, como os próprios policiais colocaram enfaticamente. A tese defendida pelo juiz acaba resultando em uma nova redação para a norma constitucional, já que só se sustentaria se estivesse assim disposto "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de

das imagens de associação daquilo o que constitui territórios negros como um estado que Fanon nomeia como de “suspeita permanente,” espoliável (FANON, 1968, p. 32), cortado pela lógica da *incomensurabilidade*.

Concluindo o tópico, o juiz completa:

> Impende salientar, ainda, que a busca domiciliar sem mandado judicial ocorreu em razão de fundada suspeita de um crime em andamento, qual seja, o tráfico de drogas, já que havia uma operação em curso e fortes indícios da presença da ré, que seria "gerente" do tráfico de drogas da Comunidade do Andaraí, em Manguinhos, em virtude de os agentes da lei e da ordem terem sido alertados por policiais e por residentes sobre a presença da acusada, sendo certo que a droga apreendida foi localizada nos lençóis em que a ré dormia, não havendo que se falar, assim, em ilicitude do flagrante.

A reconstrução do detalhe do local onde a droga foi apreendida, nos lençóis, assume um viés alinhado à forma como, grifando essa circunstância, o magistrado pode alinhavar os arranjamentos institucionais que criam as memórias espacializadas, no Tribunal, da noção de domicílios em favelas. Embora possa parecer uma mera remissão à trama ocorrida, a construção da frase deixa escapar que “a droga apreendida localizada nos lençóis em que a ré dormia” dá conta da licitude do flagrante, como se esse obsessivo recurso - da associação desses territórios e seus cotidianos com a “desordem” - pudesse, em contraponto, justificar qualquer ação dos policiais que, não coincidentemente, são referidos como “agentes da lei e da ordem”. Parece haver uma dimensão simbólica no aparente preciosismo, mas que é pautada por aquilo que Fanon já se referia como origem da negrofobia (FANON, 2008, p. 163), inculcando, a partir de referências familiares, a associação fragmentada de elementos das espacialidades à imoralidade.

A construção da retórica da disponibilidade das casas à ação policial ainda apareceu de modo bastante particular em um processo, com discursos que cruzaram a linha do racismo religioso e com a não implicação do judiciário com a questão, e que por isso valem como penúltima nota de campo sobre este tópico.

O caso 05 foi descrito pelos policiais como “operação” durante toda a investigação e instrução e, como narrou o juiz, recuperando a versão dos policiais na Audiência, “a guarnição recebeu informações da Segunda Seção da Inteligência da Polícia, de que havia traficantes

---

averiguação de flagrante delito (...)" (grifo meu). A tese colocada na sentença, em minha opinião, tem muito pouco a ver com o fato do crime ser permanente nos casos em que a abordagem não decorreu do conhecimento dessa situação momentos antes. E assim, em última análise, possibilita a violação de domicílio sem consentimento para averiguação ainda que sem lastro em provas, artifício que só pode fazer sentido, em um cenário em que o judiciário mantém a supremacia branca, quando essa diligência está direcionada contra territórios negros. Para não trabalhar apenas com as possibilidades hipotéticas tais como “dificilmente uma tese como esta valeria para uma averiguação na Vieira Souto”, rua de bairro nobre da cidade, trago então outro dado da pesquisa mais ampla a qual participei no IPEA: não houve uma sequer violação de domicílio sem mandado e menos ainda com a argumentação da situação de flagrância em territórios não periféricos.

escondidos em uma casa religiosa próxima a um "ponto" de venda de drogas". Até então, o ambiente tinha sido descrito como casa de um adolescente que foi apreendido e, pelos policiais no inquérito, como "duas casas com aspecto de abandono e entrou para averiguar; QUE as duas casas são de um cômodo apenas". O Ministério Público, na denúncia, também reproduziu a versão da "casa" em situação de abandono.

A mudança na forma de referência do juiz ao local do flagrante foi decorrência da variação da versão apresentada para os fatos na AIJ. Quatro meses depois do depoimento na delegacia, os mesmos policiais disseram, segundo extrai das Alegações Finais do Ministério Público:

> que à época dos fatos se encontrava em operação na comunidade do Chapadão quando recebeu uma denúncia de que em um "centro de macumba", abandonado, se encontravam traficantes da localidade" e "que no dia ocorrido se encontrava em operação rotineira visando coibir o tráfico de drogas na localidade da Comunidade do Chapadão, área dominada pela facção do Comando Vermelho, quando recebeu informações da Segunda Seção da Inteligência de que alguns elementos haviam se evadido para determinada casa "religiosa", que estava abandonada.

Os depoimentos, em paralelo, dão conta de como a "disponibilidade" para a invasão, no sentido da construção prático-discursiva de ambientes que compõem os usos do território em favelas, também é uma inscrição fixada à comunidades tradicionais de terreiro. E que não foi replicada, não acidentalmente, nas narrativas que pudessem envolver qualquer outra casa religiosa - no conjunto não só da amostra, como de todos os quase trezentos casos da pesquisa completa no TJRJ.

O silêncio, ao longo das inquirições, sobre o racismo que imbui a associação feita entre a casa e o suposto crime; e, ainda, que possibilita a naturalização de investidas policiais contra religiosidades de matrizes africana, ainda quando a narrativa supõe estarem as casas "abandonadas", adere como parte da organicidade do agir racista policial e judiciário. Reconstruindo as realidades materiais e simbólicas que funcionam como senso comum para o próprio Tribunal, vocabulários depreciativos tendem a construir, junto com os outros elementos da trama criminosa, os imaginários dos territórios negros e a justificativa dos alijamentos, da perseguição e da violência contra comunidades, organizando politicamente a arena urbana a partir do terror, da opressão racializada de corpos e espacialidades.

Aqui, o racismo religioso sofistica-se com o colonialismo jurídico que parece autorizar que o contexto da violação à casa esteja apartado da sua inscrição histórica e da forma como expressam violências referidas às colonialidades. Isto, colocado no contexto político do Rio de Janeiro, em que sobretudo se fazem ecoar em cúpulas do poder os discursos de ódio e intolerância religiosa, implica a magistratura à mais uma política de vilipêndios contra tudo o que é ligado à negritude.

Três outros casos foram importantes para a minha percepção dos territórios no campo a partir da lente das narrativas sobre domicílios, mas decido explorá-los em subitens próprios, considerando a centralidade dos elementos que trouxeram à pesquisa e como respondem a práticas cotidianas das operações.

3.5.2 "Atitude suspeita" e a gramática da espoliação das casas-territórios no campo

Um dos léxicos conhecidos da gestão policial do controle de corpos nas cidades é a chamada "atitude suspeita", que tem servido como catalisadora da ação arbitrária dessas agências (BATISTA, 2003, p. 103). Em centros urbanos, a interdição policial com base nesta discursividade tem possibilitado o controle dos espaços públicos, através da gestão seletiva do risco que alguém pode ter em passar ou não por uma abordagem policial - e suas consequências mediatas e imediatas (LIMA; LABORNE, 2020). Seletividade que, como venho construindo nesta tese, está em simetria com os dispositivos da antinegritude, entendendo que aqui a suspeição "torna não lugares todos os espaços marcados pela negritude: espaços físicos, espaços metafísicos, espaços ontológicos, espaços sociais" (VARGAS, 2020, p. 22).

Como o varejo de drogas é um dos ilegalismos que mais mobilizam estratégias de repressão e policiamento com impactos nas dinâmicas territorializadas da segurança pública e, ainda, dado que as operações policiais em favelas da zona norte só se sustentam através das aberturas prático discursivas que possibilitam as referências de territórios negros à abjeção, conjuradas à ideia de "suspeição", decidi investigar como a categoria foi mobilizada nos casos dos processos da amostra.

Um primeiro dado é que só foi feita referência explícita à categoria em 04 (quatro) processos, sendo que, conforme reconstruído pela narrativa dos policiais na AIJ e no inquérito policial, por "atitude suspeita" considerou-se: i) no caso 06, o acusado estava na porta de sua casa; ii) no caso 09, estava em ruela próximo ao local da operação; iii) no caso 13, estava no interior de sua casa, com mulher e filha; iv) no caso 15, estava na boca de fumo.

A primeira questão refere-se a este quantitativo aparentemente pequeno no total de casos, que pode ser indiciário da disponibilidade desta gramática dado o grau de "suspeição" presumida que as operações nas favelas da zona norte, em si, mobilizam. Diferente de outras espacialidades - como poderiam ser abordagens nos bairros da zona sul da cidade - a suspeição é pulverizada naquilo o que as dinâmicas gestão de corpos e territorialidades estudadas mobilizam.

A segunda é que, na metade das vezes em que emergiu, a suspeição esteve explicitamente aproximada à noção de "domicílio", representativo de como é abjeto o domínio "privado" (não só publicizado, como também usurpado), nestes territórios negros e no

contexto estudado, na linha das notas reflexivas que venho fazendo desde o subitem anterior. Por fim, em nenhuma das ações, houve qualquer questionamento por parte da magistratura deste fator de abordagem, tendo ela sido explicitamente reincorporada no caso 06, pelo juiz da custódia.

Este foi um flagrante em que, segundo o policial durante o inquérito, o investigado "tinha 18 anos de idade, e estava em atitude suspeita em frente uma casa na Rua do Sossego"[191]. Na audiência de custódia, tendo contato exclusivo com esta narrativa, o magistrado literalmente retoma a associação entre favelas e tráfico para apagar o contexto da invasão de domicílio e manter a prisão cautelar da pessoa investigada:

> Conforme consta nos autos, o indiciado foi detido por policiais militares que efetuavam incursão na Comunidade do Dique, em Jardim América, local conhecido pelo intenso tráfico de entorpecentes. Quando da ação policial, os milicianos se depararam com o iniciado em atitude suspeita, tendo o abordado.

Discursos judiciais como estes reforçam a produção de todo um repertório de demonização e contínua desumanização que possibilita que favelas, como realidades espaciais socialmente construídas, funcionem como o que Vargas nomeia de "metáfora e como a corporificação concreta irrefutável de um sem-número de outros tipos de marginalização às quais as/os negras/os estão submetidas/os no Brasil" (VARGAS, 2005, p. 80). Dinâmicas que prolongam-se pelos casos que conjuram a invasão de domicílio nas operações, como estes que separei para tratar e que finalizo a análise no próximo item.

3.5.3 Casa de Tereza e a tal "lei de invasão de domicílio, lá no morro, não vale nada"[192]

O trecho do samba fecha o conteúdo desse ciclo sobre como a "tal de lei de invasão de domicílio, lá no morro, não vale nada" a partir de um estudo de caso. Este talvez seja o com maiores implicações às propostas do trabalho, pelo volume de contingências que os papéis dos autos trazem. O processo foi iniciado após a conclusão do inquérito relativo a uma operação policial na favela do Jacarezinho que teve grande repercussão, iniciada em razão

[191] Na sentença, o juiz menciona os termos da fala deste agente, afirmando ter dito que "realizaram operação nas comunidades do Dique e Furquim Mendes; que populares informaram que havia elementos em atitude suspeita; que diante de tal informação, procederam ao beco indicado e lá se depararam com o acusado saindo de uma casa". Mas não mobiliza em outro momento da decisão esta categoria.

[192] Trecho da música " Assim não Zambi", de Clementina de Jesus e Martinho da Vila: "Ô Zâmbi, vê se manda parar com aquelas brigas lá no morro. Quando os homens chega, chutando as porta e revirando tudo, Todo mundo fica assustado, E a criançada com aqueles olhos arregalados, O coração saindo pela boca. Ai! Meu Deus. A tal de lei de invasão de domicílio, lá no morro, não vale nada."

do assassinato de um delegado e que culminou no aprisionamento de um então “chefe” do varejo na região.

Segundo policiais e as 12 (doze) testemunhas ouvidas, foram mais de três horas de tiroteio e cerca de 200 policiais envolvidos. Dinâmicas de terror e medo impressas a uma manhã de dia de semana na cidade, que levaram diversas pessoas a se dispersarem entre as ruelas e buscarem abrigo em casas e estabelecimentos para protegerem-se das balas “perdidas”.

Sem incluir aqui outros elementos do caso que trabalharei nos próximos itens, me interessa debater como a noção de “domicílio”, implicada na reconstrução do “território” pelo judiciário, afetou a decisão do caso. E, isso, compreendendo este agir como possibilidade de que constitua, para os Tribunais, o arcabouço de representações materiais e simbólicas das favelas da zona Norte, que municiam a tradição de tolerância institucional com as dinâmicas de extermínio, vigilância e controle em territórios negros.

O processo tratou como réus 13 (treze) homens, 09 (nove) moradores dessa favela; 01 (um) morador de outra favela na zona Norte; 02 (dois) moradores de bairros da zona norte e 01 (um) em situação de rua[193]. Segundo os policiais civis envolvidos (sete ouvidos na AIJ), todos sem exceção teriam sido encontrados na casa de uma senhora, que chamarei de Tereza. Mas tirando um deles, que não foi interrogado, 04 (quatro) acusados disseram que não estavam na casa, mas sim que foram detidos em uma das ruelas, nas proximidades de onde moravam ou de pessoas com quem mantinham alguma relação afetiva[194].

A audiência começou com esses 07 (sete) policiais militares sendo ouvidos, sendo que 02 (dois) deles não participaram da entrada na casa, por isso não falaram diretamente sobre o interior - embora tenham dito de modo geral qual teria sido a dinâmica da investida policial. Dos 05 (cinco) que restaram, 04 (quatro) narraram que chegaram até a casa da

[193] Essas informações foram auto-declaradas pelos acusados em audiência de custódia e/ou trazidas aos autos por documentação

[194] A divergência quanto ao local em que foram detidos, que foi onde os policiais disseram ter encontrado armas e drogas, deveria ser um dos principais pontos debatidos no processo já que haveria nisto um indício de materialidade. Assim também o juiz ao fundamentar o crime de tráfico pontuou: “Ademais, não restou dúvida de que o material entorpecente apreendido na residência de TEREZA estava na posse compartilhada”. Mas como viemos debatendo aqui neste trabalho a discricionariedade das decisões também mimetizou em parte esse elemento. Na sentença, o juiz absolveu em termos muito vagos 05 (cinco) dos acusados, dizendo “Com o término da instrução criminal, não restou comprovado que os acusados tenham praticado quaisquer das condutas descritas nos tipos penais que lhes são imputados na inicial acusatória, em que pese tenham sido presos em flagrante no contexto da operação policial realizada no dia 25/01/2018, da comunidade do Jacaré, no bairro do Jacaré, cidade do Rio de Janeiro. As testemunhas ouvidas em Juízo não foram capazes de individualizar a conduta destes, não havendo conjunto probatório suficiente e necessário a confirmar os depoimentos prestados em sede policial e as imputações formuladas na inicial acusatória.”. Ao que esta fragilidade probatória estaria referida segue a dúvida. Dos absolvidos, 02 (dois) admitiram ter estado na casa, mas não a caracterizaram; 01 (um) admitiu também e contestou a existência do famigerado “sofá”; e 02 (dois) disseram ter sido detidos nas ruas.

Tereza em razão de “rastros de sangue” que estavam em seu entorno[195]. Todos os que disseram entrar em seu lar, descreveram que as drogas estavam na casa, ou espalhadas ou em alguma parte localizada[196], sendo que os mesmos 04 (quatro) descreveram a existência de um sofá e uma varanda na casa. Esse é um dos elementos de tensionamento do caso.

Tereza, dona da casa e moradora há mais de 35 (trinta e cinco) anos da favela do Jacarezinho, ao ser ouvida, disse enfaticamente que não tem sofá ou varanda onde mora, e também não mencionou qualquer rastro de sangue lembrando sobre aquele dia:

> que os acusados não entraram com nada em sua casa; que as pessoas que entraram em sua casa estavam fugindo do tiroteio; que não avistou material entorpecente nem armas; que não tem condições de reconhecer as pessoas que entraram em sua casa; que não guardava nenhum material apreendido em sua casa; que não tem sofá em sua casa e nem varanda; que os policiais prenderam os acusados dentro de sua casa; que mora no Jacarezinho há trinta e cinco anos; que, da rua esperança, não dá pra ver sua casa e nem a área denominada "Síria"; (...) que não viu armas com as pessoas que entraram em sua casa; que estava em casa com suas netas e uma vizinha sua; que os policiais entraram pela laje e pelo portão; que prestou depoimento na delegacia; que nenhum dos policiais se identificou mesmo após a prisão; que não viu a apreensão de armas ou drogas em sua casa; que não foi ameaçada pelos policiais em nenhum momento; que há tráfico de drogas na região em que mora; que costuma ter tiroteio de vez em quando; que não tem mesa e nem cadeira na sua casa; que, no quarto, tinha guarda-roupa e a cama; que garante que ninguém estava armado com fuzil

Além dos 04 (quatro) que disseram que não estavam na casa, por isso sequer sabiam como era ou quem era Tereza, todos os acusados que falaram sobre o interior, isto é, 04 (quatro) deles, negaram a existência de qualquer sofá, além de drogas ou armas[197]. Vale

---

[195] Na sentença, o juiz trouxe a seguinte versão do depoimento de um dos policiais: “que, quando chegaram pela casa por cima da casa, avistaram pessoas dentro da casa, gritos de mulher e rastro de sangue dentro da casa” ; segundo a narrativa da sentença, o outro policial disse “que chegaram à laje da casa, onde avistaram marcas de sangue; que estavam na laje onde viu um indivíduo com cabelo pintado; que é comum os integrantes do tráfico se esconderem na casa dos moradores;” um terceiro “que acharam rastro de sangue no chão e acharam uma casa; que, quando chegaram à casa”; o quarto policial ouvido “que avistaram uma residência que estava com rastro de sangue na porta, além da porta também estar entreaberta; que avisou aos seus colegas do solo para fazerem o cerco; que, quando entraram na residência, encontraram onze homens deitados no chão dizendo "perdi, perdi"; ”

[196] Nas palavras da sentença, segundo um dos policiais: “que a pistola estava em baixo do sofá; que os entorpecentes estavam espalhados pelo chão”; outro “que havia droga por toda a casa”; um terceiro “que havia uma pistola debaixo do sofá; que havia maconha e cocaína espalhada pela casa; que havia coletes balísticos e rádios comunicadores dentro da casa”; um quinto “que realizaram revista pessoal na residência e arrecadaram, além de uma pistola, mais material entorpecente, rádio, mais cadernos e munições; que a pistola estava municiada e foi encontrada debaixo de um sofá;”

[197] Os trechos dos depoimentos sobre o interior, segundo a sentença são os seguintes: “que a casa havia apenas dois cômodos; que a casa era de pessoa humilde, motivo pelo qual não tinha sofá; que apenas foram liberadas a dona da casa e as crianças”; “que estava na sala da casa onde foi preso; que não havia sofá na casa; que ficou cerca de meia hora na casa, até o fim do tiroteio; que entrou todo mundo junto na casa; que os policiais entraram pela porta; que ninguém saiu antes da entrada dos policiais; que não havia drogas na casa; que a casa era pequena, contando apenas com sala e quarto”; que entrou na casa onde outras pessoas também estavam entrando; que chegaram os policiais e disseram que seria levado para averiguação (...) que não tinha sofá na casa; que não havia armas e drogas na casa”; “quando começou tiroteio; que, no meio do caminho, entrou na casa de uma

registrar que os outros 04 (quatro) ouvidos reconheceram que estavam dentro da casa - sendo que 02 (dois) deles disseram ter ingressado pois era uma das poucas com o portão aberto - mas não descreveram a casa[198].

Entendo que esse caso foi construído, pela magistratura, a partir do recorte das falas trazido na AIJ, transcrito na sentença, e da aparente condução dos depoimentos que falavam sobre a dinâmica da operação e da entrada e da casa em si, onde todos haviam sido detidos segundo a primeira versão na denúncia do Ministério Público. Além da descrição de algumas referências aos sentidos de "domicílio" que os trechos já trouxeram, como um sofá, uma varanda, e um guarda-roupa, Tereza por exemplo mencionou como como os policiais chegaram de modo violento, quebrando móveis, jogando a comida de seus netos no chão:

> que entrou um moço na sua casa, tomou um susto e abaixou a cabeça; que eram aproximadamente oito pessoas que entraram na sua casa; que ouviu barulho de tiro; que a polícia chegou e quebraram guarda-roupa, cama e jogaram a comida das crianças no chão; que a polícia a tirou de. dentro de sua casa; que os acusados não entraram com nada em sua casa; que as pessoas que entraram em sua casa estavam fugindo do tiroteio (...) que não tem mesa e nem cadeira na sua casa; que, no quarto, tinha guarda-roupa e a cama; que garante que ninguém estava armado com fuzil; que não olhou para a cara de ninguém; que sua casa e sua sala são pequenas

Os documentos, assim, até apresentam um repertório de disputa de sentidos dessas espacialidades, sobretudo pelas resilientes vozes de sua/seus moradora/es que integraram o corpo burocrático da instrução. Mas foi na forma como o juiz decidiu valorar as contingências do caso, especialmente a partir dos silêncios sobre o terror praticado, assim como as contradições nas versões, que são revelados os pactos sociais que mantém essa institucionalidade comprometida com o sustento do capital político dessas operações[199].

A situação da entrada (consentida ou não) na casa de Tereza sequer foi mencionada, assim como em nenhum momento, tirando a própria transcrição do seu testemunho, as

---

senhora; que os policiais falaram que seriam levados para averiguação (...) que não havia armas e drogas; que não havia sofá na casa; que era uma casa com cômodos bem pequenos "

[198] Como na nota anterior, vou destacar os trechos das falas deles referentes a este indexador: "que tentou entrar em várias casas; que entrou nesta casa, pois o portão estava aberto; que, depois, houve a abordagem dentro da casa; que os policiais disseram que seriam levados para "averiguação"; que não sabe onde a passageira entrou; que entrou na casa onde foi preso; que entrou na casa, depois, entraram outras pessoas, entre uma senhora e crianças; que estava próximo à escada da casa, em pé; que ficou dentro de casa, por volta de quarenta minutos; que ninguém saiu da casa, quando cessaram os tiros; que alguns policiais entraram pela porta da frente e outros pela laje"; "que foi preso dentro da casa; que saiu de casa para comprar pão, quando começou o tiroteio"; "que ninguém que estava dentro da casa estava participando do tiroteio; que ficou dentro da casa por volta de uma hora; que não viu armas e drogas; que nunca teve envolvimento com tráfico"; "que, quando estava saindo, viu o Caveirão dando muitos tiros; que se abrigaram nesta casa mencionada".

[199] No último item do terceiro capítulo da tese exploro a teoria das vozes na dinâmica processual, leitura que faço agora, reanalisando os dados do campo, percebendo como, por terem sido sufocadas, essas narrativas (de Tereza e dos acusados) são "vozes baixas" (BIDASECA, 2011), obliteradas, e substituídas facilmente pela retórica salvacionista da magistratura. Agir que expressa o colonialismo jurídico, que sustenta os pactos narcísicos da branquitude pela via da atuação institucional burocrática, e assim vai capilarizando e naturalizando agires que retiram de sujeitos a capacidade de enunciação.

denúncias que fez sobre os danos e violências dos policiais foram mencionados. Junto com os não ditos, o "modelo de sentença", que parece ter sido muito pouco alterado para ser mobilizado ao caso concreto, sequer toca o fato de se tratar de um "domicílio" onde estavam uma avó e criança, elementos de afetividade que não implicam a branquitude. E, assim, deixa claro como, em maiores operações, a vedação constitucional não tem adesão sequer retórica e como a noção de "casa" não integra o repertório das territorialidades violadas.

A afetação do território à dimensão familiar também foi registrada na voz de pessoas conhecidas de alguns deles e, especificamente, da mãe de um dos acusados[200], que fez questão de depor:

> que é mãe do réu; que estava presente no dia da operação; que seu filho saiu de casa por volta de nove horas e, quando saiu, começou um tiroteio muito forte; que, por volta das dez horas e quarenta, o telefone de sua filha tocou; que ele disse que entrou numa casa com outras pessoas e que tinha que levar seus documentos; que, quando chegou lá, o policial estava no chão com outros garotos; que o policial disse para ir até a Cidade da Polícia; que seu filho não integra tráfico de drogas e trabalha com administração como jovem aprendiz; que não conhece os outros acusados; que ele disse que os policiais invadiram a casa e prenderam todos; que seu filho foi algemado por último; que foi preso fora da casa; que ele estava dentro da casa; que ele disse que entrou na casa para se abrigar o tiroteio; que ele saiu de casa sem camisa e de bermuda

Vozes que fazem as tessituras dos territórios negros aos seus contextos de resiliências comunitárias, matrilineares e que não passaram de uma transcrição em tom de relatoria na decisão. Assim, diversos elementos de uso do território foram trazidos para além do repertório do combate, mesmo que com todas as limitações dos possíveis embargos das falas ao valor instrumental da causa para o direito. Foi no descarte desses discursos e no recurso sincrético, mais uma vez, das facções e das implicações que essa referência mobiliza - trabalhados no tópico anterior -, que o caso foi decidido.

Quer dizer, sem que qualquer ambiguidade discursiva fosse analisada e atribuindo, à versão autocentrada no poder punitivo (sem isto mencionar), valor de narrativa oficial do acontecido. E isso com um tom, ainda, prospectivo, dada a amplitude dos termos que parecem já adiantar o vocabulário decisório de outros processos para operações semelhantes e que, por isso, parecem indiciários desse arcabouço já consolidado de discursividades prático-políticas nas incursões:

> Com os meios de prova colhidos ao fim da instrução processual, não há dúvidas de que os réus estiveram associados à facção criminosa denominada Comando Vermelho, em local notoriamente conhecido como ponto de venda de drogas e em comunidade dominada pelo tráfico na posse de armas de fogo e em localidade de vigilância do tráfico. Ademais, deve ser frisado que aos acusados acima mencionados portavam armas de fogo

[200] Em capítulo posterior nessa tese trabalharei mais detalhadamente a divisão das vozes neste processo, nesse momento optando apenas por trabalhar com o depoimento da mãe que é representativo das questões analisadas.

> momentos antes de suas respectivas capturas, tendo realizado disparos contra os policiais civis que incursionavam na comunidade do Jacaré, em diligência conjunta realizada por diversas delegacias, por ordem do Departamento Geral de Polícia Especializada. A materialidade resta consubstanciada pela Auto de Prisão em Flagrante, bem como pela apreensão de armas e munições, conforme Auto de Apreensão de fls. 87/88. Frise-se que foram apreendidas na residência em que os acusados se escondiam da ação policial, arma de fogo, carregador, munição, rádio transmissor e coletes balísticos, conforme Auto de Apreensão de fls. 87/88. Dessa forma, há que atribuir em desfavor dos réus, o crime de associação criminosa para fim de traficância, eis que estavam associados com traficantes da sociedade ilícita - Comando Vermelho, que exerce, através do poderio bélico, o domínio do tráfico e comercialização de drogas no interior de diversas comunidades no município do Rio de Janeiro, entre estas, a comunidade do Jacaré. • Não há porque duvidar dos depoimentos acusatórios, pois estão em sintonia com as demais provas colhidas durante instrução criminal, inexistindo qualquer indício de que os mesmos tivessem qualquer interesse em prejudicar os réus.

Falando sobre autos de resistência, a socióloga Márcia Leite (2013, p. 110) os qualifica como um conjunto de dispositivos governamentais que atribuem "ao agente policial 'na ponta' a prerrogativa de decidir quando, como e contra quem agir de forma extralegal, em um movimento discricionário que 'embaralha' o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo". A atuação da magistratura, na relação com esse agir discricionário, tem sido de sofisticação e rearticulação das engrenagens soberanas do poder punitivo.

Atribuindo novas roupagens aos movimentos que entrelaçam o que está "dentro ou fora da lei", mais do que "encampar" a versão dos policiais, o judiciário vem mobilizando saberes específicos que renovam o repertório de possibilidades de atuação do terror em territórios negros e carregam os imaginários sociais dessas espacialidades a partir da associação ao "crime". Processos desenvolvidos também de forma bastante marcada nos modos como as investidas nas "bocas de fumo" foram construídas, que é o último ponto que analisarei.

3.6 Bocas de fumo e as dimensões da "corporeidade" antinegra no campo

"Bocas de fumo", no Rio de Janeiro, são pontos de venda de drogas territorializados, identificáveis por pessoas que fazem o consumo, e que sempre foram estratégicos para as análises da capilaridade entre as dinâmicas de força referidas aos ilegalismos e ao poder instituído. Como sintetiza Carolina Grillo, elas implicam na "necessidade de negociar um "alvará de funcionamento" (Barbosa, 2005; Hirata, 2010) com as forças de ordem e, de outro, o desenvolvimento de estratégias de segurança, que se distinguem em boa medida em cada cidade" (GRILLO, 2017, p. 80).

Pelas vicissitudes dessas negociações, as incursões contra esses espaços, tradicionalmente, representam um modo de regulação dos acordos entre os comandos ou

chefias do varejo e as agências policiais, parte das típicas dinâmicas das "mercadorias de proteção"[201]. Alvo das "batidas", as "bocas" tornam-se visadas, perdem popularidade pela insegurança, sem contar os prejuízos decorrentes de possíveis apreensões. A reação a essas incursões, por esse motivo, não raro resulta em tiroteios e muitas vezes em mortes, como jogo de relações que caracteriza as fronteiras porosas entre o legal e ilegal nos interstícios da necropolítica da trama urbana (TELLES; HIRATA, 2010) em territórios negros.

Os autos envolvendo conflitos nesses pontos, entendidos no seu valor heurístico[202], são, em uma primeira análise, resultado dos agenciamentos táticos que determinam a aplicação ou não da lei, o exercício ou não do controle através do poder punitivo burocratizado e que provavelmente já foram resultado de tratativas anteriores não registradas nos papéis. No "cabo de guerra" entre polícias e o varejo - sendo estas as agências mais expostas, mas sem excluir outras que integrem o circuito das mercadorias políticas (MISSE, 2006a) -, as investidas levam à estabilização dos capitais que são resultado de algum, ainda que temporário, equilíbrio de forças que se desvela da criação de uma boca e mantém-se ao longo da sua existência.

Começando pela própria implementação de um ponto, como destaca Daniel Hirata, são fruto de acordos constantemente renovados:

> Mas ao contrário do que um senso comum pretensamente informado pensa, um ponto de venda de drogas não se faz paralelamente ou nos espaços vazios das instituições públicas, muito menos em "enfrentamento com o poder público", ao contrário, é autorizado ilegalmente por agentes do próprio controle estatal da proibição. Para a compreensão das formas de territorialidades do tráfico de drogas, portanto, é preciso entender como funciona essa autorização não formal, mas ligada as instancias formais, que permite a circulação dessas mercadorias (...) Os pontos de venda de drogas não funcionam escondidos dos policiais que atuam em determinado bairro, pelo contrário. Cada delegacia de polícia e seus funcionários conhecem não apenas todos os pontos de venda de drogas que estão sob a área de sua atuação correspondente, como, parte deles, mantêm contatos frequentes com os traficantes (HIRATA, 2014, pp. 4-5)

[201] Termo criado pelo sociólogo Michel Misse (2006a; 2006b), e replicado no campo, para referir-se às várias dinâmicas envolvendo compra de proteção, em particular (embora comum nos mercados ilícitos) no tráfico de drogas, que culminam em corrupção e extorsão e que acabam, enquanto redes de poder articuladas, amplificando as dinâmicas de violência.

[202] Mobilizo aqui esta chave tal como proposto por Daniel Hirata: "O ponto, noção ao mesmo nativa e analítica, é um conceito relacional que pode ser utilizado em diversos circuitos mercantis diferentes. A relação que ele estabelece é construída em uma espaço onde a distinção entre o legal e o ilegal é decisiva, mas mobilizada taticamente, ou seja, onde a letra fria da lei não é aplicada pura e simplesmente, mas sim agenciada de formas variáveis. Esses agenciamentos dependem de diferentes enquadramentos jurídicos, econômicos, sociais e, sobretudo, políticos dos atores e das mercadorias que são comercializadas: atribuições, interesses e estratégias mobilizadas na interação. Em certos momentos um aparente equilíbrio dos acordos e negociações parece garantir a estabilidade necessária para que as práticas econômicas sejam perenes, mas o turbilhão conflitivo das relações de força é processado o tempo todo, sendo essa a dinâmica que permite situar a história desses mercados." (HIRATA, 2014, p. 02)

O frágil equilíbrio entre as agências, após a implementação do ponto e tendo em vista a sua manutenção, conforma uma territorialidade regulada pelas já tratadas "mercadorias políticas" (MISSE, 2006a) que são próprias aos mercados ilícitos e muitas vezes vão sendo atualizadas pela hiperexposição à violência. Entre os "arregos", que compram os alvarás de funcionamento, e a imposição do poderio bélico por parte da gestão do mercado de drogas, uma das formas de manter as redes de corrupções, extorsões e afirmar algum sentido material e/ou simbólico nessas espacialidades é ter uma rotina surpreendente de incursões policiais e a correspondente reação a esta. Daniel Hirata comenta também essa dinâmica:

> O que pude perceber durante a pesquisa é que os policiais não se sentem satisfeitos com a "compra do alvará de funcionamento", acreditando que a fonte de seu lucro extrativo (o ponto) pode "render" muito mais. De fato, o que os traficantes compram a partir do "alvará" é tão somente a permissão para existirem no território de referencia de uma delegacia, não a proteção da corporação policial como um todo. É desta maneira que policiais de outros lugares aparecem e realizam extorsões fora de suas áreas de referencia nas invasões do perímetro de biqueira onde não venderam o "alvará". Em quase todos os casos de invasão, ao menos quando os acordos ao redor do "alvará" estão estáveis e a confiança entre as partes permanece, os policiais que realizam as operações não estão na área de referencia de sua delegacia. Não poderia ser diferente, pois os funcionários da biqueira conhecem quase todos os policiais que trabalham na delegacia que pagaram o "alvará". Não poderia afirmar se os policiais de delegacias próximas se comunicam para informar onde estas invasões seriam mais lucrativas ou se é a falta de comunicação que permite que uma ganhe dinheiro do território de referencia da outra. A minha hipótese de trabalho é de que a primeira alternativa é a mais recorrente (...) (HIRATA, 2014, p. 07)

Os casos envolvendo esses pontos, portanto, quase sempre expressam relações de força com ainda maiores fragmentações no mercado das drogas e me chamaram atenção, no conjunto completo de processos do estado Rio de Janeiro que analisei para o IPEA, por dois principais motivos: i) pelo volume de autos que expressavam uma trama contumaz dessas "batidas em bocas de fumo"; ii) pelo fato de a maioria envolver pessoas que alegavam serem usuárias/compradoras e estarem na fila para a compra quando da operação, sendo acusadas de serem traficantes pelo MP[203].

Por representarem um recurso ao judiciário de conflitos que escancaram as raízes do aliciamento do poderio policial com os ilegalismos em terras fluminenses, e como, na criminalização secundária[204], são as próprias polícias que filtram o que chega ao sistema de

[203] Diferente de Minas Gerais, outro estado em que avaliei os autos judiciais por tráfico de drogas, a grande maioria dos processos na região fluminense envolvia alguma "boca de fumo", inclusive com muitas ocorrências de aparente criminalização de usuários. Uma das narrativas que mais li, nas transcrições de interrogatórios de pessoas acusadas nas Audiências, era de pessoas negras que foram diretamente em uma boca, em uma favela ou região periférica, e, durante uma incursão policial, foram detidas por que diferente de outras pessoas que ali estavam foram surpreendidas e não "fugiram".

[204] Expressão referente à atuação das agências penais (policial, judiciária e penitenciária) responsáveis pela seleção concreta de pessoas que responderão por um ilícito penal. A expressão, que é marco clássico da criminologia, foi elaborada por Nilo Batista (1990).

justiça, as tramas dos autos não expunham, em regra, essas negociações típicas do que se tem chamado por “mercado de proteção” (MISSE, 2006b). Esse motivo, inclusive, pode estar relacionado ao fato de, preferencialmente, envolver pessoas alheias à dinâmica do varejo - no caso, selecionando como regra consumidoras[205] - que não detém os capitais, portanto, para expor a teia de ilicitudes que mantém o mercado ilegal.

A criminalização de usuários/consumidores também opera como mecanismo de regulação dos capitais negociados em um determinado ponto de venda, já que impacta diretamente a segurança e valoração daquele ambiente, além dos prejuízos causados pelas apreensões e pelo potencial de letalidade - dado que são investidas quase sempre acompanhadas de reação.

Pela quantidade de casos que tinha visto no campo inteiro (os 289 da pesquisa do IPEA no TJRJ), quando voltei para o material, já feita a seleção dos que iriam compor a amostragem, tinha a impressão de que seria também um enorme quantitativo com papéis descritivos desses “cabos de guerra”. Todavia, fui surpreendida pelo fato de que, explicitamente, houve apenas 03 (três) casos descritos pelos policiais no inquérito e/ou na AIJ como operações em “bocas de fumo”; e 02 (dois) outros em regiões muito próximas à “bocas”, com narrativas que descreviam a intenção dos agentes policiais de se direcionarem a estes pontos.

Vários outros autos simplesmente não mencionaram se a operação tinha em vista ou mesmo ocorrera nesses pontos e um caso bastante singular[206] sobre essas disputas compunha um primeiro conjunto que montei de amostragem, mas foi posteriormente descartado[207].

Essa condição comparada (dos autos da amostragem completa para a pesquisa do IPEA e do campo da tese) me fez refletir sobre uma possível falta de interesseem se associar os discursos sobre “operações” a investidas nesses pontos. Embora ainda trabalhando essa reflexão, penso que possa haver relação com uma maior projeção dos casos que mobilizam o vocabulário - até porque tendem a envolver não só a polícia militar, como também a civil e são mais acessíveis, pelo alarme social que envolvem, à arena pública - e o desinteresse na exposição das dinâmicas dessas incursões.

O caso 15 é um dos que deixam bastante marcada a dinâmica dos processos contextualizados da forma exposta, quando são criminalizadas pessoas que possivelmente

[205] O caso 15 que irei explorar em breve foi exemplo de um claro desvio inesperado neste curso. Embora, como é a regra, envolva pessoas que alegam ser usuárias, um deles narrou que recebera R$2.000,00 (dois mil reais) para entregar a um policial, antes da batida.

[206] Esse foi um caso que envolveu, segundo a narrativa policial, a montagem de uma nova boca de fumo no Morro do Coco, em Anchieta e que foi logo objeto da repressão punitiva.

[207] Pela palavra “operação” só ter sido mencionada uma única vez por um único policial na AIJ, mas sem ser trabalhada em seu depoimento e tendo toda a trajetória processual documentado a investida como “incursão policial”

estão nas bocas para adquirir entorpecentes - não aquelas ligadas ao varejo. Segundo o depoimento do acusado, transcrito na sentença:

> no dia dos fatos foi comprar duas maconhas; que estava com quarenta reais; que ficou com vinte reais no bolso depois de comprar a droga; que, quando estava voltando, houve o primeiro disparo; que viu um carro preto vindo em sua direção; que se escondeu atrás de um veículo; que o carro parou e saiu um policial fardado, o qual foi o que prestou o primeiro depoimento e um outro de camisa branca com uma arma na mão; que não sabe quem disparou; que o policial viu que estava abaixado e que dois caras correram; que o policial lhe colocou junto com os rapazes que estavam na esquina rendidos.que depois foi levado para a delegacia e lhe foi imputada uma bolsa de drogas; que é trabalhador; que começou a discutir com os policiais porque só estava com duas maconhas; que cada uma vale dez reais; que é viciado; que está há três meses sem usar um baseado[208]

Esse é um caso particularmente singular, por três motivos cujas conjunturas já foram em parte tratadas. Primeiro, que um policial narrou ser um local onde se estaria tentando montar um outro ponto de boca de fumo logo depois de fazer outras considerações sobre a relação entre violência e aquela favela em Coelho Neto. Assim, toda dinâmica do chamado "alvará de funcionamento" do ponto pode estar implicada à incursão:

> que as drogas eram cocaína e maconha, pelo que se lembra; que, na localidade, a facção que domina é o Comando Vermelho;'que não se pode andar no local tranquilamente; que no local há duas ruas que não têm saída; que há circulação normal de pessoas ali; que os traficantes estão tentando, estabelecer um ponto de venda de drogas no local

Segundo, houve uma testemunha, que estava no local para comprar entorpecentes, que narrou ter recebido dinheiro de uma das pessoas responsáveis pelo varejo na região para ser entregue a um policial. Mais precisamente falando, R$2.000,00 (dois mil reais), que segundo essa mesma testemunha foram apropriados por um dos policiais. A possibilidade de esses documentos, assim, estarem registrando o "arrego" é imensa:

> que: mora na Rua dos Diamantes; que foi levado até a delegacia quando esperava policiais para entregarem uma certa quantia em dinheiro a eles; que é dependente químico; que um rapaz lhe ofereceu dois pinos de cocaína para que entregasse dois mil reais aos policiais, no entanto, veio outro carro, particular e preto, deu um tiro para o alto, o rendeu e o botou deitado no chão; que estava com dinheiro na mão e dois pinos de cocaína no momento da abordagem; que jogou fora os pinos de cocaína; que não conhece o rapaz que deu as drogas; que disse isso na delegacia; que não é traficante, mas dependente químico; que o policial pegou o dinheiro e colocou no bolso

[208] O caso 3, que é o último a enunciar explicitamente que a operação ocorreu em uma "boca de fumo", apresentou uma dinâmica semelhante, segundo narraram ambos os acusados "que o depoente tinha ido comprar maconha; que estava atrás do depoente, esperando para comprar; que os policiais saíram de dentro de uma casa; que os caras que estavam na boca de fumo saíram correndo e deixaram as drogas e arma e jogaram uma mochila lá para frente; que ouviu disparo da polícia para a direção onde os meliantes correram" e "que nesse dia estava com sua mulher na casa de sua avó; que pediu para sua mulher aguardar mais na frente porque ia comprar uma maconha de "R$ 5,00"; que estava esperando efetuar a comprar quando apareceram quatro policiais de dentro da residência; que os meninos que estavam vendendo correram e deixaram a mochila no chão; que o depoente ficou sem reação; que o policiais dispararam contra os meninos que correram".

Terceiro, os policiais militares responsáveis pela operação eram vinculados a um Batalhão externo à circunscrição da região, que fica a aproximadamente 07 (sete) quilômetros de distância daquele território, o que também aconteceu no caso 06 - sendo que o mais próximo é, em todo estado do Rio, conhecido pelo protagonismo na guerra contra as drogas e por ser responsável pelas maiores e mais letais operações em território fluminense. Como as negociações para a manutenção de um ponto são diretamente feitas com o batalhão responsável por uma determinada área, as operações que envolvem policiais de outra unidade podem desnudar os capitais mobilizados no mercado político quando da fixação da boca e as pressões feitas pelo alargamento das estruturas de financiamento do frágil equilíbrio entre a polícia e a gestão do varejo.

Ao final do processo, a decisão foi condenatória, descartando a versão do réu e da testemunha, para encampar a narrativa policial da operação. O tom de reconstituição dos fatos, nesse sentido, adere a uma fixação do território imbricado ao alarde e aos demais recursos materiais e simbólicos que "bocas de fumo" mobilizam, sofisticando a espacialização da punição contra a favela:

> Em sua defesa, o réu negou que estava na posse da mochila apreendida e que foi preso porque alegou ser usuário de drogas. No entanto, tal versão não encontra respaldo nos demais elementos probatórios acostados aos autos. Além da coerência das versões apresentadas pelos ~ policiais militares, não é crível que os referidos agentes tenham prendido o acusado em represália por este não ter assumido a condição de membro da organização criminosa, eis que outros indivíduos, entre eles, o qual alegou também ser apenas usuário, foram encaminhados à delegacia e liberados (...)Dessa forma, a versão exibida pelo acusado e por sua Defesa não ecoa nos demais elementos dos autos, não havendo qualquer indício de que os agentes policiais tivessem motivo para lhe atribuir atividades criminosas. Por fim, registro que o depoimento da testemunha também se encontra dissociado do conjunto probatório- eis não ser crível que alguém que não o conheça tenha lhe dado a quantia dois mil reais à fim de entregar a policiais. Assim, a quantidade e' diversidade dos entorpecentes, a forma de embalagem, bem como o local em que o acusado foi preso; em uma "boca de fumo", tudo • leva à conclusão de que as substâncias eram para entrega a consumo alheio, mediante venda, propiciando a sua difusão, restando, assim, configurada esta acusação.

Como neste, os outros dois casos em que os papéis deixaram vazar, explicitamente, as dinâmicas em "bocas de fumo", o interesse na confabulação a respeito das dinâmicas expostas pareceu fazer com que os "pontos" integrassem o repertório de tomada dos sentidos dos usos dos territórios das favelas da zona norte - e, não, de inscrições nas dinâmicas das polícias envolvidas. Inclusive, para evitar a relação, as sentenças tendencialmente nem mesmo aproximavam topograficamente a categoria à palavras como "operação". De outro lado, o paralelismo emergia principalmente como prelúdio ao discurso sobre facções e caminhava junto com alguma consideração sobre as espacialidades e a corporalidade das pessoas acusadas.

O caso 02, que inclusive já analisei como representativo das narrativas sobre facções, foi bastante exemplar nessa linha. Em sede de sentença, logo antes de fazer as considerações já analisadas sobre o comando, o magistrado tentou, na obsessiva intenção de reconstrução de uma verdade sobre os fatos, desenvolver estes paralelos:

> A fração da guarnição que chegou na parte superior da comunidade, buscava atingir a boca de fumo que existe no local. Policial declarou em Juízo, que lhe foi passado pelos colegas da guarnição que entraram pela parte superior da comunidade, local em que fica a boca de fumo, que foram avistados vários traficantes no local. A guarnição foi recebida a tiros pelos agentes criminosos que estavam na boca de fumo. Os agentes que estavam na boca de fumo se evadiram do local. Os acusados se evadiram da boca de fumo, descendo a comunidade e encontraram com a parte fracionada da guarnição, que fazia o cerco na parte inferior da comunidade. Os acusados foram empurrados para baixo, pela guarnição que estava na parte superior da comunidade. A guarnição que ficou na parte inferior da comunidade, fazia um cerco, já esperando a descida dos traficantes, com a chegada dos policiais na parte superior da comunidade. Os acusados corriam por beco que sai na boca de fumo. A boca de fumo fica na direção que os acusados vieram. Seguindo o beco que os acusados percorriam em fuga, chega-se exatamente na boca de fumo, que fica a uma distância entre 50 ou 200 metros do local da prisão dos acusados, segundo a narrativa dos policiais.

A quantidade de vezes que a expressão “boca de fumo” foi repetida neste trecho, junto à descrição mais geral da espacialidade da favela, com o recurso imagético e sensorial da parte “alta” e “baixa” das favelas, é indiciária do processo que busquei analisar anteriormente. Essa mesma discursividade fragmentada, mantida a partir da reiteração dos vocabulários e aproximação entre “boca” e “comunidade”, foi desenvolvida ao longo da decisão:

> Após os acusados serem detidos, os policiais subiram pelo beco que corriam e chegaram no local da boca de fumo. No local em que fica a boca de fumo, os policiais encontraram caídos ao chão, os materiais entorpecentes apreendidos e uma réplica de submetralhadora. Os acusados empreendiam fuga dos policiais, saindo de boca de fumo, em que foram encontrados materiais entorpecentes, devidamente endolados para que fossem comercializados. (...) Houve resistência armada, com disparos efetivados por traficantes, quando os policiais chegavam na localidade da boca de fumo. O contexto fático permite seja concluído com as provas produzidas, que os acusados integravam o grupo de agentes criminosos, que estavam na boca de fumo, para venderam o material entorpecente apreendido. Todo o contexto fático e probatório permite seja reconhecido, que os acusados exerciam atividades voltadas para a comercialização de materiais entorpecentes. (...) Restou demonstrado que os acusados, praticaram o crime previsto no art. 33 da lei 11.343/06. Notoriamente sabido que nas localidades em que o tráfico de drogas é exercido por facção criminosa, não há possibilidade que seja exercida atividade criminosa similar, por facção criminosa rival ou de forma autônoma e independente. Acusados para estares vendendo drogas em área de atuação da facção criminosa, necessariamente, devem estar vinculados a mesma.

Referindo-me a outra categoria que mencionei há pouco e que é central em meu campo, também importa dizer que a produção das espacialidades em territórios negros interpelam as várias dimensões visíveis do corpo. Aqui, valem as considerações de Milton

Santos sobre como, no Brasil, corporalidades se expressam nas linhas que produzem o espaço, e as várias maneiras pelas quais linhas demarcatórias são criadas a partir da sua materialidade:

> No caso brasileiro, o corpo da pessoa se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade, cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa (SANTOS, 2002[2000], p. 159-160).

Corpo, para Milton Santos, tem uma dimensão sócio-histórica e subjetiva e a "corporeidade" aparece como categoria que expressa um constructo social com significado cultural, muito além de uma visão individualista e/ou morfológico-biológica (CIRQUEIRA, 2010, p. 143). Corpos favelados, nas espacialidades remontadas a partir das notas feitas, imbricadas aos constructos sobre facções, a despossessão da noção de domicílio, o capital político das bocas de fumo e as violências que os processos em geral envolvendo política de drogas imbuem, vão se perfazendo pelos papéis aderindo aos sentidos do não ser.

Tocar essas múltiplas dimensões possibilita atentar à forma como a necropolítica espacial está conectada com as dinâmicas que fazem com que dispositivos de segurança visem a, diretamente, fundar espacialidades, expor e exterminar corporalidades.

Nesse sentido, especialmente os confrontos policiais, que carregam a lógica sanguinária das estruturas de controle verticalizadas e militarizadas operadas em territórios negros, esgarçam os interesses das instituições referidas à branquitude em fragmentar o que corporeidades, nesse espaço geográfico e para toda produção de memórias e transmissão ritualizada dos sentidos da comunidade, representam.

Três últimas formas de referências aos territórios apareceram nos casos analisados, imbricadas com a disputa de sentidos sobre "operações": os termos de referência às topografias das favelas, a qualidade da droga e a chamada "atitude suspeita".

3.7 Militarização e os retratos construídos das favelas a partir do estudo do caso 04

Como já foi mencionado, nos processos da pesquisa, as narrativas dos policiais acerca da trama das operações formulam as referências simbólicas e materiais dos territórios em debate, assumindo uma importante função para a configuração da geografia da vigilância e do controle urbanos que o judiciário sustenta e organiza em alguma medida. Representando o atual estágio de militarização da vida nas favelas da zona norte, os elementos trazidos pelos agentes sobre as incursões expressam a naturalização da tirania da guerra que tem

interpelado os trânsitos e as políticas de inimizade contra corporalidades faveladas na zona norte do Rio.

Os jogos de representação sobre a arena urbana perfazem também os personagens das polícias, que gerem a segurança pública local e criam os esquemas de hierarquia social na cidade (CARUSO, 2016, p.20). Assim, no contato com esses elementos, a magistratura assume o papel de encampar os sentidos de ordem pública que criam essas espacialidades a partir dos *fronts*.

Pensando sobre como, nas intervenções, as polícias produzem os significados e sentidos de ordem pública e convivência, e sobre como a militarização está politicamente implicada, Felipe Freitas pontua que

> (...) a representação local de processos globais de militarização da vida urbana e de vigilância sobre determinados territórios, grupos e pessoas o que produz significados e representações sociais sobre os sentidos de ordem pública e de convivência. Não é possível pensar as cidades sem considerar a peso da presença policial na gestão da circulação de pessoas, bens e serviços no espaço urbano no Brasil e sem considerar o impacto do pertencimento racial dos/as moradores/as na regulação e no gerenciamento destes trânsitos geográficos e sociais por parte da polícia e das demais autoridades públicas. (FREITAS, 2020, p. 19)

Nesse sentido, as operações, diferentemente de outros conflitos penais, escancaram os agenciamentos políticos da guerra nas favelas, tornando extremamente visível o modo como o policiamento fixa a soberania necropolítica em parte de um estado. E como, a partir do momento que tolera esse ciclo de violências permanente, o judiciário assume função importante na constituição falaciosa de nosso Estado de Direito. Freitas também reflete sobre a relação entre a tolerância institucional do autoritarismo das polícias e as limitações democráticas;

> Do ponto de vista político e social, as polícias representam uma temática profundamente relevante na medida em que se relacionam com a própria legitimidade do modelo democrático e informam sobre a consistência (ou não) da noção de Estado de Direito. O tipo de polícia que se tem e o padrão da sua relação com os diferentes grupos sociais é determinante para avaliar o tamanho da tolerância social a práticas de violência e autoritarismo, ao tempo em que é também um índice de avaliação da densidade do controle público das instituições." (FREITAS, 2020, p. 20)

Assumir, portanto, a descrição militarizada e autoritária de uma ação policial como possibilidade de narrativa sobre e desde um território é abdicar de qualquer resquício democrático envolvendo a gestão da segurança pública em uma espacialidade. Nesse sentido, sem se implicar nas cenas de guerra que os depoimentos policiais trazem à tona, a magistratura atribui legitimidade a este projeto de familiarização da fusão do "capitalismo com o animismo" e da total "inversão da democracia" (MBEMBE, 2020, p. 71).

Esse processo apareceu mais de uma vez de modo explícito no material de campo e sempre em termos bastante similares, sobretudo partindo do depoimento dos policiais sobre

as dinâmicas das operações e referindo-se às cartografias das favelas de acordo com uma gramática de guerra – sendo esta mais ou menos replicada no futuro pelos agentes do sistema de justiça. Para não tornar cansativa a análise destes indexadores, escolho então trabalhar com um estudo de caso, em que percebo as narrativas entrelaçadas para criar as tramas nos termos denunciados contemplam as demais aparições e enunciam o debate através de registros documentais de forma bastante exemplar.

O caso 04 foi bastante escatológico, porque nele a narrativa policial deixa evidente o que Mbembe, em “Políticas da inimizade” (2020), nomeia como “desejo de inimigo”; “desejo de *apartheid* (segregação e enclave) e a “fantasia de extermínio” (MBEMBE, 2020, p. 77). Na sentença, o magistrado do caso transcreve os trechos do depoimento dos policiais que fizeram a operação, sendo o primeiro deles:

> que foram cerca de quatro horas de tiroteio; que progrediram do Azul até o Beco da Síria; que a localidade é dominada pela facção criminosa "Comando Vermelho"; que avistaram alguns indivíduos trocando tiros com a equipe, sendo que os mesmos estavam pulando de laje em laje; que começaram a progredir em direção da laje da casa onde os indivíduos foram presos; que conseguiram arrecadar muito material entorpecente pelo caminho, assim como armas e coletes balísticos; que chegaram à laje da casa, onde avistaram marcas de sangue

Dois outros policiais replicam os termos da história, que é recontada posteriormente por outro agente[209]:

> enfrentaram uma grande resistência na localidade conhecida como Síria; que adentraram à comunidade pela localidade conhecida como "Azul"; que se deslocaram até a localidade da "Síria"; que, com três colegas, foram descendo pela parte alta da comunidade e enfrentaram; que a operação se iniciou por volta das seis horas; que, por volta das onze e meia, outra equipe conseguiu capturar o chefe do tráfico local; que fizeram uma varredura do local onde saiam os disparos; que ia avançando pelas lajes e, conforme ia avançando, arrecadou bastante coisa;
>
> que sua delegacia entrou pela localidade do Azul, a parte mais alta da favela; que receberam a informação de outras delegacias que estava havendo confrontos nas áreas conhecidas como "Síria", "Beira-Rio" e "Fundão"; que decidiram progredir em direção à localidade da Síria, onde houve confronto com marginais até chegarem à parte mais baixa da Síria; que foram orientados, pelo rádio, por onde deveriam progredir durante a operação;

Mobilizando também essa discursividade, embora neste caso com um pouco mais de sofisticação, o promotor da justiça, na denúncia, pontua:

> A equipe do Policial Civil Juan Felipe adentrou na comunidade pela localidade conhecida como "Azul" e foi alertada pelos demais grupos policiais, via rádio, que ocorria naquele momento um confronto entre policiais e traficantes nas localidades "Beira", "Fundão" e "Síria". Ato seguinte, a equipe prosseguiu em direção a localidade "Síria", tendo encontrado no

[209] Um quarto policial reproduz os termos dizendo “‘sua equipe entrou pelo Azul; que sua equipe era composta por cinco pessoas quando adentraram a comunidade; que chegou a uma localidade conhecida como Síria; que os marginais iam pulando de casa em casa; que tentavam fazer por terra o que era ordenado pela equipe que estava no alto “”

> caminho 20 (vinte) indivíduos fortemente armados que dispararam contra os agentes, que buscaram abrigo na localidade "Travessa Esperança", parte alta da comunidade. Os policiais avistaram os indivíduos se evadirem em direção à localidade "Síria" e orientaram as outras equipes a realizaram um cerco no local. A equipe do policial Juan Felipe avançou em direção à parte baixa da comunidade, refazendo o caminho percorrido pelos indivíduos armados, que a todo o momento atiravam contra os agentes. Tais indivíduos se evadiam pulando de laje em laje, desfazendo de parte do material acima descrito. Durante a perseguição, foram apreendidas duas sacolas com cocaína, um carregador estendido calibre 9mm, três sacolas com maconha e diversos cadernos com anotações referentes ao tráfico.

Um exercício possível para refletir sobre as vicissitudes destes discursos é imaginar se um território de zona sul, habitado pelas elites cariocas, poderia ser descrito por qualquer agência em termos de referência como “Fundão” ou “Síria” e a incursão narrada como “progressão”, assim como a imagem compartilhada da cena como a de “marginais iam pulando de casa em casa”, de “laje em laje”.

Mesmo no caso da reescritura da promotoria, que dissolve em alguma medida os termos da militarização da narrativa policial, seria impossível imaginar que um território não negro da cidade pudesse ser mencionado a partir de um vocabulário explícito de combate e com uma tal animosidade que recupera a angústia das técnicas mencionadas por Mbembe como as de “miniaturização da violência, da sua celularização e molecularização e das técnicas de anulação tanto material quanto simbólica” (MBEMBE, 2020, p. 79).

Entendo, inclusive, que este foi o motivo da geografia e da logística da operação terem sido mencionadas na parte da fundamentação da sentença específica do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35, Lei 11.343/06) e referência às facções – e, não, do art. 33 desta lei. Assim, a magistratura compõe a gestão da segurança, ocultando o teor antidemocrático, muito embora com ele alinhado, da trama policial.

Importa considerar, assim, como essa reivindicação que passa pela sensorialidade da guerra, da violência, de um território do não ser absorve uma gramática que é militarizada das polícias contra corporalidades faveladas e que, mesmo ofuscando-se pelos jargões jurídicos, parece capturada pelas autoreferências que as facções e o próprio art. 35 da Lei parece assumir. No caso em concreto, o magistrado, depois de trazer a fala naqueles termos dos policiais, considerou:

> Portanto, considerando-se que os réus foram vistos em local reconhecidamente utilizado por associados à facção criminosa que domina o comércio de drogas na comunidade do Jacaré, momentos antes de serem presos, após realizarem disparos de arma de fogo contra policiais civis, não há dúvidas de que estiveram associados à facção criminosa que se autodenomina "Comando Vermelho". A estabilidade e permanência decorrem das circunstâncias em que os acusados foram presos, eis que, além de estarem associados entre si e na companhia de demais criminosos ainda não identificados, portavam armas, rádio transmissor e coletes balísticos, o que notoriamente só é permitido àqueles que já ostentam certo grau de importância na estrutura criminosa.

Animismo e antidemocracia, assim, que parecem sintetizar a relação das burocracias institucionalizadas com as operações em favelas da zona norte, estão presentes na discursividade dos autos a partir das implicações entre as falas e a possibilidade de anunciar o projeto necropolítico de Estado que perpassa a gestão da segurança pública. Questões que também refuto terem relação com os termos através dos quais as descrições das drogas, supostamente encontradas nos autos, foram feitas e como são apostas à decisão dos conflitos, como trabalho no próximo tópico.

3.8 Qualidade e quantidade das drogas apreendidas: geopolítica da cocaína e as cartografias das favelas

No Brasil, especialmente após a ditadura militar, a dinâmica da guerra às drogas passou a catalisar o recurso linguístico, material e simbólico, ao medo e ao terror (BATISTA, 2016). As substâncias foram discursivamente transformadas em verdadeiras entidades, que recuperam os sentidos de inimizade da política e têm fixado limites nos territórios geográficos da cidade.

Com a guerra transformada em fim e em necessidade, as fronteiras espacializadas passam a ser os interditos que separam os vários mundos em disputa na arena urbana (MBEMBE, 2020, p. 14). E assim entendo que os entorpecentes se apresentaram discursivamente nos processos do campo: como linhas que separam as zonas da cidade em meio à guerra, em cenários que Mbembe nomeia, quando reflete sobre as novas conformações de guerra neoliberais, como “mais ou menos miniaturizados e militarizados” (idem).

A relação artificial que é feita entre favelas e drogas encontra na referência à quantidade e à qualidade das substâncias, junto com as demais descrições do espaço que venho tratando, a abstração que transforma a trama de uma incursão em uma guerra de extermínio. E, nessa disputa, especialmente a “cocaína” vem possibilitando a imaginação desse círculo mortífero da guerra às drogas, no paradigma da inimizade, nos termos que Mbembe elabora - sem se referir a este caso particular, mas aqui aplicável:

> A violência até então mais ou menos velada das democracias voltam à tona, desenhando um círculo mortífero que envolve a imaginação e do qual é cada vez mais difícil escapar. A ordem política, em quase todos os lugares, reconstitui-se como forma de organização para a morte. Pouco a pouco, um terror de essência molecular e pretensamente defensivo tenta se legitimar, turvando as relações entre a violência, o assassinato e a lei, entre a fé, o

> comando e a obedência, entre a norma e a exceção, ou então entre a liberdade, a perseguição e a segurança. Já não se trata mais de, pela via do direito e da justiça, excluir das considerações da vida em comum o assassinato. A cada momento, é a aposta máxima que está em jogo. Nem o *terrorista* nem o aterrorizado, ambos como novos substitutos do cidadão, renegam o assassinato. Pelo contrário, se de tudo não creem pura e simplesmente na morte (infligida ou sofrida), eles a assumem como garantia derradeira de uma história temperada a ferro e aço, a história do Ser. (MBEMBE, 2020, p. 19)

A transformação discursiva da forma como algumas substâncias, tal qual a maconha, vêm sendo debatidas e o capital político que a geopolítica envolvendo a cocaína mobiliza, assim como as referências ao contexto de matança e sobreposição de formas organizadas de gestão dos ilegalismos que rotacionam o narcotráfico[210], em território latinoamericano, me parecem vêm dando centralidade a inscrição deste combate em termos de interesses de dominação e expressão de soberania particulares. Penso que é um dos motivos de a cocaína ser a substância mais apreendida no campo, e em quantidades inferiores ao que o imaginário social constrói sobre os casos de operação.

A média foi de 388g por caso, mas a discrepância no valor das apreensões por processo é grande e sintomática da forma como a gestão das operações está capilarizada ao equilíbrio frágil daqueles que gerem o controle dessas espacialidades, interesses não registrados nos autos.

Especificamente tratando sobre esses dados, em 13 casos foi registrada apreensão de drogas, sendo que, destes, em apenas um deles a apreensão foi exclusivamente de maconha[211]. Em seis, ou seja, quase a metade, foram menos de 150g supostamente encontradas. A divisão detalhada com a referência ao caso, qualidade e quantidade foi a seguinte:

CASO	QUALIDADE	QUANTIDADE
CASO 01	Crack	450g
CASO 02	Cocaína	52g
CASO 03	Maconha e cocaína	42g de maconha; 148,2g de cocaína

[210] Aqui faço referência, especificamente, ao conceito de narcosobreposição de Aiala Gomes, segundo a qual, junto ao narcotráfico da cocaína, haveria uma "sobreposição dos territórios em função das relações de poder do narcotráfico" e assim "conflitos em função de divergências territoriais contribuem para a expansão das manchas de homicídios ou para o mapa do extermínio que torna compreensível os territórios sobrepostos ou a narcosobreposição." (GOMES, 2017, p. 29).

[211] Neste caso, o magistrado referiu-se à apreensão sempre como de "cocaína (crack)", por isso considero que segue na linha das apreensões por cocaína e seus efeitos.

CASO 04	Maconha e cocaína	17100g de maconha; 361,5g de cocaína
CASO 05	Maconha e cocaína	1550g de maconha; 1300g de cocaína
CASO 07	Cocaína	400g
CASO 08	Cocaína	1550g
CASO 10	Maconha	37,2g
CASO 12	Cocaína	20g
CASO 13	Maconha, cocaína e crack	34g de maconha; 62,3g de cocaína e 170g de crack
CASO 14	Maconha e cocaína	233g de maconha e 57,5g de cocaína
CASO 15	Maconha e cocaína	45g de maconha e 48g de cocaína

Tabela 01 - quantidade e qualidade das drogas conforme os casos

O caso específico da cocaína tem relação com o fato do Brasil ser um dos principais consumidores deste entorpecente[212], mas a absoluta centralidade desta na geopolítica do conflito envolvendo o estado do Rio[213], assim como a moralidade com que emergem nas decisões judiciais, dão conta de como também passam a integrar as cartografias produzidas pela magistratura sobre este território negro em meio à guerra às drogas. Três casos destacaram-se neste sentido.

Primeiro, o caso 01, em que foi noticiada troca de tiros entre os varejistas e os policiais e dois homens (tendo um posteriormente falecido em razão do confronto) foram encontrados no domicílio de uma moradora. A relação do acusado que foi preso com a droga parece ser tão subsidiária à própria inscrição da cocaína (crack) ao território que sequer foi esclarecida

[212] Segundo "O Brasil é o segundo maior mercado consumidor do mundo no uso da cocaína e seus derivados (crack, óxi ou merla), ficando atrás apenas dos EUA, que ainda tem o maior mercado mundial de consumo de cocaína, com cerca de 4 milhões e 100 mil (4.100.000) consumidores. O Brasil possui cerca de 2.800.000 usuários, segundo estudo realizado em 2012 pelo Levantamento Nacional de Álcool
e Drogas (LENAD) em parceria com a Organização Mundial da Saúde." (COUTO, 2017, p. 20)

[213] Embora os dados aqui sejam referentes aos autos dos casos de operação em favelas da zona norte do Rio, os dados coletados na pesquisa completa, que coletei junto ao IPEA, são coincidentes, não sendo esta a realidade de outros estados do país.

ao longo da instrução. Um dos policiais responsáveis simplesmente afirmou, na audiência, que "o réu estava na posse de drogas" e o outro que "Os dois rapazes e as drogas foram encaminhados a DP", sem este sequer mencionar a relação pessoal do acusado com a substância.

Mesmo assim, não só a droga foi discursivamente mobilizada, na sentença, para comprovar a materialidade do crime, como para aumentar a pena através de um moralismo que não encontrei igual com nenhuma outra substância:

> Quanto às consequências do crime, é cediço que os entorpecentes, especialmente o crack, geram grande dependência e malefícios aos usuários, bem como a toda a sociedade. Desta forma, cabe ao Judiciário reprimir mais severamente o tráfico dessa modalidade de entorpecente. Estudiosos como o farmacologista Dr. F. Varella de Carvalho asseguram que "todo usuário de crack é um candidato à morte", porque ele pode provocar lesões cerebrais irreversíveis por causa de sua concentração no sistema nervoso central. Além disso, os usuários de crack viciam-se na segunda vez de uso, aumentando rápida e vertiginosamente a necessidade de utilização do entorpecente, acabando eles por cometer outros delitos graves como o roubo e, até mesmo, o próprio nefasto comércio de drogas, como tem sido veiculado diuturnamente pelos meios de comunicação. Ressalte-se que, levando em conta todas essas considerações e que o número de usuários por crack vem crescendo de forma assustadora, falando-se até mesmo em epidemia, a jusrisprudência deste Tribunal de Justiça vem entendendo pela possibilidade de exarcebação da pena nas hipóteses de tráfico envolvendo crack.

No caso 03, que foi uma típica operação em boca de fumo e a droga foi encontrada no local também, sem estar diretamente com os réus segundo os policiais, embora redigida em termos mais objetivos, a cocaína também foi mobilizada para aumentar a pena[214]. Por fim, no caso 13, em que houve a apreensão em uma casa, mesmo sendo uma das sentenças mais sucintas da amostragem, com pouquíssimas considerações que fogem ao modelo – mesmo porque, foi proferida em sede de audiência – a magistratura considera a substância na relação com o território[215].

As drogas, nesse sentido, vêm sendo mobilizadas como uma das lógicas mitológicas necessárias para o funcionamento e a sobrevivência das operações e aderem a essa tessitura das representações simbólicas e materiais das espacialidades em territórios de favela que tornam possíveis as incursões nos termos descritos. Tecnologias de segurança e controle, inclusive, que integram a forma como, em meio às colonialidades, as agências de poder atualizam e sofisticam dinâmicas escravocratas de opressão contra vidas

[214] Segundo os termos da sentença: "As circunstâncias judiciais não são desfavoráveis ao réu, exceto em razão da expressiva quantidade de drogas apreendidas, entre as quais 387 tubos plásticos contendo cocaína, que é um entorpecente extremamente nocivo para a saúde, razões pelas quais fixo a pena base acima do mínimo legal".

[215] Nos termos exatos da decisão, "Outrossim, com base no disposto no art. 59 do CP, a reprovabilidade social do delito, que versa acerca de nefasta atividade de venda de produto notoriamente maléfico para as pessoas e famílias, atrelado à quantidade de drogas apreendidas (233g de maconha e 57,5g de cocaína), fixo a pena base acima do mínimo legal".

negras[216]. E que encontram nesses vocabulários prático-discursivos possibilidades de disputar o legal e o ilegal e assim assentar o capital político da supremacia branca nas instituições jurídicas, que serão tratadas mais especificamente no próximo capítulo.

[216] Resgatando essa historicização, Diogo Cirqueira: "Apesar da "descoberta" do corpo na atualidade pelo mundo ocidental –principalmente o acadêmico –, devemos advertir o quão essencial este foi para os povos e pessoas africanas que foram, desde o século XVI, transplantados forçadamente para as Américas. O corpo foi o único documento que restou aos africanos escravizados em seu continente e trazidos para o Brasil (RATTS, 2007) e este se tornou um "território", não se limitando aos aspectos físico-naturais e nem a morfologia corporal, pois era portador de memória e de sentido. O corpo foi – e de certa forma é – o território-memória que permitiu, não somente a readaptação e reterritorialização de africanos e africanas em terras brasileiras, como também, a sobrevivência destes. Mesmo que ele tenha sido o principal objeto de desumanização, foi também o "caminho" para a sublevação, para a libertação. Não é por acaso que o corpo é um dos objetos litúrgicos centrais nas religiões de matriz africana; nele flui o Axé, e é por meio dele que se comunica com as divindades, se fala diretamente com os Orixás. Entretanto, não podemos perder de vista a dimensão das relações de poder e da violência. É também este corpo portador de conteúdos/signos subalternizantes edificados historicamente que sofre com a perversidade do racismo na sociedade. Mesmo que a ciência européia tenha descoberto o corpo em nossa contemporaneidade, fica explícito que ele é um objeto de reflexão e inflexão antiga dos grupos negro-africanos da diáspora e dos próprios movimentos negros da atualidade, em sua luta contra a atuação do racismo. De tal modo, é de fundamental importância lançar luz sobre as questões que perpassam pelo corpo negro na sociedade brasileira, já que este – frente ao corpo branco, em sua constituição temporo-espacial, carrega signos e representações que dão o teor das relações sociais." (CIRQUEIRA, 2010, p. 53)

4. BRANQUITUDE, SISTEMA PENAL E O AGIR PRÁTICO-DISCURSIVO DA MAGISTRATURA NAS OPERAÇÕES EM TERRITÓRIOS DE FAVELA DA ZONA NORTE CARIOCA

No esforço de reposicionar a magistratura, é possível refletir sobre suas práticas tendo como referência o papel da branquitude na organização social brasileira e como incute no cotidiano de instituições que historicamente sustentam os interesses das elites branco-burguesas. Entendendo que o caso das operações policiais estudadas materializam o curso político-contextual de intensificação da agenda genocida antinegra[217] em curso no país (PIRES, FLAUZINA, 2020, p. 1214), o estudo da relação desta institucionalidade com o programa visa a esgarçar o perfilhamento do colonialismo jurídico na gestão da governança racial espacializada que a política de drogas agencia. Nesse sentido, assumo como norte deste capítulo a pergunta feita por Ana Flauzina e Thula Pires: ”O que significa, numa realidade como a brasileira, a necessidade de institucionalizar (através de dimensões jurídicoformais) o genocídio?” (PIRES, FLAUZINA, 2020, p. 1215).

A opção por trazer este tema como o último capítulo e introduzi-lo com a enunciação de um campo de pesquisa, que são os “estudos da branquitude”, para depois relacionar a chave com outras propostas conceituais, desvela os caminhos que decidi trilhar nas linhas teórico-metodológicas dessa tese. Acredito que os dados que apresentei no capítulo anterior também poderiam ser analisados mais diretamente imbricados à nomeação dos processos de espacialização e dos dispositivos prático discursivos, que codificam-se na geografia

[217] Trabalho com a dimensão da categoria do genocídio antinegro no primeiro capítulo, para onde remeto a leitura.

urbana e social, como organogramas da branquitude - o que cheguei a mencionar algumas vezes, sem me aprofundar. Assim como a historicização da magistratura em território latino americano e brasileiro, que elaborei no primeiro capítulo, é orgânica à constituição da branquitude.

Como disse na introdução, o material de campo e as categorias as quais assumo como miradas, funcionam melhores nos entrecruzos, estão em um diálogo que proponho intercambiado e menos cartesiano-dedutivo. Quero aqui resgatar algumas arestas deixadas ao longo de algumas das reflexões realizadas anteriormente, especialmente nas ocasiões em que apenas me referi à termos como “branquitude” e “supremacia branca”, mas partir para a exploração de outros dados que encontrei na amostra e que, na minha visão, colocam em maior evidência como as discursividades produzem referências mais diretas sobre “sujeitos”. Com isso espero também elaborar uma noção com maior mobilidade da “branquitude” como chave analítica de reflexão sobre o judiciário e, mais especificamente, a respeito do agir prático-discursivo de juízes/as na Capital do município do Rio de Janeiro.

Neste ponto, é importante dizer que a categoria “branquitude” sempre dialoga com a virada de repertório que o “branco-tema” promove. Há décadas, Guerreiro Ramos (1995) denunciou, como marca da produção de conhecimento no Brasil, aquilo que Maria Aparecida Bento, tempos depois, se referiu como “pacto narcísico” da branquitude[218]. Segundo a autora, haveria um legado deixado pelas análises feitas sobre as desigualdades raciais no Brasil que focaram no chamado “negro tema”, cujo efeito imediato foi não implicar, nos processos, grupos e sujeitos que beneficiam-se da supremacia branca.

Nesse sentido, pesquisas voltadas para a discussão das questões raciais na sociedade brasileira passaram a investigar pessoas e populações negras, destacando o efeito das opressões racistas em diferentes campos: subjetivo, identitário, social, econômico, político entre outros. Porém, o foco esteve excessivamente voltado ao diagnóstico das exclusões vividas por negro(a)s, sem alcançar o seu alicerce fundamental: o sistema de vantagens vividas por branco(a)s. Segundo Lourenço Cardoso:

> “Em síntese, isso tudo significa que o modo de pensar da razão dual racial produz uma epistemologia sobre o negro. Isto é, a objetividade da racionalidade dual racial é a epistemologia sobre o negro. Portanto, o ato de produzir teoria racial significa invisibilizar o branco e pensar somente a respeito do negro de forma geral” (CARDOSO, 2014, p. 70).

Invisibilizando o branco-tema e focando, em demasiado, na investigação de pessoas negras, essa agenda de pesquisa acabou reforçando os privilégios da supremacia branca.

[218] É o objeto de um dos mais importantes trabalhos sobre branquitude no Brasil, que menciono aqui mas exploro melhor ao longo do capítulo: “Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas à manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o0 da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade.”(BENTO, 2002, p. 07).

Isto é, silenciando sobre o papel do/as branco/as em torno da situação das desigualdades raciais no Brasil, e assim protegendo os interesses do grupo em jogo. Daí residiria o conteúdo narcísico dessa estrutura, trabalhado por Bento, já que a superficialidade das análises é também tática para a perpetuação do círculo concêntrico da branquitude, que se espalha e ramifica (BENTO, 2002, p. 32).

O reforço do "negro-tema" ofuscou – e tem ofuscado -, em diversos campos, a dimensão relacional das opressões raciais e, sobretudo, os efeitos para a manutenção das vantagens históricas "que o grupo branco obtém em uma sociedade racista, tanto no contexto local quanto no global" (CARDOSO, 2010, p. 613). Assim se perpetuam as estruturas de dominação dessa supremacia, que pressupõe a naturalização de uma série de questões, incluídas, discursivamente, i) o padrão de humanidade situado no racismo, com a neutralização do componente racial "branco", ii) bem como seus efeitos de normatização de ordem social, já que assim não se analisam as condições de base para as geografias de exclusão (FRANKENBERG, 2004).

Quanto ao primeiro efeito, trata-se de um sintoma de longa duração da patologia social explorada por Ramos, relacionado com a dificuldade da autopercepção de pessoas brancas de nos implicarmos[219] como racializadas a partir de critérios hegemônicos, excludentes e que dizem respeito à própria organização do sistema capitalista periférico-colonial. Isto é, aquilo que Oliveira (2007) explora como "identidade racial branca não implicada", já que branco/as sentem-se com muita facilidade, no nosso país, desrracializado/as e minimizam, assim, os privilégios das desigualdades raciais - embora conhecedore/as nato/as da "geografia racial do outro" (OLIVEIRA, 2007, p. 48).

O segundo efeito faz com que sigam intocadas as reflexões sobre as hegemonias fundantes e estruturais do país, que permitem que as desvantagens sistêmicas contra o povo negro sejam percebidas apenas como um "dado", uma "consequência natural", não como uma estratégia política. E aqui reside a discussão de como as análises sobre sistema penal e sobre a burocracia estatal, especialmente os cargos que concentram poder – como o judiciário – estão organizadas.

[219] Sou uma pesquisadora branca e, por isso, atravessada pelo conjunto de vantagens sistêmicas atribuídas a esta identidade em nosso território. O fato de me implicar, de modo crítico, a esta estrutura e engajado ao antirracismo não tem alterado o quadro de privilégios que ainda mantenho em um país como o Brasil. A branquitude crítica, como alerta constantemente Lourenço Cardoso (2014), não deixa de ser branquitude (PIZA, 2002; 2005) - como propõem algumas pesquisas, na referência à categoria da "branquidade", que apresentarei em breve - e, por este motivo, ainda precisa ser nomeada enquanto tal.

Recupero em particular um apontamento que fiz no segundo capítulo. No campo das análises criminológicas brasileiras[220], há um acúmulo de produções que diagnosticam as relações entre racismo e seletividade no país – em especial após as edições de INFOPEN, que deixaram evidente como pessoas negras são desproporcionalmente criminalizadas (DEPEN, 2019, p. 32). Mas ainda não são muitas as produções que problematizam os dados a partir da leitura dos efeitos para a ordem dos privilégios brancos no Brasil. Ainda falta, à denúncia da antinegritude que é estrutural às instâncias de poder organizadas, a desconstrução dos aparelhos, práticas e sujeitos que fazem reverberar os pactos da branquitude (PIRES, 2017, p. 550).

Nesse sentido, o acúmulo de pesquisas que têm diagnosticado a antinegritude nas instâncias de poder ainda precisa ser mais conjurado, considerando o modo como a violência antinegra tem sido normalizada e como as diferentes formas de produzir este estado - algumas das quais trabalhadas neste trabalho - alicerçam e capilarizam a supremacia branca que é essencial ao sistema de justiça criminal.

Além disso, é preciso repensar como se tem refletido sobre o processo de escravização, evitando-se que seja deslocado para um passado longínquo (SOVIK, 2009, p. 05) e possa ser compreendido como base estrutural para a organização de instituições e estratégias atuais que mantêm o terror racial no nosso país. Como destaca Freitas:

> Os dispositivos pelos quais se mantém inalterada a hierarquia racial brasileira devem-se ao modo pelo qual se definiu e compôs o perfil, os objetivos e as estruturas do nosso sistema jurídico, conferindo aos negros posição alijada e/ou subalterna dentro dos esquemas de poder e dos programas e políticas de proteção (…) O direito não apenas tem se mostrado pouco produtivo no tratamento de questões – individuais e coletivas – de discriminação, mas também tem confirmado o modelo racial voltado ao extermínio, reiterando o discurso da igualdade universalista enquanto, na prática, omite-se diante das realidades de injustiça e de reiteração de contextos de desigualdades e violência. (FREITAS, 2019, p. 47).

Apresentado o campo, trago para o debate deste capítulo os estudos da branquitude, com a finalidade de investigar os modos como esta estrutura está imbricada às possibilidades de a magistratura alicerçar, documentalmente, operações policiais em territórios de favela da zona norte do Rio. Bem como, nos processos da amostra, as narrativas constituírem a relação entre formas de expressão do colonialismo jurídico e os pactos narcísicos da branquitude. Antes de analisar mais detidamente o material de campo, porém, importa fazer algumas considerações sobre “branquitude” como chave analítica e a expressão “pacto narcísico” que são centrais nessa fase do trabalho.

[220] Tenho dificuldade em me referir ao campo como “criminologia brasileira”, porque entendo que há diversas pesquisas que também têm em vista a problematização da violência estatal através da análise do sistema penal, sem necessariamente reivindicar qualquer “filiação”.

4.1 Estudos sobre a branquitude no Brasil, branquitude como chave analítica e o pacto narcísico

Como registra a literatura sobre o tema, os estudos sobre a branquitude, enquanto um campo consolidado, emergiram nos EUA[221], na década de 90 (WARE, 2004). Conhecido como *Critical Whiteness Studies*, pesquisadoras/es sobretudo da sociologia, antropologia, psicologia e estudos culturais propuseram reposicionar o modo como as relações raciais eram analisadas naquele país, deslocando o eixo de atenção para a reflexão a respeito do aspecto estrutural das vantagens que o grupo racializado como branco mantinha de forma hegemônica e seus efeitos mediatos e imediatos.

Os estudos pós-coloniais e, especialmente, as produções de DuBois (2001; 1999), Frantz Fanon (2008; 2021), Albert Memmi (2016) e James Baldwin (1971) foram centrais para que, décadas antes, o "branco-tema" estivesse em perspectiva. Estes autores foram ainda os responsáveis por implicar o processo à empresa colonial e refletir, no caso especificamente de Fanon, sobre os impactos da branquitude na construção das subjetividades[222], ainda que não tenham reivindicado uma legenda de pesquisa como o grupo referido anteriormente:

> "O branco incita-se a assumir a condição de ser humano (...) o branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura. Tentaremos determinar as tendências desse duplo narcisismo e as motivações que ele implica" (FANON, 2008, p. 27).

Voltando ao cenário estadunidense, os primeiros movimentos na pesquisa estiveram focados na análise da construção das "identidades brancas", com as produções de Theodor Allen (1973) e Richard Dyer (1988) como uma das primeiras catalogadas com referência ao campo. Os autores relacionaram, diretamente, controle social, branquitude e a emergência de novos termos de uma elite branca estadunidense e refletiram sobre como a fragmentação identitária de grupos não brancos, a partir dos recursos ideológicos opressivos da branquitude, seria fundamental para a manutenção de privilégios brancos. Dyer destacava também como os estudos focados no "negro-tema" contribuíam com a fixação de uma

[221] Como destacam Lia Schucman e Lourenço Cardoso, há registro de produções acadêmicas sobre o tema também na África do Sul, Austrália, Inglaterra e no Brasil - este o qual trabalharei em seguida -, mas que não reivindicaram, às pesquisas feitas, a catalogação a partir da referência a um marco ou eixo particular de pesquisa (CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2014).

[222] Outra passagem de Pele Negra, Máscaras Brancas dá o tom do estremecimento que as reflexões de Fanon causariam no campo: "Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (...) Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008, p. 104).

identidade racial enquanto "norma", reproduzindo a diferenciação, a estranheza e a propagação de uma exotização - ainda que denunciante, em tese, dos sistemas de opressões (DYER, 1988, p. 44).

Diversos outros eixos de pesquisa afloraram desde então neste país[223], centrados na matriz anglosaxã dos conflitos raciais - e, por isso também, à condição particular do colonialismo britânico -, tendo alguns desses primeiros movimentos de pesquisa sido perfilhados pelo etnocentrismo (LÓPEZ, 2005). E foi depois de ter contato com estes estudos, que Maria Aparecida Bento inaugurou o campo no Brasil, em um primeiro momento, em co-autoria com Iray Carone, no instituto de psicologia da Universidade de São Paulo (2002).

Como aponta Lia Schucman, que também recuperou esta história, foi essa a trajetória que possibilitou um grupo articulado de estudos, no território brasileiro, que implicava pessoas brancas à estrutura da supremacia branca e denunciava como o mito da democracia racial era essencial para a manutenção desta estrutura:

> Tais estudos apontam que o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é, também, produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de

[223] Ainda sobre a especificidade do campo nos EUA, Persánch destaca quatro outros eixos de pesquisa dos *Whiteness studies*: *"En adelante, Whiteness studies se propaga de modo inconmensurable acompasando, al menos, cuatro olas de pensamiento. La disciplina se vuelve, de hecho, interdisciplinaria en esencia al incorporar investigadores provenientes de la sociología, la antropología, la psicología y, entre otros muchos campos, también de los estudios culturales. En esta segunda ola, los investigadores centrarán sus esfuerzos en examinar la centralidad del sujeto blanco para dilucidar su invisibilidad como espacio de privilegio. Ya en 1997, en White: Essays on Race and Culture, Richard Dyer examina la representación del cristianismo, la raza, el género y el colonialismo para explicar la blanquitud en forma de ideales no corpóreos. También hacia finales de la década de 1990, George Lipsitz publica The Possessive Investment in Whiteness: How White People Profit from Identity Politics (1998), donde deconstruye el racismo de las esferas pública (política) y privada (social). En este sentido, Lipsitz definió la blanquitud en torno a sistemas estructurales que benefician y protegen los intereses de los blancos (de todos los blancos, no solo de la élite como Allen había argüido). En el auge de la tercera ola de pensamiento, investigadores, como hizo por ejemplo Fyre Jacobson con su libro Whiteness of a Different Color: European Immigrants and the Alchemy of Race (1998), aportaron una concepción de la blanquitud como categoría maleable para explicar las contingencias entre la historia, la política y la cultura. A mi parecer, como ya sugiriera en la introducción al dossier especial Another Turn of the Screw Toward Hispanic and Lusophone Whiteness Studies (Transmodernity, Vol. 8, No. 2, 2018), se inició una cuarta ola en Whiteness studies marcada por el anuncio de la candidatura presidencial de Donald J. Trump y, con mayor certeza, tras su elección. Si advertí tal cosa fue porque –como se evidenció en el periplo de cuatro años– su elección nos forzaba a revisitar viejas formas de discurso racial que daban cabida a modos de xenofobia y racismo que creímos superadas y que formaban parte de una moralidad moribunda. Más aún, al albur de la geopolítica económica de la administración Trump, reparé en el deseo de una masa ingente de personas blancas de rebobinar la globalización y reevaluar las estructuras internacionales del orden mundial surgido tras la segunda guerra mundial. Sugerí, pues, que en dicho contexto se debieran encuadrar el auge nostálgico de los movimientos nacionalistas y xenófobos, así como del populismo y las reticencias acerca del multiculturalismo de principios de siglo XXI. Tal proposición – como incursión en la citada cuarta ola– fue la semilla de mis ensayos "The Rest in the White West: After the Empire is Buried, Shadows of Your Black Memory Are Born" (The Rest Write Back, Brill, 2019), y "Towards the End of the White Guilt Era? The Rise of Nostalgic Whiteness and Magical Populism," aparecido en Kairos (Vol.5, No.1, 2020). De igual manera, como paso a desgranar en la sección que sigue, es en esta cuarta ola de Whiteness studies donde convendría englobar el aún incipiente diálogo de estudios de la blanquitud hispanos y lusófonos de la branquitude*" (PERSÁNCH, 2020, pp. 03-04).

> produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas. (SCHUCMAN, 2018, p. 138)

Mas ainda emergia uma questão: através de que vocabulário analítico estes estudos seriam referidos no Brasil? Guerreiro Ramos em "A Patologia Social do "branco" brasileiro" (1995 [1957]), obra que é referida como inaugural ao destrinchamento do "branco-tema" em nosso território, referia-se à identidade branca como "brancura", termo que dizia respeito à corporeidade de pessoas brancas.

Logo depois, na tradução do conceito *whiteness* e abertura do campo de estudos no Brasil, Cida Bento acabou mobilizando o vocabulário "branquitude". A autora a definia como "traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento" (BENTO, 2002, p. 29) e complexificou sua possibilidade analítica trabalhando com seus efeitos, reflexão que fez espraiar as possibilidades de seu uso - dentre os quais destacarei em seguida o pacto narcísico. Tendo se tornado a principal referência nesses estudos, a opção de Bento pela palavra "branquitude" acabou sendo - como ainda é - reproduzida por diferentes pesquisadoras/es[224].

Na década de 2000, outras pesquisas começaram a ser traduzidas e produzidas em território nacional, mobilizando-se também o termo "branquidade" - apresentando-o de modo ambivalente, mas no geral como sinônimo de "branquitude".

Influenciada pelas propostas de Vron Ware (2004), os trabalhos da pesquisadora Edith Piza[225] (2002; 2005) representaram uma linha de corte na então indistinção, tendo ela

---

[224] Lourenço Cardoso também resgata esta história e destaca o fato de que ainda prepondera uma sinonímia de sentidos no uso dos vocabulários branquitude e branquidade: "Diante disso, fica a questão, se ela tivesse optado por utilizar o termo branquidade, faria uso do termo branquidade? A resposta é sim. Naquela ocasião os termos não apareciam como distintos e sim como sinônimos, em nossa literatura científica. Dois anos depois, do livro de Carone e Bento (2002) o termo branquitude também se coloca nas publicações acadêmicas brasileiras como tradução de uma palavra de origem inglesa Whiteness (WARE, 2004). O termo da mesma forma foi traduzido por "branquidade". Contudo, a opção ainda mais utilizada pelos pesquisadores da área persiste em ser "branquitude" (OLIVEIRA, 2007; CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012; LOPES, 2013). Dessa forma se evidencia o uso dos termos "branquitude" e "branquidade" como sinônimos." (CARDOSO, 2014, p. 101).

[225] Em uma passagem de "Adolescência e Racismo" (2005) Edith Piza explica a escolha: "Neste texto utilizarei o termo branquidade como tradução *whiteness*, como foi utilizado na coletânea organizada por Vron Ware (2004), enquanto identidade racial de brancos que se manifesta principalmente pelo racismo". Em trecho posterior, apresenta algumas das suas considerações teórico metodológicas sobre o conceito: "(...) me levaram a refletir sobre a possibilidade da construção da branquidade sedar por um processo de acumulação de vazios e silêncios sobre o outro, até que sejamos obrigados a nos defrontar com ele. Só então o preconceito e a discriminação podem se manifestar como elementos da sociedade e da cultura. Antes disso, o outro não existe, ou sua existência é totalmente irrelevante. (...)

sido uma das principais teóricas a, naquele tempo, mobilizar a chave específica da branquidade[226] em contraponto com a "branquitude". A diferenciação e a possibilidade de explorar os diferentes espectros dos dois termos ganhou ainda maior densidade uma década depois, com o trabalho de Camila Moreira (2012), estado que já desvela que a opção referencial por uma categoria ou outra não é um mero detalhe, já que encarna o nosso compasso com toda uma história de pesquisa e nossa afetação a um campo.

Lourenço Cardoso, cuja trajetória também esteve engajada na reflexão sobre os termos mobilizados, inclusive porque criou e posteriormente revisou as categorias da branquitude crítica e acrítica[227], é outro pesquisador que recuperou bem essa memória. Ele sintetiza a distinção que passou a ser articulada entre os termos, e que parece relacionada à base de construção dos conceitos de sua autoria: "a branquidade diria respeito à identidade racial do branco que não questiona seus privilégios raciais e a branquitude se refere aquele que questiona as vantagens raciais" (CARDOSO, 2014, p. 101).

Logo mais, foi Camila de Jesus que ampliou este debate. Voltou aos estudos de Edith Piza, para quem a branquitude poderia ser a superação da branquidade[228], e também para a reflexão sobre o que as categorias da negridade e negritude - constructos sociais que lhe dariam sentido e localizariam historicamente - para reivindicar o sentido, na "branquitude", de uma identidade positiva e assentar a "branquidade" como uma identidade negativa:

> Mesmo que de maneira contrária, já que estamos falando de um poder hegemônico e uma maioria marginalizada, tanto branquitude quanto

.Parece ser durante esta passagem que se solidificam os valores de branquidade, a percepção de uma suposta superioridade que se definirá, no decorrer da vida, como neutralidade racial e "esquecimento" do outro. Assim, branquidade diz respeito a ser branco como uma identidade social e cultural não demarcada racialmente e voltada para os valores do seu grupo racial, geralmente associados a traços de racismo.".

[226] Edith Piza tomou como base a definição de Frankenberg de branquidade, segundo a qual "1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; 2. A branquidade é um 'ponto de vista', um lugar a partir da qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais; [...]; 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; [...]; 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam; 7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade tem camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis (FRANKENBERG, 2004, p. (312 – 313)."

[227] Lourenço Cardoso explica os conceitos em sua dissertação: "Denominarei "branquitude crítica" àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, nomearei "branquitude acrítica" a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial." (CARDOSO, 2008, p. 178)

[228] Em suas palavras: "Ainda que necessite amadurecer em muito esta proposta, sugere-se aqui que branquitude seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à branquidade (termo que está ligado também a negridade, no que se refere aos negros), branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antiracista" (DE JESUS, 2012, p. 03 *op cit* PIZA, 2005, p. 07).

> negritude se direcionam para a construção de uma identidade positiva, embora a negritude já tenha se consolidado como tal. A branquitude caminha no sentido do reconhecimento e negação, por parte do indivíduo branco, da supremacia branca, através da conscientização transformada em práticas que vão de encontro com a branquidade (DE JESUS, 2012, p. 13)

Este é o atual estado epistemológico de que encontrei registro no campo, com alguma prevalência, ainda em decorrência da proeminência de Cida Bento, do termo "branquitude". Mas também percebo usos de forma ambivalente, sobretudo quando não se diferencia o aspecto individualizante do estruturante/estrutural de alguma questão emergente ou até quando a intenção é de pessoas brancas reivindicarem um lugar na produção acadêmica implicada ao antirracismo[229] - mais ou menos na linha do que a "branquitude crítica", de Cardoso, significaria.

Faço esta ligeira recuperação histórica para justificar porque não tenho feito - como não irei fazer - uso do conceito "branquidade", porque não estou aderindo às propostas analíticas de Piza que expus sucintamente e os motivos que me levam a pensar que podemos nos movimentar analiticamente através da potência emergente destes estudos (ainda pouco disputados na tradição das análises criminológicas). Neste ponto, estou retomando as considerações de Lourenço Cardoso e percebendo branquitude como a condição sistêmico estrutural de vantagens atribuídas a pessoas brancas no Brasil, independentemente de assumirmos uma postura crítica e/ou engajada ao antirracismo, e recuperando o ponto de partida das reflexões de Cida Bento (2002) que são a principal encruzilhada analítica deste capítulo:

> Em outras palavras, até o presente momento, a branquitude tem se colocado como a identidade racial do branco e uma de suas características principais é o privilégio racial. O branco crítico antirracista, por exemplo, o ativista social coloca - se contra o seu privilégio racial, entretanto, não deixa de obter vantagem por ser quem é. A construção da identidade branca antirracista é uma tarefa a ser realizada dia -a-dia, uma tarefa árdua enquanto o racismo persistir (CARDOSO, 2014, p. 102).

Também estou em compasso com os estudos que visam mobilizar esta categoria não como mero apontamento, mas i) como dispositivo analítico, com potencial para repensar as relações no Brasil, ii) a forma como estão entranhadas a nível institucional e a iii) imbricá-la aos constructos relativos à empresa colonial.

Como dispositivo analítico, penso que reflexões que tomam como eixo a branquitude podem produzir deslocamentos epistêmicos, passando a desnudar os organogramas de

[229] A escrita deste parágrafo também assume a forma de uma autocrítica, percebendo que já acabei me movimentando em um dos sentidos, mas que assumo nesta tese uma postura de escrita mais atenta, o que considero importante para o desenvolver do campo.

privilégios brancos que marcam as relações sociais[230] e que interpelam, material e simbolicamente, sujeitos e institucionalidades aos alijamentos que atualizam o racismo como diferença subontológica (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37). Assim é que a mobilizo, especialmente, neste capítulo, em que tenho a intenção de atentar à constituição de subjetividades a partir dos agires judiciais, depois de ter assentado a magistratura à sua historicidade (cap. 01) e adiantado alguns dos espectros desse atuar na constituição de territorialidades e corporalidades (cap. 02).

Também assumo esta chave como interessante aos estudos sobre instituições, porque, no caso brasileiro, elas tendem a guardar, na sua história, a ideologia da democracia racial ao passo que também escancaram a persistência das estratégias de discriminação e atualização da supremacia branca. Como pontua Ana Laborne, uma "reflexão atual sobre a branquitude não pode prescindir de uma discussão global sobre as relações raciais que articula o processo de dominação colonial e a construção da perspectiva eurocêntrica de mundo (LABORNE, 2017, p. 91).

Além disso, considero, nesse trabalho, a branquitude como parte dos mecanismos ideológicos das colonialidades, especialmente a colonialidade do ser[231] (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37) e que, a cada alteração no quadro histórico social, vai também se sofisticando como um projeto. Uma característica é sua base fundante e por isso tem sido mantida: a invisibilidade que dá azo a uma incapacidade geral de reconhecer a branquitude e, assim, "permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e como se acumulam os privilégios raciais" (LABORNE, 2017, p. 96).

O último apontamento que quero trazer nessa introdução de capítulo responde, ainda, à densidade que penso que a expressão "branquitude" assume tal como eixo de análise, em torno da qual os fenômenos institucionais podem ser estudados. Nesta tese, especificamente, porque desloca o eixo de atenção do que as sistemáticas violências do necropoder, como expressão de soberania, representam para os privilégios raciais que são mantidos através dos seus dispositivos.

Assim me refiro mais diretamente ao que Cida Bento nomeia como "pacto narcísico da branquitude" que, em suas palavras, também se expressa discursivamente:

> A escolha do pacto narcísico como linha mestra de análise do material, deve-se a maneira como surgem (ou são omitidos) no discurso dos entrevistados, os dois principais atores: brancos (as) e negros (as). A preocupação em preservar, isentar, proteger os interesses do grupo branco, convive nos discursos com uma culpabilização e desvalorização dos negros, e por vezes,

[230] Nessa sintonia, Priscila da Silva inaugura o importante Dossiê "Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil": "(...) proponho pensar a utilização do conceito de branquitude como dispositivo analítico, isto é ferramenta capaz de fazer emergir o pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco, em contextos aparentemente não racializados" (DA SILVA, 2017, p. 20).

[231] Remeto quem lê esta tese ao primeiro capítulo em que trabalho melhor com esta categoria.

> com uma indiferença em relação à violação de seus direitos. (BENTO, 2002, p. 155)

Bento cria esta categoria analítica refletindo sobre o que pessoas brancas, que foram por ela entrevistadas, disseram a respeito de desigualdades raciais, concluindo que silenciamentos também estão amalgamados em um conteúdo de "amor à si mesmo" que é trabalhado na psicanálise como mecanismo de "(auto)preservação". Quer dizer, de mantença de laços entre pares (no caso, daqueles que desfrutam diretamente dos subsídios da supremacia branca) e que se sustentam através da rejeição da sua antítese, nesse caso, da possibilidade de existência de corpos negros. Como ela afirma:

> Freud (1996), identifica a expressão do amor a si mesmo, ou seja, o narcisismo, como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que ao mesmo tempo gera aversões ao que é estranho, diferente. Segundo ele, uma tendência comum, a do ódio que certo número de pessoas possui, pode funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva evoca. Esses laços que Kaes (1997) trata como pactos, funcionam sempre em duas direções: fortalecimento do "nós" e rejeição ao "eles". Busca-se aqui explicitar traços do pacto narcísico a partir dos pontos que apareceram com mais freqüência nos depoimentos dos entrevistados. É explicita a ambigüidade presente nestes destaques. (BENTO, 2002, p. 155)

Na linha do que ela propõe, há um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais que visa a dar permanência às vantagens sistêmicas da supremacia branca e que convive com a culpabilização, a desvalorização e a aversão, muitas vezes implicando em que valores humanitários fiquem suspensos (BENTO, 2002, p. 146). Estudar como estes pactos se renovam, agora mais especificamente através do modo como o direito é mobilizado como uma ferramenta própria, é o que desenvolvo nos próximos itens. Começando por uma das pedras angulares dos dispositivos jurídico processuais, passo a refletir sobre como a magistratura atribui (ou extirpa) a possibilidade da fala aos sujeitos e assim os constitui, bem como perfilha o colonialismo jurídico que mantém o pacto narcísico da branquitude.

4.2. Teoria das vozes, colonialismo jurídico e branquitude nos autos judiciais

Este item da tese integra parte da minha trajetória em contato com as epistemologias decoloniais, ao longo da pós-graduação, refletindo sobre o papel de magistradas/os para a construção da questão criminal, ao passo que ocupam lugar destacado na valoração das diversas vozes que emergem de um conflito. Em minha dissertação de mestrado, tomei como importante ferramenta teórico-analítica a chave da "retórica salvacionista", enfrentando como foi mobilizada por magistradas em casos envolvendo a criminalização de mulheres pelo tráfico de drogas (FERNANDES, 2020). Quero voltar a esta construção, para analisar outros

dados da amostra e agora perceber como o colonialismo jurídico media o relacionamento de juízes com as várias narrativas sobre o que constituem operações policiais.

Karina Bidaseca (2011) construiu a chave da "retórica salvacionista" quando refletia sobre "colonialismo jurídico", tendo como base a "teoria das vozes", que foi construída pelo historiador Ranahit Guha (2002) e cuja intenção foi de analisar a escuta polifônica da história. Observando a intensidade de falas, em um contexto de múltiplas narrativas sobre o passado, Guha percebeu que enquanto algumas vozes na sociedade seriam "altas", prevalecendo como "verdades" socialmente construídas; algumas vozes seriam "baixas", na medida em que não teriam sido escolhidas pelo discurso "estadista da história". Permanecendo submersas, elas (as "baixas") não seriam ouvidas:

> "Fala-nos com a voz de comando do Estado que, com a pretensão de escolher para nós o que deve ser histórico, não nos deixa escolher a nossa própria relação com o passado. Mas as narrativas que constituem o discurso da história dependem justamente dessa escolha. Escolher significa, neste contexto, investigar e relacionar-se com o passado, ouvindo e dialogando com as inúmeras vozes da sociedade civil. São vozes baixas que são submersas pelo barulho dos mandatos estatistas. Por isso não os ouvimos. E é também por isso que devemos ir mais longe, desenvolver as competências necessárias e, sobretudo, cultivar a vontade de ouvir e interagir com essas vozes. Porque eles têm muitas histórias para nos contar – histórias que, por sua complexidade, pouco têm a ver com o discurso estatista e são totalmente opostas às suas formas abstratas e simplificadoras." (GUHA, 2002, p. 20, tradução livre)[232]

Nesse sentido, refletir através da "teoria das vozes" possibilita observar as narrativas que, em uma dada relação, aparecem como "baixas" ou "altas", de modo a revelar a forma como dinâmicas entre as falas, encarnadas desde os seus lugares de enunciação e força, interagem com os contínuos das políticas de subjetivação que operam nas colonialidades. Assim, Bidaseca teceu as linhas desta chave, enredando as falas que compuseram contextos similares ao da amostra deste trabalho e investigando como o judiciário perfazia o organograma dos discursos emergentes.

A pesquisa da autora também tinha como base os documentos que instruíam um processo criminal. Analisando a repercussão geral do caso e os documentos dos autos, ela

[232] No original *"Nos habla con la voz de mando del estado que, con la pretensión de escoger para nosotros lo que debe ser histórico, no nos deja elegir nuestra propia relación con el pasado. Pero las narraciones que constituyen el discurso de la historia dependen precisamente de tal elección. Escoger significa, en este contexto, investigar y relacionarnos con el pasado escuchando la miríada de voces de la sociedad civil y conversando con ellas. Estas son voces bajas que quedan sumergidas por el ruido de los mandatos estatistas. Por esta razón no las oímos. Y es también por esta razón que debemos realizar un esfuerzo adicional, desarrollar las habilidades necesarias y, sobre todo, cultivar la disposición para oír estas voces e interactuar con ellas. Porque tienen muchas historias que contarnos —historias que por su complejidad tienen poco que ver con el discurso estatista y que son por completo opuestas a sus modos abstractos y simplificadores"*

propôs um estudo de caso[233], que envolveu, tal como é possível perceber no tráfico de drogas, a suposta prática de um crime[234] em que "não há lesado, apenas o Estado responde a esta ameaça contra a moral" [235](BIDASECA, 2011, p. 80, tradução livre).

Bidaseca pôde analisar que o fato das vozes de "mulheres de cor"[236] aparecerem pouco ou nenhuma das vezes enquanto próprias; e de terem sido sufocadas, as colocava não só em posição subalterna, como também sob o pretexto de serem "salvas" por juízes/as. A pergunta que Bidaseca propõe, ao final, constituiu mais uma vez - porque assim foi no mestrado - interpelação que tive ao longo do campo em refletindo sobre os termos, especialmente, das decisões judiciais: de quem traficantes precisam ser salvos/as? (BIDASECA, 2011, p. 85).

---

[233], Isso porque, a autora traz para a construção de sua argumentação um caso julgado pelo Tribunal de Salta de um homem de uma comunidade tradicional (wichi), que engravidou uma mulher da mesma comunidade com quem se relacionava, mas que, pelo parentesco e pela idade dela (pouco mais de dez anos) acabou sendo acusado de estupro, permanecendo preso por mais que o tempo autorizado para a cautelar. Há, porém, diversas circunstâncias que preenchem esse caso com peculiaridade suficiente para ser objeto de seu dedicado estudo. Primeiro, Bidaseca informa que as mulheres wichis tomam iniciativa nas relações amorosas, já que a partir do momento que menstruam podem escolher seus pretendentes, sujeitando a aprovação da relação à decisão da comunidade. Segundo, todas as parentes femininas, ao contrário do conceito familiar ocidental, são consideradas "cunhadas". No caso, a mulher, embora tivesse pouco mais de dez anos, após a primeira menstruação, tornou-se capaz de colocar o próprio interesse em se relacionar com um homem, que tinha duas relações com outras mulheres naquela comunidade, sendo uma delas sua mãe. Ele aceitou a proposta e, como de costume, pediu "autorização" dos wichis para com ela ter relações, o que aconteceu, tendo então mulher engravidado. Após receber a denúncia do fato, que foi protagonizada pela diretora da escola que freqüentava, o Tribunal de Salta acusou o homem de ter estuprado a filha de sua concubina, tendo a classificação sido atribuída ainda que conhecesse o costume ancestral e a aceitação social entre os wichis das práticas envolvidas. Daqui já percebemos é possível perceber uma série de categorias que foram verticalmente impostas a uma comunidade que não vive suas relações nesses termos: estupro; concubinato; menoridade Analisando os documentos correlatos ao caso, Bidaseca começa a refletir como foram valoradas as falas dos/as sujeitos que contribuíram para a situação de encarceramento do pai, refletindo sobre a atribuição de valor das vozes envolvidas como denúncias dos sistemas que agenciam o "próprio" e o "hegemônico", em prejuízo do subalterno, de baixo ou nenhum valor. Dentre as diferentes conclusões que decorreram da análise das vozes que apareceram no caso, sublinhamos sublinho a que disse respeito à voz da menina/mulher, que não podia ser pronunciada, já que ela carecia de lugar de enunciação. Enquanto menor de idade, segundo os termos da lei, ela falou, mas sua voz foi seqüencialmente silenciada, já que não teria normativamente "consciência". Havia por trás das seqüenciais manobras de "emudecê-la" uma intenção *salvacionista* bastante própria do colonialismo jurídico e que assume especial relevância nesta dissertação.

[234] Guardadas as ressalvas, já que ao contrário do caso analisado pela socióloga argentina, não podemos é possível dizer que o varejo de substâncias ilícitas não seja entendido como crime pelas acusadas. Mas este não é o enfoque desta pesquisa, mesmo porque demandaria que as mulheres criminalizadas fossem de alguma forma, por nós, ouvidas. O que nos importa prioritariamente são as ideias que as magistradas formulam das *criminosas* que julgam e seus interesses em salvá-las dentro de paradigmas que sejam essencialmente próprios e que se refiram ao colonialismo jurídico. Como já dito, algumas nos disseram que elas não *entendem* o que fazem; e como voltaremos volto a analisar, que muitas precisam ser avaliadas de acordo com a *salvação* que têm.

[235] No original: *"no hay ninguna parte lesionada, sólo el Estado responde a esta amenaza contra la moralidad".*

[236] Expressão que é a tradução literal de mujeres de color que é usada pela socióloga.

Observar a dinâmica das vozes me interessa, porque também acredito que aquelas falas que prevalecem na composição de uma instrução processual são eleitas e que esta escolha reflete os modos como as colonialidades localizam sujeitos e práticas desde o direito. Como venho propondo nesta tese, são muitos os recursos discursivos que o saber jurídico mobiliza para buscar construir um ideal de legitimidade prático-epistemológica. Um deles é uma espécie de auto-retrato de dialética e imparcialidade, a partir do qual há uma espetacularização da gestão processual, desenhada como ambiente em que podem falar e ser ouvidas todas as partes e sujeitos processuais.

Falácia discursiva, a mera previsão formal-burocrática de que, por exemplo, nas audiências, todas as pessoas inscritas podem ser ouvidas, não implica no que a "teoria das vozes" assenta como "capacidade de enunciação" no sentido spivakiano[237]. Nesse sentido, a dinâmica dos processos e do ritual da audiência pode ser constitutiva das subalternidades, conquanto estirpe, na prática, a aderência de algumas vozes; falas que muitas vezes até aparecem como testemunhos, mas são despidas de qualquer valor em razão de uma ação direta daqueles que compõem o judiciário de não serem afetados por determinadas narrativas.

Estes seriam dispositivos de subalternização em uma ação penal, na leitura de Bidaseca, que também vi replicados em meu campo:

> "O subordinado não pode falar não porque é mudo, mas porque lhe falta espaço para a enunciação. É a própria enunciação que transforma o subordinado. Poder falar é sair da posição de subalternidade, deixar de ser subordinado. Enquanto o subalterno for subordinado, ele não poderá "falar".[238] (BIDASECA, 2011, p. 69, tradução livre).

Alguns dados da amostra possibilitam dar materialidade a essas considerações. Primeiro, em 07 (sete) dos 15 (quinze) casos[239], as pessoas acusadas falaram na audiência de instrução e julgamento, negando a narrativa da acusação em 06 (seis) deles e, em um, confessando a participação no tráfico de drogas.

A maioria, portanto, exerceu o que foi convencionado chamar de "direito ao silêncio" no processo, que tem previsão constitucional e é conteúdo de tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Decorrência da impossibilidade, em democracias liberais, de

---

[237] Isto é, daquelas pessoas cujas falas não podem ser ouvidas, ainda que possam se expressar, pelos mecanismos de poder que impossibilitam que suas vozes sejam escutadas. Assim, sujeitos que têm a possibilidade de escutar, em não sendo afetados por essas falas, sufocando vozes, reforçam os lugares de subalternização e retiram dos sujeitos que a autora chama de "subalternos" a capacidade de enunciação (SPIVAK, 2010).

[238] No original: *"El subalterno no puede hablar no porque sea mudo, sino porque carece de espacio de enunciación. Es la enunciación misma la que transforma al subalterno. Poder hablar es salir de la posición de la subalternidad, dejar de ser subalterno. Mientras el subalterno sea subalterno, no podrá "hablar"."*

[239] Casos 04, 07, 09, 12, 13, 14 e 15.

qualquer que seja produzir provas que lhe possam incriminar[240], vem sendo elaborado pelo saber jurídico como corolário da autodefesa e da presunção de inocência. Inclusive, todo interrogatório deve ser antecedido da ressalva do direito, que deve ser feita pelo/a juiz/a[241].

Entendo que este primeiro dado quantitativo comunica existência formal da possibilidade de falar ou calar durante uma instrução, informando os primeiros termos do autorretrato que o judiciário cria em torno da polissemia e da dialética processual a partir de uma matriz liberal, do "livre-arbítrio" da fala e da "disponibilidade" de escuta que endossam a aparência democrática do sistema de justiça. Não se discute, como não se debateu em qualquer dos autos que analisei, como magistrados/as podem arquetipicamente forjar este lugar de silêncio e produzir silenciamentos, ainda que o protocolo do "direito ao interrogatório" seja mantido, na medida em que, por exemplo, escapa às dinâmicas processuais privilegiar a emergência das vozes especialmente em contextos de dissonância, como rebeliões que podem representar.

Ainda, nos termos mais diretamente trabalhados por Bidaseca, mesmo quando esses ruídos são causados por aquele/as que corajosamente falam, não há escuta, retirando-se a capacidade enunciativa daqueles que são produzidos como "inimigos" nas ações e para além delas. Nesses termos, a forma como os discursos dos réus (não) interpelam o agir judicial, desvelando como têm sido sufocados em seus próprios termos, é o que, conforme a teoria das vozes, constitui a falácia deste que é mais um dos recursos que dá sustento à essência antinegra do sistema de justiça.

Nesse sentido, outra condição deste conjunto da amostra precisa ser tocada. Sem nenhuma exceção, todas as vezes em que a fala dos réus apareceu nas sentenças judiciais foi atribuindo-lhes caráter que percebo como meramente figurativo, estando os depoimentos enfileirados junto aos demais testemunhos produzidos na instrução, como uma cadeia de objetos vazios meramente indicados nos documentos, sem que qualquer análise tenha sido feita quanto a seu conteúdo. Em 02 (dois) deles (casos 04 e 13) o juiz não fez qualquer referência, no corpo decisório, à fala, passando como se o interrogatório sequer houvesse acontecido para os fins da solução do caso.

Nestes de forma mais evidente, mas em todo conjunto, são muitos os sentidos e efeitos que partem da documentação do "descarte" pelo sistema de justiça. Aqui, destaco o fato das vozes registrarem a dimensão autoconstituinte que é lembrada por Bethânia Assy e que torna

[240] O princípio do nemo tenetur se detegere, também conhecido como princípio da não autoincriminação, que é decorrência do princípio constitucional da presunção de inocência e aplicável a diversos ramos do direito, não só o penal.

[241] Há inclusive previsão normativa da matéria no Código de Processo Penal: Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

o dispositivo enredado nas estruturas através dos quais o organograma dos poderes instituídos tem, nas políticas de subjetivação, um norte: “falar, dar testemunho, endossa uma espécie de dimensão autoconstituinte de narrativa política de subjetivação” (ASSY, 2016, p. 791).

Nos 05 (cinco) demais demais processos, os magistrados escolheram comentar a narrativa dos acusados para esvaziar-lhes completamente de sentido e negar da história da gestão público-privada de corpos e territórios da política de drogas aquilo que suas falas representam. Assim, em todos os casos em que houve alguma valoração do conteúdo das falas do réu, isso foi feito através de comentários que produziam novos dispositivos de despossessão, em termos tais como “trata-se de versão isolada dos fatos, sem amparo em outras provas”, acompanhadas da sobrerrepresentação das vozes dos policiais[242].

Criando a narrativa “estadista da história” a partir da sua implicação na política antinegra de drogas e dessas operações, a magistratura compromete-se com o projeto de subalternização que alicerça o pacto narcísico da branquitude, despindo os acusados de seu potencial enunciativo e fixando, nessa medida, outro valor que transcende os limites documentais. Várias dessas falas expunham termos da violência policial, dos dispositivos de inimizade que as operações mobilizam e que, por óbvio, enfrentam condições de bastante dificuldade de serem provadas, já que, na maior parte das vezes, limita-se à relação entre acusados e agentes, quando muito, à alguma informante que esteve presente[243].

Sufocar essas falas, assim, possibilita a manutenção de seus termos e também do papel dessa institucionalidade em produzir as narrativas oficiais que constróem o papel do direito como alicerce central da sequência de alijamentos que as operações representam e que venho tratando até aqui[244]. Daí que os documentos registrem o colonialismo jurídico que

[242] Caso por caso, foram os seguintes trechos das decisões a respeito dos interrogatórios. No caso 07, “saliente-se que a versão do acusado está isolada e a Defesa não trouxe aos autos nenhuma prova ou indício que afaste os depoimentos prestados pelos policiais militares, que são coerentes e harmônicos”. No caso 09, “A versão apresentada pelos acusados, contudo, não se mostra verossímil uma vez que dissociada de todo o contexto probatório. O interrogatório tem a natureza de meio de defesa e início de prova sendo certo que quando a versão trazida pelo acusado resta em consonância com a prova dos autos merece especial valoração, contudo, quando se apresenta dissociada do contexto probatório se caracteriza como evidente manifestação de autodefesa, sem maior valor probatório. No 14, “Pois bem, a versão apresentada pelo réu não se mostra crível, porquanto dissociada dos demais elementos cognitivos que instruem os autos. A negativa de autoria sustentada pelo acusado não macula a segurança emanada do conjunto probatório que demonstra o envolvimento dele na ação criminosa e a destinação mercantil da substância apreendida”. Por fim, no caso 15, ”No entanto, suas declarações não encontram eco nos demais elementos dos autos, em especial nos depoimentos dos policiais militares que realizaram sua prisão”.

[243] Analiso os casos de denúncia de tortura e agressão policial em item próximo, neste mesmo capítulo.

[244] Embora não explore diretamente o papel do Ministério Público neste organograma que a teoria das vozes faz representar, em diversos processos foi da acusação que partiram os termos de referência de um questionamento que integra a estrutura de obliterações às falas e especialmente às narrativas das pessoas acusadas que denunciaram o conteúdo de ilegalidade das operações. Para mencionar apenas um dos exemplos, no caso 03 os acusados disseram que estavam em uma boca de fumo, para

vai dando o tom e tomando forma a cada nova decisão que sustenta os pactos que as políticas tratadas alicerçam.

A negação de qualquer valor ao interrogatório chegou à escatologia do caso 12, que foi, entre os 07 (sete) analisados, o único em que a pessoa acusada confessou integrar o varejo. Mesmo assim, no obsessivo apagamento de sentido das falas, o juiz do caso refutou a narrativa, não só para acatar outra versão dos fatos, mas para afastar também a possibilidade de aplicação da causa de redução de pena em um ato quase que paranoico de desconsideração do falar e sobreposição das narrativas da história:

> O interrogatório do réu pura e simplesmente, sem outras provas que o respaldem, não tem o condão de desacreditar os referidos depoimentos, ante ao compreensível interesse do acusado de abstrair a responsabilidade penal que sobre ele recai. Por oportuno, tem-se que a confissão parcial do réu não pode ser considerada fator de atenuação da pena como pretende a defesa, pois sua versão omite intencionalmente circunstâncias do fato com o fim de abstrair a responsabilidade penal que sobre ela recai. Daí porque, descaracterizada a atenuante, por não reconhecimento do requisito de lealdade processual in casu.

No caso 07, a dinâmica das vozes também desvela como a valoração das falas em uma ação penal transborda um caso particular e retrata a condição trabalhada por Guha de produção de uma versão oficial da história, da política, da questão criminal e da gestão pública da antinegritude que é articulada por essa elite de classes. A facilidade de literalmente apagar a existência de uma fala, especialmente com conteúdo de denúncia, e produzir uma versão que legitima a atuação violenta das polícias, contra corpos e espaços, é parte visível dessa governabilidade que opera com base em uma narrativa única que mantém a dinâmica processual como sustentáculo da produção de subalternidades cortada pela soberania.

Neste, os policiais do "batalhão da morte"[245] invadiram, depois de uma suposta perseguição, a casa da família de Roque, tendo lá encontrado Matias, que confessou fazer parte do varejo de drogas na favela da Pedreira e ter procurado um quintal qualquer para esconder-se da incursão[246]. Na audiência, Roque, que estava com a mulher e filha em casa, denunciou:

---

fazer a compra de substâncias para consumo próprio, quando houve uma "batida policial". Sobre essa denúncia, em alegações finais (que é o documento da acusação que formula a última opinião do órgão que antecede a prolação da sentença), a promotoria escreveu: "o réu também negou todos os fatos que lhe foram imputados na exordial acusatória, asseverando que é usuário de drogas e estava comprando entorpecentes no momento em que os policiais chegaram ao local. Informou, ainda, que os traficantes se evadiram do local e deixaram uma mochila. É evidente que os acusados mentiram em seus interrogatórios. Ora, as versões apresentadas pelos réus estão completamente dissociada de todo o acervo probatório constante dos autos, além de contraditórias, sem passar os seus relatos de meras alegações genéricas e fantasiosas criadas com o fim de afastar as imputações que lhes são feitas".

[245] Conto a história deste batalhão em nota anterior, lembrando que chegou a ser investigado em âmbito legislativo, em Comissão da Câmara do Município do Rio de Janeiro, apuradora das práticas da então intervenção federal decretada dada a atuação conhecidamente sanguinária no estado.

[246] Os depoimentos que cito deste caso extraí da principal peça de defesa feita em favor de Roque e Matias pela Defensoria Pública (Alegações Finais). Isso porque, foi um dos poucos documentos em

> Minha prisão ocorreu devido ao Matias ter pulado na minha casa, entendeu? Na casa que eu estava com a minha esposa e minha filha. Quando ele pulou lá dentro os Policiais entraram no meu quintal, arrombaram o portão, pegaram ele no quintal, com a mochila e com a arma que ele estava, com as drogas, entraram dentro da minha casa, revistaram minha casa toda, primeiro eles bateram para eu abrir, quando eu fui chegar perto da porta pra abrir o Policial já estava dentro da minha cozinha da minha casa, entendeu? Entrou, já mandou eu sentar no chão falando que eu perdi, eu falei que eu era morador, que eu morava ali naquela casa, aí foi quando foi chegando mais policiais, eles falaram que iam revistar a casa e entraram com as drogas da boca de fumo todinha pra dentro da minha casa. Botaram as drogas todinhas em cima da minha cama e começaram a tirar o dinheiro dos sacos de droga todos. Entendeu? - Então a arma, nada disso estava na sua casa? - Não. - Você já conhecia o Matias? - Não. - E você estava lá porque ali quem mora é a mãe do eu filho, é isso? - Isso, é. - Que horas foi isso, mais ou menos? - Foi nove horas da manhã. - Que dia, você lembra? - Foi 'num' sábado. - Nesse dia você não trabalha? - Não. Eu trabalho de madrugada e chego todo dia de manhã, entendeu? - Entendi.

Na sentença, o magistrado não trouxe as narrativas das partes ouvidas quando da audiência na forma de citação direta, capturando as vozes através dos termos opinativo descritivos a respeito da operação que elegeu como verdade, sem enunciar tratar-se de uma escolha implicada às múltiplas expressões da violência que a política e o sufocamento de falas enreda. Nestes termos, a história que o juiz assumiu como versão definitiva, não só reproduz, como sofistica a fala dos dois agentes envolvidos sobre o dia, perfilhando a naturalização dos dispositivos necropolíticos:

> No momento em que procediam diligências no quintal da residência, escutaram uma movimentação estranha dentro da casa e foram verificar o que ocorria. A porta estava aberta e os policiais avistaram o acusado Roque no sofá "encolhido" e este, ao ver o policial, disse: "Perdi! Perdi". Indagado, o acusado Roque apontou o local onde estava guardado o material (farta quantidade de substância entorpecente - 679 (seiscentos e setenta e nove) pequenos tabletes de maconha, totalizando 1.6Kg; 1350 (um mil, trezentos e cinquenta invólucros plásticos de crack, totalizando 400g, uma pistola .9mm, 33 munições 3 carregadores, um cinto tático com coldre e porta carregador, um coldre, 2 cadernos com anotações e um rádio transmissor), sendo localizado pelos policiais, que conduziram todos a delegacia para lavratura do flagrante. O acusado Roque, em seu interrogatório, afirma que nada foi encontrado em sua residência e que os policiais teriam invadido sua casa e entraram com as drogas da boca de fumo. Apesar do acusado Matias, em seu interrogatório, afirmar que parte da droga e a arma de fogo estavam com ele, tentando inocentar o acusado Roque, suas declarações não podem ser consideradas verdadeiras, uma vez que integra a mesma associação de que o acusado Roque, inclusive, em posição hierárquica inferior, já que era

---

que buscou-se fazer a citação sem interdições dos interrogatórios, havendo a transcrição das perguntas e das respostas na sua literalidade. Conforme a peça, Matias afirmou: "- Você sabe do que está sendo acusado, né? - Sei. - É verdade, é mentira, o que aconteceu? - Eu estava correndo com a pistola e meu rádio, ai eu corri, né, como ele falou, sem querer eu caí na casa do.. - Do Roque. - Do Roque. Ele veio como ele falou, né, aconteceu isso. Aí eu estava com umas drogas, ele foi lá na boca, veio, pegou o restante das drogas e tacou em cima. - Você já conhecia o Roque? - Não. - Então você estava correndo com o rádio, a pistola e alguma droga, seria isso? - Sim. - E ai você caiu, você pulou realmente na casa do Roque? Você não conhecia o Roque? - Não conhecia.- E aí pegaram o Roque que estava dentro de casa e essas drogas, o Roque não tem nada a ver com a história, então, seria isso? - Não tem nada a ver. "

> "atividade" e o acusado Roque, "gerente". No mais, os depoimentos dos policiais militares são uníssonos e coerentes, não tendo a Defesa produzido qualquer prova em contrário à da acusação.

A sentença em si, quando na fase da dosimetria (que é a determinação da quantidade de pena que o juiz atribui aos crimes da denúncia) diz quase nada sobre o caso concreto ou mesmo sobre Roque, limitando-se a aumentar o valor da pena em razão da existência de condenação anterior com trânsito em julgado que constitui reincidência. O valor total da pena, pelo tráfico e pela associação, formulada em meio aos vários silêncios que dizem tanto sobre a segurança que a magistratura tem na sua auto referência, resultou em 16 (dezesseis) anos, 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão, tempo que corresponde a quase metade de sua vida.

No caso 10, o conteúdo manipulador no procedimento criminal ficou ainda mais marcado. Mais uma vez, houve como prova oral apenas o depoimento de dois policiais. Ocorre que, segundo a defesa, um deles disse não ter qualquer lembrança sobre se e como teria sido a operação; e, o outro, descreveu em linhas absolutamente genéricas como essas incursões costumavam acontecer, sem tocar qualquer particularidade do caso julgado. Na decisão, foi feita apenas referência ao número da página em que estaria contida a mídia da audiência para, logo depois disso, o magistrado reproduzir como narrativa dos fatos os exatos termos da denúncia que encampou a fala dos policiais na delegacia[247]:

> relatos da testemunha Claudio — mídia de fls. 105. Um suspeito abriu fuga a pé ao perceber a presença da guarnição policial que patrulhava um dos acessos ao Complexo do Lins, na Rua Cabuçu. Perseguido, o agente foi alcançado e detido. O suspeito trazia, dentro de suas vestes, o material entorpecente e o dinheiro arrecadados

Quero terminar a proposta deste item de capítulo com um último estudo, do caso 09. Segundo documentado na denúncia e na transcrição do depoimento dos policiais em audiência, este foi decorrência de uma investigação policial iniciada para averiguar a notícia

[247] Como apontei em momento anterior, os depoimentos feitos nas audiências foram, todos, gravados e a mídia não é disponibilizada ao público. Tenho usado as transcrições das vozes feitas pela magistratura no campo da fundamentação da sentença, mesmo porque essa é uma forma de refletir sobre o repertório discursivo desta institucionalidade. Mas, diferente dos demais casos, nesta o magistrado não traz na redação o que foi por eles dito, o que me pareceu inclusive indiciário de alguma contingência particular da oitiva. Foi apenas feita referência à página da mídia onde constava nos autos o aúdio, como aparece neste parágrafo: "Materialidade comprovada pelo auto de apreensão de fls. 08, pelo laudo de fls. 25/26. bem como pela prova oral colhida em Juizo, sob o crivo do contraditório, em especial os relatos da testemunha Claudio — mídia de fls. 105." Foi na defesa escrita formulada pela Defensoria Pública que encontrei a descrição que trouxe das falas, no seguinte parágrafo: "O Policial CLAUDIO (mídia de fl.105) só se lembra que na época dos fatos, faziam operações policiais na área e, PROVAVELMENTE, as drogas foram encontradas por meio de revista pessoal no Defendente. Porém, fica claro que ele não tem certeza disso, POIS AFIRMA NÃO LEMBRAR ONDE A DROGA FOI ENCONTRADA, DISSE APENAS "NORMALMENTE ESTÁ NA CUECA". No mesmo sentido, o Policial Klienger Kleber (mídia de fls.110) lembra AINDA MENOS, pois SEQUER CONSEGUIU SE RECORDAR SE FAZIA OU NÃO UMA OPERAÇÃO NA ÁREA. Assim, seu depoimento apenas serviu para que ele reconhecesse sua assinatura na declaração de sede policial".

de suposto furto de energia na favela do Acari. Com base no relato, foram autorizadas interceptações telefônicas através das quais as polícias envolvidas tomaram conhecimento de conversas relacionadas ao varejo de drogas e também de armas. Foi realizada operação policial para apreensão de materiais, mas não houve prisão cautelar dos investigados, por indeferimento genérico do juiz à época[248].

Em razão da existência de uma investigação anterior e, especialmente, da transcrição das conversas, este foi um caso que destoou do resto da amostragem na sua relação com a gestão probatória e também com o fluxo de vozes que apareceram no percurso documental. Uma quantidade enorme de conversas, com e sem vínculo aos fatos investigados[249], integrou a papelada, desenhando uma performance de falas que tecia o passado (porque todas eram anteriores à operação) e o presente na relação com as incursões, bem como com o tempo de quem avalia em 2019 os registros datados de 2012/2013.

Falas que somente integraram os termos da fundamentação judicial de modo ilustrativo, sem que houvesse a preocupação, por parte do magistrado que decidiu o caso, em trazer as vozes em primeira pessoa ou no seu conteúdo enunciativo:

> Outrossim, dúvidas não há quanto à existência material dos crimes, que restou positivada pelas peças que instruíram a Denúncia, amparada em complexas e alongadas investigações subsidiadas por interceptações telefônicas, telemáticas e de dados autorizadas pelo Juízo. Através de diversas trocas de mensagens e ligações efetuadas de aparelhos celulares, entre os elementos atuantes na facção, descobriu-se a atuação criminosa relacionada ao fornecimento de drogas, armas e munições para as comunidades dominadas pelo grupo criminoso em tela. Nesta perspectiva, as interceptações telefônicas e a prova oral produzida em Juízo revelam que os acusados integrava a referida súcia, desempenhando tarefas específicas e necessárias à consecução de seu desiderato criminoso.

Ambos os acusados, Giovani e Gabriel, falaram na audiência, negando fazerem parte do varejo e denunciando terem sido vítimas de perseguição. O primeiro, nos termos da sentença, de modo mais genérico[250], mas constava dos documentos já outro registro importante acerca das ameaças. Foi a cópia do procedimento administrativo na Corregedoria

[248] Decisão que ficou registrada no seguinte texto: “Por ora, indefiro o pedido de prisão preventiva, pois não considero suficientemente motivado o pedido”

[249] Dentre outras, uma conversas particular foi tamanho destoante do contexto investigado que me fez refletir sobre os poderes atribuídos de captura da intimidade e das vozes que ações policiais com base em decisões judiciais representam. Foi uma conversa entre um dos investigados e sua companheira, em que eles discutiam sobre o ritmo da relação, o que esperavam um do outro de como estavam insatisfeitos com situações que haviam vivido juntos.

[250] O depoimento ficou documentado da seguinte forma na sentença: “Que sabe do que está sendo acusado; Que os fatos não são verdadeiros; Que mora na comunidade; Que sempre trabalhou; Que vendeu doces; Que alugava brinquedos para festas; Que em 2012 trabalhou no Assai de Bangu; Que sofreu um acidente e ficou encostado; Que trabalhou vendendo ovos; Que juntou dinheiro; Que foi à São Paulo e fez acordo com fornecedores de ovos; Que vende ovos; Que foi parado por policiais porque está sendo acusado pelo presente perseguido.”

de Polícia, aberto pela mãe de Giovani, para denunciar ameaças de morte feitas por policiais quando ele estava internado em um hospital.

A íntegra do procedimento administrativo se apresenta como um interdito, um espaço aberto na forma como se reivindica a narrativa oficial dos fatos, porque manifesta a primeira insurgência nos termos da burocracia policial institucionalizada que apareceu nos documentos analisados. E na voz resistente de uma mãe, que afronta essa institucionalidade para fazer registro e, assim, dar materialidade à denúncia:

> (...) os policiais não explicaram a declarante o motivo de estarem procurando o seu filho, e o constrangendo dentro do hospital, e mandaram a declarante perguntar a seu filho o motivo de os policiais estarem atrás dele...) a declarante relata que o policial BRANCO, falou para o filho da declarante GIOVANI, que ele havia chamado a mãe agora ele ia prá búlica", a declarante relata que teme pela vida de seu filho, que está internado no Hospital Getúlio Vargas, e os policiais o ameaçaram de morte. PERGUNTADA se tem algo a mais a declarar, respondeu que SIM, que os policiais se identificaram para o policial de plantão no hospital e que soube o nome e a lotação dos policiais pela direção do hospital

No dia seguinte, ela volta para relatar que as ameaças continuaram:

> que a declarante afirma que os supostos policiais militares fizeram uma proposta para seu filho dizendo "ESSA PARADA PODE TERMINAR AQUI, FAZ CONTATO COM O DONO DA FAVELA"; que a declarante acredita que os policiais estão se comunicando entre si a fim de obterem vantagens com o passado criminoso do seu filho; que a declarante relata que vai procurar auxilio do MP/RJ e da OAB/RJ para que ela e sua família tenham paz

Os policiais respondem, em oitiva posterior, mobilizando os claros estereótipos de gênero que pendem para a descredibilização de vozes de mulheres, sobretudo negras, a partir dos lugares da “histeria”, “agressividade” e da “falta de controle”. O registro é idêntico para a fala dos dois, documentando uma versão quase que oficializada do ocorrido, tendo sido alterada apenas a assinatura e nome do declarante:

> consulta e a devida resposta, a genitora de GIOVANI chegou até o leito; Que a mãe de GIOVANI, sem se identificar, chegou exaltada, aos "berros", gritando: "JÁ TIVERAM AQUI E JÁ TIRARAM FOTO DELE. SEM AUTORIZAÇÃO" e, em seguida esbravejou afirmando que iria até a justiça para fazer valer o seu suposto direito; Que o declarante e o outro policial explicaram o que estava ocorrendo e a circunstância de sua visita à mencionada genitora, que diminuiu a exaltação de seus ânimos; (...) Que em nenhum momento disse à GIOVANI que ele iria para "búlica"; Que de forma alguma ameaçou ou agrediu GIOVANI, bem como sua genitora

O procedimento foi arquivado em decisão da Corregedora Geral contra a qual não houve recurso e que terminou nos seguintes termos:

> Como se vê, não há nos autos prova alguma, remota que fosse, das alegações/acusações de Angela contra os policiais. Por consequência, não há! cogitar-se de transgressão disciplinar por parte dos policiais em referência. Em realidade, trata-se de denúncia descabida, produto de intenções escusas, malevolentes e impertinentes

A trajetória do procedimento já enuncia o silenciamento que corta a possibilidade de fala, especialmente em casos de denúncia, como alertado por Karina Bidaseca: "O silenciamento do subalterno pareceria limitar a possibilidade potencial de fala. Fala no sentido de que a voz deixa de ser mero ruído, para denunciar a injustiça"[251] (BIDASECA, 2011, p. 68, tradução livre). E que, conforme a trajetória dos documentos analisados, nem como ruídos foram recebidos, sobretudo porque o procedimento sequer foi mencionado pelo juiz da causa, seja no relatório ou na fundamentação.

São os exemplos de vozes baixas, tal como trabalhado pela socióloga, aqui referidos às tessituras de uma Outridade constitutiva da alienação que entrelaça antinegritude e sexismo (KILOMBA, 2019, p. 190) e que, depois de fixar os termos degradantes da fala da mãe, simplesmente, apaga ostensivamente a memória violenta do caso. Junto a isso, a versão do Estado silencia também a travessia de tantas outras mães em "de-matar", em resistir, por seus filhos, contra a letalidade policial e buscar na "justiça", como pontua Luciane Rocha, "estratégias para divulgar seu sofrimento e fazer o sistema trabalhar enquanto de-matam a memória de sua maternidade" (ROCHA, 2015, p. 187).

São silêncios ostensivos e que operam na lógica mais fundante da ordem colonial antinegra brasileira, uma vez excluindo em tão variadas dimensões trajetórias, memórias, os motins cotidianos e, nesse caso, impossibilitando que seja vista a institucionalidade que sufoca vozes e constrói o sentido mais obliterante das operações. É o que Fatima Lima destaca como características fundamentais do "racismo" brasileiro, citando importante fala de Kabenguele Munanga:

> Pensar hoje no genocídio da população negra bem como todas as questões e vicissitudes transversalizadas pela raça, enquanto ficção materializada em corpos-subjetividades, convoca a noção de bio-necropolítica como analisador, principalmente no que se refere às formas de pensar o que vem a ser a democracia e a construção de uma vida em comum em contextos brasileiros onde uma gramática sociorracial se sustentou durante muito tempo no mito da democracia racial e na cordialidade como traço distintivo fazendo do racismo à brasileira um crime perfeito como nos aponta o antropólogo Kabenguele Munanga na entrevista "Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga", realizada por Sylvia Dantas, Ligia Ferreira e Maria Pardini Bicudo Véras e publicada na Revista USP em 2017. Quando perguntado porque considerava o racismo no Brasil um crime perfeito Munanga responde: Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem.

[251] No original: ""*El silenciamiento del/a subalterno/a aparecería coartando las posibilidad potencial del habla. Habla en el sentido de que la voz deje de ser mero ruido, para denunciar la injusticia*.""

> Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial [...] (Dantas, Ferreira, & Veras, 2017, p. 40) (LIMA, 2018, p. 23)

Esse é um caso que conta com uma outra condição de corporalidade no registro das falas. Giovani redigiu uma peça, em seis páginas escritas à mão e escaneadas, pedindo o reconhecimento da sua inocência e absolvição por não ter sido reconhecido pelos policiais na AIJ e por “trabalhar de carteira assinada, anualmente, 2009, 2010, 2011, 2012 e pagar o CNPJ e trabalhar de serviço autônomo para si mesmo”. A caligrafia, o espaço que ocupa na papelada sistematizada em códigos e modelos jurídicos, atribui a seus pedidos uma corporalidade próprio, que trago como imagens:

FORUM COMARCA DA CAPITAL-RJ
A EXMA (a) JR.º JUIZA DE DIREITO
JR.ª SIMONE DE ARAUJO ROLIM,

VENHO ALISSA EXA O PROCESSADO
A 29ª VARA CRIMINAL,
EU: VINICIUS BAPTISTA DE ALMEIDA SANTOS
R.G. 206037319
PROCESSO nº. 0080909.07.2012.8.19.0001.

O MESMO VEM A ILUSTRE EXA,
FACE EX POSTO PEDIR-LHE
O ACOMPANHAMENTO, A
OPORTUNIDADE,
AO PROTOCOLO, A
DEFESA PESSOAL, A PEÇA
DO PROCESSADO!

Figura 02 - folha 01 da petição do caso 10

EXa,

947

O PROCESSADO JÁ QUALIFICADO NOS AUTOS DA EXECUÇÃO PENAL VEM REQUERER:

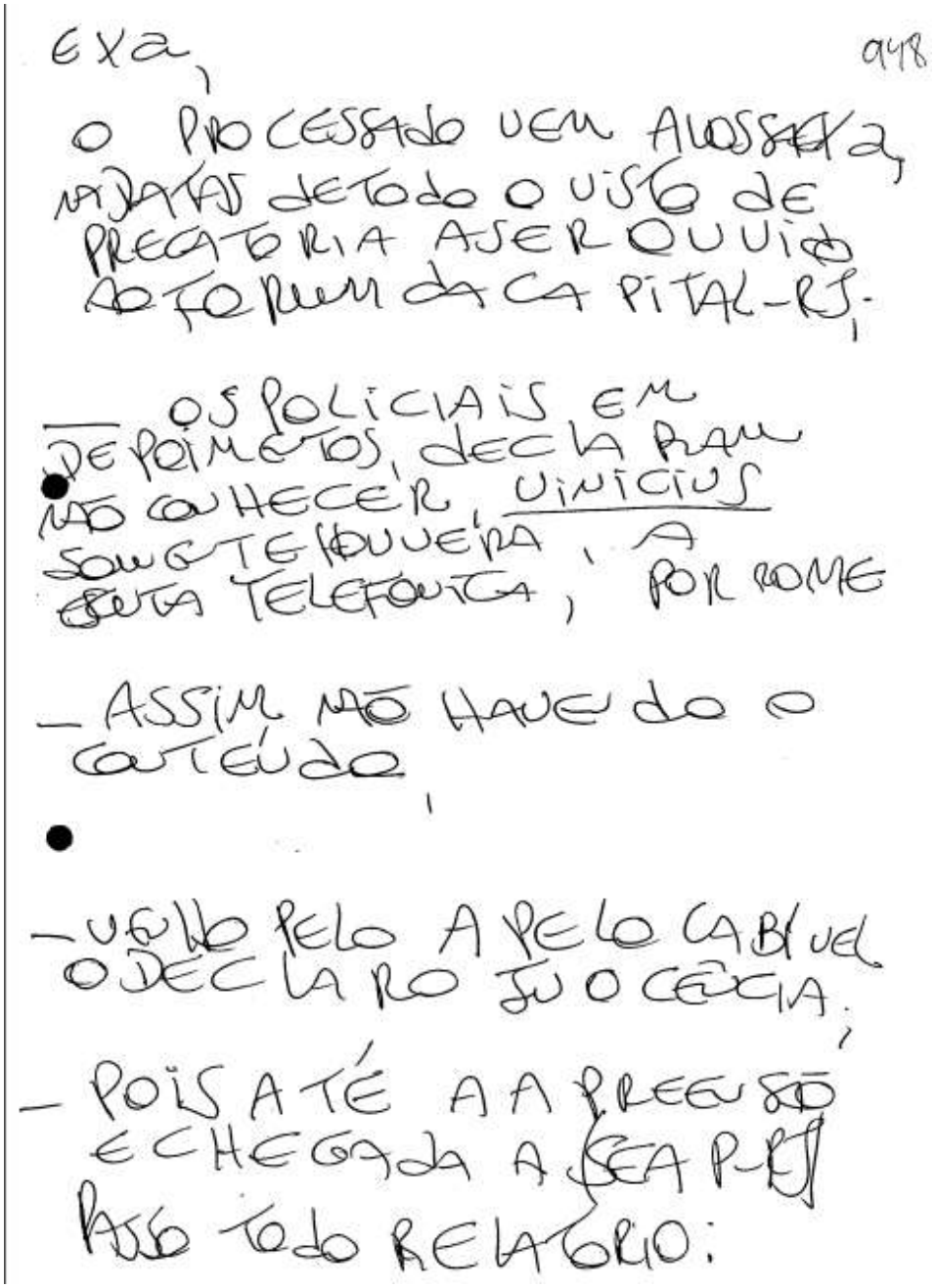
— O PEDIDO PARA O ANEXO PREPARO DE AUDIÊNCIA, E INSTRUÇÃO;

— O PEDIDO PELA ADVOCACIA — (OAB) — NESTA AÇÃO PENAL;

— O ABSOLVIDO;

REQUER: O RELATÓRIO A PRESENTA DO DE DOCTE, A TODA NARRATIVA, ADMINICULADOS FAVORECEM, O PEDIDO ACIMA,

Figura 03 - folha 02 da petição do caso 10


EXa,

948

O PROCESSADO VEM ALEGANDO, NAS DATAS DE TODO O TEOR DE PRECATÓRIA A SER OUVIDO NO FORUM DA CAPITAL-RJ.

— OS POLICIAIS EM DEPOIMENTOS, DECLARAM NÃO CONHECER, VINICIUS SOUZA TEM HOUVE'RA, A DITA TELEFONICA, POR NOME

— ASSIM NÃO HAVENDO O CONTEÚDO.

— VOTO PELO APELO CABIVEL. O DECLARO JUDICIA.

— POIS ATÉ A PRESENTE CHEGADA A SEAP-RJ PASSO TODO RELATÓRIO:

Figura 04 - folha 03 da petição do caso 10

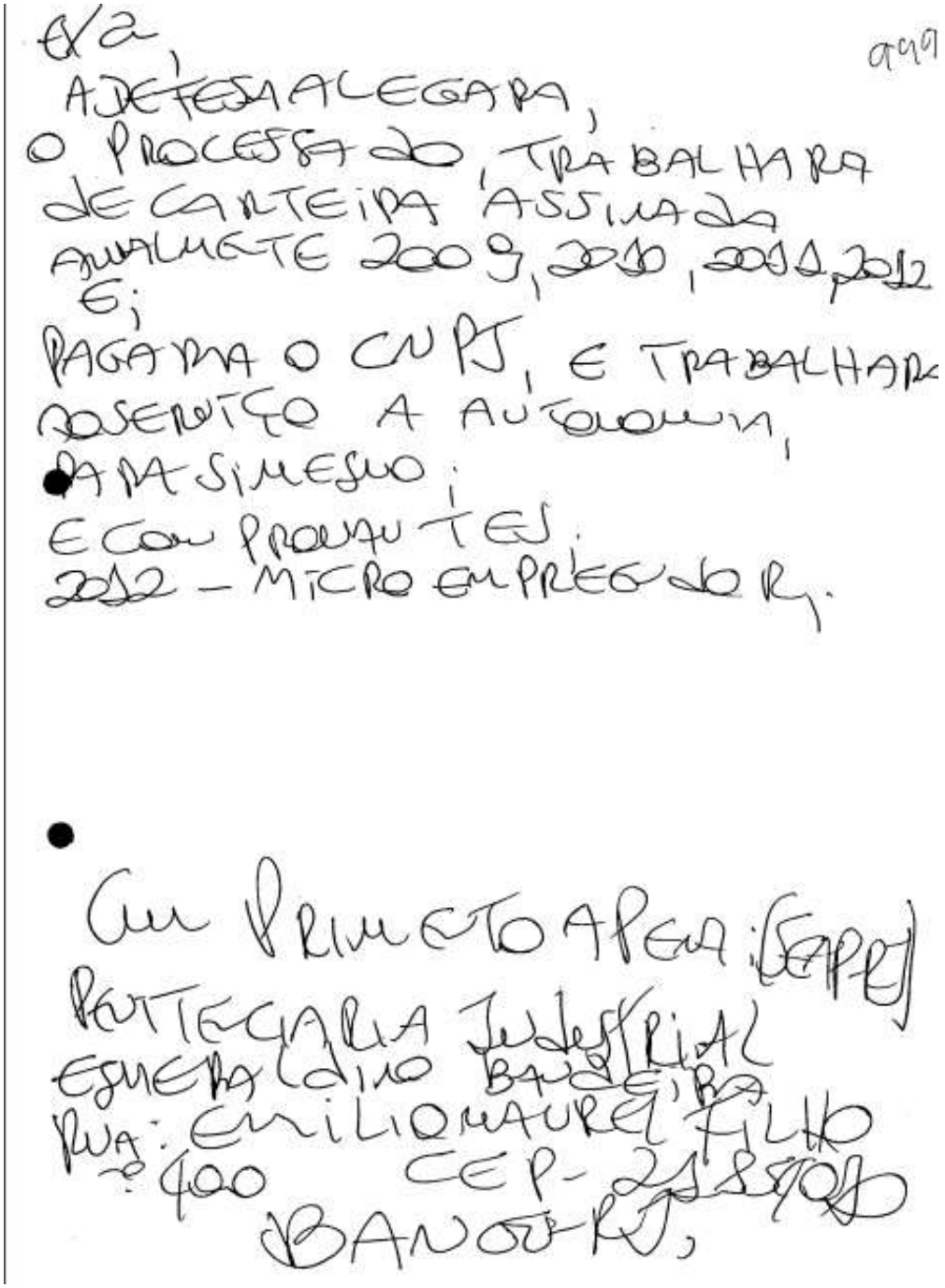
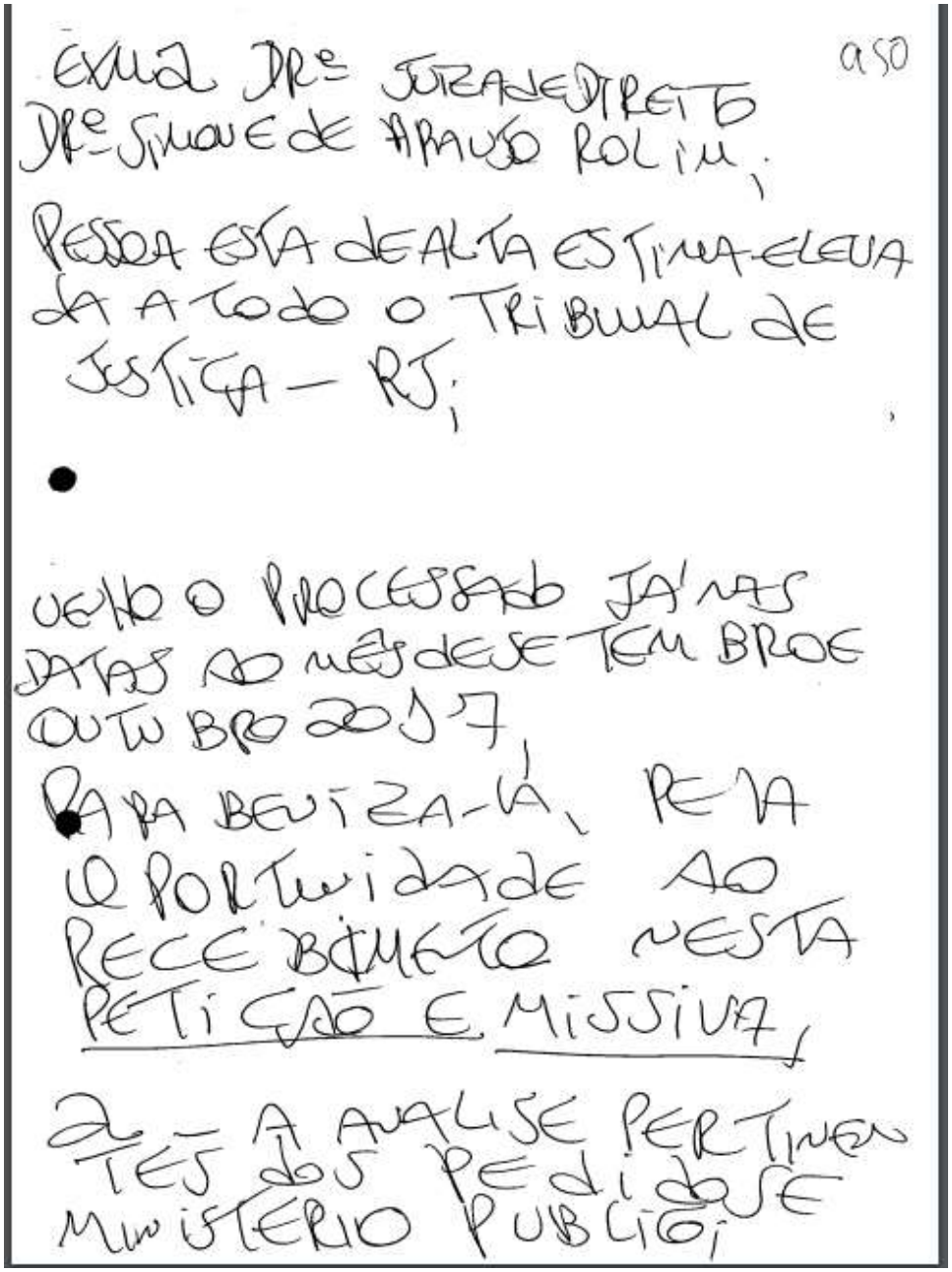


Figura 05 - folha 04 da petição do caso 10


EXMA JRª JUIZA DE DIREITO
JRª-SILVIA DE ARAUJO ROLIM;

caso

PESSOA ESTA DE ALTA ESTIMA-ELEVA
DA A TODO O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA – RJ;

VENHO O PROCESSADO JA' NAS
DATAS DO MES DE SETEMBRO E
OUTUBRO 2017,
PARA BEIJA-LÁ, PEDIR
OPORTUNIDADE AO
RECEBIMENTO NESTA
PETIÇÃO E MISSIVA,

2 – A ANALISE PERTINEN
TES DOS PEDIDOS DE
MINISTERIO PUBLICO;

Figura 06 - folha 05 da petição do caso 10

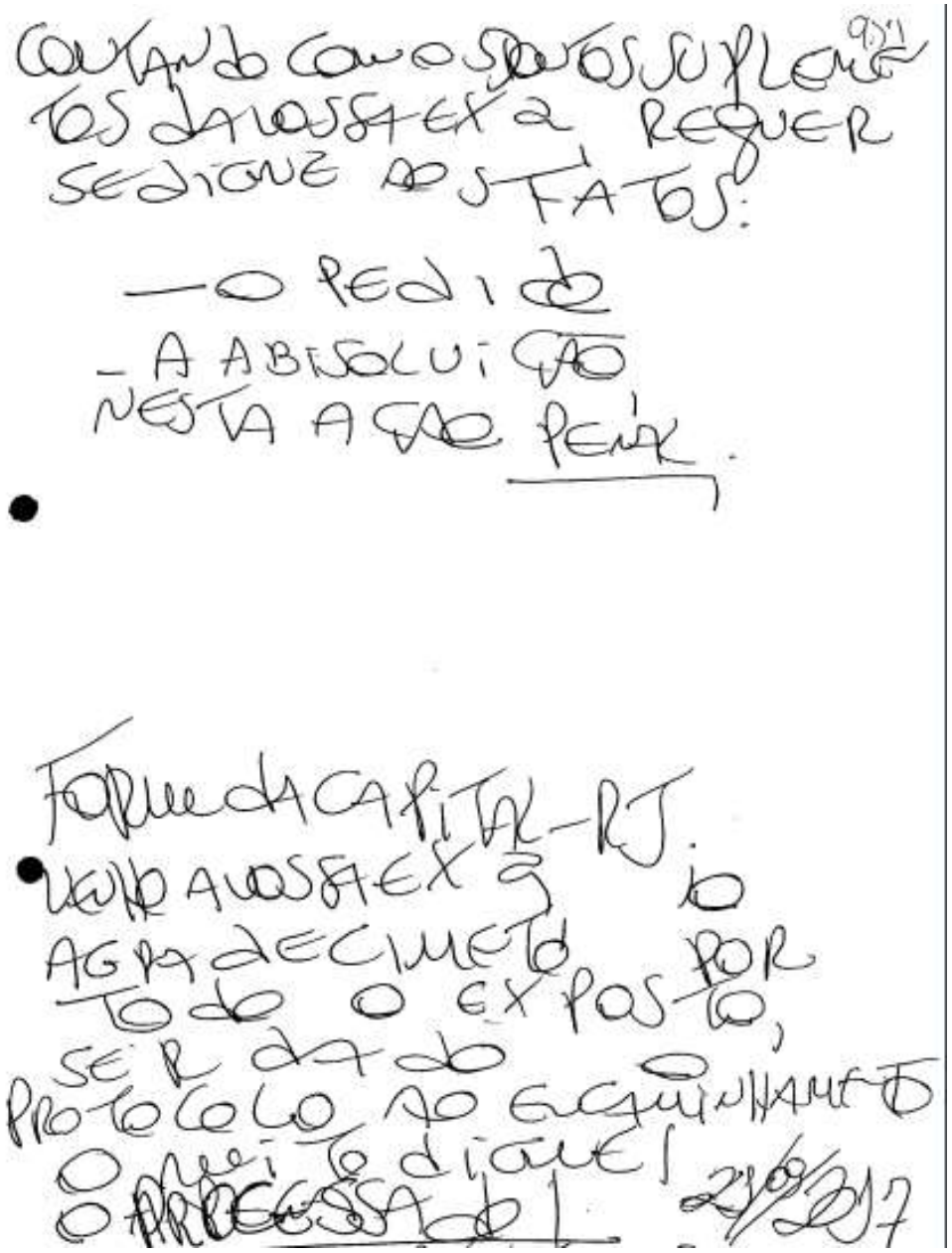


Figura 07 - folha 06 da petição do caso 10

Foi o único, dos 15 casos, em que a letra cursiva apareceu para além da assinatura a um termo de depoimento produzido por variados interpelantes e sempre a partir da obliteração e do sufocamento que essa transformação, a do som em texto escrito, encapsulado em timbres e formas estanques, pode, em instituições referidas à antinegritude, gerar. Aqui, percebi outra dimensão do corpo-documento: as curvas, a tomada do espaço, o risco-rabisco que é o grito pela absolvição, mas que também faz reverência e esboça a formalidade de uma peça processual. Processos que me fazem pensar como Giovani questiona entradas e saídas do sistema de justiça de que Diego Reis trata:

> De refúgios negados, territórios cercados e fronteiras reforçadas em um mundo que prometia, há alguns anos, aboli-las completamente. As portas

> fechadas, barradas, obstaculizadas, assemelham-se àquela diante da qual encontra-se o camponês, na parábola de Kafka (2016), com o guarda que lhe obsta a entrada. Diante da lei: a porta de acesso à justiça, resguardada, parece impermeável à dor e ao direto de quem necessita atravessá-la. Buscar saídas, então, é também questionar entradas. Indagar os poros, as passagens e as peles que têm trânsito livre para acessar os bens, os serviços e as portas, movendo-se pela cidade e pelas instituições, em um país no qual "a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista (GONZALEZ, 1988, p. 73)" (REIS, 2022, p. 81)

O documento atravessou, como a fala da mãe, os autos, mas também jamais fez parte do corpo da decisão, sequer tendo sido documentado que o juiz analisou o pedido em qualquer fase processual. Experiência categórica do colonialismo jurídico que expõe a indiferença e o desprezo pela interlocução que impregna o judiciário. Uma geografia processual que expressa os termos conclusivos de Kilomba (2019, p. 171) sobre como o isolamento e a indiferença, essas que também estão no repertório das sentenças, alicerçam a supremacia branca.

Gabriel, o outro acusado do processo, também trouxe na Audiência narrativa que denunciou extorsão, ameaça e abusos graves por parte de policial responsável, que inclusive já havia sido noticiada em boletim de ocorrência que integrou os autos[252]:

> Que os fatos não são verdadeiros; Que o caso é meio complexo; Que há cinco anos atrás tinha uma confecção no centro de Madureira; Que pegou dinheiro com um amigo do policial Ferreira; Que pagou a dívida; Que passou a receber ameaças; Que deu queixa na Corregedoria Unificado; Que logo depois o seu carro foi furtado; Que foi sequestrado pela equipe do policial Ferreira; Que foi conduzido à 39a• DP; Que os policiais pediram dinheiro ao interrogado para não incriminá-lo; Que sacou mais R$40.000,00, na agência do Itati da Ilha do governador e deu ao policial a mando do policial; Que as interceptações realizadas em seu telefone são ilegais; Que está sendo perseguido pelo policial; Que as provas dos autos são forjadas; Que não.conhece o acusado Giovani.

Sua fala também foi obliterada na sentença, tendo o juiz subscrito fundamentação que caberia para qualquer outro caso[253], indiciária dos mecanismos que naturalizam a fixação de

[252] Inaugurado pela fala de Gabriel: "trata-se do policial militar, também conhecido porque, o mesmo é agiota; que, pediu a quantia de R$ 30.000.00 emprestada e pagou R$ 80.000,00; que, ele ainda está cobrando a dívida e está ameaçando matar o declarante e a sua família; o autor disse que a dívida chega a R$ 150,000,00; que, o autor trabalha na FAETEC de Quintino, na função de chefe de segurança; que, trabalha oficialmente; o declarante acredita que o mesmo está lotado na FAETEC.". Não há qualquer registro da conclusão deste procedimento, que aparece de modo figurativo na papelada já que também sequer foi mencionado por qualquer das partes no judiciário durante a instrução.

[253] A decisão ficou registrada da seguinte forma: "Em sede de interrogatório, os réus, em claro exercício de autodefesa, negaram a prática dos fatos narrados na denúncia. A versão apresentada pelos acusados, contudo, não se mostra verossímil uma vez que dissociada de todo o contexto probatório. O interrogatório tem a natureza de meio de defesa e início de prova sendo certo que quando a versão trazida pelo acusado resta em consonância com a prova dos autos merece especial valoração, contudo, quando se apresenta dissociada do contexto probatório se caracteriza como evidente manifestação de autodefesa, sem maior valor probatório. Outrossim, dúvidas não há quanto à existência material dos crimes, que restou positivada pelas peças que instruíram a Denúncia, amparada em complexas e alongadas investigações subsidiadas por interceptações telefônicas, telemáticas e de dados autorizadas pelo Juízo."

certas vozes, especialmente das pessoas acusadas, como baixas. Disputas de narrativas que, sufocadas, assentam o caráter absoluto das perdas emplacadas pelos dispositivos de antinegritude que decisões judiciais representam, de uma reinvenção constante “da violência direta e insidiosa, a invisibilidade e o anonimato, a violação pessoal infinita e a desonra crônica e inalienável” (PATTERSON, 2008, p. 33).

Em seus gabinetes de marfim, juízes/as vêm ocupando esta função de produzir politicamente histórias sobre as operações que possibilitam seus termos consistam em organogramas discursivos da “gestão necropolítica das multitudes“ (MBEMBE, 2018, p. 58) em territórios de favelas da zona norte, mantendo sua hegemonia também através da falácia da dialética processual. Autorizando a guerra e dimensionando a morte social, silenciando abusos, apagando a dissonância e extirpando da redação final da decisão narrativas que manifestam luta pela vida, a magistratura mantém-se aliciada ao projeto de produção das fronteiras geoontológicas do alterocídio e seus desdobramentos. E vai produzindo, através das trincheiras jurídico-normativas, os contornos dos sujeitos envolvidos nas ações: no caso deste item, como pessoas que são extirpadas de sua capacidade de enunciação, na mesma medida em que toma para si a capacidade inventida da narrativa oficial dos fatos.

E assim também vai reinventando, com as blindagens da branquitude nos seus múltiplos espectros, o colonialismo jurídico. Percebo que a dinâmica das vozes auxilia a percepção de como a magistratura vai constituindo representações de sujeitos e políticas através da obliteração de narrativas e disputa de verdades auto referenciadas sobre fatos, porque mantém o organograma dos silenciamentos e da prevalência das narrativas que sustentam a intocabilidade de violências sistêmicas como as exploradas e garantem que essas elites continuem referendadas às vantagens branco dominantes. Foi o que aconteceu também na reconstituição dos sentidos de operação policial, que passo a analisar no item seguinte.

4.3. “Operações policiais”, governança racial e a magistratura: branquitude, necropolítica e o alterocídio em duas decisões sobre prisões

Nos itens anteriores, além de resgatar a história do conceito da “branquitude” e justificar porque mobilizo este termo em específico, com a condição de ferramenta analítica, apresentei o que a socióloga Karina Bidaseca (2011) chama de “colonialismo jurídico” e retórica salvacionista. E pontuei como, através da dinâmica das vozes, é possível enxergar o modo como as narrativas estatais da história têm sido produzidas perfilhadas pela violência. Versões que ocupam os sentidos de “verdade” dos fatos, às custas da capacidade de enunciação de sujeitos que vão sendo reinscritos discursivamente nas políticas de segurança pública através do uso contínuo do repertório jurídico-processual que, há séculos, vem sendo

uma das linguagens da antinegritude. Assim também foi a recomposição das tramas dos autos judiciais, que enredava as ações penais da amostra e a disputa de sentidos de corpos e territórios que busco explorar agora.

Uma das expressões que mais atentamente observei ser mobilizada, especialmente nos primeiros contatos com o material de campo, foi “operação policial”. De início, para conseguir chegar ao conjunto de casos que decidi chamar de amostragem, sendo esta expressão um dos principais filtros no total de processos do TJRJ que tinha disponível[254]. Depois, notando a ambivalência de seu uso, passei a refletir em que eixo de análise poderia melhor explorá-la, sobretudo porque percebi que estava modulando, em vários casos de modo simultâneo, as dimensões do território (capítulo 02) e a constituição de sujeitos implicados à política examinada (capítulo 03).

Decidi trazê-la, então, neste momento da pesquisa, porque aqui posso retomar a dimensão do espaço a partir da constituição subjetivo discursiva[255] nos processos da amostra, considerando que ambas já foram trabalhadas em fases anteriores. Nesse ponto, tomo como condutora a reflexão de Mbembe sobre como na administração do terror, e em parte penso que as decisões cumprem este papel, são fabricados sujeitos:

> Nessas formas mais ou menos movediças e segmentadas de administração do terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida - pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte, em condições em que a própria morte tende cada vez mais a se tornar algo espectral, tanto em termos de como é sofrida quanto pela forma como é infligida (MBEMBE, 2020, p. 68)

Refletir sobre o posicionamento deste capítulo, como articulações das dimensões das guerras que operações sistematizam, me fez tocar outra condição que penso que a governabilidade articula “em nome” da política de drogas em territórios de favelas da zona norte carioca: da relação da díade humanidade e não humanidade, com a hipervisibilidade e invisibilidade dos sujeitos tal como discursados na ocasião de narrativas judiciais e com os dispositivos que fazem os nós entre essas práticas e a necropolítica como um programa. Relacionamentos que me parecem dimensionar os pactos da branquitude e o colonialismo jurídico.

Antes de entrar nos dados do campo, especificamente com o pensamento de Mbembe, quero retomar a trajetória de construção do conceito da necropolítica, para pensar nas dinâmicas de terror “relacionado a várias narrativas sobre a dominação e a emancipação, apoiadas majoritariamente em concepções sobre a verdade e o erro, o ‘real’ e o simbólico

[254] Trago essa trajetória na introdução.

[255] Penso que a categoria da “territorialidade” e “território usado” abrem espaço para o debate mas que me faltava, na ocasião do capítulo 02, a centralidade da discussão da branquitude, que trago agora, para implicar as aparições nos documentos a outras miradas de sentido.

herdados do Iluminismo" (MBEMBE, 2018, p. 24). E, aqui, o terror é referido à escravidão como "uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica" e que produziu contra corpos negros uma "dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social" (idem, p. 27).

No estado de guerra das colônias, segundo o autor, havia um direito soberano de matar, insuscetível a qualquer regra, já que

> o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com um imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam o efeito de verdade (MBEMBE, 2018, p. 36)

Essa lógica, que inaugura um estatuto que consagra as espoliações, a violência como forma original do direito e a exceção como estrutura da soberania, vai dando ao exercício de poder a capacidade de definição de quem "importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é" (idem, p. 41). Nesse sentido, as operações policiais analisadas deixam claras as características das novas máquinas de guerra contemporâneas, implicadas nas territorialidades locais mas também à dispositivos de soberania transnacionais, que fixam e atualizam, constantemente, o conteúdo das inimizades à uma morfologia racial e espacializada da descartabilidade, que tem, no Brasil, a figura do "traficante" uma das suas principais referências.

No cronograma documental dos 15 (quinze) casos, foram as agências policiais que primeiro apareceram mobilizando o repertório "operações", para justificar, no inquérito, uma operação já ocorrida e assim trazer um inicial repertório legitimador do controle espacial racializado da política de drogas. A fala dos policiais descrevendo as táticas de guerra usadas e dando conta do imaginário desses espaços como ambientes de despossessão, cortados pelas narrativas que resumem vidas à inimizade, foi o que atribuiu essa primeira sensorialidade beligerante aos processos[256].

Aos poucos, essa primeira discursividade foi sendo modificada, conforme uma mesma ação policial passava a ser descrita nos termos de referência do judiciário, ainda que a transcrição fosse, por exemplo, da fala de um mesmo agente[257]. Nesse sentido e como em

[256] Explorei melhor esta dimensão no capítulo 02, para onde remeto a leitura.

[257] Essa pulverização determina o modo como as narrativas das operações são tecidas, a partir da fala de um mesmo policial. Por exemplo, no caso 12, consta o depoimento do sargento transcrito da seguinte forma:"foi designado, juntamente com o Subtenente e demais componentes da equipe, para operação no complexo da Pedreira, com o fito de reprimir o tráfico de drogas na região; QUE a operação foi ordenada pelo comando do batalhão; QUE o complexo da Pedreira é dominado pela facção denominada "Terceiro Comando Puro (TCP)"; QUE por volta das 10 horas, ao chegarem a Comunidade da Lagartixa, mais precisamente na Rua Rajadinha, avistaram de longe um • indivíduo, identificado posteriormente com um radinho em mãos; QUE ao ver a presença dos policiais, empreendeu fuga; QUE foram em perseguição; QUE ao chegarem no interior de uma padaria, no

outras ocasiões pontuei, a intenção de neutralidade e imparcialidade do saber jurídico parece ser pulverizar, pelo menos em parte, a carga emocional que é própria das cenas de guerra atribuídas às operações.

Mas, porque integram a máquina necropolítica, não escapam totalmente aos vínculos que mantém com os termos de uma moralidade que é própria da governança racial e do alterocídio, que constrói sujeitos "não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir na impossibilidade de assegurar seu controle total" (MBEMBE, 2018, p. 27).

Pensando então sobre aquilo o que Jaime Amparo nomeia, refletindo sobre práticas policiais, como "performances cotidianas de soberania estatal, de produção de identidades e gestão da vida" (ALVES, 2022, p. 1028), e considerando as operações como parte do contrato racial que repousa na violabilidade dos corpos e territórios negros, quero investigar essa substituição de narrativas pela magistratura como modo de refundar as mistificações sobre a soberania policial no contexto estudado e como impactam na dimensão corpo-espaço.

No mesmo trabalho, Jaime Amparo problematiza o reformismo policial destacando como a violência estatal é sustentada pela mistificação da atividade policial e enfatizando como o terror antinegro das polícias, em nossos territórios, tem operado de forma higienizada, calculada e legítima:

> Como Micol Seigel e outros têm insistido (SEIGEL, 2018; ver também JAMES, 1996; KRASKA, 2007) uma das realizações mais importantes da violência estatal é a mistificação da atividade policial como trabalho civil em oposição ao exercício militar. A polícia, diz o mito, trabalha sob o registro da cidadania para proteger e servir a sociedade civil enquanto o militar trabalha sob o domínio da soberania para proteger a nação. O mito é desafiado no emprego mais que banal do exército na sufocação, ao longo da nossa história, de levantes populares dentro das fronteiras nacionais para não falar na pax urbana da qual é cada vez mais os guardiões, no seja no Rio, em Portal Prince ou nas periferias de Santiago de Cali. (...) Tanto a polícia como os militares são produtos da mesma lógica do inimigo. O campo em que a polícia opera é o militar; nas sociedades contemporâneas ela protege a democracia por meio do terror, um terror empregado de forma higienizada, calculada e legítima. Esse não é um ponto periférico. Basta considerar a natureza dos encontros diários das comunidades negras com policiais-soldados nas ruas e como o policiamento é "vivido" como terror (novamente, asfixiadas com o joelho no pescoço, arrastadas em viaturas pelas as ruas, desmembradas e desaparecidas) em oposição à violência contingente vivenciada por pessoas brancas vítimas do Estado (ALVES e VARGAS, 2017; WILDERSON, 2018). (ALVES, 2022, p. 1035)

mesmo logradouro acima citado, viram ele. QUE ele ao ver a presença dos policiais, tentou se desfazer do rádio comunicador que estava em sua posse, jogando-o para debaixo do balcão". Na sentença, a transcrição de seu depoimento em sede de AIJ, na parte tocante à operação, ficou redigida da seguinte forma: "Que se recorda dos fatos; que conforme consta nos autos, a operação na Comunidade Pedreira e Lagartixa; que o objetivo da operação era coibir o tráfico de drogas; que era uma operação grande, que contava com cerca de 10 a 20 policiais militares; que chegando no alto da Comunidade Lagartixa, o réu foi avistado e empreendeu fuga; que conseguiram detê-lo no interior da padaria; que ele se desfez do rádio transmissor, "

Entendo que parte dessa "higienização" da lógica da inimizade, imposta pelas polícias nas operações policiais, é feita pela magistratura, quando refunda os termos de possibilidade de atuação que são pautadas pelo medo e responde aos pactos que lhe dão sustento. E faço este destaque como condição particular na amostra, porque aqui me parece que os alicerces discursivo-práticos operam em um nível mais enunciativo de como esses agires estão continuamente perfazendo a gestão da segurança pública e dos mecanismos disciplinares no Rio de Janeiro.

Se raça é performativa (DÍAZ-BENÍTEZ, 2021, p.10), aqui entendo que o vocabulário das "operações" tem interpelado a relação corpo-território em práticas disciplinares que, como a antropóloga pontua,

> dá marco de possibilidade a subjetividade e corpos. Assim, a humilhação e violência atuam como atos ou disciplinas reiteradas que têm como objetivo fazer raça, sendo exercidos dentro de marcos rígidos da norma e funcionando como modos de sua perpetuação, o que também implica práticas estatais como modos de governança (idem)

E que, me parecem, nesse entrelaçar, trazem à tona a dimensão de governabilidade neoliberal que decisões judiciais podem ter, no sentido de construírem as imagens fixas dos sujeitos, dos territórios, das polícias e da própria magistratura pautadas nos capitais eleitoreiros da punição e da alteridade. Ainda que, porque em meio à forma e ao campo, estejam travestidas da típica atitude do jurista branco, como referido por Adilson Moreira, "uma postura hermenêutica calcada na suposta neutralidade e objetividade do processo interpretativo, no liberalismo individualista, no universalismo de direitos" (MOREIRA, 2019, p. 30)

Foi o que notei especialmente nos casos 04 e 12, na ocasião das audiências de custódia, tendo optado por trabalhar com este momento processual por ser o da atuação documentada mais próxima, do judiciário, do tempo em si das ações e por isso carregada por essa possibilidade de atribuição da legibilidade das incursões e da sua reinscrição através da retórica salvacionista.

O caso 12 foi um em que os policiais, ouvidos na delegacia e na audiência, referiram-se à existência de uma operação iniciada às 7 horas da manhã, justificada pela necessidade de "reprimir o tráfico de drogas". Narraram que houve troca de tiros e fuga de pessoas envolvidas no varejo e que encontraram Igor, por volta das 10 horas, em uma padaria, de posse de um rádio comunicador[258]. Há um gargalo na narrativa dos agentes que mobilizam esta justificativa, em tom generalizante, para uma ação com pelo menos três horas de duração sem mandado, sem suspeitos, em uma das favelas da zona norte com maior índice

[258] A versão apresentada no inquérito e na AIJ encontra-se na nota de rodapé anterior.

de confrontos e com o envolvimento do batalhão de polícia militar carioca que é conhecido popularmente como “batalhão da morte”[259].

Espaços que são ocupados pelas escolhas da magistratura nesses casos, que não só cobre as ações de legitimidade, como também reinscreve a agenda de segurança pública e a violência estatal que as operações representam ao “regime de governança necropolítica selado em um pacto de violabilidade contra grupos raciais historicamente marginalizados do projeto nacional” (ALVES, 2022, p. 1024). A carga moralista e totalitária da decisão se aproxima a de uma cartilha de segurança pública, que enaltece zonas da morte e de sofrimento, engendradas à suposta proteção de alguns e da “sociedade” como integrando um projeto de nação:

> O crime de tráfico de substâncias entorpecentes, na atualidade, representa a atividade criminosa que maiores lesões provocam na sociedade do Rio de Janeiro, gerando verdadeira guerra urbana entre os agentes de segurança pública e criminosos. No momento em que os agentes de segurança pública buscam retomar e pacificar áreas de domínio do tráfico de drogas, ações que objetivam a manutenção da indústria do tráfico de drogas se demonstram como extremamente reprováveis. O crime de tráfico de drogas é gravíssimo, sendo exercido através de notórias ações violentas e ameaçadoras, que geram medo e pavor a todos os cidadãos do Rio de janeiro, principalmente, aos que moram nas localidades, em que a ação do tráfico se demonstra presente de forma efetiva. O crime de tráfico de drogas em regra é cometido através de associações criminosas, normalmente desenvolvidas por facções criminosas que possuem tentáculos e ramificações em várias áreas de atuação. A prática do tráfico de drogas permite sejam as associações e facções criminosas alimentadas e fortalecidas. Qualquer ponto de venda de drogas possibilita que a indústria do tráfico seja mantida e fomentada, restando demonstrada sua importância para manutenção da atividade criminosa.

Aderindo à doxa neoliberal, que centraliza, na gestão pública no campo das políticas criminais, a invasão de territórios e corpos em nome de um “bem maior”, dá o tom de como o *animus* antinegro da prática policial é repaginado pelo agir judicial. A violência do Estado, que é orgânica e paradigmática às operações, é obscurecida, sob o argumento da proteção de “dependentes químicos” e do “cidadão”, como artefato próprio da retórica salvacionista do colonialismo jurídico. Oculta-se também o sujeito que enuncia, que assume a gestão

[259] A truculência deste Batalhão chegou a ser investigada em âmbito legislativo, em Comissão da Câmara do Município do Rio de Janeiro, apuradora das práticas da então intervenção federal decretada. Marielle Franco, vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi uma das lideranças que esteve à sua frente, em militância pelo direito das vidas negras e faveladas que lhe custou a vida. Como lembram Maria Priscilla e Mariana: “Marielle era relatora da Comissão da Câmara Municipal de acompanhamento da Intervenção Federal, e denunciava constantemente a violência policial, principalmente do 41º Batalhão de Polícia Militar, conhecido como “batalhão da morte”, por apresentar o maior número de mortes em decorrência de intervenção policial do estado. No dia 14 de março, o carro que Marielle estava, que ia em direção a sua casa após um evento, foi alvejado com 13 tiros, destes quatro acertaram sua cabeça, e três acertaram as costas de seu motorista, Anderson, que também veio a óbito. Até o momento as investigações não foram concluídas, embora a forma em que a ação ocorreu seja característica de uma execução, planejada e realizada por pessoas com treinamento militar” (DORNELLAS; DE JESUS, 2018, p. 230).

executiva-judiciária das incursões e a lógica do "excedente imaginário"[260] que a política fixa como projeto, também através da hipervisualidade da figura do traficante e dos seus atributos performativos de ameaça, que até aqui percebi vão sendo construindo discursivamente em variados momentos. Nos termos da decisão:

> As ações que buscam a manutenção da indústria do tráfico devem ser combatidas e afastadas. As repercussões do crime para os dependentes químicos são muito graves, gerando efetivo risco à integridade física e mental dos mesmos. Os dependentes químicos devem ser protegidos das ações dos traficantes, objetivando a preservação da saúde física e mental dos mesmos, que são as principais vítimas da ação criminosa. A prática do crime de tráfico de substâncias entorpecentes constitui efetivo risco para a coletividade do Rio de Janeiro. Há risco para integridade física de qualquer cidadão, que ande pelas ruas no momento em que alguma ação de repressão ao tráfico, possa estar sendo desenvolvida por agentes de segurança pública. Há risco para integridade física de qualquer cidadão que possa ser vítima de ações de traficantes buscando manter seus pontos de vendas e mesmo retalhar ações policiais.

Em um último trecho, o magistrado passa de considerações generalizantes sobre a "ação criminosa" e o "tráfico de drogas", para um discurso mais diretamente implicado em dizer *sobre* Igor, tomando como linha de corte tramas narradas em termos tais como "risco para coletividade" que dão forma à hipervisibilidade anunciada. Até alcançar o espinhoso lugar das funções das prisões, através da reflexão sobre a "reinserção do custodiado no convívio social", chegando ao elogio do encarceramento por "repercussões pessoais e mesmo para sua família":

> Qualquer ação criminosa que busque manter o tráfico de drogas é grave e gera efetivo risco para coletividade quando analisado o contexto da situação de forma ampla. Deve ser analisado o contexto do fato tido como criminoso, como um todo, quando verificada a necessidade de prisão cautelar do custodiado e, não somente suas condições pessoais, verificadas em primeira análise superficial. Crime que gera repercussões indiretas, na necessidade de aquisição de valores, para manutenção da dependência química, também gerando graves sequelas para a coletividade. A reinserção do custodiado no convívio social, no momento, representa real e efetivo risco para coletividade, sendo observada atividade tida como criminosa, que motivou sua prisão em flagrante, bem como, real e efetivada possibilidade de manter as atividades criminosas, seja por não possuir forma lícita de subsistência demonstrada, seja pela vinculação que normalmente possui quando adere à atividade criminosa, que motivou sua prisão, cujo afastamento pode implicar em repercussões pessoais e mesmo para sua família. A prisão cautelar do custodiado se demonstra como conveniente à regular instrução processual. Há necessidade da coletividade ser acautelada. Há necessidade da ordem pública ser mantida. Efetivo risco em ser frustrada aplicação da lei penal.

[260] A lógica é parte essencial da política da inimizade, destacando Mbembe: "A demanda por um excedente imaginário, necessário para a vida cotidiana, não apenas foi acelerada. Ela se tornou irreprimível. Esse excedente imaginário não é percebido como um complemento a uma existência que seria mais 'real' por estar supostamente mais ajustada ao ser e à sua essência. Por muitos, ela é vivida como o motor do real, como a própria condição de sua plenitude e de seu esplendor" (MBEMBE, 2021, p. 94).

A “periculosidade” que os termos da decisão assenta opera em um nível direto *contra* e *sobre* Igor, mas também abre espaço para que essa discursividade ocupe o lugar constitutivo de todos/as que são narrados como traficantes como forma de “governança racial”. E é quando o judiciário desfila “estereótipos descritivos e prescritivos”, como nos trechos estudados, que torna-se completo o estrato da antinegritude no sistema de justiça e a sua implicação direta a este modo de governabilidade que sustenta a branquitude, nos termos propostos por Adilson Moreira, para quem:

> a ação policial é uma ação estatal informada por interesses do grupo racial dominante em reproduzir formas de controle destinadas a manter um sistema de privilégios raciais que sustenta a hegemonia branca no nosso país. Creio que esse conceito de governança racial é relevante porque exemplifica como a raça informa diversas instâncias da vida social e da atuação das instituições sociais. Observamos o surgimento de uma nova forma de governança racial nas últimas décadas, sendo que ela utiliza dois mecanismos para manter a exclusão social: o genocídio da juventude negra e o encarceramento da população negra. Como alguns autores afirmam, o racismo é um sistema de dominação que adquire novos aspectos em diferentes momentos históricos e contextos sociais. O caso Rafael Braga é um exemplo do que estou chamando de governança racial. Ele começa com a tradicional ação discriminatória da policia de voltar sua atenção especialmente a homens negros, indivíduos que são condenados mesmo na falta de provas ou a partir de provas absurdas (...) Ele foi preso meses depois sob outra alegação: a de ser um traficante. A decisão judicial é um triste desfile de estereótipos descritivos e prescritivos utilizados contra negros, sendo que alguns deles demonstram a completa insanidade racista do sistema judiciário brasileiro. A experiência de pessoas negras em uma sociedade que procura manter a hegemonia branca a qualquer custo é bem distinta das pressuposições que podemos fazer baseadas no formalismo jurídico (...) O problema maior da discriminação institucional é a presunção de que atos arbitrários não são motivados por animosidade, mas são parte da operação normal das instituições. Então matar negros aparece como uma consequência da ação policial cotidiana, prender negros arbitrariamente também não é nada mais do que o exercício rotineiro das funções institucionais da polícia. (MOREIRA, 2019, p. 98)

O ódio travestido de saber jurídico da decisão atribui à política a necessidade de “neutralizar” corpos, espaços, de gerir a metafísica da força das operações a partir da divisão entre semelhantes e dissemelhantes, “aliados e inimigos da civilização” (MBEMBE, 2021, p. 91). Um terror colocado em termos de “ameaça”, de “perigo e contágio do qual ele seria o vetor” (idem, p. 88), fabricação do medo que é, como sempre foi, “triunfo da moralidade de massa”.

Assim é que penso essas narrativas atravessam corpos-subjetividades e porque estão alicerçando as bases da matabilidade que operações, inevitavelmente, implicam (e a que estão referenciadas inclusive na sua dimensão simbólica), estão produzindo discursos individualizantes, mas também com uma carga de gestão populacional e espacial. E que me parecem tocar o que Fátima Lima debate como bio-necropolítica brasileira, no sentido de ser

um poder “exercido também no nível da morte, na possibilidade de matabilidade e na ideia de que qualquer um/a pode ser soberano/a e decidir pela morte do outro” (LIMA, 2018, p. 30).

No caso 04, o magistrado replicou também o repertório de pertença ao campo do inimigo que autoriza o derramamento de sangue e faz do desejo do extermínio linha de frente para a construção da corporalidade de quem se diz integrar o tráfico:

> Cabe lembrar o estrago social causado pelo tráfico de drogas, o que recomenda uma postura mais enérgica do Poder judiciário com relação aos traficantes de drogas. Ressalte-se que os presos foram surpreendidos em operação policial, após intensa troca de tiro ocorrida entre traficantes e policiais. O local da prisão é conhecido pela agressiva atuação de organização criminosa envolvida com a venda de entorpecentes. É por isso que os fatos demonstram aguda gravidade, de modo que não se pode tolerar que um grupo com mais de 10 traficantes oponham resistência violenta contra a atuação policial. Os presos foram surpreendidos em uma residência, com o flagrante propósito de evitar a sua prisão. (...) Se a prisão dos acautelados não se justificar, à luz das circunstâncias noticiadas, para a garantia da ordem pública, este Magistrado não saberá quando tal fundamento terá aplicação em algum processo criminal. A situação é verdadeiramente caótica, inaceitável, reprovável e agudamente preocupante, expondo os trabalhadores de nossa sociedade à ação criminosa dos traficantes que agem como se a sua atividade tivesse amparo no ordenamento jurídico em vigor, o que verdadeiramente não é possível conceber.

Na díade entre a “sociedade” e a pessoa acusada de tráfico, o ódio e o desejo da segregação constroem os termos da “luta contra o inimigo” e desse “desejo pelo inimigo”[261] que são orgânicos à política de drogas, administrando o terror racial de que se beneficia a branquitude. Elite de classes, o judiciário, ao se propor decidir nos termos destacados, vai atribuindo superficialidade a essas vidas, construídas em meio aos autos na sua implicação direta com o projeto de hierarquização de humanidades que faz, do agir em meio a guerra às drogas, plano de governo.

Através da referência de corporalidades e territorialidades negras como abjeção, no descarte de sentidos, na hipervisibilidade dos estereótipos, convivente com a pulverização de histórias, memórias, identidades e documentos que provavam residência fixa e emprego formal, o único equivalente possível passou - como tem passado - a ser a morte ou a prisão. Conforme a redação judicial:

> De outro lado, é certo que a própria natureza do delito dispensa a prisão como garantia da ordem econômica e por conveniência da instrução criminal. Por fim, a segregação dos custodiados é igualmente necessária para assegurar a aplicação da lei penal porque não há comprovação razoável do vínculo dos flagrados com o distrito culpa do custodias. A pouca documentação trazida aos autos, alusiva a um ou outro preso, não tem o condão de comprovar o seu vínculo com qualquer local que seja. A verdade

[261] Através desta discursividade se constrói o “objeto perturbador” da política das inimizades, nos termos mbembianos: “o desejo de inimigo, o desejo de apartheid (segregação e enclave) e a fantasia de extermínio ocupam, nos dias que correm, o lugar desse círculo encantado (...) A angústia da aniquilação está, portanto, no centro dos projetos contemporâneos de separação. (MBEMBE, 2020, p. 77).

> é que a gravidade dos fatos, certamente, fará com que os presos, uma vez em liberdade, busquem evitar a resposta penal, sendo muita ingenuidade acreditar que, soltos, eles aguardarão tranquilamente o desfecho do processo criminal, a fim de que, condenados, se apresentem para a execução penal. Veja-se, ainda, que a aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP não é suficiente no caso em exame, ao menos de acordo com as informações até agora trazidas, nada impedindo, por motivo óbvio, que o juízo natural faça nova análise da questão em destaque. Por isso, converto a prisão em flagrante dos custodiados em preventiva.

Mais uma vez obliterando narrativas, ocupando o lugar de desvelar a verdade da trama das operações e reivindicando para si um papel salvacionista no enredo do projeto genocida das operações, juízes/as vão sofisticando os atributos da branquitude que constituem o direito e que colocam o judiciário no organograma das políticas de inimizade que constituem o Rio. Ações políticas que me fizeram refletir sobre algo que estrutura a prática do saber jurídico e que observei ser modulado na constituição dos sujeitos dos casos: a hermenêutica jurídica.

4.4 Hermenêutica jurídica da branquitude e o caso das operações policiais em favelas da zona norte do Rio

A relação entre a base hermenêutica e epistemológica do direito e a governança racial (MOREIRA, 2019) remonta à consolidação dos cursos de direito e das burocracias que são sustentadas especialmente pelos recursos da dogmática, que trabalhei no primeiro capítulo. Aqui, quero aproximar essa reflexão de formas contemporâneas de realização e assim também dar mobilidade a outra chave de análise que tem me auxiliado a interpretar os dados do campo, que é a referência à "hermenêutica jurídica da branquitude"[262].

Sigo aqui pensando que o direito, calcado nos pilares da zona do ser e na cisão inconciliável com tudo aquilo que é referido à zona do não ser, oferece um corpo técnico-acadêmico-dogmático que, no discurso autoreferenciado da sua generalidade e abstração, desde o nascedouro, foi instrumentalmente mobilizado para a manutenção do pacto narcísico

[262] Em um dos mais clássicos artigos que trabalham com esta chave, Gleidson Dias analisa o caso das cotas raciais, pontuando como a interpretação sobre classificações raciais, especificamente, tem sido revertida para atuações que sustentam o racismo: "(...) a Hermenêutica Jurídica da Branquitude é o fenômeno pelo qual, em qualquer possibilidade de interpretação, quando a matéria refere-se a questões raciais, a interpretação, na enormidade das vezes, prejudicará o avanço do combate ao racismo. HJB é a base ideológica (consciente ou inconsciente, direta ou indireta) que afeta os operadores jurídicos latu senso, isto é, doutrinadores, ministros, desembargadores, juízes, promotores, defensores públicos, advogados, delegados e servidores da Administração Pública. Ao analisarem e/ou produzirem algum regramento e/ou posicionamento jurídico não raras vezes irão materializar uma das formas do Racismo Institucional" (DIAS, 2017). O letramento racial no debate sobre cotas e operações policiais é bastante diverso, por isso vou tomar essas considerações como ponto de partida, mas buscar ampliar em termos o conceito.

da branquitude. Assim, penso na epistemologia jurídica brasileira tal como propõem Edmo de Jesus e Clarindo Neto:

> é a epistemologia jurídica brasileira, desde a sua concepção até a atualidade, quem fornece os elementos indispensáveis para o desenvolvimento e para a execução de tecnologias de governança racial direcionadas à manutenção da concentração do poder político e econômico adstrito à zona do ser, isto é, atrelada às mãos de homens brancos, cis-heterossexuais, cristãos, proprietários e sem deficiência (PIRES, 2019). Contudo, se por um lado a produção do Direito é determinada pela premência de conservar as hierarquias raciais vigentes, por outro, a aplicação dessa normatividade ou a sua eventual suspensão dependem necessariamente de um procedimento sistemático de desumanização, subalternização e estigmatização baseado na raça, pois é o processo de racialização ou o racismo propriamente, que permitirá ao Estado, seja por intermédio do exercício do biopoder foucaultiano ou do necropoder mbembiano, fazer a gestão dos corpos indesejaveis, dando ares de normalidade e aceitabilidade, quando for preciso, ao genocídio dessas populações. Isso ocorre, em grande medida, porque o sistema de governança racial brasileiro, além de ser calcado pelo epistemicídio, é também pautado pela construção de um saber técnico-acadêmico-dogmático predominantemente branco que, forjado na colonialidade, concede aos agentes do sistema de justiça as armas epistemológicas necessárias à contenção dos sujeitos racialmente subalternizados. (...) o sistema jurídico brasileiro, orientado por um academicismo eurocêntrico epistemicida e, consequentemente, colonialista, agiu e permanece atuando como mecanismo de sistematização de opressões que se prolongam no tempo, mesmo que para isso aparentemente faça concessões em termos genéricos de reconhecimento de direitos e de positivação de regras que, à primeira vista, coíbem atitudes discriminatórias, mas cuja efetividade concreta de aplicação é obstaculizada pela hermenêutica racista exercida pelos agentes do sistema de justiça (DE JESUS; NETO, 2021, pp. 78-81).

Saber que serviu à manutenção do escravismo, do colonialismo e que tem perpetuado as colonialidades, a cortina de fumaça da imparcialidade e da neutralidade, que integra parte das bases hermenêuticas do direito, vem servindo para amortizar as dinâmicas de desumanização e o compromisso sistêmico com a antinegritude que o sistema jurídico conclui. Processos que, sobretudo no campo do direito penal, herdeiro do sistema punitivista escravocrata, têm mantido a hegemonia branca e garantido, como afirma Luciano Góes, "o genocídio negro multifacetado em diáspora, pensado como conjunto de instrumentos que naturalizam a morte negra que inclui semiocídio (SODRÉ, 2017), epistemicídio (CARNEIRO, 2005), necropolítica (MBEMBE, 2018), e encarceramento em massa negra" (GÓES, 2021, p. 487).

Assim, conquanto os autos processuais pesquisados representem, simbólica e materialmente, o direito em movimento, aperfeiçoam o projeto de um saber e prática que "orbitam em si", que foram, como são, epistemologicamente fundados no contrato racial[263], e

[263] "[...] uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não-brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume. E o objetivo desse Estado, em contraste com o estado neutro do contratualismo clássico, é, inter alia, especificamente o de manter e reproduzir essa ordem racial, assegurando os privilégios e as vantagens

que seguem pautados pela anulação sistemática do “ser-negro” e a consequente reafirmação do valor do “ser-branco” (idem, p. 492-493).

Marcas essas que tendem a estar mais confabuladas nas previsões normativas, mas que escancaram-se nas atividades de hermenêutica e aplicação do direito cotidianamente. Em especial, nos termos dos processos analisados em campo que, literalmente, organizam o genocídio contra territorialidades e corporalidades negras faveladas sob a justificativa da guerra às drogas.

A “hermenêutica jurídica” é campo desde onde ganham centralidade as questões relativas à interpretação do direito, incluindo o que, neste saber, passou a ser referido como técnicas e princípios que auxiliam à atividade de magistrados/as, tendo como base textos normativos. A própria etimologia da palavra já desvela parte de sua vinculação à supremacia branca, porque Hermes seria um deus grego intermediava a mensagem dos deuses aos homens, por sua enorme capacidade interpretativa. É neste pedestal que as agências responsáveis pela hermenêutica, dentre as quais tem destaque a magistratura, se colocam, como deidades que ditam os sentidos mais “superiores” que leis podem ter, amparadas em toda uma retórica de tecnicidade.

As várias técnicas emergentes desta área possibilitam uma verdadeira blindagem ao imperativo da branquitude que tem interpelado, como dispositivo ideológico, grande parte das decisões judiciais. Apresentando-se desde o apagamento do lugar de enunciação do/a magistrado/a, muitas vezes referido como “imparcialidade” ou “neutralidade”, até a possibilidade de um agir ou silenciar que literalmente são alicerçados pelas políticas da inimizade e dispositivos necropolíticos, o que destaco a partir dessa chave analítica são os recursos discursivos que juízes/as contam para encarnarem essa figura mítica de Hermes.

Alguns dados já analisados, como por exemplo, a construção discursiva dos territórios negros de favela a partir da linguagem beligerante do combate ao tráfico (capítulo 02), expressam parte dessa relação também, mas por que confluem com outros elementos e integram a disputa pelo uso discursivo dessas territorialidades, como se anteriores, assim, às viscosidades que o decidir contra um sujeito específico apresenta, não elaborei a partir desta chave. Mas assumo a imbricação dos itens da pesquisa como pressuposto e passo a apresentar um dos momentos em que, nos autos examinados, essa hermenêutica me pareceu deixar evidente modos como o direito pode ser mobilizado como instrumento de corte, no sentido fanoniano, do reconhecimento literal da humanidade de corpos que alegam terem sido vítimas de agressão policial. Passo a expor como alguns acusados relataram ter sido violentados e extorquidos e como o sistema jurídico foi, como estruturalmente é capaz,

---

de todos os cidadãos integrais brancos e mantendo a subordinação dos não-brancos. (MILLS, 1997, p. 13-14).

de produzir um “mundo desvinculado”, que suspende direitos (no caso, a possibilidade da liberdade) pela necessidade de proteger o próprio sistema, reforçando pela díade a quem serve o arcabouço de leis e direitos constitucionais[264].

4.4.1. Hermenêutica jurídica da branquitude e os casos de relatos de agressão policial no campo

Como venho trabalhando nesta tese, o sistema penal, estruturado para o controle da população negra, se constrói a partir da negação da humanidade dessa corporalidade, dando o tom da violência e do potencial de intervenção física agressiva antinegras de suas agências (FLAUZINA, 2008, p. 135). Uma delas é a policial, que superexpõe pessoas negras à ação violenta de seus agentes.

Felipe Freitas (2020), revisitando dados oficiais, aponta que a intervenção policial mata desproporcionalmente jovens negros e periféricos, indicadores que trazem os contornos da ação genocida antinegra do Estado em território brasileiro e latinoamericano:

> No que se refere à questão da violência policial, a superexposição da população negra novamente é verificada. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 21.892 pessoas foram mortas decorrentes de intervenção policial no período entre 2009 e 2016 no Brasil, sendo que deste contingente 71% eram pessoas negras, 99% de pessoas do sexo masculino e 81% com idade entre 12 e 29 anos. Só no período entre 2015 a 2016 houve um aumento de 25% destas ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial, o que coloca o Brasil na lastimável posição de uma das polícias que mais mata em todo o mundo.248 No ranking dos países da América Latina – região com altos índices de No que se refere à questão da violência policial, a superexposição da população negra novamente é verificada. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 21.892 pessoas foram mortas decorrentes de intervenção policial no período entre 2009 e 2016 no Brasil, sendo que deste contingente 71% eram pessoas negras, 99% de pessoas do sexo masculino e 81% com idade entre 12 e 29 anos. Só no período entre 2015 a 2016 houve um aumento de 25% destas ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial, o que coloca o Brasil na lastimável posição de uma das polícias que mais mata em todo o mundo. No ranking dos países da América Latina – região com altos índices de violência letal –, os números indicam que o Brasil está entre as polícias que mais produzem mortes em suas intervenções. Embora a taxa de homicídio e as dinâmicas criminais no Brasil sejam muito similares ao que ocorre na Colômbia, a proporção de mortes decorrentes de intervenções policiais é radicalmente diferente. De todos os homicídios do país, a Polícia colombiana responde por apenas 1,5% do cômputo total. No Brasil esse

[264] Este é mais um dispositivo típico das políticas de inimizade, como destaca Mbembe: “Em quase todos os lugares, portanto, o discurso é de suspensão, de restrição e até mesmo de revogação ou abolição pura e simples - da Constituição, da lei, dos direitos, das liberdades civis, da nacionalidade, de todos os tipos de proteções e garantias que até recentemente eram tidas como asseguradas. Tanto a maioria das guerras contemporâneas quanto as formas de terror associadas a elas visam não o reconhecimento, mas a criação de um mundo desvinculado. Tido como um provisório ou não, o processo de saída da democracia e o movimento de suspensão dos direitos, das Constituições ou das liberdades são paradoxalmente justificados pela necessidade de proteger essas mesmas leis, liberdades e Constituições” (MBEMBE, 2020, p. 71).

> percentual chega a 10,8%, a mesma proporção de El Salvador, que possui taxa de homicídio 118% superior à brasileira (FREITAS, 2020, pp. 137-138)

Especialmente em centros como o Rio de Janeiro, através de diferentes agendas de reformas urbanas, intervenções agressivas contra territórios negros vêm sendo naturalizadas de tal modo a possibilitar a associação da necessidade de controle e governança à ação brutalizante contra sujeitos e espacialidades que vão sendo construídos, para o sustento da supremacia branca, como despidos do valor de humanidade[265]. Nesse sentido, o controle da coletividade negra sempre foi pautado pelo vilipêndio e, como destacam Lais Avelar e Bruna Portella (2017), importa saber como estes mecanismos se renovam hoje a partir da matriz do saber e da prática do direito:

> Nos territórios negros, o controle é permanente. Território onde Estado é política e a dinâmica estatal se converte em "paralegal", os mecanismos do assassínio coletivo estão a todo vapor. Neste chão é que se estendem os corpos negros, abatidos em qualquer que seja a atual guerra que serve como pretexto para a política genocida. O controle sempre esteve presente no disciplinamento da população negra. Seja quando exercido substancialmente pelas mãos do próprio senhor e seus capitães do mato, ou a partir da passagem paulatina deste para o comando estatal, o controle da coletividade negra na espacialidade urbana atravessa os processos históricos e constitui-se como permanência. Interessa perceber, entretanto, como o exercício dessa vigilância orientada para negritude como grupo alvo, apesar de não ser novidade nos tempos atuais, se renova (AVELAR; NOVAIS, 2017, p. 354)

Com a bagagem teórico epistemológica do item anterior, o campo em mãos e a questão trabalhada pelas autoras em vista, comecei a analisar os relatos de agressão policial que apareceram nos autos judiciais, sobretudo registrados nas atas de audiência de custódia[266], e assim perceber como os/as magistrados/as se colocaram no lugar de

---

[265] Como pontua Felipe Freitas, "Tanto as reformas urbanas quanto as políticas de segurança pública atravessam o século XX e chegam o século XXI ajustando narrativas de modernização e práticas de segregação socioespacial baseadas na raça e nas hierarquias raciais. Desse modo, alimenta-se um sentido público de uso legítimo da violência que passa a ser admitido muito articuladamente com a ideia de que não é possível governar as cidades de forma segura sem o recurso à ação brutalizada das polícias e sem o manejo de medidas excessivas de força estatal. Estes discursos proliferam-se como uma nova forma de chancela à violência policial e são, na prática, um modo próprio de alargamento do mandato das polícias e de revisão de um outro "saber das ruas" que acessa o imaginário, as representações e os sentidos coletivos "do que é" e "para quê serve a polícia nas cidades" (FREITAS, 2020, p. 151-152).

[266] Essas audiências vieram com o escopo "humanizador" do procedimento penal e a tentativa de rechaçar atos de agressão e tortura, implicando no reconhecimento da ilegalidade do flagrante (bem como outras causas que lhe possam macular e implicar em uma prisão ilegal), bem como contribuir para a aferição da necessidade da prisão cautelar. Sobre essas, vale a nota de uma das principais referências no tema, Vinicius Romão: "O ato processual emerge de uma articulação jurídicopolítica para garantir a aplicabilidade do artigo 7, item 5, do Pacto de São José da Costa Rica e dos artigos 9, item 3, e 10, item 1, do Pacto Internacional de Direitos Humanos. A comunicação da prisão em flagrante a um juiz, determinada pelo art. 306 do Código de Processo Penal, passa a ser seguida de um encontro presencial obrigatório, como interpretado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347. Conforme o procedimento estabelecido pelo CNJ, estariam colocadas as condições para uma melhor análise sobre a legalidade da prisão em flagrante e o

interpretação (hermenêutica) de um dispositivo legal, para decidir sobre as violências e as prisões em flagrante. Também, comecei a refletir sobre de que maneira essas práticas discursivas estavam conectadas com recursos tais como os médico-científicos que decorrem de perícias e que tecem a racionalidade burocrática do direito às bases do positivismo criminológico e dos pactos narcísicos da branquitude que constam nos documentos.

Sobre as audiências de custódia, preciso, antes de compartilhar algumas das minhas análises relativas ao material, fazer uma pausa para tratar da normatividade relativa ao ato, que é o ponto de partida da hermenêutica. Apenas em 2020 o Código de Processo Penal[267] passou a regulamentá-la sucintamente, condição que até então era feita por Resoluções do CNJ[268]. Esse primeiro esvaziamento do ato já precisa ser enunciado. Quer dizer, como o silêncio do Legislativo em regulamentar a matéria é indiciário da não afetação com os sentidos de liberdade que o momento pode, em tese, produzir[269].

---

cabimento e a proporcionalidade da decretação de uma prisão preventiva, além de uma instrumentalização da prevenção e responsabilização por tortura e maus tratos. É inegável a importância para a população de rua da garantia de ter contato com um juiz que, além de analisar presencialmente as circunstâncias de sua prisão, possa verificar suas condições de vida e saúde, evitando agravá-las com uma prisão preventiva. Pode ainda o juiz, segundo os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 9º da Resolução 213/2015 do CNJ, viabilizar o acesso a serviços de saúde e políticas de "proteção ou inclusão social", contando com equipes multidisciplinares das Centrais Integradas de Alternativas Penais. A cena da audiência de custódia deve produzir uma decisão, que deve ter como resultado uma dessas três possibilidades: o reconhecimento da ilegalidade do flagrante e o relaxamento da prisão; a restituição da liberdade, com ou sem medidas cautelares diversas da prisão; a decretação da prisão preventiva, nas hipóteses cabíveis, quando há fundamentada necessidade e proporcionalidade" (ROMÃO, 2019, p. 57).

[267] Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. § 1º Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em qualquer das condições constantes dos incisos I, II ou III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento obrigatório a todos os atos processuais, sob pena de revogação. § 2º Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.§ 3º A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido no caput deste artigo responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão.§ 4º Transcorridas 24 (vinte e quatro) horas após o decurso do prazo estabelecido no caput deste artigo, a não realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.

[268] Resoluções que são atos executivos e não legislativos, por isso esbarram na legitimidade democrática. No caso das audiências, a mais central foi a de nº 213 de 2015, que passou por sucessivas alterações conforme as demandas emergentes da prática.

[269] Outra forma de esvaziamento do ato que precisa ser anotada, mas que não integra a realidade do TJRJ especificamente - e por isso o faço através do rodapé - foi a demora e a ainda não implementação das audiências de custódia no Brasil (DEPEN, 2021).

Voltando à resolução, tendo sido a única normativa exclusivamente aplicável, por anos, foi ela que pautou a prática e também o formato dos documentos que seguem sendo os mesmos usados no TJRJ, inclusive por ser a disciplina referência, ainda hoje, já que extremamente lacunosa a previsão no CPP para os casos de "tortura e maus tratos" (termos usados pela resolução)[270].

Partindo para os dados da amostragem, consta o registro da ocorrência de audiência de custódia nos 14 (catorze) dos 15 (quinze) processos analisados[271]. O modelo de documento que trazia a narrativa do que acontecia no ato[272] costumava abrir espaço para o

[270] Art. 11. Havendo declaração da pessoa presa em flagrante delito de que foi vítima de tortura e maus tratos ou entendimento da autoridade judicial de que há indícios da prática de tortura, será determinado o registro das informações, adotadas as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado. § 1º Com o objetivo de assegurar o efetivo combate à tortura e maus tratos, a autoridade jurídica e funcionários deverão observar o Protocolo II desta Resolução com vistas a garantir condições adequadas para a oitiva e coleta idônea de depoimento das pessoas presas em flagrante delito na audiência de custódia, a adoção de procedimentos durante o depoimento que permitam a apuração de indícios de práticas de tortura e de providências cabíveis em caso de identificação de práticas de tortura. § 2º O funcionário responsável pela coleta de dados da pessoa presa em flagrante delito deve cuidar para que sejam coletadas as seguintes informações, respeitando a vontade da vítima: I - identificação dos agressores, indicando sua instituição e sua unidade de atuação; II - locais, datas e horários aproximados dos fatos; III - descrição dos fatos, inclusive dos métodos adotados pelo agressor e a indicação das lesões sofridas; IV - identificação de testemunhas que possam colaborar para a averiguação dos fatos; V - verificação de registros das lesões sofridas pela vítima; VI - existência de registro que indique prática de tortura ou maus tratos no laudo elaborado pelos peritos do Instituto Médico Legal; VII - registro dos encaminhamentos dados pela autoridade judicial para requisitar investigação dos relatos;VIII - registro da aplicação de medida protetiva ao autuado pela autoridade judicial, caso a natureza ou gravidade dos fatos relatados coloque em risco a vida ou a segurança da pessoa presa em flagrante delito, de seus familiares ou de testemunhas.§ 3º Os registros das lesões poderão ser feitos em modo fotográfico ou audiovisual, respeitando a intimidade e consignando o consentimento da vítima. § 4º Averiguada pela autoridade judicial a necessidade da imposição de alguma medida de proteção à pessoa presa em flagrante delito, em razão da comunicação ou denúncia da prática de tortura e maus tratos, será assegurada, primordialmente, a integridade pessoal do denunciante, das testemunhas, do funcionário que constatou a ocorrência da prática abusiva e de seus familiares, e, se pertinente, o sigilo das informações. § 5º Os encaminhamentos dados pela autoridade judicial e as informações deles resultantes deverão ser comunicadas ao juiz responsável pela instrução do processo.

[271] Sendo que, neste único caso da não ocorrência, ela não era em tese necessária, já que não houve prisão em flagrante.

[272] Extraí essas informações na chamada "ata de audiência de custódia", que nomeia quem esteve presente ao ato (juiz, acusação, defesa e pessoa acusada) e traz as linhas gerais sobre o que nela ocorrera, considerando as exigências legais.
Em termos de estrutura, a ata em todos os processos seguiu o mesmo padrão, como é orgânico à burocratização das atividades dessa agência: de apresentação formal da audiência e seu escopo, elenco das pessoas que estiveram presentes e considerações acerca de alguns direitos da pessoa em condição de custódia - como o uso excepcional de algemas e entrevista prévia e reservada com a defesa técnica. Nesse sentido assumo como paradigmático o modelo usado no caso 14 ao longo deste parágrafo, cujo cabeçalho traz as considerações: "Em 3 de agosto de 2018, na sala de audiências deste Juízo, perante o MM. Dr. Juiz de Direito, realizou-se a Audiência de Custódia nestes autos, presentes a i. Membro do Ministério Público e o custodiado, acompanhado de sua supracitada defesa. Justificada a manutenção das algemas no custodiado em virtude da situação recente de flagrância, dimensões da sala de audiências, bem como pela necessidade de preservação da integridade fisica dos presentes. Aberta a audiência, foram os presentes cientificados da utilização do registro fonográfico/audiovisual. Após a Defesa ter se entrevistado reservadamente com o custodiado,

registro de agressão policial logo nas primeiras linhas, com a seguinte redação: “inicialmente cumpre consignar que nenhuma forma de agressão física no ato prisional foi relatada pelo custodiado”. A decisão sobre a prisão em flagrante vinha sempre logo em seguida, em linguagem muito próxima à da seguinte citação: “quanto à prisão em flagrante, foram observadas as formalidades legais, bem como as condições objetivas e subjetivas da medida pré-cautelar” (trechos do caso 14).

Registrar os abusos policiais durante o flagrante, que é forma de controlar a legalidade de todo o procedimento, sempre foi no plano prático e legal-normativo o principal condão da audiência - motivo até que faz com que integre logo as linhas iniciais da ata. Mas como a indiferença e os silenciamentos constroem a atividade da hermenêutica quando pautada pela branquitude, em 05 (cinco) dos quatorze casos não houve qualquer menção à questão, seja no item meramente expositivo sobre o ritual ou na introdução da decisão sobre a prisão.

Quer dizer, em cerca de um terço dos processos, não houve uma sequer palavra sobre possíveis ilegalidades em flagrantes decorrentes de uma das mais genocidas atuações das polícias ainda hoje, fato que, além disso, não foi mencionado em nenhum dos processos pelas defesas constituídas. Silêncios que operam a nível estrutural por tocarem, tão explicitamente, na possibilidade da soltura (e, portanto, de dar concretude à liberdade) e no sustento prático-discursivo do sistema de justiça do terror das operações como um dos principais tensionadores dos conflitos espacial-raciais em centros urbanos. E que retomam aqui, mais uma vez, como a mobilização, por juízes/as, da dinâmica das vozes processual apaga continuamente as narrativas que escancaram o conteúdo da antinegritude das operações e, nesse caso, através dessa postura que aproxima “salvação” da interpretação jurídico-normativa.

Assim é que acredito esse seja um primeiro informador da chamada “hermenêutica da branquitude”, por manifestar a possibilidade de juízes/as permanecerem esvaziando completamente atos e dispositivos, especialmente nos casos em que o que está em jogo é a ostensiva contra territórios e corporalidades negras. São os silêncios da opressão, nas palavras de Ana Laborne, retomando Cida Bento:

> Maria Aparecida Bento (2005) nos lembra que o silêncio não é neutro. Na verdade o não dito é tão significativo quanto às próprias palavras e os elementos da branquitude estão em operação exatamente no que é silenciado. Não podemos esquecer que o poder é exercido sempre acompanhado de certo silêncio, o silêncio da opressão (LABORNE, 2017, p. 103)

procedeu-se à entrevista, conforme termo e registro audiovisual. As declarações hoje colhidas, gravadas, foram salvas no CD que acompanha esta”

Deixando o espaço do registro vazio, o discurso jurídico passa a potencializar a naturalização da ação agressiva das polícias no contexto da guerra antinegra às drogas, produzindo as bases que sustentam a relação entre a soberania necropolítica e o saber jurídico. E de um modo ainda mais pernicioso, que é a da não enunciação, que vai pouco a pouco desmaterializando o conteúdo do ato, sem romper com a falácia da "neutralidade" e da "garantia dos direitos". "Esquecimentos elouquentes" que, como prefere Luciano Góes referir-se, são "ficha corrida da branquitude" (GOES, 2021, p. 496).

Voltando aos dados quantitativos do campo, dos 10 (dez) casos em que houve espaço para o registro de uma possível agressão policial na audiência, que em princípio decorre do questionamento verbal, em 04 (quatro) deles a resposta foi explicitamente negativa[273]. Houve a notícia em 06 (seis)[274] processos da ocorrência de agressão, sendo que em todos estes casos foi também juntada perícia produzida pelo Instituto Médico Legal.

E vale o seguinte destaque: em todos os 06 (seis) casos - tal como um sétimo, em que a agressão foi registrada só no laudo, não na audiência - os acusados eram negros[275]. Os vilipêndios anotados, assim, integram a estrutura da economia racializada da violência e que, no contexto das operações policiais tratadas, das tecnologias de governamentalidade neoliberais em territórios negros, têm como alvos aqueles que Mbembe se refere como "inimigos fugidios, móveis e reticulares" contra os quais o necropoder opera (MBEMBE, 2018, p. 51).

Por isso entendo que, embora sejam (numericamente) poucos - ainda que expressivos considerando o volume da amostra -, esses são dados que contam sobre a distribuição calculada da agressão como um instrumento político de controle territorial e subjetivo e do modo como a magistratura se alia cotidianamente à violência estatal, perfazendo a estratégia de contenção social racializada (ALVES, 2011, p. 117).

Antes de voltar às decisões, preciso abrir um espaço no texto para refletir sobre o que podem representar esses laudos que acompanham os relatos nos processos, já que são documentos centrais, a princípio, para a tomada de posição dos/as magistrados/as a respeito das prisões e dos abusos policiais. Entendo, nesta pesquisa, os peritos que produzem os Exames de Corpo de Delito como mediadores[276] da hermenêutica jurídica, aqui considerando duas condições.

---

[273] Casos 03, 10, 12 e 14.

[274] Casos 01, 02, 06, 07, 13 e 15.

[275] Considero como negro o que os documentos registraram como negro ou pardo nos autos. Nos casos 06, 07, 13 e 15 a informação esteve constante dos documentos produzidos pelas polícias (investigação) e judiciário (mandados judiciais). Nos casos 01, 02 e 04 (caso da agressão registrada apenas no laudo, não na audiência) também os peritos do IML registraram que eram homens negros.

[276] Como propõe Flavia Medeiros, analisando caso diverso de perícia (cadavérica), mas refletindo sobre a relação dialogal do médico do IML com os corpos e a tradução para os papéis que me interessa também examinar: "Portanto, se por um lado está o perito médico-legal se relacionando com os

Primeiro, como propõe Flávia Medeiros, que os dois campos específicos de conhecimento transformam as narrativas sobre um evento conforme seus próprios termos de (auto)referência: o direito para o fato jurídico e a medicina legal para um fato médico legal (MEDEIROS, 2014, p. 39). Segundo, que desde o positivismo criminológico, a relação intrincada entre essas duas discursividades e suas burocracias instituídas - ambos, medicina e direito, com matrizes político-epistêmicas implicadas às colonialidades - vêm possibilitando as teciturias discursivas que fazem os nós entre a "cientificidade" e a supremacia branca em um contexto de vivência urbana sobreposta como violência difusa.

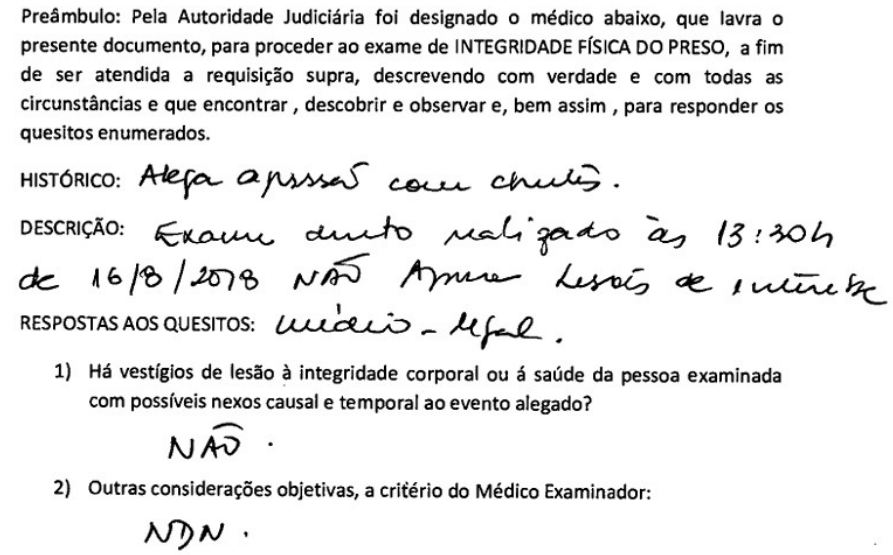
Nesse sentido, quando o sistema jurídico delega ao médico legista a atividade de exame de corpos e fala sobre possíveis lesões, nesses casos, quer dizer, logo após uma operação policial, a partir do intercâmbio entre a linguagem médica e jurídica, está possibilitando a tradução de uma certa verdade sobre corpos e sobre falas (as de possíveis denúncias feitas ao legista sobre agressões)[277].

Essa construção monológica, que integra a racionalidade cartorial colonial, adere aos autos e ao modo como a hermenêutica feita por magistrados/as encontra mais uma referência nas atividades técnico-científicas para constituir os sentidos de seus atos. Lembrando, essas falas constroem as representações de sujeitos e dos territórios de favelas da zona norte, assim como materializam os arranjos institucionais que criam as geografias de raça e violência (ALVES, 2011, p. 114), por isso, as suas múltiplas expressões importam analiticamente.

Quanto à forma, esses documentos foram estruturados de modo idêntico em todos os processos da amostra: um cabeçalho descritivo; no "histórico", quando preenchido, é feita a notícia de qualquer forma de violência; na "descrição" a forma do exame; e os dois quesitos, que são o espaço da verdade do corpo, respondendo afirmativa e negativamente à constatação médica das lesões. Em três casos, porém, não foi preenchido o espaço "histórico" e por isso não foi feita qualquer referência à possível alegação de agressão:

cadáveres e ouvindo o que os corpos falam; por outro lado, está o mesmo perito médico-legal, se relacionando com os papéis e traduzindo o que os corpos falam. Tanto no ouvir os corpos quanto no traduzi-los, os peritos contam com o auxílio de técnicos de cortes e de digitação de laudos, respectivamente. Esses, como mediadores, fazem parte da relação que é estabelecida entre corpos e papéis. E é a assinatura do perito médico-legal que dá fé pública aos papéis dos corpos" (MEDEIROS, 2014, p. 46)

[277] Sobre essa intermediação, Flavia Medeiros pontua: "O médico denota no seu ir e vir, o fundamento da sua atividade profissional que é transcrever e registrar em certa linguagem médica o que está inscrito nos corpos humanos, o que, por sua vez, deve ser interpretado pela linguagem policial e jurídica. O Laudo Médico-Legal caracteriza-se por apresentar a verdade do fato, construída de forma monológica, na qual a autoridade policial, o perito médico-legista, relata o conhecimento construído por ele e apresenta-o como versão pública do que aconteceu com um corpo (...) Assim, através desse registro, o perito constrói a verdade cartorial como autoridade policial, mas a realiza através da linguagem que não é a policial, nem é a jurídica" (MEDEIROS, 2014, p. 42)



Preâmbulo: Pela Autoridade Judiciária foi designado o médico abaixo, que lavra o presente documento, para proceder ao exame de INTEGRIDADE FÍSICA DO PRESO, a fim de ser atendida a requisição supra, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias e que encontrar , descobrir e observar e, bem assim , para responder os quesitos enumerados.

HISTÓRICO: Alega agressão com choque.

DESCRIÇÃO: Exame digito realizado às 13:30h de 16/8/2018 NÃO Apresenta Lesões de interesse

RESPOSTAS AOS QUESITOS: médico - legal.

1) Há vestígios de lesão à integridade corporal ou á saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegado?

NÃO.

2) Outras considerações objetivas, a critério do Médico Examinador:

NADA.

Figura 01 - Exame de Corpo de Delito do caso 15

Trago a imagem acima, porque penso que a estética do documento dá materialidade à relação entre a burocratização e a cientificidade, com termos monossilábicos, dotados de uma assertividade que carrega a captura da verdade sobre os fatos e que habilitam o registro de contradições em si com enorme naturalidade. A letra corrida e o grifo em caixa alta da negativa, trazem também o registro dessa possível dissonância das vozes, de um acusado que denuncia ter sido vítima de lesões - nesta ocasião e também na audiência de custódia[278] - mas cuja perícia não fez constar qualquer vestígio, possibilitando o apagamento das narrativas sobre as incursões e sobre o sofrimento de corporalidades negras que estava analisando.

Nessas condições, a captura discursiva do que os corpos comunicam, aqui feita pela mediação do perito, condiz com a eloquência e com os silenciamentos descritos anteriormente. Parte do que esses elementos trazem, como indícios das estruturas que quero analisar, também parecem ter se expressado em dois outros dados.

Primeiro, só em um caso (caso 4), referente a três réus[279], - embora sejam seis casos com denúncias em audiência - o laudo registrou efetivamente a existência de agressão relatada (histórico) e vestígio de lesão (quesito), bem como sugeriu acompanhamento médico. E, mesmo assim, o magistrado na audiência de custódia não relaxou ou revogou o flagrante - isto é, manteve a prisão cautelar-, assim como não tocou na necessidade do acompanhamento e sequer oportunizou a denúncia da violência.

[278] Vou analisar este caso em específico no próximo subitem, em que o acusado descreve como foi a perícia e as agressões, para onde remeto o/a leitor/a.

[279] Mais de um caso possui mais de um réu. No caso em específico, o 04, são 13 réus , sendo que dois denunciaram para o perito a ocorrência de violência policial.

Segundo, embora em 06 (seis) casos tenha havido notícia da agressão na audiência, essa denúncia apareceu apenas em 02 (dois) casos, sendo que no segundo (caso 15) o perito respondeu negativamente ao quesito do vestígio. Este dado é indiciário das condições a partir das quais a perícia médica, no Exame de Corpo de Delito, é produzida e como dialoga com os pactos narcísicos da branquitude, tema que é revolvido por uma enorme cortina de fumaça.

É importante explorar essa relação entre a perícia e as vozes nas audiências porque, nesse caso específico, a negativa no documento médico é mais um argumento que traveste de "neutralidade" e "imparcialidade" a interpretação da norma, compondo a decisão judicial[280]. Voltando aqui a lembrar que o uso desse léxico médico-científico, desde sempre, sustentou a hermenêutica jurídica da branquitude. Nos termos propostos, é mais uma ferramenta que pode obliterar narrativas e a dimensão racial dos abusos, na linha do que alerta Adilson Moreira:

> A interpretação jurídica tem sido direita e indiretamente utilizada com um instrumento importante para a reprodução da opressão racial, seja pela simples desconsideração do impacto de uma prática social sobre um grupo, seja porque eles estão interessados em impedir que a raça se torne uma forma de mobilização política. (MOREIRA, 2019, pp. 16-17)

E que ganhou projeção especialmente alarmante no caso 13, que passo a explorar separadamente para propor como, junto com a racionalidade jurídica, a racionalidade médica vem concluindo o projeto da sofisticação e burocratização do sofrimento, da precariedade da empatia e da morte social[281] antinegra (PATTERSON, 2008).

4.4.2 Indiferença ao sofrimento e a sistemática jurídica de obliterações a partir do caso 13

A operação policial do caso 13 aconteceu logo depois da morte de um comandante da polícia militar, retaliação que foi a principal causa das operações policiais registradas em 2020, ano subsequente à do presente caso (HIRATA et al, 2020, p. 08). Essas são incursões tendencialmente sanguinárias, porque comunicam, dentro do contexto de disputas pela

[280] No último item deste capítulo, vou trabalhar com a teoria das vozes de Bidaseca (2011) que investiga a força das narrativas que compõem autos judiciais envolvendo um crime. Mas já adianto que aqui temos um dispositivo judicial de sufocamento das palavras dos acusados, que transforma-se no que ela trabalha como "voz baixa" e reflete na manutenção de sujeitos como corpos subalternizados, sem capacidade enunciativa. As palavras dos denunciantes são sistematicamente silenciadas no confronto com outras narrativas que endossam a estadista da história, que seria o próprio exame de corpo de delito, e que, neste caso, compõem a bagagem de legitimações discursivas das operações,

[281] Desenvolvo, mais à frente, o conceito de morte social para Orlando Patterson. Mas já quero adiantar aqui a consideração de Moten, a qual me acompanha na tese: "a morte social não é imposta à pretitude desde ou pelo posicionamento ou posicionalidade do político antes, ela é o campo do político, do qual a pretitude está relegada à massa ou mancha supostamente indiferenciada do social (...)" (MOTEN, 2021, p. 156).

governabilidade espacializada dos poderes instituídos, que a reação à uma morte se dá às custas de muitas vidas.

Neste item, vou recortar o que os documentos trouxeram de notícia sobre o caso e escolho - diferentemente do que fiz no capítulo 02, ocasião em que explorei o conteúdo das vozes, por exemplo, de alguns policiais - trabalhar apenas com um lugar de enunciação, o da magistratura, mas com duas só possíveis vozes. Parto do texto escrito da decisão em audiência de custódia e da sentença; bem como de parte da transcrição, que consta desta, do depoimento do réu[282].

Mas isso também me leva, ao invés de produzir mais uma intermediação, trazendo uma nova versão autoral de apresentação do contexto da operação, a passar logo aos termos da sentença sobre o que alegou o réu sobre o dia do flagrante:

> foi na janela e se deparou com movimentação estranha; que os policiais pediram para entrar e autorizou; que eles entraram e fizeram várias perguntas, indagando sobre traficantes e bandidos que mataram um coronel; que disse que de nada sabia, tinha sua família e não iria se prejudicar; que os policiais disseram que se não colaborasse tinham uma bolsa preparada para ele; que então disse que preferia sofrer a covardia que correr risco com os traficantes; que deram a bolsa e falaram "é seu e tá preso"; que disse que trabalhava num bar e poderia levar eles lá mas não quiseram saber; que eram três policiais, os dois que depuseram mais um terceiro; que este terceiro disse que o interrogando era fumante, usava droga e andava com traficantes; que disse não ter envolvimento com traficantes; que foi espancado; que os dois policiais ouvidos em audiência estavam lá; que o último que depôs hoje agrediu bastante o depoente; que queriam que informasse quem matara o coronel; que se falasse algo para eles iria morrer na mão dos traficantes; que sua esposa é Natalie Alves da Silva e estava no momento da diligência; que ela está fora da sala de audiências (...) que o último que entrou e o Frauches fizeram as agressões;

Rafael trouxe, ao longo da audiência, a denúncia com detalhes da tortura que sofreu e do flagrante forjado pelos policiais, que invadiram sua casa no contexto de uma operação para coagi-lo. Não ter dado o nome das pessoas que poderiam estar envolvidas na morte de um comandante, opção que ele próprio ressaltou ser garantia, ainda que precária, da segurança de sua família, fez com que fosse covardemente espancado. E, ainda, com que os agentes, que estavam com uma sacola preparada com entorpecentes, "plantassem" essa evidência alegando tê-la encontrado na sua casa, que foi a prova que serviu de subsídio para a inicial.

Ele ainda indicou de forma assertiva quem foram os policiais responsáveis pelas violências, que estiveram frente a frente com o juiz e com o Ministério Público, sem que qualquer medida fosse adotada. Logo depois, expôs como foi feito o exame de corpo de delito

[282] Essa escolha metodológica decorre da minha intenção de aqui pesquisar o agir judicial, na relação com a narrativa do réu que alegou que foi agredido, a partir da chave da hermenêutica da branquitude. Essa é só uma opção de recorte, já que mesmo que eu opte, neste espaço, por não trabalhar com outras vozes que emergiram na instrução, elas compõem as entrelinhas da decisão.

que, como pontuei anteriormente, segue sendo uma das principais cortinas de fumaça em meio às investigações policiais. No texto da sentença, consta como depoimento de Rafael: “que em Benfica foi levado ao hospital, o médico colocou a gente algemado, olhou de longe, anotou e mandou embora”.

Há pouco controle e quase não há discussão a respeito do procedimento do exame de corpo de delito posterior à prisão em flagrante, para fins de verificação de vestígios de agressão. Como trouxe no item anterior, nesse caso, parece que a confluência entre o dogma da verdade científica, inclusive quanto aos métodos, e o descontrole sistemático da ação policial (WANDERLEY, 2017; FREITAS, 2020, p. 164) têm mantido em igual grau a intocabilidade desta perícia e das agências que são por ela responsáveis.

São vários os apontamentos que podem ser feitos, colocando em dúvida estes atos, tais como: o fato de não haver transparência quanto ao modo como os exames são feitos; haver a notícia de que, na maior parte das vezes, são feitos na presença dos policiais que são os possíveis agressores, inibindo as denúncias; haver um enorme corporativismo, já que os peritos também integram a instituição policial; e haver também sistemáticos relatos, como o do caso apresentado, de que o preenchimento do relatório é feito sem o exame corporal da pessoa aprisionada. Questões que trazem para esta pesquisa o papel, como observado por Felipe Freitas, “dos órgãos do sistema de justiça e dos gestores da segurança na legitimação da cooperação público-privada que hoje é responsável por tantas práticas de execução e extermínio no país” (FREITAS, 2020, pp. 177-178).

O fato de o exame ainda ser central para a avaliação da legalidade da prisão, e poder ser um canal de escancaramento do sofrimento de corpos aprisionados, mesmo que todas essas sejam ainda arestas soltas, desvela os pactos que alicerçam. Alguns deles mais ou menos intrincados ao ato da hermenêutica, que assume materialidade no conteúdo explicitamente decisório.

Como foi tendência na amostragem, no caso 13, também o exame foi central para a não anulação do processo em razão da atividade policial, assim como a estarrecedora alegação de que não havia prova das agressões, porque uma das suas testemunhas, companheira do réu, não foi ouvida. Tendo sido referida por Rafael na AIJ, e tendo ele dito que ela estava no corredor aguardando a audiência, era dever do juízo proceder à sua oitiva[283] ou, em alinhamento ao princípio da presunção de inocência, reconhecer que suas denúncias seriam verdadeiras. Ao contrário, o magistrado se colocou da seguinte forma na sentença:

> inexistindo tampouco razão para anular a diligência [entrada em domicílio] em razão das alegadas agressões que teria o réu sofrido após o ingresso

[283] Segundo o Código de Processo Penal: Art. 209. O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes. § 1º Se ao juiz parecer conveniente, serão ouvidas as pessoas a que as testemunhas se referirem.

> dos policiais, como sustenta em seu interrogatório, já que o laudo acostado ao feito refuta a alegação que, ademais, não foi objeto de maior comprovação - e poderia ter sido, bastando para tanto que fosse, por exemplo, ouvida a esposa do réu que a tudo, segundo ele, presenciara, o que não foi requerido de forma oportuna pelo advogado do denunciado em audiência.

O conteúdo decisório da sentença blinda a sequência de múltiplos ilegalismos, com uma narrativa que supostamente reconhece a possibilidade de abusos, especialmente em meio às operações policiais, mas continua a prestigiar essa autorreferência probatória que, sobretudo em contextos como o deste caso, são fundamentais para a estabilização da intocabilidade das agências policiais, especialmente quando implicadas ao sofrimento de corporalidades negras. Nas palavras do juiz referidas aos termos mais básicos da retórica salvacionista:

> É importante ressaltar que, de fato, o s depoimentos unicamente de policiais militares devem ser apreciados e considerados com redobrada cautela face ao concreto risco sempre existente no sentido de que estejam a tentar encobrir eventuais irregularidades com o objetivo de legitimar suas atuações. Não há dúvida, por outro lado, que não se pode inquinar os depoimentos de policiais de forma apriorística como insinceros, maliciosos, mentirosos (ou coisas piores…), mas em cada caso concreto há de se aplicar detida, meticulosa análise de seus depoimentos a fim de evitar que o Poder Judiciário corrobore atitudes ilegais dando ensejo à condenações espúrias. Cumpre salientar que este magistrado comunga do entendimento no sentido de que "o depoimento de policial é válido como qualquer outro, podendo servir de base para sentença condenatória, mormente quando a Defesa não apresenta no curso da instrução qualquer tipo de prova que possa levar o julgador a desconsidera-lo. entrementes - sobretudo depois de inúmeras e lamentáveis notícias de operações policiais flagrantemente inconstitucionais pelas mais variadas razões - impõe-se a aplicação deste entendimento *cum grano salis,* i.e., com um grão de sa, cuidadosamente. Aqui, os depoimentos dos dois policiais ouvidos se mostraram uníssonos, precisos e, mesmo passados cinco meses desde a prisão em flagrante, na essência (havendo pequena dissonância quanto a um caderno com anotações, de fato não apreendido) adequados ao que vinham afirmando desde a fase inquisitorial, vindo os testemunhos respaldados pela apreensão do material ilícito.

Estrutura mantida até a sentença, como estes últimos trechos revelam, na audiência de custódia, presidida por outra magistrada, onde também houve a denúncia das agressões, não só não foi reconhecido o direito à liberdade, como também nenhuma providência foi tomada contra os policiais denunciados. Nenhuma palavra foi sequer dita sobre o espancamento na fundamentação da manutenção da prisão[284].

[284] A decisão ficou registrada da seguinte forma: "Inicialmente, cumpre consignar que foi relatada agressão física no ato prisional sendo o policial de nome FRAUCHES o autor. A regularidade do flagrante encontra-se presente. No que diz respeito à conversão da prisão em flagrante em preventiva, entende esta magistrada que a mesma se demonstra necessária e proporcional, devendo ser destacado que o custodiado foi preso com uma farta quantidade e variedade de entorpecentes, com inscrições do tráfico, indicando a mercancia, sendo necessária a prisão como garantia da ordem pública diante dos fatos graves."

A legitimação das agressões produzidas a partir do direito e do sistema penal repetem, continuamente, atos de violência que retomam aos dispositivos que expoem o sofrimento negro e que, em territórios de capitalismo periférico-colonial, podem expor, no contrapelo, significantes da relação contínua entre poder e escravismo. Estou pensando neste dado a partir do que reflete Orlando Patterson, quando retoma o escravismo através do que nomeou como "morte social" e apresenta como violências significavam, particularmente, para os constituintes da relação de dominação típicas ao "senhor escravo". Em suas palavras:

> o que a escravidão realmente significava: a violência direta e insidiosa, a invisibilidade e o anonimato, a violação pessoal infinita e a desonra crônica e inalienável. Era na interação entre senhor e escravo que tais sentimentos eram expressos e postos em prática (PATTERSON, 2008, p. 33)

Seguindo o seu raciocínio, como morte social, o escravismo - que imbui os sistemas coloniais e fundamentam os dispositivos da branquitude em nosso território - sempre implicou em uma relação de dominação pautada como verdadeira alternativa à morte. Assim,

> talvez o atributo mais característico da impotência do escravo fosse o fato de que ela sempre se originou (ou foi concebida como tendo se originado) como uma alternativa à morte, em geral violenta (...). Arquetipicamente, a escravidão era um substituto à morte na guerra. Mas frequentemente a morte substituía uma punição por alguma ofensa capital, ou a morte por exposição ou fome (idem, p. 24)

No caso 13, o flagrante e o exercício definitivo do poder punitivo se apresentam como alternativas literais ao extermínio, como denunciado por Rafael. O modo como as agências judiciais estão implicadas a este processo traz à tona essa vinculação colonial-escravista do direito, e do pacto narcísico da branquitude com a hermenêutica. Um saber que possibilita o encarceramento como condição de morte-social e que redimensiona a relação senhor-escravo, nos termos propostos por Patterson, para as institucionalidades aliciadas às suas violências fundantes. Condições essas que também foram observadas em outros casos de denúncia, especialmente em audiências de custódia, que volto a explorar no próximo item para concluir este eixo de análise.

4.4.3 Agressões policiais no flagrante e a retórica jurídica da ordem pública como sustentáculo da violência antinegra

Os outros cinco casos de denúncia de agressões nas audiências de custódia replicaram as cenas do estudo anterior, embora em nenhum deles tenha havido a descrição de flagrante forjado. Em todos, a prisão foi mantida, sobretudo com base na retórica alegação da "ordem pública" e em apenas um deles (Caso 06) foi requerido, pelo juiz da causa, a instalação de Auditoria Militar para apuração das violências. Especificamente neste, algumas

poucas linhas antes disto, e sem tocar na decorrência da ilegalidade do flagrante, o magistrado considerou que a manutenção da cautelar de prisão era imprescindível "considerado o sentimento de segurança, prometido constitucionalmente, como garantia dos demais direitos dos cidadãos"[285].

Quer dizer, a narrativa das violências até se tornou visível a ponto de ser referida. Mas para simplesmente produzir o despacho de um suposto controle interinstitucional – que sabe-se ser bastante problemática -, que jamais foi comprovado ter sido exercido, continuando a implicar que suas vozes tenham sido calcadas como "baixas". E para, literalmente, apagar a relação dos abusos com a ilegalidade da prisão, replicando, em termos abstratos, o léxico da hermenêutica da branquitude que mantém sua condição hegemônica através das múltiplas formas de exposição e produção do sofrimento negro. O intangibilidade da liberdade e a dignidade é mais uma imanência do solipsismo branco, como destacam Thula Pires e Ana Flauzina:

> Nesse sentido, o que poderia significar um compromisso com a liberdade e a vida é revestido pelo solipsismo branco (OYÈWÚMI, 2002) das elites brasileiras para oferecer um escudo camuflado de argumento jurídico que mantém a liberdade e o acesso à legalidade como atributos exclusivos da zona do ser. O que se observa é que, no horizonte do genocídio, a liberdade é produto não disponibilizado no mercado dos indigentes que povoam a zona do não ser, sendo a dor e a degradação as sentenças impostas pela branquitude que se perpetua nos rituais do Judiciário no Brasil. (PIRES; FLAUZINA, 2020, p. 1233).

Considero que a atuação da magistratura nos casos que envolvem relatos de agressão está implicada na matriz sistêmico-estrutural de como instituições se relacionam com a dor e sua dimensão espetacular quando informada pela antinegritude. Alguns autores, a partir das bases fanonianas de pensamento, refletiram sobre o conteúdo de prazer "pornotrópico" desse sofrimento (SPILLERS 1987, p. 67; WARREN, 2015; PEREIRA, 2021), o qual, penso, sustenta as cinco decisões e a sua possibilidade de existência nos termos expostos.

O fato de estarem todos os processos conjecturados na política de inimizade da guerra às drogas e na condição ainda mais brutalizante das operações contra territórios

[285] Em ata, a decisão ficou registrada da seguinte forma: "Primeiramente, deve ser consignado que os custodiados afirmam terem sofrido agressão física relevante no ato prisional. (...) a prisão se mostra necessária e proporcional, data vênia do entendimento defensivo, devendo ser destacado que os fatos imputados aos custodiados são tipificados como crimes graves, notadamente porque os policiais em diligência visando ao combate ao tráfico de drogas encontraram os custodiados na COmunidade Costa Barros, local próprio para o tráfico, em circunstâncias indicativas da traficância (...) Neste prisma, tudo indica que o restabelecimento da liberdade dos custodiados gera ofensa à ordem pública, assim considerado o sentimento de segurança, prometido constitucionalmente, como garantia dos demais direitos dos cidadãos. (...) Outrossim, considerando que os custodiados informaram que sofreram agressão no momento da diligência, determino a expedição de ofício à Promotoria da Auditoria Militar para apurar o ocorrido, devendo cópia do expediente acompanhar o ofício."

negros expõe o judiciário a uma imobilização, diante da familiaridade dessa que é uma violência cotidianamente construída como um “espetáculo entorpecente” (HARTMAN, 1997, p. 4). Isto se intensifica pelo fato de a indiferença ao sofrimento negro levar ao que Fred Moten analisa como limite tênue entre a testemunha e o voyeur (MOTEN, 2021) o que, envolvendo a magistratura, deveria deslocar a primeira condição para a de possível controladora/agenciadora - dados os recursos de que dispõe o judiciário para interromper os ciclos de agressão. Não obstante, o que me pareceu é que, na amostragem, o limite é mesmo este tênue e bastante tensionado pelas tessituras do prazer frente à visibilidade da violência estatal que habita a indiferença.

No caso 15, que é aquele em que, além da informação ao longo da oitiva, consta o único laudo do IML positivo para agressões e descritivo da ocorrência ao perito - quer dizer, em que houve a maior materialidade registrada na alegação das agressões -, o juiz determinou a remessa dos autos “ao juízo natural”, supostamente esperando algum tipo de controle que viria da mesma institucionalidade que integra e que, por isso, dispunha nas próprias mãos. Como me parecia previsível, nenhuma medida quanto às violências foi, depois disso, documentada no processo.

E como no anterior, foi mantida a prisão, desta vez com termos que fazem reverberar o conteúdo de emoção, sensacionalismo, desprezo e prazer com o sofrimento que imbuem o aprisionamento e que preenchem de sentido o que a categoria “ordem pública” confabula, especialmente nos casos de operação. Como mais uma expressão que emerge da normatividade, mas é construída na hermenêutica, referida e referente à dimensão policialesca e antinegra do agir judicial, deixa o registro de como indiferença e naturalização o vilipêndio espetacular integram o léxico narcísico do direito e o conteúdo salvacionista desse agir:

> Remeta-se ao juízo natural para análise das alegadas agressões. A presente prisão em flagrante foi efetuada dentro dos ditames legais e revestida de toda formalidade necessária, nos termos do art. 302 e ss do CPP, não havendo indícios de flagrante forjado. assim, não sendo hipótese de relaxamento de prisão, homologo a prisão em flagrante (...) Embora não se trate de crime cometido mediante violência ou grave ameaça, é despiciendo ressaltar que o delito de tráfico é dotado de grande rejeição social, já que dele decorrem graves cenas de violência urbana em razão dos conflitos entre os traficantes para a obtenção e reafirmação da primazia de determinado grupo, bem como em razão dos efeitos nefastos das drogas para a saúde dos usuários. Entende este juízo, que o vertiginoso crescimento do tráfico de drogas na região, crime que leva à prática de vários outros crimes, não pode fazer com que a sociedade se acostume com a sensação de impunidade, merecendo que o poder judiciário atue não só na apuração escorreita dos fatos trazidos à baila, mas também dê respostas à sociedade, que não raras vezes desacredita no Poder Judiciário como órgão da justiça, pelo que se faz presente a necessidade de garantia da ordem pública. Por conta de todo o exposto, e por entender que as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não se mostram suficientes para garantir a tutela jurisdicional que deverá ser prestada, decreto a prisão preventiva.

Nos 03 (três) outros casos, a ordem pública também foi mobilizada para sustentar a prisão mesmo diante da ilegalidade das agressões. No primeiro deles, de forma meramente enunciativa, seguido do absoluto silêncio quanto a qualquer medida para apuração[286]. No segundo, também nenhuma palavra foi dita sobre as violências, mas a eloquência ganhou os contornos apelativos contextuais que destaquei anteriormente: "garantir a ordem pública, tendo em vista que o ilícito perpetrado pelos indiciados é grave, contribuindo para um crescente aumento do tráfico de entorpecente bem como da violência e da criminalidade em nossa sociedade, causando instabilidade na ordem pública"[287].

No terceiro e último (Caso 01), as agressões até foram consideradas no texto da ata assinado pelo juiz, mas para que substituísse os relatos pelo descrédito e por uma discursividade panfletária, que endossa, como Felipe Freitas diz ser possível, a "militarização da polícia, dos territórios e das relações sociais, inclusive mediante a hipertrofia das funções e das atribuições policiais" (FREITAS, 2020, p. 95).

Dando o tom ainda mais marcado do papel do judiciário na manutenção da ordem dos vilipêndios policiais contra sujeitos e espacialidades negras, decisões como esta criam e alicerçam os projetos em torno dos quais o necropoder, nos interstícios dos dispositivos de controle, vai sendo ampliado. Nos termos trazidos pelo documento:

> Os custodiados relataram terem sido agredidos por policiais militares que efetuaram sua prisão (...) O Auto de prisão em flagrante encontra-se formalmente em ordem, na forma dos art. 302 e seguintes do Código de Processo Penal. Há nos autos prova da materialidade e indícios de autoria, conforme extraio dos termos de declarações, auto de apreensão e laudo de exame de entorpecente e/ou psicotrópico. Assim, presente o fumus comissi delicti. (...) Os custodiados foram presos em flagrante em comunidade em que o tráfico de drogas é dominado por facção criminosa, sendo apreendida

[286] Este foi o Caso 01, em que o magistrado fez documentar: "o custodiado relatou ter sido agredido por policiais militares que efetuaram sua prisão, mas não foram os mesmos que o levaram para a delegacia e não conseguiu ver seus nomes, somente podendo identificar pela fisionomia. O auto de prisão em flagrante encontra-se em ordem, na forma dos artigos 302 e seguintes do Código de Processo Penal. Assim, passo a decidir, fundamentadamente, na forma do art. 310 do CPP (...) Ressalte-se que os custodiados foram presos em flagrante em operação policial realizada na comunidade da pedreira, ocasião em que foram capturados na posse compartilhada de grande quantidade de cocaína sob a forma de crack, além de uma metralhadora calibre ,45 e uma pistola calibre 9mm, diversas munições e um rádio comunicador. Diante de tais fatos, inequívoca a presença do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, o que atesta a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para que se assegure a aplicação da lei penal, evitando-se, também a reiteração criminosa".

[287] Em trecho mais completo deste caso (6), o juiz considerou: "pelo indiciado foi dito que sofreu agressão por agente da lei, contudo não sabe identificar de forma alguma seu agressor. (...) há informações nos autos que dão conta que o lugar onde o indiciado foi localizado se trata de um ponto de observação onde o tráfico (Comando Vermelho) monitora a movimentação de policiais e veículos suspeitos. Assim, encontram-se presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, quais sejam: 1) periculum libertatis, consubstanciado na necessidade da prisão preventiva, por ora, para garantir a ordem pública, tendo em vista que o ilícito perpetrado pelos indiciados é grave, contribuindo para um crescente aumento do tráfico de entorpecente bem como da violência e da criminalidade em nossa sociedade, causando instabilidade na ordem pública; 2) o fumus comissi delicti, eis que o indiciado foi detido portando munição de fuzil e radiocomunicador em local de observação e monitoramento efetuado pelo tráfico de entorpecentes.".

> significativa quantidade de material entorpecente (59 tubos plásticos de cocaína), bem como uma pistola PT 809 calibre 9mm de numeração suprimida, um simulacro de metralhadora e um rádio comunicador. (...) Ressalte-se que o tráfico ilícito de entorpecentes possui consequências nefastas para a saúde pública e também para a segurança pública, principalmente no Estado do Rio de janeiro, em que o tráfico é altamente organizado, fortemente armado e domina grande parte das comunidades, consistindo em um verdadeiro Estado paralelo. Insta ressaltar que o fato de os custodiados não ostentarem anotações anteriores em sua FAC e por si só não impede a decretação de sua prisão preventiva, devendo o magistrado atentar também para as circunstâncias do crime e sua gravidade em concreto. Nesse sentido é a jurisprudência (...) Diante de tais fatos, inequívoca a presença do fumus comissi delicti e periculum libertatis, bem como a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública conveniência da instrução criminal e para que se assegure a aplicação da lei penal evitando-se, também, a reiteração criminosa. Com relação ao relato de agressão por parte dos policiais, considerando que, por ora, não há qualquer indício de tal fato, deixo de oficiar à Corregedoria da Polícia MIlitar e de extrair cópias da assentada, RO e mídia para a PIP da Auditoria Militar.

Ao passo que, nas audiências, os magistrados, cada um com repertório próprio mas mobilizando a mesma linguagem e hermenêutica, silenciam ou negam a existência material das agressões, individual e estruturalmente possibilitam a espetacularização do sofrimento e uma cultura em torno da normatividade que se relaciona com a violência através do "esquecimento" e da "blindagem institucional". Características que dão o tom da hermenêutica da branquitude no direito, como lembrado por Luciano Góes:

> Evidencia-se, assim, que uma das manifestações do genocídio é sua própria negação, o apagamento da "ficha corrida" da branquitude, seu "esquecimento" que recompõem a desumanização colonial através do epistemicídio, configurado no silenciamento e monopolização do lugar de "produção" do conhecimento que orbita sobre si, ocupando a norma e determinando seu alcance com a justificativa endosada por seu modelo humanista que se faz único pelo soterramento da histórica e construções jurídicas dos "outrificados", exterminados pela juridicidade branca que reconhece, exclusivamente, sua humanidade e reconstroe sua dignidade sobre a desumanidade negra inalterada pelos "direitos universais" (GOES, 2021, p. 496)

Assim, além de manter as geografias da segregação (capítulo 02), o judiciário vem possibilitando, no reforço das práticas agressivas das polícias e aliciamento da condição de morte social através do encarceramento ilegal, uma "estrutura discriminatória antinegra quanto a aceitação social da despossessão" (VARGAS, 2017, p. 89). Os cinco casos deixam o recado claro de que não há legitimidade jurídico representativa do "sofrimento negro", que se situa, documentalmente, "fora dos discursos humanistas de empatia, alívio e justiça" (WARREN, 2015, p. 25).

Fazendo isto às custas da sobreposição de denúncias explícitas e diretas (vozes baixas, segundo os termos da dinâmica das vozes), a hermenêutica torna-se um instrumento legítimo da branquitude, possibilitando a perda do que Fanon nomeia como "resistência ontológica" (FANON, 2017) aos olhos de uma estrutura que mantém a supremacia branca às custas do sofrimento antinegro.

São casos que enquadram a dimensão mais direta da hermenêutica, porque relacionados ao contexto específico de interpretação e aplicação das normas relativas à prisão cautelar e ao procedimento da audiência de custódia. Agir que percebo como imbricado à branquitude - aqui entendida como um dispositivo analítico - na medida em que esgarça como parte do saber jurídico só se sustenta através da naturalização e apagamento das histórias de terror antinegro. Dado que a ocorrência de um óbito ao longo da instrução, que tratarei no próximo item, torna ainda mais visível.

4.5 Pacto narcísico da branquitude, dimensões da morte e o agir judicial em meio à guerra às drogas no contexto estudado: apontamentos sobre o caso 11

Nesse item, escolho voltar à reflexão sobre o pacto narcísico e, especificamente, tal como foi analisado por Bento, trabalhar com um processo em que o silêncio eloquente ficou registrado nos autos, escancarando a brutalidade do projeto de instrumentalização de vidas negras e como gritam os espaços "vazios" deixados pelo judiciário em processos judiciais. Um caso que me fez ressoar algumas das perguntas que, penso, conduzem o impactante livro de Saidiya Hartman (1997): o que a exibição do corpo negro violado produz? Como o silêncio conjura a dor?

Vou analisar o duro caso em que a pessoa acusada foi baleada durante uma operação policial, hospitalizada e veio à óbito no dia seguinte. Quero expor como a notícia dessa morte integrou os documentos do processo e os modos como a magistratura esteve - como está - implicada à estabilização das relações de inimizade que sustentam o necropoder e o modo como operam produzindo sistemáticas alienações em documentos judiciais. Ainda, na linha do que vinha analisando no item anterior, como é representativo de um antagonismo categórico com o "princípio da humanidade" e com como a ontologia da antinegritude manifestada nas operações, mesmo nos autos, reproduz repetidamente o que Sexton sintetiza como reflexão matriz do afropessimismo, de que:

> vida negra não é vida social no universo formado pelos códigos de estado e sociedade civil, de cidadão e sujeito, de nação e cultura, de pessoa e lugar, da história e do patrimônio, de todas as coisas que a sociedade colonial tem em comum com os colonizados, de tudo que o capital tem em comum com o trabalho – o sistema mundial moderno. A vida negra não é vivida no mundo em que o mundo vive, mas é vivida no subsolo, no espaço sideral (SEXTON, 2011, p. 28 *apud* PEREIRA, 2021, p. 64).

O sentido de descartabilidade que, penso, está atrelado ao termo "morte social" pode ser enxergado pela via dos pactos narcísicos, que implicam em uma solidariedade antinegra, uma incapacidade denunciada pelo afropessimismo de pensar a "dimensão sensitiva e epistêmica daqueles marcados pela negridade racial" (PEREIRA, 2021, p. 64). Esse atributo

alucinante do necropoder, que vai sendo naturalizado repetidamente pela exposição à violência e à cisão do mundo que a morte, na sua dimensão mais concreta e espetacular, pode revelar.

Para ter como foco o agir judicial, vou analisar os termos da sentença, que é o documento que venho trabalhando como aquele que organiza a versão que magistrados/as performam como "verdade" sobre um caso. Algumas considerações são bem particulares a este conflito porque, ao longo da fundamentação, o magistrado só descreveu o que aconteceu na operação através de trechos de citação direta dos depoimentos dos dois policiais que foram ouvidos[288]. Não houve qualquer linha em que fosse recuperado, em termos próprios, o que acontecera, até mesmo para, neste ritual de hermenêutica, trazer concretude para o abstrato normativo.

Toda a linha autoral da sentença constitui-se de considerações genéricas sobre o crime de associação para o tráfico de drogas[289], deixando claro o desinteresse em recuperar

[288] O primeiro depoimento policial que é assumido como referência foi: "que estava em operação na Comunidade Praia da Rosa, sendo que sua equipe ficou responsável por adentrar no referido local; que, no interior da comunidade, ao chegar em uma quadra esbatida, percebeu que os indivíduos que ali estavam empreenderam fuga; que, diante disso, a guarnição seguiu os rastros dos fugitivos até chegarem a uma casa, cuja varanda possuía diversas anotações referentes à facção criminosa que dominava a região, qual seja, Terceiro Comando; que, logo em seguida, os policiais ouviram alguns elementos utilizando jargões típicos de integrantes do tráfico de drogas; que, inclusive, ouviram o nome do líder da organização criminosa da região, conhecido como 'Leo Malucão'; que, ao avistarem os indivíduos, o depoente iniciou a abordagem daqueles elementos, momento em que o corréu falecido apontou uma arma de fogo em direção à guarnição; que, neste momento, efetuou um disparo na direção do acusado Jeferson, levando-o a Óbito; que, a equipe policial, rendeu o réu Maurício; que os demais indivídups empreenderam fuga; que, no local, foi apreendida uma arma de fogo com um dos elementos, mas não sabe dizer com quem; que não se recorda se o acusado Maurício disse que integrava o tráfico de drogas (..)" "(..) que entraram na comunidade Praia da Rosa e houve uma troca de tiros entre o grupo que o acusado integrava e a equipe policial; que um indivíduo apontou uma alma para o Tenente; que, nesse momento o Tenente deu um tiro em um dos elementos; que socorreram a pessoa que foi alvejada; que a comunidade da Praia da Rosa é comandada pela facção denominada Terceiro Comando; que se recorda de ouvir jargões do tráfico; que, antes dos disparos, o depoente ouviu os elementos conversando entre si dizendo Onde está a peça?; referindo-se a uma arma de fogo; que não se recorda do acusado; que não conhecia os acusados antes dos fatos; que foi apreendida uma arma de fogo com o indivíduo que veio a óbito; que o indivíduo que faleceu foi o mesmo que efetuou os disparos contra a guarnição; que o local era um ponto de venda de drogas; (..)"

[289] Depois de citar o depoimento dos policiais, que é como começa a sentença, nesta constam os seguintes termos de fundamentação: "Como se percebe, o depoimento dos policiais militares é mais do que contundente para confirmar a existência do vínculo associativo entre os dois denunciados e os demais elementos que encontravam-se naquela casa, espancando qualquer dúvida que as pessoas que se encontravam naquele imóvel faziam parte do grupo criminoso responsável pelo tráfico de droga da localidade.A jurisprudência do Tribunal de Justiça deste Estado já se consolidou no sentido da validade do depoimento policial a servir de lastro para o decreto condenatório, com a edição do seguinte verbete:(...)Tal posicionamento encerra a discussão jurídica destacada pela defesa em suas alegações finais no sentido de que a prova seria inapta para a condenação, já que os policiais teriam interesse em justificar e legitimar sua atuação. O importante é que, como já fiz sublinhar acima, os depoimentos constantes dos autos são firmes e estão em harmonia com o resto da prova. No caso dos autos, a prova inconteste da autoria a materialidade delitiva sequer decorre unicamente do relato dos policiais militares já transcritos. O laudo de exame em arma de fogo às fls. 63/65 demonstra que o aparato bélico efetivamente apresenta capacidade para produzir disparos, assim como a munição, sendo, portanto, de letalidade ou capaz de infligir ferimentos. No caso vertente extrai-se com clareza,

a narrativa sobre a operação e, de forma bastante marcada, a desafetação no processo que levou à morte um homem negro e com a história da sua família, tendo a mãe de Jeferson deposto na delegacia para contar como soube que ele havia sido baleado[290].

Foi só na fase de "dosimetria" do réu que foi com ele preso, que é quando já está decidido sobre a culpabilidade da pessoa acusada e passa-se a determinar o valor da pena e quais vão ser os efeitos penais, que o juiz decidiu reconstruir a operação e falar sobre o óbito. E o fez da seguinte forma:

> O réu ostenta a condição de tecnicamente primário tendo em vista a ausência de confirmação de sentença condenatória transitada em julgado na FAC de fls. 163/165. Por outro lado, as circunstâncias do crime destoam daquelas normalmente associadas ao tipo penal vulnerado na medida em que o grupo criminoso do qual o acusado fazia parte demonstrou maior ousadia ao tentar a insurgência contra a investida policial, em confronto direto que acabou por vitimar um dos denunciados. O caso dos autos evidencia a hipótese nítida de que o agente da lei precisou efetuar disparos em situação de inegável legítima defesa, para salvaguardar a sua vida. De todo modo, a só verificação de que o grupo criminoso buscou o confronto direto que acarretou na morte de um dos denunciados e a exposição de risco aos demais moradores da comunidade, serve de justificativa para um maior rigor nesta primeira fase da dosimetria. Por tal razão, fixo a pena-base pouco acima do mínimo legal

O único momento, portanto, da construção narrativa da morte de Jeferson é voltado para a culpabilização dele e de Maurício, que foi preso em flagrante e acusado no mesmo processo, sendo que ambos estavam na mesma casa quando houve a invasão dos policiais durante uma operação. A escolha assumida é pela condução de Jeferson e do que a sua morte representa ao lugar de uma corporeidade esvaziada de sentido, de sensibilidade, em suma, discursivamente esvaziada de humanidade, e que encontrou na retórica da "legítima defesa" legibilidade.

Nesse sentido, acredito que a categoria da legítima defesa, que é fruto do saber jurídico e que é articulada através dos termos próprios de hermenêutica do direito, no espaço

---

de forma contundente, também que os acusados encontravam-se associados ao grupo criminoso responsável pela traficância de drogas, subsumindo-se suas condutas à norma proibitiva do art. 35 da Lei 11.343/06. Deve-se observar que não há dúvidas de que um dos réus portava uma pistola calibre 9mm, bem como dez munições de mesmo calibre, e que o objetivo do porte da arma era a eventual contenção de ingresso naquele local por pessoas indesejadas, com o propósito de permitir que entorpecentes fossem livremente vendidos. Observa-se, assim, que a mera apreensão da arma de fogo com o acusado evidencia uma estrutura criminosa que congrega em seus quadros pessoas alocadas em diversas funções, distribuídas de maneira piramidal e com divisão hierárquica, sendo os réus apenas alguns de seus integrantes. Nessa esteira, impõe-se a condenação também pel e do art. 35 da Lei de Drogas, eis que delineados o vínculo associativo e a estabilidade e permanência da associação (...)"

[290] Como ficou documentado no material de campo, quando da investigação policial, a mãe de Jeferson foi ouvida, tendo falado para a autoridade policial: "QUE a declarante é mãe de Jeferson. QUE Jeferson O residia com a declarante e estava desempregado há 2 semanas; QUE diariamente GUSTAVO pedia dinheiro para a passagem para a declarante, alegando que iria ao encontro do pai trabalhar em uma obra; QUE o pai de GUSTAVO, MARCIO GOMES DA SILVA, disse à declarante que não via o filho há 15 dias; QUE, em 23/09/2015, às 10h15min, a declarante estava no trabalho, quando foi avisada por vizinhos que GUSTAVO fora baleado em uma operação do 17 °BPM (...) QUE, em 24/09/2015, GUSTAVO não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. E nada mais disse",

em que foi mobilizada, é representativa do modo como podem juízes/as alinhavar-se à inimizade através solipsismo branco que explorei no item anterior, um argumento jurídico que, como destacam Thula Pires e Ana Flauzina, “mantém a liberdade e o acesso à legalidade como atributos exclusivos da zona do ser” (PIRES; FLAUZINA, 2020, p. 1233). E que replica os termos das guerras coloniais - sendo por isso um artefato das inimizades - como destaca Mbembe “(...) para qualquer colono acusado de ter cometido um crime contra um autóctone (incluindo o homicídio), bastava invocar a legítima defesa ou mencionar possíveis represálias para escapar de qualquer condenação” (MBEMBE, 2020, p. 52).

Se o único lugar onde o assassinato foi explorado na decisão foi nesta dimensão, isto é, de uma excludente de ilicitude que torna “jurídico” o ato de matar (uma vez que exclui a antijuridicidade), é porque se está incrementando o repertório discursivo de um paradigma de policiamento que “(re)produz repetidamente o interior/exterior, a sociedade civil/vazio negro” (PEREIRA, 2021, p. 46), e que é baseado na gestão soberana da morte antinegra nos casos analisados.

Assim estruturalmente atuam as institucionalidades referidas à soberania branca em meio às atuais guerras criadas, através da morfologia da indiferenciação, do estupor, do anúncio da transformação de vidas em ciclos de ódio, à criação de máscaras mortuárias para aqueles que são discursados como inimigos. “Traficantes”, representantes dessa ameaça permanente, do triunfo do moralismo que só o punitivismo raso produz com tanto êxito. Efeitos de uma política que é indiciária da densidade do que Mbembe avaliou como efeito do exercício do necropoder:

> corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor (MBEMBE, 2018, p. 60).

Mais que silenciar, a sentença amplia, ativamente, o repertório da política no contexto estudado, na medida em que aparta a letalidade policial da sua relação inexorável com a antinegritude e ainda a situa no lugar da culpabilização, assim isentando e preservando os interesses do grupo branco, no formato da categoria proposta por Cida Bento, porque por ricochete assenta um conceito exclusivista (e branco) de humanidade. Vantagens essas que emergem apartadas das relações de poder subjacentes às polícias, tendo o magistrado explicitamente endossado a conhecida tática, voltada exclusivamente contra a juventude negra, pobre e moradora de favela, de “matar para averiguar”.

Assim, entendo que a morte como retrato imediato das operações estudadas assenta a participação do judiciário na fixação do direito branco à vida, através do que os lutos encomendados da política de drogas fixam como termos da inimizade. Óbitos que interagem com a divisão da humanidade nas duas esferas inconciliáveis do ser e do não ser fanoniano,

onde já não importa - como revela os espaços abertos deixados na sentença - se os “inimigos” (traficantes) são ou não reais, sim, a sua condição metalinguística. E é assim que a política de inimizade é vista por Mbembe, e é neste ambiente que as democracias liberais estão se perfazendo:

> (...) ainda precisam da divisão da humanidade em senhores e escravos, as democracias liberais dependem nos dias de hoje, para sua sobrevivência, da divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e “aliados” e os inimigos da civilização. Sem inimigos, é difícil para elas se manterem de pé por conta própria. Se tais inimigos realmente existem ou não é irrelevante. Basta criá-los, encontrá-los, desmascará-los e expô-los à luz do dia. (MBEMBE, 2020, p. 91)

Nos territórios de favela da zona norte, não há liberdade para viver - porque não há, se não, o direito branco à vida - como não há liberdade para morrer a própria morte (MBEMBE, 2018, p. 66). E assim o registro da presença em morte de Jeferson veio antes da decisão, no laudo de necropsia, atestando o “cadáver de um homem, de cor parda, que mede cerca de 190 cm de estatura; está em rigidez muscular generalizada, com livores escassos de hipóstase no dorso; é de compleição física forte, aparenta bom estado de nutrição e 20 anos de idade”[291].

É importante dizer também sobre o que esse documento em específico representa no conjunto do processo. Laudos habitam processos judiciais em uma mediação burocrática,

[291] O laudo segue nos seguintes termos: “ o couro cabeludo dá implantação a cabelos pretos, crespos, curtos, raspados nas laterais; olhos com córneas e conjuntivas transparentes, íris castanhas e escleróticas brancas; dos orifícios naturais da face nada surde; arcadas dentárias com dentes naturais, regularmente conservados; o pescoço não permite movimentos anormais e não exibe sinais de lesões; o tórax é simétrico, com presença de equimose violácea na região escapular esquerda; presença de uma ferida ovalar, com orla de escoriação, de bordas invertidas e infiltradas por sangue, com características de entrada de projétil de arma de fogo, localizada na região mamária esquerda, representada no esquema corporal' anexo pela letra E; na linha axilar anterior esquerda há uma ferida cirúrgica de bordas regulares e vertentes lisas, O compatível com drenagem da cavidade pleural esquerda; o abdome é plano com ferida cirúrgica longitudinal, supra e infiltra-umbilical, com as bordas aproximadas por fios de sutura compatível com laparotomia exploradora; no flanco direito observamos uma ileostomia e à sua direita uma ferida estrelada, de bordas evertidas e infiltradas por sangue, compatível com saída de projétil de arma de fogo, representada no esquema anexo pela letra S; INSPEÇÃO INTERNA- a face profunda do couro cabeludo, os músculos temporais e a abóbada craniana estão íntegros; CAVIDADE TORACO-ABDOMINAL- removido o plastrão condro-esternal, as cavidades pleurais estão livres de líquidos; o lobo inferior do pulmão esquerdo exibe extensa área de contusão hemorrágica; o pulmão direito e o coração estão íntegros; a cavidade peritoneal livre de líquidos; foi identificado rafia na hemicúpula diafragmática esquerda; o baço está ausente da loja esplênica com ligadura da sua artéria aferente, reparo cirúrgico do lobo esquerdo do fígado; gastrectomia parcial com anastomose término-lateral em alça de delgado; identificado rafias em alças de intestino delgado; hemicolectonnia esquerda com rafia em fundo cego do ângulo esplênico; demais vísceras sem sinais de lesões violentas; o cadáver foi submetido a estudo de radioscopia, não sendo identificado imagens sugestivas de projétil de arma de fogo ou fragmentos; acompanha informação hospitalar, relatando internação em 23/09/15 com lesão por PAF no tórax e abdome, com lesão do diafragma, do fígado, da artéria cólica direita e alças intestinais, evoluindo para óbito em 24/09/15, por choque hipovolêmico; demais ~eras sem lesões. Conclusão: O projétil de arma de fogo após percutir na região mamária esquerda apresentou trajeto da esquerda para a direita e de cima para baixo em relação ao maior eixo do corpo, determinando lesão polivísceral, hemorragia e choque hipovolêmico.”

estabelecida entre corpos e papéis, que, como pontua Flávia Medeiros buscam dar materialidade escrita a uma realidade mórbida:

> Isto é, mais do que a procura pelo conhecimento de uma verdade desconhecida (FOUCAULT, 1995, p. 79), os exames necroscópicos se caracterizam como um método de conhecimento que busca confirmar aquilo que muitas vezes já é sabido para identificar a sua materialidade e, por meio dessa, possibilitar a posterior transformação desse conhecimento oral em escrito e, portanto, na linguagem burocrática e pública. (EILBAUM, 2008) No Instituto Médico-Legal, o que explica a morte se dá por razões anatomofisiológicas, e é na anatomia e na fisiologia do corpo morto que ela deve ser procurada e, por meio delas, explicada em termos técnicos e burocráticos. (MEDEIROS, 2014, p. 38)

Nesse caso, o perito atesta a causa da morte como decorrência da ação do projétil de arma de fogo dos policiais, o que não é contestado pelo magistrado, mas reinscrito nos termos já mencionados de "hipótese nítida de que o agente da lei precisou efetuar disparos em situação de inegável legítima defesa, para salvaguardar a sua vida". Quer dizer, reinventa-se a história, dando assim legitimidade para o que esse projeto de gestão antinegra representa.

Um último ponto do caso deve ser mencionado, referente à audiência de custódia e à decisão que dela decorreu. Cumprindo os termos da legislação analisada no tópico anterior, o ato aconteceu no dia seguinte à operação, com a presença de Maurício e ausência de Jeferson, que foi desde o confronto imediatamente hospitalizado.

Ambos tiveram a modalidade da prisão convertida do flagrante para a preventiva, tendo sido o depoimento em sede policial de Maurício, produzido no mesmo dia - uma suposta confissão, que não foi reiterada na AIJ - uma das únicas provas usadas pelo magistrado para a conversão[292]. Acontece que junto a este depoimento constava também, na parte dos documentos produzidos na fase policial a transcrição da fala da mãe de Jeferson, que dava a notícia da morte de Jeferson, junto com uma série de documentos policiais requisitando a perícia no corpo.

[292]A decisão tomou forma nos documentos do processo da seguinte forma "No caso dos autos, verifico que estão presentes o fumus boni iuris e o periculum libertatis, uma vez que há indícios da autoria e da materialidade do crime, o que é consubstanciado pelos depoimentos constantes do flagrante e pelo auto de reconhecimento.Ademais, as circunstâncias concretas do crime demonstram que o custodiado MAURÍCIO foi preso juntamente com JEFERSON, sendo que JEFERSON portava uma arma de uso restrito e chegou a desferir disparos contra os policiais, vindo a ser baleado. Além disso, em sede policial, o custodiado André confessou estar ligado ao tráfico e atuar como olheiro, tendo também dito que conhecia JEFERSON e que este trabalhava há mais tempo para o TCP. Dessa forma, ao menos neste momento, a conduta do custodiado MAURÍCIO e de JEFERSON revela que esses são uma efetiva ameaça a ordem pública. Ademais, não há qualquer documento que comprove residência fixa ou ocupação lícita, de forma que a soltura será prejudicial a aplicação da lei penal. Finalmente, em atenção ao disposto no artigo 310, 11 do CPP, ressalto que é inviável a concessão de liberdade provisória com a imposição das medidas cautelares previstas no artigo 3.19 do CPP, uma vez que, diante de tudo o que foi acima exposto, nenhuma delas se revela adequada. Por essas razões, CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva (...)"

Assim é que mais uma dimensão alienante do alterocídio, constituída pelos agires judiciais, tomou forma nesse caso. O decreto de prisão preventiva formulado contra um homem com a história contada por sua mãe, e cuja notícia da morte já havia sido dada por ela mesma em sede de investigação, é representativo da dimensão mais moribunda que as categorias do direito, pautadas pela inimizade, podem ter. Atos como este que são indiciários da forma como a guerra às drogas hoje remete às guerras coloniais e à inserção das burocracias em suas lógicas de funcionamento, na exata medida do que descreveu Mbembe sobre as primeiras:

> a habituação ao sadismo, o desejo implacável de não saber de nada, de não sentir a menor empatia pelas vítimas, de se convencer da vileza dos nativos, de considerá-los responsáveis pelas atrocidades que lhes eram infligidas e pelas extorsões e enormes prejuízos que sofriam - essa era a lei. Como explicou Fanon, sempre que se tratava de exonerar o colonialismo, não havia a menor hesitação em recorrer aos mesmos subterfúgios: os crimes foram cometidos por indivíduos isolados, movidos pelo pavor diante do comportamento animal e dos atos de extrema barbárie de suas vítimas e da ameaça que os selvagens representavam para suas vidas; os horrores vividos pelos colonizados não pesavam tanto em comparação com a miséria que estariam sujeitos a tolerar se fossem deixados por conta própria; o que estava sendo feito em nome da civilização (desenvolvimento econômico, progresso técnico, escolarização, saúde, cristianização e assimilação) compensava os efeitos negativos - e supostamente inevitáveis - do projeto colonial (MBEMBE, 2021, p. 127).

Documentos como estes vêm trazendo ao campo o espectro fundamental da justiça penal no Brasil, especialmente no caso da política criminal de drogas, que é a antinegritude e o seu compromisso com a manutenção da branquitude como uma ordem. Elementos que percebi também bastante modulados através da categoria de elementos que trouxeram um pouco mais de corporalidade para os autos, como fotografias e busca de perfis em redes sociais, que passo a analisar em sequência.

4.6 Justiça antinegra e narrativas sobre os corpos: fotografias nos autos e o caso da divisão de evidências digitais

Uma das dimensões exploradas pelo debate sobre as colonialidades é o corpo. Desde a intrusão, imagens, representações e designações vêm sendo disputadas pelas narrativas que alicerçam a antinegritude, assim implicando na imposição de discursos que associam corpos negros aos símbolos de repulsa que vão, sistematicamente, sendo atualizados. Fanon foi um dos principais pensadores a denunciar como a corporeidade racializada não branca foi se tornando símbolo da “maldição” e referência ao que a zona do não ser dimensiona (FANON, 2017). Despossuindo sujeitos, histórias e cartografias através da negação da humanidade, a representação da diferença racial foi sendo fixada a partir da

cor da pele e do paradigma ontologizante, mas aos poucos foi se espraiando por outros campos e modos de agir.

Nesse sentido, importa ao pacto narcísico da branquitude produzir corpografias que possibilitem a manutenção do corte inconciliável entre as duas zonas, que tentem criar, a partir deste lugar de representação que são os imaginários estéticos, um complexo nuclear que sirva à economia política da supremacia branca. Assim, modelos dominantes vão tecendo ideários universalizados das corporalidades e territorialidades negras, intrincados aos sentidos da abjeção e da inimizade que vão dimensionando os espaços de exercício do poder.

Aqui, entendo o corpo, especialmente na sua relação com a memória afrodiaspórica, como materialidade em suas múltiplas dimensões, como lembra Diego Reis mobilizando a noção de corpo-documento, inspirada por Beatriz Nascimento: "corpo-arquivo, corpo-documento, corpo-memória, arquivo-vivo de uma memória sem fronteiras" (REIS, 2020, p. 777). Daí penso que reside o interesse, das discursividades hegemônicas, em obliterar e generalizar essas sensorialidades a partir de uma invenção discursivo-prática que responde ao contrato racial.

Essas considerações também fazem sentido porque raça é performativa e, como pontua María Elvira, "porque é um ato ou um conjunto de atos reiterativos que criam o que nomeiam." (DÍAZ-BENÍTEZ, 2021, p. 10). Percebo, assim, as tentativas de inscrição da violência antinegra e de seus signos a partir das narrativas *sobre* corpos e das disputas pela verdade da experiência de sujeitos como essencial às colonialidades, sendo o colonialismo jurídico uma forma instrumental de remodelar os padrões discursivos.

Mesmo porque, o corpo pode ser entendido terreno fértil para as rasuras na história, como esse lugar de contato entre várias temporalidades, desde onde presente, passado e futuro compõem experiência. Nesse caso, dos signos das tramas genocidas e epistemicidas que estão no redemoinho dos tempos em território latino-americano e que tomam forma, no plano discursivo, dentre outras possibilidades, nas "figurações do animalesco e do sexual objetivado, como dupla face da ausência de ser" (REIS, 2020, p. 785).

Assim comecei a investigar os poucos documentos que, em meio às centenas de páginas de escrita, traziam uma dimensão mais imagética das pessoas acusadas. E encontrei estas representações nas fotografias[293], imagens que cortavam o fluxo enorme de volume de papéis, que se resumiam a timbres e palavras, basicamente, de duas formas.

[293] Uma de minhas hipóteses de campo era de que poderia haver outros recursos que trouxessem narrativas que se dissessem oficiais sobre o "corpo", inclusive mobilizando uma dimensão mais performática dos sensos comuns sobre a figura "traficante". Busquei analisar, para este capítulo nas sentenças especialmente, se algumas categorias que são carregadas desta sensorialidade eram recuperadas pelos magistrados - como "meliantes", "criminosos", "elementos", entre outras, que tendem a ocupar a gramática dos agentes policiais. Mas não encontrei nenhuma delas referida senão

Primeiro, as fotos tiradas em sede policial, sempre perfis fotografados após o flagrante e que, por isso, comunicavam as expressões nos rostos das violências desencadeadas no momento. Segundo, fotos que compunham as redes sociais das pessoas acusadas, especialmente quando encontradas aquelas que traziam a materialidade dos corpos do que o senso comum criminológico - e o judiciário em sua atuação mais cotidiana, como orquestrador dessas narrativas - lapida como o "ideário" de um traficante.

Quanto às primeiras, faço um comentário breve, sem a intenção de construí-lo como dado comparativo formal de pesquisa - ainda que isto integre o meu olhar sobre os casos[294]. As fotografias com os perfis das fichas policiais ocuparam, nos quinze casos, toda a extensão da folha A4 onde estavam, trazendo, no meio do emaranhado de palavras e símbolos institucionais, a interdição que qualquer fotografia já representaria.

Mais ainda estas, que comunicavam o momento de vilipêndios de um suposto flagrante e do registro anunciado de um retrato que passa a circular como "fator criminógeno". Um rosto, então, subitamente aparecia no meio da rotina burocrática de um inquérito policial, e ali fixava a expressão capturada como escolha da primeira representatividade imagética que quer o sistema de justiça criminal integre o processo[295].

A produção dessas fotos e a sua incorporação aos autos nos termos descritos, que manifestam as lógicas antinegras por meio das quais operam, especialmente, as burocracias policiais, parece ser mais um dispositivo que produz imaginários desatrelados aos referentes do "engajamento humano", pela via da criminalização (WALCOTT, 2014 *apud* VARGAS, 2021, p. 05). E que integram o repertório que compõe, direta e indiretamente, as decisões judiciais, tal como confabulam o seu transbordamento como arquétipos constituintes do controle espacial racializado como um projeto político na cidade do Rio de Janeiro.

A segunda forma que as fotografias integraram os autos não foi majoritária, mas me pareceu poder ser uma dessas tendências obsessivas da justiça antinegra, sintomática do

---

nas citações diretas do que disseram aqueles agentes quando das suas oitivas, dado que trago como parte da tendência de expressão asséptica da redação de decisões judiciais, que tentam aparentar distanciamento da lógica policial, muito embora imbuídas por seus substratos ideológicos.

[294] Não os trago como dado, já que os demais autos que pesquisei junto ao IPEA não fazem parte da amostragem. Mas, como já comentei em outra ocasião desta tese, também fui a pesquisadora responsável por analisar a maioria dos processos que tramitaram no estado de Minas Gerais, o que me levou muitas vezes a fazer comparações na forma como as burocracias institucionalizadas, que operam a partir da matriz do direito, operam. Aqui o que me chamou atenção, é que as fotos nos processos do TJMG das pessoas acusadas estavam em maioria junto às fichas - penitenciárias, ou de antecedentes criminais - e em tamanho bem pequeno, quase como um cabeçalho só.

[295] Não é o caso da amostragem pesquisada, mas vale o comentário de que esta é uma condição conhecida na advocacia criminal, diante da qual, inclusive, algumas vezes, se busca fazer a juntada de fotos da pessoa acusada em contextos sociais que denotem que participa de contextos sociais hegemônicos (como família em uma heterossexual normativa; com filhos, se for o caso; no trabalho entre outros) para fragmentar os sentidos representativos de depreciação que apenas essa imagem podem transmitir. Para além da experiência profissional com esta colocação, na amostragem completa do estado do Rio, esta estratégia foi algumas vezes adotada.

momento em que os discursos e cartografias que venho analisando foram produzidos. Por esses motivos, explorarei como estudo de caso.

O Caso 01 versa sobre uma operação policial ocorrida em 2016 na favela da Pedreira, cuja dinâmica foi descrita pelos policiais, com todos os recursos beligerantes, durante a AIJ. Sem que qualquer dos agentes dissessem o motivo que fez deflagrar a incursão, descreveram que houve intensa troca de tiros quando ingressaram em determinada região com uma viatura e que chegaram a atirar em um jovem que, depois de levado ao hospital, veio ao óbito[296].

Depois disso, começaram um "patrulhamento" pelas ruelas e decidiram entrar em um domicílio, onde supostamente havia uma mulher varrendo o quintal e que "aparentava nervosismo". Lá, disseram os policiais, estavam os dois acusados, uma arma e um saco plástico com drogas em seu interior. A dinâmica tal como narrada por eles - mesmo porque o único acusado ouvido ficou em silêncio no inquérito e na AIJ - foi transcrita da seguinte forma na sentença[297]:

> que iniciaram uma operação na comunidade da pedreira e fizeram o que os policiais costumam chamar de 'martelo e bigorna', que é quando uma equipe entra pela frente e a outra por trás. Que a rua se chama Sá Lessa, mas os policiais a conhecem como 'Divisa'. Que, ao desembarcar da viatura, os policiais foram recebidos com disparos de arma de fogo e revidaram a injusta agressão. Que, quando o intenso confronto cessou, avistaram um elemento caído, baleado. Que, de imediato, a viatura o socorreu, levando-o para o Hospital Carlos Chagas. Que continuaram o patrulhamento na comunidade. Que um colega de farda avistou uma pessoa varrendo no quintal e desconfiou. Que os policiais entraram na casa e a senhora estava nervosa. Que havia dois rapazes dentro da casa. Que um colega de farda achou a metralhadora e a droga. Que os dois rapazes e as drogas foram encaminhados à DP[298]

Trago essa memória da operação, pelo menos em termos gerais, porque penso que os termos de violência do que houve no dia da incursão podem ter contribuído para a atuação

[296] Esta narrativa foi trazida pelos policiais na AIJ, ainda que este jovem não tenha formalmente integrado os autos como parte. Como destacarei em breve, houve o óbito de um dos réus, mas isto aconteceu depois que ele recebeu a liberdade provisória e não foi esclarecida a causa da morte, embora juntada a certidão de óbito e reconhecida a extinção da punibilidade.

[297] Este é um dos casos em que a sentença diz muito pouco sobre os fatos em si, isto é, em que o magistrado pouco trouxe, na decisão, uma versão própria sobre o dia da operação, tendo feito isto apenas através da citação direta do que relataram os policiais envolvidos. Há nesta característica, como já analisei em outro caso semelhante, a desimportância e o apagamento, para a conclusão do juiz, do desenho do que houve, carregando-a de uma abstração e universalismo ainda maiores e mais grosseiros, considerando inclusive a letalidade que foi confessada pelos agentes. É o tom que assumem as dinâmicas de terror em meio à necropolítica das operações.

[298] A dinâmica é repetida em termos próprios pelo segundo policial e última pessoa ouvida no processo: "que, assim que entraram com a viatura, dez elementos revidaram e os elementos se evadiram do local. Que os policiais viram um elemento (que não era nenhum dos réus) ao solo com uma pistola, e uma casa aberta com uma senhora nervosa. Que os policiais perguntaram se podiam entrar na residência e a senhora fez sinal positivo. Que os policiais encontraram, embaixo da cama, uma submetralhadora (…)".

de um órgão específico do Ministério Público que quero debater: a Coordenadoria de Segurança e Inteligência de Evidências Digitais. Pelo que estes autos contam, trata-se de um braço da própria acusação voltado para a pesquisa de elementos no "mundo digital" que podem, em tese, contribuir para a instrução.

Pelo que contam os papéis, o promotor responsável pelo caso envia um ofício para a Divisão, que responde através de uma "síntese informativa", assinada por um "técnico pericial" com matrícula que parece vinculada ao órgão. No caso, o ofício tinha "o fito de verificar se as pessoas abaixo descritas [os réus] publicaram ou compartilharam em suas redes sociais, imagens em situação suspeita", palavras trazidas na introdução do documento oficial.

Em resposta, a Divisão encontrou dois e-mails vinculados ao réu, que chamarei de André, e trouxe a notícia de como era um dos perfis cadastrados neste endereço:

> no perfil cadastrado no site Youtube, foram encontradas seis postagens do ano de 2012, onde verificou-se a presença de material suspeito em duas dessas postagens, tais como: músicas e imagens fazendo apologia ao crime. A despeito da localização do conteúdo mencionado, não foi encontrado nenhum indício de uso de arma de fogo no material analisado.

Em seguida, foram listados os envios feitos nesta página, sendo quatro vídeos com os seguintes títulos, todos enfileirados: i) "pixote ficando louco"; ii) "mc godô copa do mundo"; iii) "mc menor b capetinha do quitanda"; iv) "dando mortal na escola". Depois disso, veio a explicação por escrito das extrações:

> No perfil cadastrado no site Youtube foram encontradas seis postagens do ano de 2012, onde verificou-se a presença de material suspeito em duas destas postagens, tais como: músicas e imagens fazendo apologia ao crime. A despeito da localização do conteúdo mencionado, não foi encontrado nenhum indício de uso de arma de fogo no material analisado

Quanto ao outro perfil encontrado, que era de uma outra rede social, quatro imagens foram colocadas em sequência, na parte final de uma das páginas do documento, estando elas na seguinte ordem: i) uma foto, supostamente, de André sentado no chão, em frente a uma parede branca, com uma camisa listrada e um short vermelho, fazendo o gestual que é associado ao TCP com as mãos; a qualidade da imagem é baixa, então é difícil identificar a pessoa; ii) ao lado, uma figura (colagem, não fotografia) da erva *cannabis sativa*; iii) embaixo da primeira, a foto de uma viatura de polícia; iv) ao lado desta, a foto de uma pessoa que não pode ser identificada, porque não há nenhuma parte de seu corpo descoberta, com um capuz preto e com o gestual da facção ADA. Com estas quatro fotos em um mosaico de dois por dois, a página termina.

Na seguinte, uma última foto foi colocada pela divisão, que é a fotografia de "capa" deste segundo perfil, em que estão André com um homem e uma mulher do lado direito e

duas mulheres ao lado esquerdo, todas pessoas negras. O relatório é finalizado com a seguinte frase, após o título “CONCLUSÃO”:

> insta salientar que os perfis encontrados são muito antigos, e que há a possibilidade de existirem perfis falsos utilizados pelos acusados. Nada mais tendo a relatar, é encerrado a presente síntese informativa que, lida e achada conforme, segue assinada pelo técnico pericial

Este sequencial, envios de vídeos - estes, sem que revelassem qualquer relação de André com ilícitos, a não ser sob a lente da criminalização do funk[299] - e fotos, datados de quatro anos antes do suposto flagrante, carregados de enorme carga presuntiva e moralista, desvelam como os discursos *sobre* corpos negros, como o de André, podem alinhar-se aos contornos compulsivos e fóbicos da violência institucionalizada que perfaz o sistema penal. Se a própria existência da referida Divisão já parecia embrutecida pelas ranhuras, ainda tão vivas, do paradigma etiológico que constitui nossos discursos criminológicos, o relatório analisado clarifica como são estes interpelados pela antinegritude e como a construção da imagem de “traficantes”, como corpos cuja história na vida das redes é narrada a partir de associações carregadas dos sentidos do dismorfismo e das inimizades, alimenta o ódio racial.

As duas mortes literais que este caso registra somam-se com essa discursividade produtora da “morte em vida”, uma vez referida aos termos da necro-lógica muito bem conhecida por aqueles que matam em seus gabinetes refrigerados, como denuncia Diego Reis:

> Explicita-se, desse modo, a necrológica, que se traduz na pulsão de morte, destruição e extrativismo predador que não se contenta em usurpar os bens materiais de territórios saqueados e transformados em mercadorias a serem comercializadas nas bolsas de valores do Norte Global. Mais do que isso, usurpam-se identidades, memórias, ancestralidades, o fôlego e o reconhecimento de sujeitos desumanizados, para que o Estado colonial prossiga com suas políticas de exploração e morte (MBEMBE, 2018) (...) A cor da pele e as características da negritude, na escala colorimétrica do racismo, são significadas como traços de desigualdade, de submissão e incapacidade de produção de conhecimento legítimo. Alvos diletos, portanto, das virulentas necropolíticas públicas. As balas traçantes sabem bem disso. E aqueles que matam a canetadas em amplos gabinetes refrigerados também. (REIS, 2022, pp. 82-84)

Assim, entendo que o relatório, através das espirais sádicas das associações em cadeia, é arcabouço para que o sistema de justiça mantenha-se como uma das burocracias que fabricam narrativas sobre corpos que justificam a despossessão e sustentam o círculo perverso contra aqueles que encarnam, como traficantes, os atributos construídos aos “sujeitos matáveis”, especialmente, nas operações. O papel da promotoria e da magistratura,

[299] Os envios noticiados sequer são conteúdos autorais de André, mas porque têm relação com funk no contexto estudado - lembrando tratar-se de caso de operação policial em território de favela da zona norte do Rio -são indiciários de como a sua sistemática criminalização (FACINA *et al*, 2013) ainda tem servido para a fixação dos padrões racializados da inimizade cuja dimensão corpórea venho debatendo neste item.

em encampar essas atuações, serve de alicerce para aos dispositivos paranóicos por onde são mantidos, que sustentam o desvalor da vida da juventude negra que André representa. Nesses termos, como pontua Osmundo Pinho,

> A morte existe para justificar a própria morte e a violência do Estado encontrou a fórmula de um círculo perverso que alimenta a si mesmo em uma espiral de racismo e sadismo. A forma elegantemente geométrica e um conteúdo de sangue e poeira parecem descrever a síntese formal, algo etérea, de uma estrutura de sentido que oferece em sacrifício, de modo muito concreto, corpos negros barbarizados, como fiel da balança da produção enraizada da despossessão e da morte como forma de vida social. Seria precisar reconhecer a dimensão estrutural desse massacre, no plano das condutas estruturadas, das significações compartilhadas, de uma fenomenologia da experiência e da mesma reinstituição da ordem social, na qual o Estado e outras instituições sociais (como a mídia e o mercado) convergem para produzir o negro como sujeito matável e a violência como dispositivo fundamental de reprodução social subjetivada (Agambem, 2012). O Estado e seu braço armado, mas também em sua atuação "fracassada" por meio de outras agências como a EScola e a justiça; as polícias militares e civis, e sua atuação "fantasma" sob o abrigo da lei e em contradição com ela mesma; a mídia sensacionalista que desrespeita direitos elementares dos suspeitos detidos, filmados e humilhados para fazer espetáculo, assim como cria para esses um star system do crime; e por fim o próprio mundo do crime, as facções organizadas nos presídios e instaladas como soberanias horizontais nas favelas, todos esses elementos compõem sistema e não estão um em contradição com o outro, mas se retroalimentam continuamente criando infernal círculo vicioso no qual a disseminação da violência e da violação, sua espetacularização, a enorme cadeia de vantagens e de lucros extorquidos ou legítimos se apoiam uns nos outros por meio da corrupção endêmica e miúda, mas também como expressão de um vínculo fundamental que faz da violência, da morte e da despossessão elemento estrutural, um círculo da morte, que como um efetivo substrato circunscreve as condições de possibilidade das formas de subjetivação, cultura e liberdade no âmbito da necropolítica do Estado fantasma. (PINHO, 2015)

Massacres que atendem, através de seus inversos proporcionais, à valorização da vida da elite branca e seus pares, respondendo assim aos sustentáculos do pacto narcísico. É nesse sentido que me refiro ao sistema de justiça criminal na sua relação direta com a antinegritude e acredito que essa dimensão da corporalidade tem posto em articulação repertórios próprios que vão capilarizando-se no senso comum e dando vazão ao corte que a doxa neoliberal traz à política de drogas. Nesse caso, através da fixação de estereótipos, que desde o domínio colonial integram as bases de pulsão do funcionamento psíquico da política de inimizades, como destaca Mbembe:

> O empreendimento colonial extraiu grande parte de sua substância e do excesso de energia de sua ligação com vários tipos de fluxos pulsionais, de desejos mais ou menos confessos, a maioria dos quais situados aquém do eu consciente dos agentes envolvidos. A fim de exercer um domínio duradoura sobre os autóctones que haviam sido subjugado e dos quais queriam a todo custo se diferenciar, os colonos tinham que os transformar, fosse como fosse, em *objetos psíquicos* os mais variados. Na situação colonial, todo o jogo das representações consistia, na verdade, em atribuir aos indígenas uma variedade de estereótipos (...). Graças à matéria imagética assim produzida, um segundo estatuto, completamente artificial, o

> dos objetos psíquicos, foi enxertado em seu estatuto original, o das pessoas humanas autênticas. (...) Acontece que, uma vez inventados, esses motivos psíquicos se tornaram constitutivos do eu colonial. A posição de exterioridade que tinham em relação ao eu colonial se tornou assaz relativa. O investimento nesses objetos sustentava a continuidade do funcionamento psíquico da ordem colonial. Sem esses objetos e motivos, a vida afetiva, emocional e psicológica na colônia perdia seu teor e sua coerência. (MBEMBE, 2020, p. 83)

Dentre outros discursos, aquele que assenta corpos despidos do valor da humanidade (encarnada no branco, cisnormativo homem, heteropatriarcal e de posse) atende à díade sistematicamente reforçada entre a imagética do branco/não-branco e negro/não negro. Isto é, à hierarquização da "humanidade" a partir da qual a referência de poder, de moralidade e a referência estética é masculina, branca, heteronormativa e com posses" (VARGAS, 2017, p. 85).

Os diagramas articulados reforçam a referência central - e assim a branquitude - e também a não referência, a não humanidade como presença ausente que, aqui percebo, a figura do "traficante" sintetiza como um "não" corpo-memória, a negação do corpo-trajetória. Formações referentes a uma cadeia de abjeções, como João Vargas propõe:

> "Tais posicionalidades formam um diagrama assimétrico de articulações simultâneas. O sujeito negro, num mundo antinegro, é tanto irrelevante quanto fundamental na formação do ser não-negro, incluindo o ser branco. O negro é o não-sujeito com posicionalidade a partir da qual todos os sujeitos não-negros se definem. Um sujeito é porque esse sujeito não é negro. O não sujeito negro é a referência central. Mas, pelo fato de o sujeito negro ser um não sujeito, ele é também uma não-referência. Assim, o não-sujeito negro é a presença ausente fundamental (ou a ausência presente fundamental). É a presença ausente da pessoa negra que estrutura a gama de posicionalidades subjetivas não negras (VARGAS, 2017, p. 91)

Nessa captura de corpos que não encontram quase espaço para serem externalidades nos autos e, quando são, estão justapostos ao repertório da desumanização, presunções e associações grafam nas peles signos da violência racial. A possibilidade da Coordenadoria do caso 01 acontecer é antecedida da atuação nos outros 14 (e tantos outros) casos que são validados pela objetividade, neutralidade e impessoalidade a partir da qual o judiciário vai tecendo as invenções discursivas sobre quem são os traficantes de drogas.

O uso instrumental da rede social como novo material periciável, como possibilidade de objeto da razão técnico-científica e da intenção de narrar a história de um caso, é indiciário dos tempos em que contas *online* podem ser vistas como *topos* capazes de fazer "aferir a verdade". Os vídeos e as fotos selecionados, todos eles absolutamente especulativos, trazem o passado ao presente, projetando ao futuro o que aparenta ser um "risco criminógeno" - daí também estarem conectados com as várias temporalidades que o corpo mobiliza.

Imagens que vão dando forma a novas significações que o judiciário assenta contra a negritude a partir das referências materializáveis de quem são os "não sujeitos" que as

operações condensam na categoria “traficantes”. Em suma, propostas estético-relacionais que vão desterritorializando corpos na permanência dos contratos raciais e que perpetuam ordem de vilipêndios e fluxos pulsionais antinegros na sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

Operações policiais em territórios de favela integram, hoje, os organogramas a partir dos quais a gestão espacializada de corpos e territórios negros se perfaz. Nas linhas estruturais e estruturantes dessa agenda de governo, o sistema político-jurídico vem oferecendo subsídio discursivo-prático e continuamente produzindo as várias dimensões de sua legibilidade.

Instituições e sujeitos que estão, de alguma maneira, implicados na geografia da morte que essas políticas consolidam tornam-se responsáveis por dar mobilidade aos padrões mórbidos de governança espacial que nos constituem como Estado. Fluxos que remontam ao colonialismo e às atuais conformações da relação entre animismo e capitalismo que conjuram, em território latino-americano, os sistemas das colonialidades.

Como destacou Mbembe (2020, p. 53), as guerras coloniais instauraram as lógicas mitológicas necessárias para dar sobrevida à democracia liberal, através de uma série de

dispositivos de externalização das suas violências originárias e da consolidação de uma engrenagem que torna possível aos ciclos de ódio da antinegritude espalhar seus nós. Um deles, destacada a sua persistência, é a política de drogas, que vem como nenhuma outra mobilizando com facilidade os artefatos de que demanda a inimizade, aqui entendida como um projeto de governança racial que é calcado na naturalização do terror, da brutalidade e da escatologia da violência.

Assim como dos fluxos de aniquilamento direcionados contra uma figura que passa a ocupar o inconsciente coletivo: o traficante. Discursos que mobilizam o medo e o temor vêm fazendo com que varejistas se tornem *objetos psíquicos* (MBEMBE, 2020, p. 83), representações da abjeção em grandes centros urbanos contra os quais há uma intenção política no desejo do extermínio. Enxertado em seu estatuto original como pessoa não humana, em torno do qual o desejo do aniquilamento de todos os seus *devires* (MBEMBE, 2018, pp. 19-20) torna-se um projeto, corpos, territorialidades e subjetividades referidas ao varejo de drogas estão se tornando grandezas de ordem ficcional que comunicam as atuais cartografias da não-humanidade na cena urbana. E que organizam, assim, os mapas das agendas de segurança pública cortadas pelo genocídio, dentre as quais estão as operações que sobem os morros *performando* as dimensões espetaculares do sofrimento antinegro.

Ao direito - desde a origem comprometido com o contrato racial e epistemologicamente implicado ao eurocentrismo e racismo científico - tem competido referendar as balizas das inimizades que ganham contornos, por exemplo, em autos judiciais. E que vão “encapando” a violência estatal com os atributos de uma “legalidade” pautada na “neutralidade” e “imparcialidade”, que são enclaves de sua existência. Isto é, tornando palatáveis as estruturas da dominação racial, por intermédio das atividades as mais “cotidianas” em ações penais, e tendo como repertório todo um léxico jurídico-normativo e hermenêutico que percorre a topografia das crueldades como se, sob variados aspectos, as operações fossem possíveis e necessárias.

Assumo, nesta tese, que o sistema de justiça, responsável por lhe dar movimento, deve ser historicizado como instituição fundada na necessidade de constituição de um aparato que garantisse a manutenção das Cortes e dos interesses imperiais. Marcado pela expropriação e pela escravização, aos poderes constituídos tornou-se fundamental fixar as bases do racismo na própria distribuição dos organismos de Estado, desde onde a organização da justiça se tornou central.

Por isso, constituído como imanência das elites brancas, burguesas e coloniais no Brasil, é possível dizer que, na sua origem e na atualidade, o sistema de justiça é não só reflexo, como organizador da supremacia branca no país, que sempre aperfeiçoou seus

lugares de dominança em território brasileiro a partir de toda sorte de vilipêndios e sujeição constituídas e constituintes da antinegritude.

Dentre os vários dispositivos que perfazem essa relação (entre o sistema de justiça e a antinegritude), destaca-se o fragmento penal, uma das tecnologias especialmente criadas - e continuamente mantida - para o controle e matança de pessoas negras. Ambiente desde onde é mantida toda uma configuração político cultural que institui e normaliza a ideia de que a soberania deve ser exercida através do governo do terror, da repressão, disciplina e punição exercida às custas da vida negra.

Assim, as operações policiais exploradas são fragmentos dissociados dos modos como todo aparato do sistema penal converge para a estabilização das fronteiras que fixam os padrões mórbidos de gestão da segurança no Rio de Janeiro. E que são formuladas sob a ótica de atores de guerra, processos que apropriam os recursos midiáticos, econômicos, culturais que vão normalizando o terror e incutindo contra as corporeidades daqueles e daquilo que é referido ao “tráfico” um esvaziamento e uma insignificância que torna palatável a crueldade e o estupor.

Imbuída por essa racionalidade, a instrução penal torna-se organograma da antinegritude. E que ainda é produzida - como sempre foi -, por representantes de uma elite intelectual majoritariamente branca, interessada nas corpo-políticas e sensorialidades que constroem as dinâmicas desses esquemas em torno dos quais a criminalização orbita. Repertórios compostos também pelos agires de uma instituição, a policial, com historicidade calcada no colonialismo, mas que revela a possibilidade de uma exterioridade autoritária e militarizada distintiva.

Considero que a chave da colonialidade do ser, em conjunto com a do poder, e saber tornam possíveis a análise estrutural institucional, pensando no judiciário a partir de um contexto de manutenção ideológica do quadro de castas raciais, principalmente quando formuladas a partir da ideia da neutralidade e universalidade. Mobilizada pelo sistema penal, esse discurso falacioso naturaliza o extermínio, a morte prematura e a expropriação antinegras. O discurso jurídico, nesse caso, justifica a atuação das agências e de seus/suas atores/as, reforçando hegemonias e aparelhando os sentidos performáticos e ideológicos da guerra.

Deste modo é que proponho que o judiciário é uma instituição que, em território marginal, deriva dos aliciamentos e da coalizão entre aqueles que bancam sustentar a economia política da branquitude, e que vem cada vez mais ampliando seus domínios na guerra - anunciada contra as drogas, mas que é material e simbolicamente contra o povo negro.

Estudei, neste trabalho, mais a fundo, o papel de juízes/as como parte nesta e desta institucionalidade, e que percebo cumprem uma função fundamental de ampliação das referências ao “tráfico”, “traficantes” e aos “territórios de favela” como novas significações da negritude a partir do racismo. Assim é que que penso que as operações policiais em territórios negros, como os de favela, concluem as tecnologias de governamentalidade neoliberal que controlam a geografia da cidade por intermédio das dinâmicas de terror racial. E que, em construindo discursos que produzem espacialidades e subjetividades faveladas como abjetas, a magistratura tem se tornado uma das principais responsáveis pela gestão da economia necropolítica da violência em nosso território.

Analisar as 15 (quinze) ações penais da amostra me fez ter contato mais direto com o intercambiamento do repertório jurídico-normativo com sensacionalismos referentes à doxa neoliberal brasileira, que concilia a descrição brutalizada de diferentes planos da violência estatal com a retórica democrática e legalista. Projetos políticos, essas incursões transbordam os casos, em si, e desvelam uma parte dos capitais que fazem hoje a distribuição calculada da morte social (PATTERSON, 2008) antinegra.

Os documentos que assumi como campo estão carregados das referências performáticas das cenas raciais que esses atores constroem sobre as favelas, tramas que são insistentemente criadas de modo a fixar fronteiras espaciais, o zoneamento e a militarização contra essas espacialidades. Há uma série de mercadorias políticas mobilizadas nos espaços ambivalentes entre um e outro jargão jurídico ao largo de um processo, e que vão dimensionando a corporificação irrefutável da soberania necropolítica, sofisticada pelo colonialismo jurídico. Nesse sentido é que penso que as blindagens institucionais vão sendo tecidas nos interstícios da mobilidade de termos, técnicas e posturas, que guardam a aparente assepsia do direito, mas que vão, a contrapelo, convertendo a dinâmica processual no mais panfletário elogio à barbárie.

Em meio a estes nós, a política de drogas ocupa também lugar destacado, refletindo os fluxos cognitivos entre raça e espaço urbano como poucos ilegalismos - porque ganha forma na ocupação do espaço público, especialmente em territórios negros, e implica em toda uma economia política entre Estado e varejistas que está sempre por um fio e constantemente arrecadando os capitais de outros poderes para a sua mantença. Também aqui o formato legal-normativo, a partir do agir judicial, é fundamental, já que tem servido como importante subterfúgio para que compreensões hegemônicas sobre espaços e sujeitos estejam alinhadas ao tom das inimizades que são a ela constituintes.

Não se trata de um agir meramente referendário ou legitimador das narrativas das operações - e dos significantes que são a elas essenciais. A magistratura é protagonista da

economia política da violência antinegra, e o faz sistematicamente através de repertórios tais como a associação de espaços de favela com a desordem, a criminalidade, e as drogas; a indiferença e a celebração do sofrimento e da morte negras; e a retórica salvacionista. O que é subsidiário, efetivamente, nestes contextos, é a suposta busca pela “prevenção de crimes”, ou “combate à criminalidade” argumentos que apenas confabulam o conteúdo político-executivo das práticas dessas elites ao mesmo tempo que mantém os esquemas da punição e da violência neoliberais nas entranhas deste poder.

São várias as estratégias que têm dado vazão a este atuar, algumas das quais examinei pelas lentes discursivas dos documentos dos autos: a associação de territórios de favelas ao esgotamento do domínio das “facções” e suas referências simbólicas; o esvaziamento do conteúdo domiciliar das casas e de qualquer dinâmica referida à organicidade e à vida nesses espaços; a reescritura de sua cartografia como cenários de guerra permanente - inclusive nomeados pela via de um discurso beligerante e demonizante; a descrição de sujeitos como referências performáticas da abjeção; o sufocamento de vozes, especialmente daquelas que refletem denúncias e possíveis motins; a indiferença ao sofrimento e à tortura, assim como a espetacularização da dor; e a legibilidade da morte.

Entendo que essas dinâmicas esgarçam o conteúdo da antinegritude do que temos chamado de “sistema de justiça” e que as políticas da inimizade que subjazem tanto à racionalidade técnico-jurídica, quanto prático-discursiva estão nas razias do cotidiano do judiciário, dado integrarem os pactos narcísicos da branquitude. Características que não são antagônicas ao sistema democrático e que não têm uma dimensão meramente individual (referente àqueles sujeitos que especificamente julgaram os processos que analisei) mas, antes, fazem parte da estrutura das nossas relações de poder, imbuídas pelas colonialidades e constantemente moduladas para manterem as bases da supremacia branca.

Não assumo, nessas notas finais de trabalho, uma postura propositiva; foram muitos meses espremendo ações penais e vendo cenas de terror racial, sentindo o calor do sangue em territórios de favela e o cheiro fétido das nossas burocracias estatais. Acredito, porém - e foi o que manteve a minha intenção de escrita - que corpo-palavras denunciantes já cumprem algum papel fragmentário desta ordem. E registro aqui a minha implicação e o meu compromisso em seguir esgarçando os vilipêndios, acreditando que só uma reforma definitiva no conteúdo do judiciário e do saber jurídico poderiam produzir outros sentidos ao nosso atual repertório de referências ao que chamamos de “direito”, “justiça” e “democracia”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Ó paí, prezada: racismo e sexismo tomando bonde nas penitenciárias femininas**. São Paulo: Pólen, 2020.

ALCÂNTARA, Débora Menezes. PENSAMENTOS AMEFRICANOS CONTRA O DÉFICIT DECOLONIAL EM WALTER MIGNOLO. In: **REALIS**, v.8, n. 01, Jan-Jul. 2017.

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana; MIRANDA, Osmilde Augusto. O QUE EU FALO, O QUE EU FAÇO, O QUE EU SOU: colonialidade do saber, do poder e do ser como perspectiva analítica das questões étnico-raciais no Brasil. In: **1917-2017: um século de reforma e revolução.** Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2017. Disponível em < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/oqueeufalooqueeufacooqueeusoucolonialidadedosaberdopoderedosercomoperspecti.pdf>

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ALEXANDER, Elizabeth. “Can you be BLACK and look at this?”: **Reading the Rodney King Video(s).** Public Culture. v. 7, n. 1, p. 77–94, 1994.

ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 18, n. Especial, p. 45-79, 1988.

ALLEN, Theodore. **White Supremacy in United States History,** n. d., pp. 167–181, 1973. Disponível em <https://www.jeffreybperry.net/attachments/twawsushtopost.pdf>

ALLIONE, Osvaldo. *Los estatutos de limpieza de sangre y el patrón colonial de poder. In*: **Actas de Congreso, II Congreso de Estudios Poscoloniales| III Jornadas de Feminismo Poscolonial**. 2014.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, José Claudio Souza. Milícias: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro. In: **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro** / organização, Justiça Global. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2008.

ALVES, Jaime Amparo. F*da-se a polícia! Formações estatais antinegras, mitos da fragilidade policial e a urgência de uma antropologia da abolição. In: **Dilemas**, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. Vol. 15, nº 3, Rio de Janeiro, 2022.

_____. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Front Cover. Carlos Amorim. Editora Record, 1993.

ARAÚJO, Carlos Eduardo de. **O Duplo Cativeiro: Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790–1821**. 2004. Dissertação (Mestrado). IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

ARIZA SANTAMARÍA, Rosembert. El pluralismo jurídico en América Latina y la nueva fase del colonialismo jurídico en los Estados constitucionales. **Revista insurgencia**, v. 1, 2015.

ASSY, Bethânia. Subjetivação e ontologia da ação política diante da injustiça. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016.

AVELAR, Laís. **"O pacto pela vida, aqui, é o pacto pela morte":** o controle racializado bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, 2017.

AVELAR, Laís da Silva; NOVAIS, Bruna Portella. Há mortes anteriores à morte: politizando o genocídio negro dos meios através do controle urbano racializado. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135, ano 25, São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

BARBOSA, Antonio Carlos Rafael. **Prender e dar fuga:** Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), PPGAS, MN, UFRJ.

_____. Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulações e relações no meio prisional. **Tempo Social,** v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013.

_____. **Um abraço para todos os amigos:** algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1998.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro.** Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. A questão criminal no Brasil contemporâneo. **Margem Esquerda**, n. 8, p. 37-41, 2016.

_____. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** 1.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. O Alemão é muito mais complexo. **Rev. Justiça e Sistema Criminal**, v.3, n.5, p. 103-125, jul/dez 2011.

_____. O positivismo como cultura. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 8, n. 2, p. 293-307, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117, 2013.

_____. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Coleção Pensamento criminológico. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011, 2ª reimpressão, agosto de 2014.

BANTON, Michael. "A racialização do Ocidente". In **A Ideia de raça**. Lisboa: Edições 70. 1979.

BARBOSA, Antonio Carlos Rafael. **Prender e dar fuga:** Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), PPGAS, MN, UFRJ.

_____. Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulações e relações no meio prisional. **Tempo Social,** v. 25, n. 1, p. 107-129, 2013.

_____. **Um abraço para todos os amigos:** algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. 2002.

_____. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. 1º Simpósio Internacional do Adolescente, 2005, São Paulo (SP, Brazil) [online]. 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=iso>

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. **Civitas**, v. 16, n. 3, p. 504-521, 2016.

_____. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. - 2. ed -. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 247-268, 2019.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina, vols. I e II: América Latina Colonial** (trad.). São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

BIDASECA, Karina. " Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café": desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. In: **Andamios**, v. 8, n. 17, p. 61-89, 2011.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. Editora Terceiro Nome, 2018.

BOTELHO, M. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres, In: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (Orgs). **Até o último homem:** visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOSCHI, Caio. A universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório – Audiência de custódia – 6 anos**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. Do quilombo à favela. **A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. **Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?** In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (Org.). Para além do pós(-) colonial. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. **O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade: uma abordagem "pós-póscolonial da subalternidade.** *In*: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (Org.). Para além do pós(-) colonial. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.

_____. **Le retour du Brésil colonial.** Livremente traduzido por Paulo Roberto de Andrade castro, 2019. Disponível em <https://www.liberation.fr/debats/2019/07/02/le-retour-du-bresil-colonial_1737589>. Acesso em 17/08/2020.

CANO, Ignácio (coord.). **"Os donos do morro": uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro.** Relatório de pesquisa. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

CANO, I.; IOOTY, C. Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas 'Milícias' no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. **Revista de Antropologia**. v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, 2005.

CARUSO, Haydée. **Entre ruas, becos e esquinas**: a construção da ordem na Lapa carioca. Brasília: Editora UnB, 2016.

CARVALHO, Luiza Sousa de. **Condenados ao tronco, ao ferro e à prisão: o encarceramento como expressão do genocídio antinegro no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2020.

CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. Criminologia do preconceito. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Criminologia e Racismo. Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil.** Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis, 1998.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Revan, ICC, 2005, 2ª reimpressão, 2015.

CASTRO-GOMEZ, Santiago**. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro".** In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aites, pp. 80-87, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. Em: Manuela Ribeiro Sanches (org.) Malhas que os impérios tecem. **Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Editora 70. 2011.

_____. **Discurso sobre o colonialismo**. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora,1978.

_____.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão – Ilegalidade e Costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Leras, 2012.

_____. **Cidade Febril.** Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria:** a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos. Dissertação (Mestrado). IESA/UFG.Goiânia, 2010.
CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria:** a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos. Dissertação (Mestrado). IESA/UFG.Goiânia, 2010.

CODATO, Adriano, *et al.* ***La sociología política de las élites políticas y estatales de Brasil: un balance de cincuenta años de estúdios.*** *In:* VOMMARO, Gabriel; GENÉ, Mariana. Las élites políticas en el Sur. Vommaro (Org.) - 1a ed . - Los Polvorines : Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018.

CORRÊA, Mariza**. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** 2. ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

CRISTIANI, Claudio Valentim. **O DIREITO NO BRASIL COLONIAL**. In: WOLKNER, Antonio Carlos (Org.). Fundamentos de história de direito. - 3. ed. 2.tir. rev. e ampl. - Belo Horizonte: Del Rey, pp. 295-310, 2006.

CRUZ, Monique. D. C**. Aqui a bala come, não tem aviso prévio:** favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. Dissertação (Mestrado). UFRJ/PPGSS. Rio de Janeiro. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Unesp, 2007.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; RAMOS, Luciana de Oliveira. **O Judiciário Que Temos é o Que Queremos?** In: FONTAINHA, F.; GERALDO, P. H. B. (Eds.). “Sociologia Empírica do Direito”. Curitiba: Juruá, 2015.

DA SILVA, Thiago Torres Medeiros. NOTICIÁRIO CRIMINAL: a representação do morro da favela nas páginas dos impressos cariocas na primeira década do século XX. **Veredas da História**, [online], v. 11, n. 1, p. 300-317, dez., 2018

Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Relatório interativo – Infopen: Brasília, Junho, 2019. Disponível em < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

_____. Composição da população por cor/raça no sistema prisional. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWFmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 03/08/2020

DE JESUS, Camila Moreira. **Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco.** Anais do III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2012. Disponível em <https://www2.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%c3%83%c3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>

DE JESUS, Edmo Cidade; NETO, Clarindo Epaminondas de Sá. Entre colonialismo jurídico e epistemicídio: o uso estratégico do direito como instrumento de governança racial. In: **Conceitos e Preconceitos de Gênero na Sociedade Brasileira Contemporânea: Perspectivas a partir dos Direitos Humanos.** ANGELIN, Rosângela. GABATZ, Celso (Org.). 1. ed. Foz do iguaçu: CLAEX e-books, 2021.

DE LIMA, Roberto Kant. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Forense, 1995.

_____. Direitos civis, estado de direito e 'cultura policial': a formação policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 11, n. 41, p. 241-256, 2003.

DIALLO, Alfa Oumar; DOS SANTOS SIQUEIRO, Ruy. Aspectos jurídicos dos privilégios da branquitude. **Revista Videre**, v. 14, n. 19, p. 12-35, 2022.

DÍAZ-BENÍTEZ, MarÍa Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. **Pensamento negro radical: antologia de ensaios.** São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021.

DIAS, Gleidson Renato Martins. **A hermenêutica jurídica da branquitude a serviço das fraudes nas cotas raciais.** Justificando, 2017. Disponível em: http://www.justificando.com/2017/02/21/ hermeneutica-juridica-da-branquitude-servico-das-fraudes-nas-cotas-raciais/.

DORNELLAS, Mariana Paganote; DE JESUS, Maria Priscila Santos. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. In: **CONFLUENZE** Vol. X, No. 2, pp. 210-236, 2018.

DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia e racismo: a construção discursiva da criminologia positiva brasileira e a negação da cidadania no Brasil.** *In*:

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra.** São Paulo: Lacerda, 1999.

_____. Black reconstruction in America, 1860-1880. **Racism Essential Readings,** p. 27-34, 2001.

_____ **Darkwater: Voices from within the Veil.** 1920. Mineola, NY: Dover, 1999.

DUSSEL, Enrique. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas.** CLACSO: Buenos Aires, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aites, pp. 24-32, 2005.

DYER, Richard. **White**. Londres e Nova York: Routledge, 1988.

ENGELMANN, Fabiano. Associativismo e Engajamento Político dos Juristas após a Constituição de 1988. **Política hoje.** Recife. Vol. 18, n. 2 (2009), p. 184-205, 2009.

ENGELMANN, Fabiano; BANDEIRA, Júlia Veiga Vieira Mâncio. A construção da autonomia política do judiciário na América Latina: um estudo comparado entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. **Dados: revista de ciências sociais.** Rio de Janeiro, RJ. Vol. 60, n. 4 (2017), p. 903-936, 2017.

ENRIQUE, Dussel. Europe, Modernity, and Eurocentrism. **Nepantla: Views from the South**, v. 1, n. 3, p. 465-78, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

FACINA, Adriana; BATISTA, Carlos Bruce (Ed.). **Tamborzão: olhares sobre a criminalização do funk**. Instituto Carioca de Criminologia, 2013.

FALCÃO, Joaquim. **Os advogados: ensino jurídico e mercado de trabalho.** Vol. 34. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.

FAUSTINO, Deivison Mendes. REVISITANDO A RECEPÇÃO DE FRANTZ FANON: O ATIVISMO NEGRO BRASILEIRO E OS DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS EM TORNO DA NEGRITUDE. **Lua Nova**, São Paulo , n. 109, p. 303-331, 2020.

_____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução Africana.** [Tradução de Isabel Pascoal]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora,1980.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EdUfba, 2008.

_____. Por uma revolução africana: textos políticos; tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FARIAS, Juliana. **Da capa de revista ao laudo cadavérico:** pesquisando casos de violência institucional em favelas cariocas. Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Governo de Mortes Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas (Sociologia). Rio de janeiro: 2014.

FERNANDES, Luciana Costa. **Como juízas mulheres julgam mulheres pelo tráfico de drogas: discursos criminológicos reforçando privilégios e silenciamentos na cidade do Rio de Janeiro.** São Paulo : IBCCRIM, 2020.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos. In: DE MESQUITA FERREIRA, Letícia Carvalho; LOWENKRON, Laura (Ed.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. E-papers, 2020.

FIOCRUZ. **Taxa de mortalidade entre presos no Rio de Janeiro é cinco vezes maior que a média nacional.** Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/45983 Acesso em 14/09/2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **University of Brasília Law Journal (Direito. UnB)**, v. 1, n. 1, p. 705, 2016.

_____. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. Apresentação In: ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula. Roteiros previsíveis: racismo e justiçamentos no Brasil. **Trincheira democrática.** Boletim Revista do Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP) - Ano 3, Nº 08, abril/2020.

_____. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. **Revista Direito e Práxis,** v. 11, p. 1211-1237, 2020.

FONSECA, Paulo Henriques. Novo constitucionalismo latino-americano, a propriedade e colonialidade: entre rupturas e permanências de um modelo. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)** 7(3):308-322, setembro-dezembro, 2015.

FONTES, Virginia. **O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência**. Disponível em: https://marxismo21.org. Publicado em 19 de janeiro de 2019.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não-marcada.** In: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, pP. 307 – 338, 2004.

FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravismo e hiperencarceramento no Brasil. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 17, 2019.

_____. **Racismo e Polícia: uma discussão sobre mandato policial.** Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: Modernidade e dupla consciência** [1993]. Tradução Cid Knipel Moreira. 2ª edição. São Paulo: Editora, v. 34, 2012.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. Boitempo Editorial, 2017.

GÓES, Luciano. A "TRADUÇÃO" DO PARADIGMA ETIOLÓGICO DE CRIMINOLOGIA NO BRASIL : UM DIÁLOGO ENTRE CESARE LOMBROSO E NINA RODRIGUES DA PERSPECTIVA CENTRO-MARGEM. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, 2015.

_____. Por uma Justiça Afrodiaspórica: Xangô e as mandingas em busca do reconhecimento da dignidade humana negra. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 20, p. 487-512, 2021.

GOMES, Ana Cecília de Barros. **Colonialidade na academia jurídica brasileira: uma leitura decolonial em perspectiva amefricana.** Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2019.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e197406.pdf.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira**.** São Paulo, ANPOCS, **Ciências Sociais Hoje**, 2. ANPOCS, pp. 223-244, 1984.

_____. Por um feminismo afrolatino-americano. *In*: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** n. 1, 2011.

_____. **Por um feminismo afrolatino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Marcia Lima. 1 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORDON, Lewis. **Prefácio**. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EdUfba, 2008.

GRAMADO, Paulo. **Professora pode ter sido morta por racismo.** Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html >. Acesso em 20/08/2020.

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em https://www.redalyc.org/journal/5638/563864288004/html/

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado.** Brasília , v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

_____. *Hay que tomarse en serio el pensamiento crítico de los colonizados en toda su complejidad*. Entrevista realizada por Luis Martínez Andrade. **Metapolítica**, n 83, octubre – diciembre de 2013.

_____Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 80, p. 115-147, 2008.

_____. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada**. In: MALDONADO-TORRES, Nelson; et al. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. - 2. ed -. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 55-78, 2019.

GUHA, Ranahit. Las voces de la historia y otros estudios subalternos, Barcelona: Crítica (Original 1982) Guyer, Jane I.(1988)" Dynamic approaches to domestic budgeting: cases and methods from Africa" In: Dwyer, D. y Bruce, J.(eds.) **A home divided.** Women and income in the Third World, Standford, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. "Direitos e avessos da nacionalidade". In: **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002.

GUSMÃO, H. Mapa racial da cidade do Rio de Janeiro. 2015a. Disponível em: https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/

_____. **Um olhar através de mapas na política que barra negros e pobres na cidade do Rio de Janeiro.** 2015b. Disponível em: https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/10/23/um-olhar-atraves-de-mapas-na-politica-que-barra-negros-e-pobres-na-cidade-do-rio-de-janeiro-2/.

HABER, Carolina Dzimidas. (Coord.) *et al*. **Relatório Final Pesquisa Sobre as Sentenças Judiciais por Tráfico De Drogas na Cidade e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Departamento de Pesquisa, Defensoria Pú-blica Geral do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2018.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. Venus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. **Pensamento negro radical: antologia de ensaios.** São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021.

HIRATA, Daniel Veloso. **O ponto e a biqueira:** notas para a construção de um conceito. In: BARREIRA, César et al. (orgs.). Violência, ilegalismos e lugares morais. Campinas: Pontes Editores,2014.

_____. **Sobreviver na Adversidade:** entre o mercado e a vida. Tese de doutorado apresentada no programa de pós graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Crime, guerra e paz: Dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 553-571, 2019.

_____. HIRATA, D.; GRILLO, C. Movimento e morte: o tráfico de drogas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 122-133, 2019.

_____. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo social**, v. 29, p. 75-98, 2017.

HIRATA, Daniel *et al*. Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Boletim Extraordinário CAAF/Unifesp de**

enfrentamento da Covid19. Mortos e Mortes da Covid-19: saberes instituições e regulações, 2020. Disponível em <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2020_Relatorio-efeitos-da-Liminar.pdf>

HIRATA, D.; GRILLO, C. C.; DIRK, R. Apresentação ao relatório Operações Policiais e Ocorrências Criminais: Por um Debate Público Qualificado. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,** v. Reflexões, p. 1–19, 2020

HOLLOWAY, Thomas H.; DE CASTRO AZEVEDO, Francisco. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HONORATO, C. de P. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **"O que está no mundo não está nos autos": a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

KOZIMA, José Wanderley. **INSTITUIÇÕES, RETÓRICA E O BACHARELISMO NO BRASIL.** In: WOLKNER, Antonio Carlos(Org.). Fundamentos de história de direito. - 3. ed. 2.tir. rev. e ampl. - Belo Horizonte: Del Rey, pp. 311-330, 2006.

KRAUSE, Thiago. **A Formação de uma Nobreza Ultramarina**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aites, 2005.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como Destino dos Imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). Cadernos Prolam/USP, v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil** - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2017.

LEITE, Márcia Pereira. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, pág. 374 – 388, 2012.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Tradução do Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000,

LEMGRUBER, J.; FERNANDES, M. (coords.). Tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro: prisão provisória e direito de defesa. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 17, nov. 2015.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018 .

LOCKHART, James., "Organización y cambio social en la América española colonial" in: Leslie Bethell (ed.). ***História de América Latina*****,** tomo 4: América Latina Colonial – Población, Sociedad y Cultura. Barcelona: Crítica, pp. 63-108, 1990.

LOMBROSO, Césare. **O homem criminoso**. Tradução de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Edtora Rio, 1887.

LÓPEZ, Alfred. **Postcolonial Whiteness.** State University of New York Press, 2005.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Perspectivas antropológicas sobre documentos. In: DE MESQUITA FERREIRA, Letícia Carvalho; LOWENKRON, Laura (Ed.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. E-papers, 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

_____. (In)credulidades compartidas: expedientes para observar administraciones estatales. In: RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Contra Capa, 2014.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Afinal, qual é a das UPPs?** Observatório das Metrópoles – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACIEL, Natalia Cardoso Amorim. **As justificativas que formam o convencimento dos juízes no julgamento de crimes da lei de drogas no rio de janeiro.** Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. - 2. ed -. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 27-53, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008a.

_____. ***Against War: views from the underside of modernity***. Durham: Duke University Press, 2008b.

_____.Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

_____. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias:** dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro. Todavia, 2020.

MATHIAS, Carlos Fernando. **Notas para uma história do judiciário no Brasil** / Carlos Fernando Mathias. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal.** O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Dissertação de Mestrado em História, PPGH-UFF, 2004.

_____. **Pelos pobres!** As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Tese de Doutorado em História, PPGH-UFF, 2008.

MATOS, Lucas Vianna. **Conflito e controle na cidade:** poder punitivo e produção do espaço no centro de Salvador, Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon**, ArtAfrica (Lisboa), 2012, p.05. Disponível em: http://artafrica.letras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714de04d0924.pdf. Acesso em 13/08/2020.

_____. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

McKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde. **Black Geographies and the Politics of Place.** Toronto, Between the Lines / Cambridge, South End Press, 2007.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. n-1 edições, 2017.

MENDONZA, Breny. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano.** In Tejiendo de em modo: Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Abya Yala / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MIGNOLO, Walter. Prefacio a la edición castellana e Introducción. Historias locales/diseños globales. **Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**, p. 19-110, 2003.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aites, pp. 33-49, 2005.

MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria políticas. In: ___. **Crime e violência no Brasil contemporâneo.** Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p.211-28, 2006a.

_____. As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: ___. **Crime e violência no Brasil contemporâneo.** Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b, p.179-210.

_____. O Fantasma e seu duplo. In: ___. **Crime e violência no Brasil contemporâneo.** Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p.269-72, 2006c.
.

MOORE, Charles. **"Negro sou, negro ficarei"**. Prefácio. CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora,1978.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 1999.

_____. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. **Violência e política no Rio de Janeiro,** p. 125-164, 1996.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH,** v. 23, n. 60, p. 437-447, 2010.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios armados e seus governos criminais-uma abordagem não fantasmagórica do "crime organizado". **Estudos Avançados**, v. 36, p. 131-152, 2022.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias de destruição.** Coletânea organizada e editada pela UCPA [União dos Coletivos Pan-Africanistas]. Editora Filhos da África, 2018.

NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obedência e submissão**. Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

NOGUERA, Renato. Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia**, v. 1, n. 3, p. 59-73, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 27, p.31-37, 2016.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. **Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLMO, Rosa del. **A América Latina e sua criminologia.** Revan, ICC, 2004.

ORDÓÑEZ-VARGAS, Laura. Gênero e Etnografia: reflexões desde algumas prisões brasileiras. **Cadernos pagu**, n. 55, 2019.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social: um estudo comparativo**. Edusp, 2008.

PEREIRA, Allan K. A condição sem análogo da antinegridade: uma introdução ao afro-pessimismo. In: MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de (Orgs.) **Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura** - Volume 1: História [recurso eletrônico] / Fernanda Rodrigues de Miranda; Marcello Felisberto Morais de Assunção (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

PERSÁNCH, JM. "(Preámbulo) De Whiteness a blanquitud y branquitude (Prefácio) In: From Whiteness to blanquitud y branquitude, **The Journal of Hispanic and Lusophone Whiteness Studies,** Vol. 1, 2020.

PINHO, Osmundo. **O Círculo da Morte e o Materialismo Estético**, 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-circulo-da-morte-e-o-materialismo-estetico/>

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação social dos não reconhecidos.** Rio de Janeiro, 2013. Tese (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

_____. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. **Revista brasileira de ciências criminais,** n. 135, p. 541-562, 2017.

_____. Direitos humanos e Améfrica Ladina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Latin American Studies Association**, v. 50, n. 3, p. 69-74, 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; SILVA, Gisele Alves De Lima. Movimentos de política criminal e ensino jurídico criminal. In: **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 2, n. 1, p. 235-257, 2016.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE,** São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext>

_____. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. **Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil**, p. 97-126, 2000.

_____, "Porta de vidro: entrada para branquitude", em CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. ***Journal of World-Systems***, v.11, n.2, p.342-86, 2000.

_____. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

_____. El marxismo en Mariátegui: una propuesta de racionalidade alternativa. In: VV.AA. **El marxismo de Mariátegui.** Seminário do V Congreso Nacional de Filosofía. Lima: Amauta, p.39-47, 1995.

_____. “Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamerica”. En ***Revista Mexicana de Sociología*.** México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 1968.

_____. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: ___. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, p.697-704, 2014.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime a ordem pelo avesso.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983,

RAMOS, Alberto Guerreiro Patologia social do “branco” brasileiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 104, jul.-dez. 2020.

_____. Eu sou atlântica. **Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto, 2006.

RATTS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). **Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento.** Ogums 2015.

REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS**. “Controle Territorial Armado no Rio de Janeiro”. Relatório do 1º Seminário da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança e Direitos** — Milícias, grupos armados e disputas territoriais no Rio de Janeiro. INEAC, 2019. Disponível em http://www.ineac.uff.br/index.php/noticias/item/610-controle-territorial-armado-no-rio-de-janeiro#:~:text=%E2%80%9CControle%20Territorial%20Armado%20no%20Rio%20de%20Janeiro%E2%80%9D%20ser%C3%A1%20lan%C3%A7ada%20oficialmente,territoriais%20no%20Rio%20de%20Janeiro.

REIS, Diego dos Santos. Corpo-documento: um ensaio para descolonizar memórias. **Interritórios -** Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, V.8 N.16, Caruaru, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/viewFile/253338/40925>

_____. ESTÉTICAS AFRO-DECOLONIAIS E NARRATIVAS DE CORPOS NEGROS: ARTE, MEMÓRIA, IMAGEM. In: **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, 2020, p.774-801.

REYES, Johan Méndez. Colonialismo occidental:¿ civilización o barbarie? Apuntes para la reflexión desde el pensamiento decolonial de Aimé Césaire y Frantz Fanon. **Omnia**, v. 20, n. 3, p. 92-105, 2014.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial:** Brasil, c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, Luciane de Oliveira. De-Matar: maternidade negra como ação política na “patria mãe”(gentil?). IN: VARGAS, João; PINHO, Osmundo. **Antinegritude. O impossível sujeito negro na formação social brasileira.** Cruz das Almas: Editora UFRB, , p. 177-195, 2016.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino jurídico e direito alternativo**. Editora Acadêmica, 1993.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Salvador: Progresso, 1957.

_____. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1982.

RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas. In: RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Contra Capa, 2014.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: CASTRO, Cristian. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, v. 47, n. 2, 2010.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1995

ROMÃO, Vinícius de Assis. **Entre a vida na rua e os encontros com a prisão: um estudo a partir das audiências de custódia.** Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RUBBO, Deni Alfaro. Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 94, p. 391-409, 2018.

SAAD, Luísa Gonçalves. **"Fumo de negro": a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SANCHEZ-ALONSO, Blanca. The other Europeans: immigration into latinamerica and the inter-national labour market (1870-1930). **Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 25, n. 03, pp. 395-426, 2007.

SANTAMARÍA, Rosembert Ariza. El pluralismo jurídico en América Latina y la nueva fase del colonialismo jurídico en los estados constitucionales. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 1, n. 1, 2015.

SANTOS, Marina França. **A importância da diversidade de gênero nos tribunais superiores brasileiros: o princípio da imparcialidade forte a partir da standpoint theory**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2007.

_____. O papel ativo da Geografia. Um manifesto. **Revista Tamoios**, v. 2, n. 1, 2006.

_____. **O retorno do territorio.** OSAL : Observatorio Social de América Latina. no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Ser negro no Brasil hoje. In: RIBEIRO, W. C. (org.). O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002 [2000].
_____. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

Entrevista com Milton Santos. Conexão Roberto D´Avila, Rio de Janeiro: TV Brasil, 1998. Programa de TV.

Entrevista com Milton Santos. Roda Viva, São Paulo: TV Cultura, 31 abr. 1997. Programa de TV.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista.** São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de doutorado em Psicologia), 2012.

_____. Branquitude e privilégio. In: **Violência e sociedade : o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro** / Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). – São Paulo: Escuta, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835** / Stuart B. Schwartz ; tradução Laura Teixeira Motta. - São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEED, Patricia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo: editora UNESP, 1999.

SEGATO, Rita Laura. ***El color de la cárcel en América Latina****: apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción. Nueva sociedad,* v. 208, p. 142-162, 2007.

SEYFERTH, Giralda. "O beneplácito da desigualdade – breve digressão sobre o racismo". In SouzaLima, Antonio Carlos, Santos, Miriam e Sant'Ana, Raquel (orgs), **O beneplácito da desigualdade: Breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais.** Rio de Janeiro: Editora 7Letras. 2020

SILVA, Fernanda Lima da. **Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra.** (Recife, 1870-1888). Dissertação (mestrado). Universidade Brasília, 2019.

SILVA, Jailson de Souza e Silva; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. . In: **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro / organização, Justiça Global.** - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2008.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. **Estudos Históricos**, v. 26, n. 52, pp. 369-390, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a formação negrobrasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano.** Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: SANTOS, Milton. O retorno do territorio. OSAL : Observatorio Social de América Latina. no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____ (Org.). Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

SOUZA. Renata da Silva. **O Comum e a Rua: Resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré.** Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio doutoral (Doutorado Sanduíche) Universidade Autônoma de Barcelona. Orientadora no Brasil: Raquel Paiva de Araújo Soares. Orientadora na Espanha: Amparo Huertas. Rio de Janeiro, 2017.

SOVIK, Liv. A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações com base em Guerreiro Ramos. In: **Comunicação e Cultura das Minorias.** São Paulo. Editora Paulus, 2009.

SPILLERS, Hortense J. **Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. Diacritics**, vol. 17, n. 2, p. 64-81, 1987.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREVA, Juliana Moreira. Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial. **Antropolitica-Revista Contemporanea de Antropologia**, v. 1, n. 40, 2016.

_____. **Objetificação Colonial dos Corpos Negros: Uma leitura descolonial e foucaultiana do Extermínio Negro no Brasil.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Direito)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo social**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Contra Capa, 2014.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. Coletânea· organizada e editada pela UCPA. Editora Filhos da África, 2018

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 2, p. 31-66, 2010.

_____. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia,** v. 48, p. 75-131, 2005.

_____. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

_____. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: RODRIGUES CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; COSTA TEIXEIRA, Carla. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Contra Capa, 2014.

VILLENA FIENGO, S. Palabras en ocasión de la entrega del doctorado Honoris Causa a Aníbal Quijano Obregón. In: **Anuario de Estudios Centroamericanos**, Universidad de Costa Rica, n.42, p.465-481, 2016.

VOMMARO, Gabriel; GENÉ, Mariana (Ed.). **Las élites políticas en el Sur: un estado de la cuestión de los estudios sobre la Argentina, Brasil y Chile**. Ediciones UNGS, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel ***The Modern World-System,*** Vol. I, Nova Iorque: Academic Press Inc., 1974.

_____. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A., LIMA VIEIRA, R., & FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., pp.17-28, 2012.

WALSH, Catherine. Son posibles unas ciências sociales/culturales outras? Reflexiones en torno a las epistemologias decoloniales. ***Nómadas***. Colombia. n.26, abril, 2007

_____. *(Re) pensamiento crítico y (De)colonialidad. Reflexões Latinoamericanas*. ***Introduccio*** n. In C. Walsh (Ed.), Pensamiento crí tico y matrí z (De)colonial (pp. 12-34). Quito: UASB-Ediciones Abya Yala, p. 13-35, 2005.

WANDERLEY, Gisela Aguiar. Filtragem racial na abordagem policial: a "estratégia de suspeição generalizada" e o controle judicial da busca pessoal no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Revista brasileira de ciências criminais**, n. 135, p. 189-229, 2017.

WARE, Vron (Org.). **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WARREN, Calvin. **Onticide: Afro-pessimism, Queer Theory, and Ethics.** Ill Will Editions, 2015. Disponível em: <https://illwilleditions.noblogs.org/files/2015/09/WarrenOnticide-Afropessimism-Queer-Theory-and-Ethics-READ.pdf>.

WEHLING, Arno. O ESCRAVO ANTE A LEI CIVIL E A LEI PENAL NO IMPÉRIO (1822-1871). In: WOLKNER, Antonio Carlos(Org.). **Fundamentos de história de direito.** - 3. ed. 2.tir. rev. e ampl. - Belo Horizonte: Del Rey, pp. 331-350, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. Instituições e pluralismo na formação do direito brasileiro. In: **Teoria do direito e do Estado**. Porto Alegre: Fabris, 1994, p. 12.

_____: **História do direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al*. **Direito penal brasileiro**. Rio de janeiro: Revan, v. 1, 2017.

_____. **O inimigo no direito penal**. Revan, 2007.

ZUENIR, Ventura. **Cidade partida**. Companhia das letras, 1994.